FAO realiza Conferência Regional da América Latina buscando soluções para a fome e a segurança alimentar na região. Políticas do Brasil tem tudo para serem usadas como exemplos.

Guerras se alastram pelo mundo e crises humanitárias são abordadas pelas agências sociais das Nações Unidas, como OMS, ACNUR e Migração, mas também pelos órgãos econômicos.

Pesquisador brasileiro Marcus Lacerda toma posse como novo diretor do TDR, programa da OMS e outras organizações globais que tem foco nas enfermidades “tropicais”.

#3
04 A 17 DE MARÇO DE 2026

Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE













SUMÁRIO

04 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar*

Sistema Nações Unidas

25 – Não – *Santiago Alcázar*

30 – Acabar com a guerra de Trump e Netanyahu no Oriente Médio – *Jeffrey D. Sachs & Sybil Fares*

34 – Brincando com fogo: O mundo continua despreparado para a próxima pandemia – *Paulo M. Buss, Paula Reges, Danielly Magalhães e Santiago Alcázar*

38 – A física e a ética convergem no princípio do equilíbrio: do equilíbrio quântico à equidade sustentável – *Juan Garay*

42 – Entre a letra da lei e o som das sirenes: padrões de violação, evidências independentes e rotas de responsabilização – *Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar*

54 – Tensões contemporâneas na saúde global: vacinação, financiamento internacional e crises sanitárias em contextos de conflito **–** *Paula Reges, Luana Bermudez* e *Luiz Augusto Galvão*

63 – Conflitos, Ambiente e Saúde: a tríade da crise global **–** *Luiz Augusto Galvão e Danielly de P. Magalhães*

74 – O mundo do trabalho em disputa na América Latina – *Frederico Peres e Sebastián Tobar*

84 – A escalada da violência no Oriente Médio: novos deslocamentos forçados, a crise de saúde pública na região e a atuação das organizações internacionais – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

89 – 70ª sessão anual da Comissão sobre a Situação da Mulher (ONU Mulheres) e Dia Internacional das Mulheres 2026 – *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos* e *Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

96 – A Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe e o papel fundamental das mulheres nos sistemas alimentares – *Eduardo Nilson e Denise Oliveira*

110 – As considerações da Diretora-Geral do FMI sobre os rumos econômicos diante do conflito no Oriente Médio – *Isis Pillar Cazumbá*

114 – O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB ou Banco dos BRICS) e suas perspectivas para 2026 – *Laura Tavares Soares*

123 – 14ª Conferência Ministerial da OMC, patentes internacionais, minerais estratégicos e disrupções no estreito de Ormuz – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

136 – Entre guerras, desigualdades e pandemias: a atuação incansável da sociedade civil na saúde global **–** *Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice*

Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Renan Amaral Oliveira, Marciglei Morais, Luis Eugênio de Souza

150 – Reforma ou retrocesso? A disputa pelo futuro do trabalho, da água e da saúde no cenário global – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

161 – O despertar do Sul Global e o protagonismo brasileiro – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard de Lima Monteiro*

182 – O "novo G20": a revelação de uma agenda ainda mais minimalista. O G7 discute os impactos econômicos da guerra no Oriente Médio. Dívida global e políticas públicas no panorama da OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio*

193 – Liderança e resiliência no BRICS 2026: A Agenda de Saúde da Índia e a Parceria Brasil-África do Sul **–** *Claudia Hoirisch e Hiago Albuquerque*

200 – América Latina: entre a guerra Irã, as tensões políticas e o 'Escudo das Américas' **–** *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

210 – África: segurança e geopolítica no Sahel e na África Ocidental – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Dala Djop, Felix Rosenberg*

220 – A Europa diante da nova crise do Golfo: segurança energética, divisões políticas e reconfigurações geopolíticas **–** *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

226 – ASEAN sob nova direção: segurança e paz, prosperidade e empoderamento – *Lúcia Marques*

235 – China: diplomático, civil e ecológico **–** *André Costa Lobato, Bruno Neves, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches*

245 – Política de saúde global dos Estados Unidos – *Luiz Augusto Galvão*

254 – Brasil comemora 40 anos da histórica 8ª. Conferência Nacional de Saúde

257 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

259 – Editores e autores dos cadernos

264 – Produtos do Observatório: Cadernos e Seminários

265 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 03/2026

4 a 17 de março de 2026

Sumário Executivo

Num mundo assolado por guerras, mortes, feridos, sequelados e territórios arrasados, não há como deixar de ter este tema dramático como foco central num Caderno quinzenal que trata da saúde global e da diplomacia da saúde. Pois os impactos sobre a saúde humana e planetária são profundamente nocivos e estão amplamente documentados.

A **Organização Mundial da Saúde**, cumprindo seu indelegável papel da autoridade sanitária mundial, acompanha as diversas situações que se apresentam, procurando manter seus estafes e o mundo mobilizados para reduzir ao máximo as consequências das guerras sobre a saúde humana e planetária.

A *OMS*, por meio da *EMRO (Região do Mediterrâneo Ocidental*) emitiu, a 11/03, o primeiro informe de situação sobre o conflito no Oriente Médio https://www.emro.who.int/images/stories/eha/ME-Sitrep-1-11-March-26.pdf, no qual reporta que 21 países estão afetados globalmente, 14 países na região e 115 milhões de pessoas já precisavam de assistência humanitária antes desta escalada atual (quase 50% de todas as pessoas necessitadas no mundo). As autoridades nacionais reportam 1.255 mortes e mais de 15.100 feridos no Irã, e 634 mortes e mais de 1.586 feridos no Líbano. A OMS verificou 18 ataques a serviços de saúde no *Irã,* resultando em 8 mortes, e 25 ataques no *Líbano,* resultando em 16 mortes e 29 feridos, o que prejudicou ainda mais os respectivos sistemas de saúde.

As estimativas atuais indicam que mais de 100 mil pessoas foram realocadas para outras áreas do *Irã* e mais de 800 mil foram deslocadas no *Líbano,* muitas abrigadas em centros de acolhimento coletivos superlotados, em condições de saúde pública precárias (ver o artigo de ***França e colegas***).

Também se verificam importantes riscos à *saúde ambiental* (ver, a respeito, o artigo de ***Galvão e Magalhães***). Instalações de armazenamento de petróleo e refinarias no Irã foram atingidas, provocando incêndios e aumentando as preocupações com a qualidade do ar e os riscos associados à saúde pública. Relatos adicionais de ataques à infraestrutura petrolífera no Bahrein e na Arábia Saudita aumentam as preocupações com uma exposição regional mais ampla à poluição. Incêndios em instalações petrolíferas liberam poluentes tóxicos que podem afetar a saúde respiratória e contaminar o ar e a água.

No *Território Palestino Ocupado* a situação continua crítica. Em *Gaza*, a maioria das passagens para entradas permanece fechada, restringindo a entrega de assistência humanitária. As transferências de pacientes necessitados permanecem suspensas desde 28 de fevereiro. Apenas uma passagem foi reaberta, em 3 de março, permitindo a entrada de combustível e suprimentos humanitários. A população continua sofrendo de fome e desnutrição. Os parceiros da área da saúde em Gaza estão priorizando o atendimento de emergência e trauma, os serviços materno-infantis e o controle de doenças transmissíveis, pois o combustível para gerar eletricidade necessária ao funcionamento dos serviços de saúde é absolutamente escasso e sua entrada autorizada é muito reduzida.

Na *Cisjordânia,* a OMS reporta restrições de circulação e fechamento de postos de controle, que atrasam o acesso de ambulâncias e clínicas móveis, bem como o transporte de pacientes. Unidades de saúde em áreas críticas relatam escassez aguda de medicamentos para traumas e anestésicos, assim como estoque zerado de insulina e medicamentos para hipertensão. Com o aumento das necessidades de saúde mental, a escassez de medicamentos psicotrópicos também é motivo de grande preocupação.

O informe da OMS traz ainda informações sobre as situações no Iraque, Síria, Arábia Saudita, Kwait, Barein, Oman e Catar.

Em 14/03, Tedros Adhanom, DG da OMS, lamentou pelo X Tedros Adhanom Ghebreyesus no X: "The killings in the last 24 hours of 14 health workers in southern #Lebanon mark a tragic development in the escalating Middle East crisis. @WHO has confirmed that 12 doctors, paramedics and nurses were killed in a strike late last night on the Bourj Qalaouiyeh primary https://t.co/SXazI9XBai" / X, o "assassinato" de 14 profissionais de saúde nas últimas 24 horas no sul do país, o que representa "um desenvolvimento trágico na escalada da crise no Oriente Médio." Foram 12 médicos, paramédicos e enfermeiros mortos em um ataque na noite de 13/03 ao centro de saúde primária de Bourj Qalaouiyeh, e 2 paramédicos em ataques a uma unidade de saúde em Al Sowana. De acordo com o direito internacional humanitário, o pessoal e as instalações médicas jamais devem ser atacados ou militarizados. Para Tedros, a intensificação do conflito no Líbano e no Oriente Médio em geral aumenta a probabilidade de tragédias como essa e propugna uma ação urgente para reduzir a escalada da crise e proteger a saúde das pessoas em toda a região.

Alvos civis estão sendo proposital ou acidentalmente atacados. O *New York Times* confirmou que peritos atribuíram aos Estados Unidos o terrível ataque a uma escola no Irã que matou cerca de 170 pessoas, a maioria crianças, num dos episódios mais dramáticos dessa guerra insana até o momento.

Revistas médicas de referência também procuram explicar a situação no Oriente Médio e levantam protestos contundentes, a exemplo do *The Lancet,* por meio de editorial de seu editor-chefe *Richard Horton* Offline: The human consequences of Epic Fury; do *British Medical Journal*, por meio de sua editora internacional *Jocalyn Clark* Peace, come closer | The BMJ; e do *European Journal of Public Health,* por meio do editorial de *Tiago Correia e outros* https://academic.oup.com/eurpub/article/36/2/ckag043/8524026

A revista *The Lancet* sistematiza e afirma que impactos de guerras na saúde são drásticos: destruição de instalações, deslocamento, fome, pobreza e interrupção do atendimento para doenças não transmissíveis, saúde materna e saúde infantil. Os conflitos também impulsionam a securitização da saúde, restringindo o acesso a dados, politizando a vigilância e limitando a pesquisa independente e a sociedade civil. Essas dinâmicas enfraquecem os sistemas institucionais necessários para a sustentabilidade da saúde pública (ver: https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(25)02596-6.pdf e https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(25)02596-6/fulltext)

No *plano geopolítico*, a guerra se alastrou enormemente, sugando mais e mais países para o conflito, inclusive alvorotando a Europa. O aiatolá Khamenei e chefes militares iranianos foram eliminados nos primeiros bombardeios. Entretanto, o regime ditatorial iraniano já recompôs seu poder político e militar, indicando como líder máximo o filho do aiatolá eliminado, Mojtaba Khamenei. Para analistas políticos, o novo aiatolá e as mortes de altos dirigentes nos últimos dias significa endurecimento da resistência e resposta iraniana com a ampliação da "jihad", em nome dos mártires e na defesa da soberania do país – incluindo o aumento dos ataques a Israel, às bases militares dos EUA e instalações de petróleo e gás, força à radical

Guarda Revolucionária e permanência do fechamento do estreito de Ormuz. O preço do petróleo já passa dos USD 100, mesmo com a liberação de fartos estoques estratégicos mundiais. Trump levantou as sanções contra a Rússia para comprar petróleo e tentar conter os preços globais, o que "assombrou" a Europa. Contudo, a crise energética no Ocidente se aprofunda e os impactos sobre a inflação e a economia no mundo inteiro já se fazem sentir. O governo brasileiro tomou medidas para mitigar o impacto sobre a inflação no Brasil, com reduções nos impostos sobre o diesel, entre outras medidas.

Dezenas de países, incluindo o Brasil, continuam protestando contra a guerra e pedindo moderação e negociações. Contudo, as reuniões do Conselho de Segurança da ONU têm sido utilizadas apenas para ataques mútuos entre as potências, Israel, o Irã etc.

Senhor absoluto da Guerra no Oriente Médio, além de abrir e manter aquelas novas frentes de guerra, o governo sionista de *Netanyahu* continua com apoio total para implementar a limpeza étnica e a ocupação definitiva da faixa de *Gaza*, o fortalecimento da colonização da *Cisjordânia*, e a permanência das forças israelenses nos territórios palestinos ocupados. Entretanto, a questão da palestina, em Gaza e na Cisjordânia, não pode ser ofuscada pela frente de guerra aberta no Irã, Líbano e em outros 15 países. Quanto ao *Conselho da Paz de Trump para Gaza*, nem Lula, nem o Papa Leão XIV, ambos convidados, aceitaram o convite para integrá-lo.

Por outro lado, a guerra no Oriente Médio e envolvimentos militares do governo Trump mundo afora estão cada vez mais impopulares nos EUA (e também em Israel, com a ampliação da guerra na região). As iniciativas militares de Trump no Oriente Médio testam a unidade do movimento MAGA em ano de eleições de meio de mandato nos EUA, em novembro, pois suas bases mais tradicionais criticam o envolvimento externo do governo, em detrimento da priorização de políticas internas.

Uma questão crítica é como reagirão Trump e Netanyahu diante: da surpreendente resistência dos iranianos, com sua "guerra tática" de resistência, que levou Trump a "convocar" tradicionais aliados ocidentais a enviar navios à Ormuz, entrando assim no principal teatro da guerra; das oposições internas que crescem nos EUA e Israel; das oposições internacionais, de países afetados pela inflação proveniente da elevação dos preços do petróleo, com mais ênfase dos países do Golfo, que estão vendo suas economias em crescente paralisação; e dos imensos custos financeiros da guerra para EUA e Israel, com progressos militares aquém do esperado.

A gravidade da situação no Oriente Médio é tamanha que ofuscou *outras guerras* em curso, como, por exemplo, aquela que estalou entre *Paquistão e Afeganistão*; e a sangrenta *guerra na Ucrânia*, que seria resolvida nos primeiros meses, segundo declarava Trump ao assumir, e que completou 4 anos, com milhares de vítimas e sequelados.

O que dizer, então, das guerras que continuam ceifando vidas e gerando sofrimentos em regiões menos nobres, politicamente, como os conflitos de brutais impactos humanitários nas *guerras esquecidas no continente africano*, particularmente no Sahel, e em especial no Sudão, sobre o qual a OMS tem feito alertas e pedidos candentes, face à imensa crise humanitária no país, depois de mais de 1.000 dias de guerra ininterrupta (ver: https://www.who.int/emergencies/situations/sudan-emergency e https://www.who.int/news/item/09-01-2026-sudan-1000-days-of-war-deepen-the-world-s-worst-health-and-humanitarian-crisis). ***Silva e colegas*** analisam o surgimento de grupos islâmicos radicais e violentos na África, alertando para o impacto sobre a saúde humana e ambiental.

O Sudão vive a pior crise humanitária do mundo. Desde abril de 2023, os intensos combates no país levaram à violência, deixando 11 milhões de pessoas necessitando de cuidados médicos urgentes. A insegurança torna a prestação de cuidados de saúde cada vez mais difícil. Mais de dois terços dos principais hospitais nas áreas afetadas estão fora de serviço, e os que ainda funcionam correm o risco de fechar devido à escassez de pessoal médico, suprimentos, água potável e eletricidade. Os repetidos ataques a serviços de saúde impedem que pacientes e profissionais de saúde cheguem aos hospitais e recebam tratamento, sendo as instalações de saúde, os armazéns de medicamentos, o transporte de suprimentos e os próprios profissionais de saúde alvos frequentes. O sistema de vigilância epidemiológica também foi afetado, representando um sério desafio para a detecção e confirmação de surtos de doenças infecciosas. O BMJ informa que equipes das Nações Unidas alertam que "o conflito no Sudão tem "'sinais marcantes de genocídio'" Sudan conflict has "hallmarks of genocide", UN team warns | The BMJ.

Milhões de pessoas foram deslocadas desde o início do conflito, tanto dentro do Sudão quanto em países vizinhos, para onde fugiram em busca de segurança, como Chade, República Centro-Africana, Egito, Etiópia e Sudão do Sul. A OMS informa que, junto com parceiros, está trabalhando intensamente em todos estes países, visando coordenar a resposta sanitária, reforçar a vigilância epidemiológica e distribuir suprimentos médicos essenciais às pessoas necessitadas, apesar das dificuldades de acesso e da insegurança. A OMS também está trabalhando em estreita colaboração com as autoridades de saúde dos países anfitriões para fornecer assistência médica aos deslocados.

Geopolítica global além das guerras

Para impor sua doutrina (Don)roe na "nossa América" (ver: *Estratégia de Segurança Nacional dos EUA* https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf), Trump convocou a Cúpula de líderes aliados da ALC, denominada *Escudo das Américas,* em reunião realizada a 7/03, no seu clube de golfe em Doral, próximo a Miami. O encontro visou estabelecer o "*Acordo de Mar-a-Lago*", que propõe apoio militar, reestruturação de dívidas e acesso ao mercado americano aos países que se alinharem às políticas dos EUA. Entre as principais alegações estava a organização de uma coalizão contra o crime organizado, o narcotráfico e a imigração ilegal. Milei, Kast, Noboa e outros líderes da direita da região compareceram à Cúpula. Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Claudia Sheinbaum (México) não foram convidados, evidenciando uma seleção baseada em alinhamento político.

Segundo *Janaína Figueiredo*, especialista em ALC de *O Globo*, o "Escudo" de Trump contra o narcoterrorismo e o crime organizado aumenta o risco de intervenções militares dos EUA em países da ALC. A decretação unilateral pelo Executivo americano de grupos de traficantes e organizações criminosas como grupos terroristas autoriza inclusive invasões militares em territórios de outros países. Ficam nossas perguntas que não querem calar: o que está fazendo o mesmo executivo para conter o consumo de drogas em território americano, o maior mercado de drogas do mundo, que assanha os traficantes? E o que está fazendo para impedir a venda de armas fabricadas na indústria armamentista dos EUA para estes grupos da ALC?

O Congresso do Paraguai aprovou em março de 2026 um polêmico acordo de defesa com os EUA, denominado SOFA (Status of Forces Agreement). O tratado permite a presença temporária de tropas, civis e contratantes americanos, oferecendo imunidades diplomáticas, livre trânsito e jurisdição penal própria aos militares dos EUA, visando combater o narcotráfico e o crime organizado, sancionado pelo presidente Santiago Peña. Conhecendo-se o documento

de segurança e de defesa dos EUA antes mencionados e os comportamentos militares agressivos do governo Trump na região, o SOFA passa a ser uma séria ameaça de ruptura com um dos mais admirados acordos regionais, o que estabelece a América do Sul como *zona de paz* baseada na ausência de conflitos armados entre países e sustentada por mecanismos de cooperação regional, como a *Proclamação da América Latina e Caribe como Zona de Paz* (CELAC, 2014) e a *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul* (ZOPACAS, 1986).

Ademais, temos seguidores fervorosos de Trump na ALC. Milei, com suas melenas e comportamentos esquisitos, é o exemplo mais bem acabado deste triste mimetismo. Na política internacional, acompanhou Trump, em fevereiro de 2025, *afastando a Argentina da OMS,* decisão que foi confirmada um ano depois, em março de 2026, pelo ministro das Relações Exteriores, Pablo Quirno. A *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG)* divulgou nota na qual ressalta a histórica participação da região no multilateralismo regional e global, desde o início da existência da OMS, em 1948, e o grave que é o governo de um país, com as tradições internacionais da Argentina, abandonar um espaço tão vital para coordenar ações interpaíses no enfrentamento de problemas de saúde que não podem ser resolvidos por um país, caso das pandemias como a Covid-19.

Tudo indica que os movimentos dos EUA na região se voltarão cada vez mais contra **Cuba**, como já comentamos em fascículos anteriores. Sofrendo restrições brutais (do acesso à petróleo a alimentos e medicamentos) os cubanos sinalizam com abertura para negociações, segundo a imprensa internacional. Após um embargo comercial de mais de três décadas, condenado por inúmeras resoluções da *Assembleia Geral da ONU* no transcorrer desse período, a situação se agravou depois do sequestro de Maduro pelos EUA e a proibição de a Venezuela continuar enviando petróleo a Cuba. *Países* como México e Brasil enviado ajuda humanitária, com alimentos, medicamentos e outros itens, por meio das Nações Unidas. Em diversos países, *movimentos sociais* organizam coletas para ajuda humanitária ao povo cubano. A *fragmentação política da ALC* tem sido barreira importante para uma atuação coordenada dos países da região, assim como as ameaças dos EUA a quem ousar ajudar o pequeno país caribenho. O Secretário de Estado dos EUA, *Marco Rubio*, insiste que os acenos de negociação e medidas tomadas pelo regime cubano são insuficientes e *Trump* disse que será uma honra tomar Cuba, pasmem!

Na **Colômbia**, a população foi às urnas em 08/03 para escolher um novo Congresso, em eleições que serviram como termômetro político antes da disputa presidencial marcada para 31 de maio. O Pacto Histórico, coalizão de esquerda liderada pelo presidente Gustavo Petro, conquistou 25 das 103 cadeiras do Senado (22,7% dos votos), ampliando sua representação em relação às eleições anteriores, quando obteve 4 cadeiras a menos. Em seguida, aparecem com os melhores resultados o Centro Democrático, do ex-presidente Álvaro Uribe, (com 17 cadeiras), o Partido Liberal Colombiano (com 13) e a Aliança pela Colômbia (com 11). Na Câmara dos Representantes, o cenário foi mais favorável para a centro-direita, apesar de nenhum partido ter conquistado a maioria. O Centro Democrático conquistou 13,53% dos votos, seguido pelo Partido Liberal Colombiano (11,13%), o Partido Conservador (10,4%) e o Pacto Histórico (4,8%).

A fragmentação do Congresso indica que o próximo governo precisará construir amplas coalizões para avançar com reformas e políticas públicas. Para o presidente Petro, “é inegável que o Pacto venceu as eleições para o Congresso; no entanto, sem maioria absoluta, deve manter a ideia de uma ampla Aliança pela Vida e Prosperidade”, declarou nas redes sociais.

No domingo, também foram realizadas as prévias partidárias que definiram os candidatos ao pleito presidencial: senadora Paloma Valencia, do Centro Democrático, candidata

do campo conservador; a ex-prefeita de Bogotá Claudia López, da Alianza Verde (bloco de centro); senador Roy Barreras, da Frente pela Vida; Sergio Fajardo, do Compromiso Ciudadano; e Abelardo de la Espriella, do partido Defensores de la Patria.

Iván Cepeda, candidato do Pacto Histórico, garantiu sua indicação nas prévias com cerca de 1,5 milhão de votos. Ele afirmou: "Somos a principal força política na Colômbia, mais influente, e a que tem a maior bancada hoje no Senado e na Câmara dos Representantes".

Saúde global e diplomacia da saúde

Em Saúde Global, a estratégia dos EUA é intitulada *America First Global Health Strategy* (ver: https://www.state.gov/wp-content/uploads/2025/09/America-First-Global-Health-Strategy-Report.pdf). Anunciada com alarde pelo Departamento de Estado (não pelo Departamento de Saúde) tem recebido críticas em diversas cláusulas (ver: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(26)00352-1/fulltext; e America First Global Health Strategy – Bilateral Agreements on Global Health Cooperation – United States Department of State) e pode estar começando "a fazer água". As cláusulas relativas ao compartilhamento de dados e outras condições em novos acordos bilaterais entre os EUA e vários países africanos, por exemplo, têm gerado críticas (ver: US global health deals falter over sovereignty concerns e https://cebes.org.br/dolares-por-dados-eua-condicionam-auxilio-saude-ao-controle-de-informacoes-na-africa/41154/). Na ALC, os países Panamá, Honduras, Guatemala, El Salvador e República Dominicana já teriam firmado acordos bilaterais com os EUA sob a égide da *Estratégia*, possivelmente com prejuízos à vista.

De outro lado, Ilona Kickbusch alerta em comentário no BMJ que A Europa tem maior responsabilidade na OMS sem os Estados Unidos | O BMJ. Para ela, uma OMS sem os EUA faz da Europa a força central no multilateralismo global de saúde — e não a China. Se os Estados-membros da OMS trabalharem juntos, podem evitar uma nova rivalidade entre grandes potências na saúde global. (...) O papel da Europa será proteger o caráter multilateral da OMS sem substituir a dominação dos EUA pela dominação europeia. Não há necessidade de um novo *hegemon* em um mundo de poder distribuído. A OMS exige uma governança melhor no geral, não o controle por poucos. A Europa pode moldar ativamente uma OMS mais forte, responsável e sustentável e construir uma nova aliança global de saúde de potências médias de todo o mundo.

Sistema das Nações Unidas

No sistema das Nações Unidas teremos *duas eleições* de grande importância em 2026, para inícios de mandatos em 2027: a de *Secretário-Geral da ONU* e a de *Diretor-Geral da OMS.*

Para o cargo de *Secretário(a)-Geral (SG),* segundo a presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Annalena Baerbock, já estão declaradas cinco candidaturas: Michelle Bachelet, do Chile; Virginia Gamba, da Argentina; Rafael Mariano Grossi, da Argentina; Rebeca Grynspan, da Costa Rica; e Macky Sall, do Senegal. Ela anunciou que a AGNU prepara *diálogos interativos* com o(a)s candidato(a)s a SG, na terceira semana de abril. Cada postulante terá uma sessão de três horas para apresentar visão, declaração financeira e responder perguntas, embora novas candidaturas são esperadas até 1 de abril, prazo final para a submissão de candidaturas (ver: https://news.un.org/pt/story/2026/03/1852636).

Há razões fortes para se admitir que candidatas mulheres, originárias da América Latina, têm chances diferenciadas para vencer as eleições. O processo começa com indicações dos Estados-membros, seguido de votações informais (sondagens) pelo Conselho de Segurança até haver consenso. O candidato precisa de 9 votos favoráveis e nenhum veto dos cinco membros permanentes (EUA, Rússia, China, França e Reino Unido). A aprovação final é da Assembleia Geral, tradicionalmente por aclamação. A eleição se realiza em setembro de 2026 e a posse do novo(a) SG está prevista para janeiro de 2027, com mandato de 5 anos, admitindo uma reeleição. Os *Cadernos* vão acompanhar e trarão periodicamente informações aos leitores sobre este tema de incontornável importância para a governança global e dada a poderosa influência desta sobre a saúde humana e planetária.

Na **OMS,** haverá *eleições para Diretor(a)-Geral* em maio de 2027, para substituir Tedros Adhanom, que encerra seu segundo mandato em agosto do próximo ano. Parece que falta ainda muito tempo, mas a movimentação das candidaturas já começa, pois são sempre antecedidas de amplas negociações entre países. Embora o edital oficial de indicações esteja previsto para abril de 2026 e nenhum candidato tenha se declarado formalmente, os rumores no cenário da saúde global já estão a todo vapor, circulando os nomes de pelo menos 12 candidatos, de Jacarta a Berlim. Vamos acompanhar de perto todo o processo pois há um candidato brasileiro de peso, o dr. *Jarbas Barbosa, atual diretor da OPS*, com grandes chances, por ser um técnico de altíssima competência, ter visibilidade internacional e vir da América Latina, região que há muito não dá um DG para a OMS. A revista *Health Policy Watch* fez uma matéria especulando sobre candidaturas e descrevendo o perfil dos candidato(a)s, que pode ser acessada em https://healthpolicy-watch.news/want-to-become-who-director-general/.

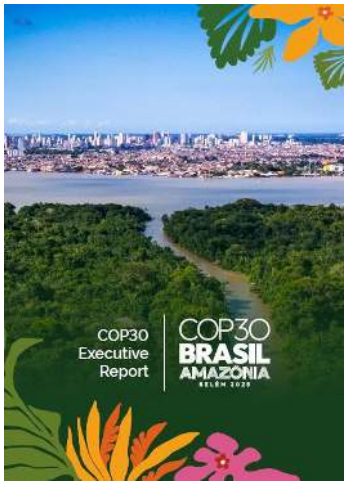
A 70ª Sessão da ***Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW70)***, realizada de 9 a 19 de março de 2026 em Nova York, é o principal fórum global da ONU focado na igualdade de gênero, focando no acesso à justiça para mulheres e meninas, empoderamento de mulheres idosas e o enfrentamento de violências.

O destaque da CSW70 em 2026 foi o *Acesso à Justiça*, buscando garantir e fortalecer o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas, inclusive promovendo sistemas jurídicos inclusivos e equitativos, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias e abordando barreiras estruturais, a eliminação de barreiras legais e a garantia de direitos. O documento final foi aprovado por maioria, com o Brasil atuando ativamente, mantendo referências a direitos sexuais e reprodutivos e reconhecendo o papel de mulheres afrodescendentes. Lideranças globais, entre as quais a delegação brasileira, barraram propostas que representariam retrocessos no documento final, reafirmando direitos à identidade de gênero e combate à impunidade de agressores. O encontro incluiu diversas reuniões, com destaque para a participação da sociedade civil, ativistas e iniciativas de empoderamento. O grupo sobre saúde da mulher abordará os resultados do CSW70 no próximo fascículo dos *Cadernos*.

Eleições no mundo em 2026

Para informação geral dos nossos leitores sobre *democracia e eleições*, buscamos referência sobre o que vai pelo mundo em 2026. Valemo-nos do trabalho publicado pelo *Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil*, que contém informações sobre todos os processos eleitorais para executivos e legislativos programados, e que está acessível em https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Janeiro/eleicoes-no-mundo-temporada-de-2026-ja-esta-aberta

Presidência brasileira da COP 30 divulga Relatório Executivo



A Presidência da COP30 divulgou na tarde de 19/03, em Brasília, o **Relatório Executivo** da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizada em Belém, documento que consolida os principais resultados políticos, normativos e de implementação, bem como os compromissos que orientarão o trabalho da Presidência nos próximos meses para manter o impulso da ação climática global. Veja a notícia em https://cop30.br/pt-br/relatorio-executivo-da-cop30. Acesse o documento integral em: file:///C:/Users/vpsgri/Downloads/COP30_Executive_Report_EN_March2026.pdf. Nossos analistas se debruçarão sobre o documento e apresentarão suas análises no próximo fascículo do Caderno.

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das Nações Unidas, ***Alcázar,*** comenta que a próxima pandemia encontrará um mundo despedaçado pelas guerras, sufocado pela mudança climática, insustentável pela fome e a pobreza, impossível pelas inequidades, quebrado pela desgovernança, perdido pela própria vontade. Quantos morrerão? É preciso dizer não à barbárie dos governos fora da lei, que agem como se não houvesse um amanhã. É preciso opor-se a matança e cobrar reparações por toda a destruição em andamento.

A **guerra entre Israel e os EUA contra o Irã** está engolfando todo o Oriente Médio e pode escalar para uma guerra global. As consequências econômicas já são graves e podem se tornar catastróficas. Para ***Sachs & Fares***, a *segurança coletiva na região*, imprescindível para haver paz, poderia ser alcançada por meio de *cinco medidas interligadas*. Primeiro, os Estados Unidos e Israel encerrariam imediatamente a agressão armada em toda a região e retirariam suas forças. Segundo, o Irã interromperia seus ataques retaliatórios contra os países do Conselho de Cooperação do Golfo e voltaria a submeter-se ao monitoramento da Agência Internacional de Energia Atômica no âmbito de um Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPOA) revisado – acordo que o presidente Trump abandonou de forma imprudente em 2018. Terceiro, o Estreito de Ormuz seria reaberto mediante acordo mútuo entre o Irã e os países do Conselho de Cooperação do Golfo. Quarto, a solução de dois Estados seria imediatamente implementada por meio da admissão da Palestina como membro pleno das Nações Unidas. Israel teria de pôr fim à ocupação da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental e retirar suas forças do Líbano e da Síria. Quinto, o reconhecimento pela ONU do Estado da Palestina serviria de base para um amplo processo

regional de desarmamento de todos os atores armados não estatais, verificado sob monitoramento internacional. O resultado final seria um retorno ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas. O artigo original, de 16/03, pode ser acessado em no site https://www.commondreams.org/opinion/how-to-end-the-iran-war e a tradução ao português neste fascículo

Buss, Reges, Magalhães e Alcázar afirmam que "*o mundo continua despreparado para enfrentar a próxima pandemia*" Os autores analisam as condições políticas, sociais, econômicas e ambientais vigentes, por meio do exame de informes globais recentes de instituições das Nações Unidas (Secretário Geral e UNEP), grupos de pesquisa (grupo sobre iniquidades, liderado por T. Piketty), ONGs (Oxfam), além do CEPI e Missão dos 100 dias, e alertam que as condições que levaram à pandemia de Covid19 não só permanecem, como pioraram. Concluem que sem um compromisso renovado com o multilateralismo, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, o mundo está, na prática, brincando com fogo. Os sinais de alerta são claros. A questão é se o mundo está disposto a agir antes que as chamas se alastrem novamente.

Para ***Garay*** a física moderna revela que a persistência da matéria e a evolução das estruturas cósmicas dependem de equilíbrios finamente calibrados entre forças e parâmetros fundamentais. A estabilidade quântica impede o colapso dos átomos; a expansão cosmológica ocorre dentro de condições estreitas que permitem a formação de galáxias e da vida. A humanidade existe dentro de uma janela histórica e cosmológica rara, na qual as origens e a dinâmica do universo ainda permanecem empiricamente observáveis. Em seu artigo, o autor argumenta que o princípio estrutural subjacente à estabilidade física — o equilíbrio dinâmico entre tendências opostas — oferece uma analogia profunda para os sistemas éticos. Com base nos trabalhos de Albert Einstein, Edwin Hubble, Max Planck, Werner Heisenberg e Richard Feynman, e relacionando essas ideias ao movimento SHEM (Sustainable Health Equity Movement), propomos que a equidade sustentável representa o análogo ético do equilíbrio físico. A convergência entre física e ética em torno do princípio do equilíbrio sugere um quadro unificador para a sustentabilidade planetária.

O informe de ***Equit. Negri Filho e Gaspar*** analisa os resultados da *61ª sessão do* ***Conselho de Direitos Humano****s (CDH/HRC)* com foco nas semanas 2 e 3, no Debate Geral, nos painéis temáticos sobre cultura de paz, financiamento do desenvolvimento e direitos das pessoas com deficiência, e nos diálogos sobre Belarus, Irã, Venezuela e Myanmar. Entre os destaques, foram abordadas a crise financeira do sistema multilateral, padrões de violações de direitos humanos, proteção de civis e crianças em conflitos armados, e desafios de responsabilização à luz do direito internacional.

O artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão,*** sobre a **OMS** analisa três dinâmicas recentes que ilustram desafios estruturais da saúde global contemporânea. O primeiro tema aborda o adiamento da *revisão do status de eliminação do sarampo nos Estados Unidos*, destacando a relação entre queda das coberturas vacinais, ressurgimento de surtos e tensões entre critérios técnicos e pressões políticas na governança sanitária internacional. Já o déficit de financiamento na oitava reposição de recursos do *Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária*, evidencia mudanças na arquitetura financeira da saúde global, marcadas pela retração de doadores tradicionais, maior participação de países implementadores e expansão do financiamento filantrópico. Examina-se *impactos sanitários da escalada do conflito no Oriente Médio*, incluindo deslocamentos populacionais, ataques a serviços de saúde, riscos ambientais e pressões sobre sistemas de saúde fragilizados. Em conjunto, os temas revelam como fatores

políticos, econômicos e geopolíticos influenciam a capacidade de resposta dos sistemas de saúde e das instituições multilaterais diante de desafios globais complexos.

Na área de **ambiente e saúde**, ***Magalhães e Galvão*** analisam, a partir de relevantes informes globais*, a interconexão crescente entre conflitos armados, degradação ambiental e impactos na saúde*, demonstrando que essas três dimensões formam uma crise sistêmica global. O aumento do número e da duração dos conflitos, que atingiram cerca de 130 guerras ativas em 2024, tem provocado mortes, deslocamentos massivos e colapso de sistemas de saúde, além de intensificar *a destruição de ecossistemas e a contaminação de solo, água e ar.* Ao mesmo tempo, as *mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais* atuam como fatores que ampliam tensões sociais e podem alimentar novos conflitos, especialmente em regiões vulneráveis como o Sahel, Darfur e a bacia do Lago Chade, todos na África. Os conflitos também contribuem para a *crise climática por meio de emissões militares* significativas e da destruição de infraestrutura, que exige nova exploração de recursos naturais para reconstrução. Esse ciclo de retroalimentação resulta em *graves impactos à saúde*, incluindo aumento de doenças infecciosas, desnutrição, deslocamento populacional e crises de saúde mental. Diante desse cenário, o relatório defende a necessidade de um novo contrato social e ambiental que integre políticas de paz, ambiente e saúde, amplie o financiamento climático para populações vulneráveis e incorpore as emissões militares nas políticas climáticas internacionais.

Peres e Tobar analisam que a aprovação, pelo Senado argentino, da chamada *Ley de Modernización Laboral*, em um contexto de melhor popularidade do *governo Javier Milei*, e a publicação, menos de uma semana depois do Decreto da *Presidente do México, Claudia Sheinbaum*, alterando a Constituição do país para reduzir a jornada de trabalho, mostram cenários distintos vivenciados no mundo do trabalho da América Latina, na atualidade. Essas reformas refletem *duas tendências na região*: expansão e garantia de direitos trabalhistas (México); e flexibilidade e redução dos custos trabalhistas, com impactos diretos e indiretos sobre direitos e redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores (Argentina). O impacto real de tais medidas, na região, dependerá de fatores estruturais como o enfrentamento à informalidade, a capacidade institucional do Estado de preservar as redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores e de políticas que protejam a saúde e os direitos trabalhistas frente às transformações no mercado de trabalho, no contexto da crise do capitalismo contemporâneo. Sob esta perspectiva, a *experiência mexicana* pode influenciar debates no sentido da promoção do trabalho decente na América Latina e, dessa forma, contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis. Enquanto a *experiência argentina* revela a possibilidade de vivermos um agravamento do desequilíbrio estrutural entre capital e trabalho, sobretudo no que diz respeito aos princípios protetivos historicamente conquistados por trabalhadores latino-americanos a partir da segunda metade do século XX.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** analisa a escalada recente do **conflito no Oriente Médio**, que tem gerado impactos significativos sobre a saúde pública e a situação humanitária na região. De acordo com a **Organização Mundial da Saúde (OMS),** os ataques armados têm provocado milhares de mortes, elevado número de feridos e crescente sobrecarga dos sistemas de saúde, agravada por ataques a instalações médicas, restrições de acesso a serviços e interrupções no fornecimento de medicamentos e equipamentos. O conflito também tem provocado **deslocamentos forçados em larga escala**, especialmente no Irã e no Líbano, resultando em superlotação de abrigos, deterioração das condições sanitárias e aumento do risco de doenças infecciosas, particularmente entre grupos

mais vulneráveis. Nesse contexto, organismos internacionais como o **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)** e a **Organização Internacional para as Migrações (OIM)** alertam para o agravamento da crise humanitária e para o risco de novos fluxos de deslocamento caso haja intensificação das tensões. As organizações destacam a necessidade de ampliar o financiamento humanitário, garantir a proteção de civis e dos serviços de saúde e assegurar o acesso da ajuda humanitária. De forma geral, as agências internacionais convergem na defesa da redução das hostilidades e da priorização de soluções diplomáticas como medidas essenciais para mitigar os impactos humanitários e sanitários e promover a estabilidade regional.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Vilellai, Massari e Gomes*** apresentam a 70ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU (CSW70), realizada entre 9 e 19 de março de 2026, em Nova York, destacando seu papel como principal fórum global de formulação de políticas para igualdade de gênero. Com o tema prioritário "garantir e fortalecer o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas", a sessão reúne governos, agências da ONU e sociedade civil para debater barreiras estruturais, violência de gênero, discriminação legal e desigualdades no acesso a sistemas judiciais. O texto descreve a estrutura do evento, que inclui preparação técnica, negociações intergovernamentais e centenas de eventos paralelos, além de apresentar como principal resultado as "Conclusões Acordadas", que orientam políticas globais. O texto também traz o tema do Dia Internacional das Mulheres, ressaltando que mulheres ainda têm menos direitos legais e enfrentam maiores obstáculos no acesso à justiça.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson e Oliveira*** refletem sobre dois eventos ocorridos na primeira quinzena de março: a *39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39)* e o *Dia Internacional das Mulheres.* Ambos os temas estão estreitamente ligados com a segurança alimentar e nutricional global, do protagonismo regional da América Latina e Caribe e no papel central das mulheres como agentes transformadoras dos sistemas alimentares, para que sejam efetivamente saudáveis, sustentáveis e justos.

Analisando as **instituições financeiras internacionais**, ***Cazumbá*** aponta que em meio a mais um conflito no Oriente Médio, a escalada de incertezas na economia e no comércio internacional voltaram a subir. *Kristalina Georgieva*, diretora-geral do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** fez algumas considerações a respeito deste cenário, mostrando preocupação com as instalações de petróleo danificadas e com o bloqueio do Estreito de Ormuz, indicando que mais um teste de resiliência virá para os países, mesmo que o conflito acabe rapidamente.

O informe de ***Tavares*** apresenta um quadro geral sobre as perspectivas do **Novo Banco de Desenvolvimento (NDB ou Banco dos BRICS)** para 2026. Esse cenário confirma o foco do Banco em seu mandato principal, na promoção do desenvolvimento sustentável e soberano das nações do Sul Global. Além disso, as perspectivas para 2026 incluem as estratégias do Banco; suas principais metas; a composição do seu portfólio do ponto de vista financeiro, bem como na perspectiva de ampliação e diversificação da sua carteira de Projetos. A ampliação geográfica, com inclusão de novos países membros, também é citada como estratégica. A manutenção de mecanismos alternativos de financiamento, com a utilização de moedas locais dos países para a redução do peso do dólar nos empréstimos do Banco, é considerada central. As perspectivas de uma ampliação e diversificação dos setores atuais de atuação do Banco apontam para a possibilidade de uma maior participação do setor saúde nos futuros financiamentos de novos projetos.

Chamas e Cesário analisam a **14ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – OMC (MC14),** prevista para ocorrer em março de 2026, em Yaoundé, Camarões, situando o evento no contexto mais amplo das transformações do comércio internacional, da inovação tecnológica e das tensões geopolíticas contemporâneas. A Conferência, órgão máximo decisório da OMC, reúne representantes dos membros para deliberar sobre temas estratégicos como reforma institucional, agricultura, subsídios à pesca, comércio e desenvolvimento e transferência de tecnologia. O encontro ocorre em um momento considerado decisivo para a Organização, diante das críticas ao sistema multilateral de comércio e da necessidade de fortalecer sua credibilidade e capacidade de resposta a desafios globais. O artigo também examina tendências recentes nos depósitos internacionais de patentes, destacando a concentração da atividade inventiva em tecnologias digitais, especialmente comunicação digital e semicondutores, com liderança da China e crescente protagonismo de empresas asiáticas. Paralelamente, discute a relevância dos minerais estratégicos da transição energética, cuja exploração e processamento oferecem oportunidades de desenvolvimento para regiões como a América Latina, embora persistam desafios relacionados à inclusão econômica, especialmente da participação feminina nas cadeias de valor minerais. Por fim, o texto aborda os impactos das disrupções no estreito de Ormuz sobre o comércio marítimo global. A queda abrupta no trânsito de navios elevou preços de energia, fretes e seguros, evidenciando a vulnerabilidade dos pontos críticos do transporte marítimo e seus efeitos sobre cadeias globais de suprimento, segurança energética e estabilidade econômica, particularmente em economias em desenvolvimento.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** apresenta uma síntese das agendas de 30 **organizações da sociedade civil (OSC)** monitoradas entre 27 de fevereiro e 12 de março de 2026. Entre os temas centrais, destacam-se as crises humanitárias e os conflitos armados, com ênfase nos seus impactos sobre civis, sistemas de saúde, insegurança alimentar e deslocamentos forçados, especialmente no Oriente Médio e na África. As OSC mencionam também os determinantes sociais da saúde, a desigualdade de gênero, as dificuldades de acesso à água e saneamento, os direitos reprodutivos, a alimentação saudável e a regulação de produtos nocivos à saúde. Os direitos humanos e a justiça social seguem no centro da agenda das *OSC de interesse público*. No que concerne às *OSC de interesse privado,* predominam as manifestações sobre preparação para pandemias, financiamento internacional, vacinas, doenças crônicas, saúde mental, inteligência artificial e reformas na governança global da saúde. Curiosamente, no último período, a crise climática foi objeto de manifestação de uma única organização. Em síntese, na última quinzena, a saúde global continua atravessada por crises simultâneas — sanitárias, geopolíticas, econômicas e sociais — e a sociedade civil continua tendo papel importante na produção de evidências e na pressão política, ainda que com limitações.

De Negri e De Negri Filho analisam as disputas trabalhistas na América Latina – retrocessos na Argentina, Equador e Panamá contrastando com avanços no México, Colômbia e Brasil; a mobilização sindical no Reino Unido pelo direito à alimentação; os impasses na Convenção Fiscal da ONU; novas evidências sobre desigualdade e emissões de GEE no Brasil; o relatório da ONU sobre "falência da água"; a crise hídrica em São Paulo agravada pela privatização da Sabesp; e o significado da decisão sobre Vanuatu para o direito internacional climático. Abordam a estratégia "Economics of Health for All" da OMS, o manifesto do 8 de março do "Movimento Popular pela Saúde", os impactos do bloqueio a Cuba, a continuidade do genocídio em Gaza com as práticas de medicide e ecocide, e os ataques ao Irã denunciados por movimentos de saúde. O informe evidencia como as crises climática, hídrica, fiscal e sanitária

estão conectadas pela mesma lógica imperialista e de financeirização, e como os movimentos sociais e sindicais voltam a ocupar centralidade na resistência.

Ungerer, Kastrup e Monteiro relatam que o **Sul Global** vem consolidando uma ofensiva diplomática para reformar a governança global. Nesse cenário, o **UNOSSC** evolui de entidade administrativa para um centro de inteligência financeira, gerindo fundos estratégicos (PGTF, IBSA, Índia-ONU) e fomentando corredores digitais para assegurar a soberania de dados do Sul. As declarações do **G-77 e China** no período reafirmam a centralidade do desenvolvimento e da erradicação da pobreza nas reformas da ONU. O Grupo defendeu processos liderados por Estados-membros, exigindo democratização tecnológica, justiça orçamentária e maior representação geográfica para garantir a implementação de mandatos essenciais. O **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)** se consolida como promotor do multilateralismo, defendendo a segurança regional e a reforma da ONU80, enquanto lidera a resistência ao protecionismo na OMC. Paralelamente, seu movimento jovem (**NAMYO)** reforça o protagonismo de 1,2 bilhão de jovens na Agenda 2030, defendendo o acesso à educação e ao trabalho digno.

O **Brasil,** por meio da **Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**, vem liderando projetos de alto impacto, como a formação de recursos humanos em saúde com Angola, a capacitação em reanimação neonatal em Moçambique e a projeção, via Fiocruz, da expansão do ensino técnico em Luanda. Na agenda socioambiental, o novo acordo Brasil-FAO expande o modelo de alimentação escolar do FNDE, enquanto a parceria com o Peru foca no trabalho decente na Amazônia sob supervisão da OIT. Complementarmente, o **Centro Sul** apresentou lições sobre Resistência Antimicrobiana e defendeu a transição da governança tributária global para a ONU. Juntos, esses atores transformam a soberania formal em capacidade operacional, consolidando o Sul Global como polo autônomo na ordem multipolar.

Sobre **BRICS**, ***Hoirisch e Albuquerque*** analisam a presidência da Índia em 2026, destacando sua atuação como líder do Sul Global em um cenário de incertezas geopolíticas e fragmentação econômica. A gestão indiana estrutura-se nos pilares de *Resiliência, Inovação, Cooperação e Sustentabilidade*. Sob o lema "*humanidade em primeiro lugar*", almeja-se uma ordem mundial multipolar e centrada no bem-estar humano. A autora enfatiza a continuidade da agenda brasileira de 2025, especialmente na promoção da saúde e na governança ética de tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial. Outro ponto central do informe é a *convergência política entre Brasil e África do Sul*, reafirmada na visita do presidente Ramaphosa a Lula em março de 2026. Este encontro resultou em compromissos assumidos para fortalecer a atenção primária, C,T&I, incluindo P&D de medicamentos e vacinas; o enfrentamento de doenças socialmente determinadas, entre outros. Nesse contexto, destaca-se a cooperação técnica a Fiocruz e instituições sul-africanas, como a Afrigen e a BioVac, no desenvolvimento de vacinas de mRNA sob a égide da OMS e do Medicines Patent Pool. Esta parceria materializa a transferência de tecnologia e o compartilhamento de dados essenciais para a autonomia produtiva de países de baixa e média renda.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa os grupos **G20 e G7,** assim como a **OCDE.** O informe aborda a ativação do site oficial do **G20** pela presidência dos Estados Unidos e detalha o cronograma de reuniões divulgado para 2026. O texto examina as prioridades estratégicas da gestão e a estrutura técnica, composta até então por apenas quatro grupos de trabalho, e manifesta preocupação com a exclusão de diversas pautas, como a saúde global, e com a omissão da África do Sul no novo portal. Os recentes encontros do **G7** focaram nas consequências econômicas da guerra no Oriente Médio, incluindo segurança energética, estabilidade dos mercados e liberdade de navegação. Os líderes coordenaram ações como a

liberação histórica de reservas estratégicas de petróleo pela AIE. Paralelamente, análises indicam possíveis convergências entre G7 e G20 em temas como desequilíbrios econômicos, ajuda ao desenvolvimento e minerais críticos. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a nova publicação derivada de sua pesquisa sobre dívida global, um estudo sobre parceria público-privada no Brasil e outro sobre proteção financeira contra riscos catastróficos e a atualização de dois dos seus índices estatísticos sobre economia mundial.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Brito e Tobar*** analisam como a América Latina é influenciada por três dinâmicas principais. Primeiro, as repercussões internacionais do conflito entre os Estados Unidos e o Irã estão gerando incerteza geopolítica e potenciais impactos econômicos e de segurança para a região. Segundo, persistem tensões políticas internas em diversos países latino-americanos, caracterizadas por polarização, crises institucionais e mudanças nas orientações ideológicas de seus governos. Por fim, o relatório menciona a iniciativa "*Escudo das Américas*", vinculada às estratégias de segurança e cooperação hemisféricas lideradas pelos Estados Unidos, que busca fortalecer a coordenação regional diante de ameaças estratégicas. Em conjunto, esses fatores delineiam um cenário de crescente complexidade geopolítica na América Latina, onde os desafios internos se combinam com as pressões do contexto internacional.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa dinâmicas recentes de **segurança e geopolítica no Sahel e na África Ocidental**, com destaque para a expansão do *Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM),* principal movimento jihadista da região. Fundado em 2017 no Mali, o grupo consolidou-se como força dominante no centro do Sahel e, desde 2019, passou a realizar ataques esporádicos em países costeiros do Golfo da Guiné, como Benim, Togo e Costa do Marfim. Embora essa expansão gere grande preocupação regional, o informe demonstra que ela não constitui prioridade estratégica absoluta para o JNIM, cujas lideranças temem a fragmentação interna e a perda de coesão organizacional. O informe descreve como o JNIM combina centralização estratégica com autonomia operacional local, desenvolvendo formas limitadas de governação em áreas sob sua influência. A expansão territorial oferece vantagens militares, financeiras e simbólicas, mas também acarreta riscos, como o enfraquecimento de bastiões no Sahel, tensões internas e recrutamento pouco confiável. Nesse contexto, os países costeiros são aconselhados a privilegiar ações de inteligência, policiamento comunitário e cooperação regional, evitando respostas exclusivamente militarizadas que podem agravar vulnerabilidades sociais. O texto também examina a reconfiguração geopolítica do Sahel, destacando o reposicionamento dos Estados Unidos após a retração europeia, a presença indireta de atores russos e o papel crescente do Marrocos como parceiro estratégico e mediador regional. A estratégia norte-americana caracteriza-se pelo pragmatismo, pelo diálogo com regimes militares e pela terceirização da segurança. Por fim, o informe amplia o debate ao *tratar o extremismo violento como um problema de saúde pública.* Defende-se uma abordagem preventiva, multissetorial e baseada em evidências, combinando segurança, saúde, educação e políticas sociais. Embora reconheça os limites e desafios dessa abordagem, o texto sustenta que ela pode contribuir para respostas mais sustentáveis à violência extremista.

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** alerta que a nova guerra do Golfo atingiu um nível crítico com o fechamento do Estreito de Ormuz, pelo Irã, por onde passa 20% do petróleo mundial. Como consequência, o preço do barril disparou, gerando uma ameaça inflacionária global. Em resposta imediata, um grupo de países liberou reservas estratégicas para tentar estabilizar o mercado. A crise também impulsionou a **União Europeia** a retomar o investimento em *energia nuclear*, com foco em *Pequenos Reatores Modulares (SMRs)* até 2030, visando

reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O conflito expôs rachaduras nas alianças tradicionais e mudanças táticas surpreendentes, como a suspensão temporária, por Donald Trump, das sanções ao petróleo russo para conter os preços internos, decisão duramente criticada por trazer fôlego financeiro para a invasão russa na Ucrânia. O mesmo Donald Trump que outrora criticava e impunha tarifaços à União Europeia, agora busca apoio dos Estados-membros para sua guerra sem coalizão. Na falta de apoio e adesão, o presidente estadunidense ameaça o futuro da OTAN. O cenário revela uma vulnerabilidade estratégica dos EUA, que se viram forçados a beneficiar a economia russa para evitar um colapso energético doméstico. Ao mesmo tempo, a crise reforça a urgência da transição ecológica, evidenciando que a dependência de combustíveis fósseis é dos principais gargalos da segurança das nações.

Já ***Marques***, no seu informe sobre **Ásia e Oriente Médio,** informa que a presidência rotativa da **ASEAN** em 2026 está com as *Filipinas*. E, ao que parece, Filipinas estão imprimindo a agilidade que esses tempos de esquentamento geopolítico e de várias guerras exigem. Para a ASEAN, resiliência não é mais uma aspiração, será o escudo principal. E é preciso agilidade. *Segurança e paz, prosperidade e empoderamento* são os motes da presidência filipina, no ideal e no papel. Para que saia do papel, a união desses 11 países diversos será fundamental. Terão que suplantar as divergências, rivalidades e animosidades entre países membros, como Camboja e Tailândia, que têm problemas/conflitos na fronteira, ou entre países parceiros, como Filipinas e China, que disputam áreas no Mar Meridional da China. Duas reuniões ministeriais já aconteceram e declarações foram emitidas, envolvendo questões preocupantes decorrentes da guerra no Oriente Médio, como energia e segurança alimentar. Também estão preocupados com as "investigações" americanas, subterfúgio para voltar a taxar países, inclusive aliados de peso. Sobre a **guerra no Oriente Médio**, o conflito já atingiu 14 países na região, mas os mais atingidos são o Irã e o Líbano, além de Gaza, claro. Desde 28 de fevereiro, já são centenas de mortes e milhares de feridos. OMS alerta que já é grande os impactos nos serviços de saúde e nas ajudas humanitárias. Já são milhares de deslocados. Bilhões gastos para matar pessoas, mulheres e crianças e insuflando ressentimentos. São inúteis as tentativas de bom senso contra a loucura, conclui a autora.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** destacam autoridades da China se reuniram para as *Duas Sessões*, as reuniões do *Conselho Nacional* e do *Legislativo Nacional*, e expôs um orçamento orientado para a diplomacia e para a ciência e tecnologia, com leve queda no aumento das rubricas militares. Foi aprovado ainda o novo *Código Ecológico*, que reúne inúmeras leis e visa criar uma jurisprudência reforçada para os mais variados temas ambientais, que incluem, por exemplo, poluição eletromagnética. É o segundo documento do tipo no país, tendo sido o primeiro o Código Civil de 2020. Em uma das reuniões da semana de atividades nacionais, o presidente Xi Jinping dedicou-se a falar do tema da *saúde*, e argumentou que metas de saúde estão intrinsecamente relacionadas com a modernização do país. Em coletiva de imprensa, o chanceler Wang Yi afirmou que o governo da China mantém "total confiança no futuro da humanidade" e fez críticas ao hegemonismo. O avanço dos serviços de saúde e do turismo de forma geral tem levado ao aumento do turismo médico da China, que une técnicas modernas, preços baixos e hotelaria de alto padrão.

Sobre os **EUA**, ***Luiz Augusto Galvão*** descreve os principais desenvolvimentos recentes na política de saúde global dos Estados Unidos. São apresentados: o andamento dos acordos bilaterais de saúde (Memorandos de Entendimento — MoUs) firmados no âmbito da Estratégia *America First Global Health Strategy*; os dados sobre compromissos de cofinanciamento por país; o status dos recursos científicos aprovados pelo Congresso para o NIH e agências

correlatas; as mudanças na política de financiamento de pesquisas sobre vacinas; a contribuição de universidades norte-americanas — em particular a Escola de Saúde Pública da Universidade de Boston (BUSPH) e a Universidade Washington em St. Louis (WashU) — para o debate sobre adaptação da saúde global; e as dimensões jurídicas e institucionais da retirada formal dos EUA da Organização Mundial da Saúde (OMS). O texto baseia-se em publicações de referência como KFF, *Health Affairs*, *Think Global Health* (Saúde Global JH), *Health Policy Watch* (Golden Fish), *The Lancet Global Health*, BUSPH, WashU e outras fontes especializadas.

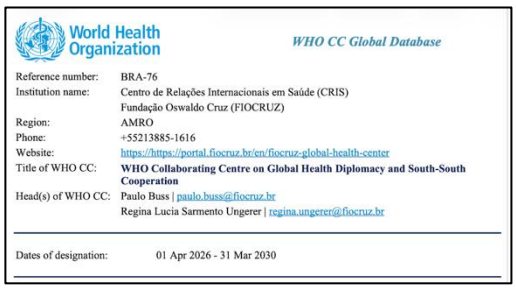
A seção **ESTANTE** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.



Seminários Avançados da Fiocruz discutem direitos humanos e saúde em 25 de março



Fiocruz redesignada pela 3ª vez como *Centro Colaborador da OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul* para o período de 2026-2030



World Health Organization — WHO CC Global Database

Reference number:	BRA-76
Institution name:	Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Region:	AMRO
Phone:	+55213885-1616
Website:	https://https://portal.fiocruz.br/en/fiocruz-global-health-center
Title of WHO CC:	**WHO Collaborating Centre on Global Health Diplomacy and South-South Cooperation**
Head(s) of WHO CC:	Paulo Buss | paulo.buss@fiocruz.br Regina Lucia Sarmento Ungerer | regina.ungerer@fiocruz.br
Dates of designation:	01 Apr 2026 - 31 Mar 2030

Já está disponível no portal dos Centros Colaboradores da OMS a confirmação da terceira redesignação do **Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul** na Fiocruz. A carta oficial de redesignação chegou às mãos do presidente Mario Moreira e as atividades previstas no novo plano de trabalho já estão em pleno desenvolvimento.

Designado originalmente em 2014 como Centro Colaborador da OMS para a Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, foi o primeiro centro com funções específicas voltadas para a cooperação horizontal. Desde o início, seus termos de referência e atividades estiveram estritamente vinculados ao Programa Geral de Trabalho (GPW) da OMS e ao Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

O Centro destaca-se, desde o início, pela disseminação de conhecimento em diplomacia da saúde e pela implementação da cooperação Sul-Sul, com ênfase nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Esta designação terminou em 2018 e o Centro Colaborador foi encaminhado para sua primeira redesignação (2019 a 2022). Por ocasião de sua segunda redesignação (2023 a 2026), o nome de Centro Colaborador foi modificado para *Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul*, o único Centro Colaborador da OMS dedicado à Diplomacia da Saúde Global. Em março de 2026, o Centro Colaborador foi redesignado para o seu terceiro ciclo (2027 a 2030).

Compromissos e atividades estratégicas – Neste novo período, o Centro Colaborador contribuirá com a OPAS/OMS por meio da gestão do conhecimento e do multilinguismo, visando consolidar a Cooperação Sul-Sul e o fortalecimento dos sistemas de saúde, proporcionando o desenvolvimento de teorias e práticas de saúde global e diplomacia da saúde.

Essa iniciativa será operacionalizada por meio de *seminários avançados quinzenais*, que promovem análises sistemáticas da governança internacional e regional, bem como dos contextos geopolíticos globais. Adicionalmente, o Centro manterá a produção regular de relatórios técnicos e materiais informativos, provendo análises estratégicas para atores nacionais e internacionais em todo o mundo, veiculados pelos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.*

Conselho Nacional de Saúde lança Documento Orientador da 18ª Conferência Nacional de Saúde

Na semana que se comemora os 40 anos da histórica ***8ª. Conferência Nacional de Saúde*** (Brasília, 17-21 de março de 1986), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) lança o documento orientador da ***18ª. Conferência Nacional de Saúde*** 18-CNS-Documento-Orientador-V..., que se realizará em junho de 2027, em Brasília.

A *etapa municipal* da 18ª CNS começa em 16 de março, e seguirá até 4 de julho, envolvendo conselhos de saúde, gestores, trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) nos 5.570 municípios brasileiros.



Com o tema: "*Saúde, Democracia, soberania e SUS — cuidar do povo é cuidar do Brasil*", a 18ª busca mobilizar conselheiras e conselheiros de saúde e a sociedade civil para discutir os rumos do sistema público de saúde. O objetivo é fortalecer a participação social e construir propostas que contribuam para o aprimoramento das políticas públicas de saúde, reafirmando a relação entre democracia, controle social e o direito universal à saúde.

Quatro *Eixos Temáticos* compõem a *18ªCNS:* (1) Democracia, saúde como direito e soberania nacional; (2) Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social; (3) Os desafios para o SUS na agenda nacional de defesa da vida e da saúde, incluindo emergências climáticas e justiça socioambiental; (4) Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral.

As *etapas* da 18ª CNS e respectivos *cronogramas* incluem: *Municipais* (16 de março a 4 de julho de 2026); *Estaduais, Distrital e Conferências Livres Nacionais* (janeiro a abril de 2027); *Nacional* (junho de 2027), em Brasília.

As conferências são espaços históricos de participação social no SUS e têm papel estratégico na definição de prioridades para o planejamento das políticas públicas. As propostas aprovadas poderão orientar instrumentos como os Planos Plurianuais (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e os planos de aplicação de recursos dos fundos de saúde. A expectativa do CNS é que o processo da 18ª. mobilize milhares de participantes em todo o país, fortalecendo o debate público e a construção coletiva de propostas para o futuro do Sistema Único de Saúde.

Brasil comemora 40 anos da 8ª. Conferência Nacional de Saúde

Divulgamos neste fascículo dos Cadernos a nota do ***Conselho Nacional da Saúde*** que comemora e celebra os 40 anos da Oitava, evento decisivo para estabelecer os compromissos políticos de dirigentes e sociedade civil em torno dos princípios que viriam a estabelecer o Sistema Único de Saúde na Constituição Federal de 1988 e, mais tarde, em 1990, na Lei 8.080.

Não deixe de ler a nota na pg. 254 deste Caderno. Na foto abaixo, a mesa dirigente, com José Sarney (presidente da República), Roberto Santos (Ministro da Saúde) e Sérgio Arouca (presidente da Comissão Organizadora da Conferência, entre outros.



Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil



A 1ª *Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1ª Conferência Nacional ODS)*, que se realiza em Brasília, de 29 de junho a 02 de julho de 2026, tem como propósito central sensibilizar, mobilizar e formar amplamente a sociedade brasileira em torno do debate público sobre a *Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* Busca-se, com máxima legitimidade, representatividade e participação social, promover um amplo processo democrático de construção de propostas e estratégias para implementação efetiva dos ODS em território nacional, bem como a promoção do letramento dos cidadãos e cidadãs sobre a Agenda 2030 e os ODS. Acesso a todas as informações sobre a Conferência em: 1ª Conferência Nacional ODS

Dia Mundial da Água, 22 de março



O precioso e imprescindível bem que nos oferece a natureza, a água, é comemorada todos os anos em 22 de março. É hoje um bem cada vez mais escasso e disputado, e muitos querem transformá-la em mais uma mercadoria, e não tratá-la como um bem público global, como de fato é. Neste ano, as comemorações contarão com o lançamento, em 19 de março, do *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento da Água 2026*, abordando o tema *Água para Todos: Igualdade de Direitos e Oportunidades*, que lança luz sobre disparidades persistentes no acesso à água e enfatiza caminhos concretos para uma governança da água mais justa, inclusiva e sustentável. (Ver: programação *World Water Day* na **UN WEBTV**, dias 19 e 20/03). No próximo fascículo dos *Cadernos*, acesso e análise do Relatório Mundial.

Marcus Lacerda, pesquisador brasileiro, assume TDR



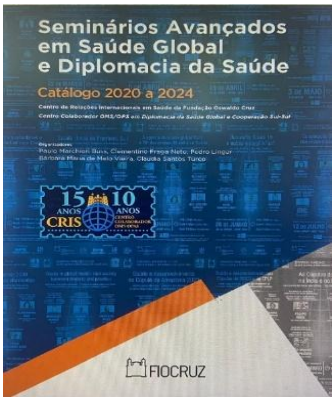
Ele tomou posse como novo diretor do *Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR)* da *Organização Mundial de Saúde (OMS),* credenciado pela sua experiência territorial na Amazônia e institucional na Fiocruz Amazônia e no Instituto de Medicina Tropical de Manaus. “Estou ansioso para avançar com a Estratégia TDR 2024-2029 e apoiar esforços para traduzir evidências em impacto, especialmente onde as necessidades são maiores. Estou ansioso para fazer parcerias com países e comunidades para fortalecer a capacidade, apoiar a liderança local e construir sistemas sustentáveis que perdurem”, declarou o novo diretor. Na foto, com a equipe de 30 profissionais que compõem o TDR, na sede em Genebra.

***Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia de Saúde* há 6 anos servindo a comunidade global**



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 130 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos *Cadernos* estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os dois primeiros, sobre "Geopolítica, saúde global e diplomacia da saúde" (04/02) e "Situação demográfica e epidemiológica global" (25/02), já estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

América Latina perde uma de suas grandes sanitaristas: Rocío Saenz



Nossa querida *María del Rocío Sáenz Madrigal* faleceu subitamente no domingo, 15 de março de 2026, em Santiago de Puriscal, em San José, à noite. Nascida em 2 de maio de 1958, tinha 67 anos. Médica, política e professora universitária, atuou como Ministra da Saúde da Costa Rica (2002-2006) e como presidente executiva do Fundo de Previdência Social da Costa Rica (CCSS) (2014-2017). Sáenz obteve seu diploma de medicina pela Universidade da Costa Rica (UCR) em 1996 e um mestrado em saúde pública pela Universidade La Salle, no México. Professora na Faculdade de Medicina da Universidade da Costa

Rica, coordenava o tema Políticas Públicas no Programa de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para a América Central (SALTRA) e consultora internacional. Esteve na origem da ALASAG (Aliança Latino-americana de Saúde Global) e atualmente coordenava a HENA/RAES (Rede para a Equidade em Saúde nas Américas. Ela publicou mais de 60 artigos, a maioria relacionada à promoção da saúde, políticas de saúde e sistemas de saúde.

====*====

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "estranha mania de ter fé na vida"; como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, nos guiamos pelo "pessimismo da razão e o otimismo da vontade".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os Seminários Avançados são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 19 de março de 2026

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar
Editor e editoras-associadas
Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde



Não

No

No

Santiago Alcázar

Resumo. O presente artigo parte de um diagnóstico recentemente publicado no jornal *O Globo*. A próxima pandemia encontrará um mundo despedaçado pelas guerras, sufocado pela mudança climática, insustentável pela fome e a pobreza, impossível pelas inequidades, quebrado pela desgovernança, perdido pela própria vontade. Quantos morrerão? É preciso dizer não à barbárie dos governos fora da lei, que agem como se não houvesse um amanhã. É preciso opor-se a matança e cobrar reparações por toda a destruição em andamento.

Resumen. *El presente artículo parte de un análisis publicado recientemente en el periódico* O Globo*. La próxima pandemia se encontrará con un mundo destrozado por las guerras, asfixiado por el cambio climático, insostenible debido al hambre y la pobreza, insoportable por las desigualdades, quebrantado por la mala gobernanza, perdido por su propia voluntad. ¿Cuántos morirán? Hay que decir no a la barbarie de los gobiernos fuera de la ley, que actúan como si no hubiera un mañana. Hay que oponerse a la matanza y exigir reparaciones por toda la destrucción en curso.*

Abstract. *This article draws on an analysis recently published in the newspaper* O Globo*. The next pandemic will find a world torn apart by wars, suffocated by climate change, rendered unsustainable by hunger and poverty, crippled by inequality, shattered by misgovernance, and lost to its own will. How many will die? We must say no to the barbarism of lawless governments that act as if there were no tomorrow. We must oppose the killing and demand reparations for all the destruction currently underway.*

"Sabe-se que a pandemia não foi apenas a circulação de um vírus entre bilhões de pessoas, que matou e deixou sequelas em milhões. Sua instalação se deveu a fatores ambientais, econômicos, sociais e políticos entrelaçados, que facilitaram sua rápida e devastadora propagação e que, lamentavelmente, permanecem assombrando o mundo".[1]

O sinal de alerta disparado pelo artigo do Doutor Buss é tão grave que se faz necessário sublinhar o óbvio. Os fatores ambientais, econômicos, sociais e políticos mencionados são produtos da vontade política e econômica das lideranças mundiais. Não são fatalidades contra as quais não há nada a fazer.

A eclosão de um vírus segue trilha marcada pela biologia. A propagação enreda a biologia com o fator humano de uma mão sobre a testa ou de um abraço apertado. Em seguida surgem as medidas de contenção e vigilância. As unidades de saúde logo ficam abarrotadas, sem insumos, medicamentos, vacinas e pessoal qualificado. Quebram-se as cadeias de suprimento. Faltam alimentos. Falta água. Transportes paralisados. Instala-se o caos. Nesse momento, em que a solidariedade poderia tornar-se lei natural, repicam velhos egoísmos incontidos pela vontade.

A cada passo decide-se isto ou aquilo. A cada passo entram em cena inúmeros fatores pessoais, culturais, sociais, econômicos, políticos, que se apoiam ou se opõem, misturados em uma confusão que ninguém pode entender em toda a sua complexa dimensão. Ainda assim, a cada passo dado bate-se na trilha dos fatores políticos e econômicos traçados pela vontade das lideranças.

A próxima pandemia poderá encontrar um mundo despedaçado pelas guerras, sufocado pela mudança climática, insustentável pela fome e a pobreza, impossível pelas inequidades, quebrado pela desgovernança, perdido pela própria vontade. Quantos morrerão?

Quantos morreram em Gaza e na Cisjordânia no genocídio cometido por Israel? Quantos mais irão morrer até alcançarem a limpeza étnica por eles desejada, não somente na Palestina, mas nos territórios adjacentes que, anexados, farão o Grande Israel? Quantos mais morrerão no Irã e no Líbano porque Israel busca a paz dos cemitérios pela força da destruição para a sua segurança? É chocante observar a cumplicidade obscena dos EUA e da Europa com a matança no Conselho de Segurança da ONU, incapaz de alcançar consenso para um cessar-fogo ou uma condenação a Israel. Talvez, como aponta Francesca Albanese, Relatora Especial da ONU para a Palestina, trata-se de "ver em Israel não uma anomalia na ordem mundial, mas o espelho no qual se descobrem as lógicas da exceção; as hierarquias coloniais entre vidas dignas de luto e as sacrificáveis; a retórica da segurança que garante a impunidade. A maioria dos países não confronta Israel porque em o fazendo comprometeriam a si próprios".[2]

Em outro plano, sanções econômicas aplicadas pelos EUA e Europa, de 1971 a 2021, mataram de fome 38 milhões de pessoas, segundo estudo conduzido pelo economista Francisco Rodrigues, da Universidade de Denver, publicado pelo The Lancet Global Health[3]. Segundo editorialista do Al Jazeera, as sanções são aplicadas como medida unilateral para "disciplinar" ou destruir países do Sul Global que ousam desprender-se do domínio ocidental, fazer o seu próprio caminho ou estabelecer soberania independente do poder hegemônico[4]. Também aqui há cumplicidade obscena. Não é possível matar 38 milhões de pessoas de fome sem o assentimento cúmplice de toda sequência de causas e efeitos assentada nas sendas abertas pela vontade política e econômica. As vítimas olham o pelotão de fuzilamento e pensam ver um mundo de fuzis apontados em sua direção.

A Carta da ONU em seu artigo 2(4) proíbe a ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou independência de um país. Ao longo dos 80 anos de história da ONU, são incontáveis as vezes em que essa disposição básica foi violada. O direito internacional, que garante a lei e a ordem no plano internacional – por exemplo, a segurança dos investimentos e dos empréstimos, o devido processo legal – também foi violado inúmeras vezes, mas quase sempre de maneira escondida e discreta, por debaixo do pano, como se diz, invisível aos olhos da opinião pública. Os golpes de estado e os assassinatos, afinal de contas, não seriam bem-vistos e poderiam custar caro para a imagem.

Hoje, na era dos selfies e da autopromoção, quem se importa com a imagem? A pergunta, eivada de contradição, diz algo, no entanto, sobre o nosso tempo. A profusão de selfies, ridículos na maior parte, tem menos a ver com a imagem em si do que com a manifestação da onipresença, antes somente atribuída aos deuses. Estar em toda parte, num restaurante caro, em cima de uma montanha, numa praia deserta, jogando-se de paraquedas, em um safari imitam a qualidade da onipresença e nos fazem parecidos a deuses, menores, claro está, mas deuses.

O Presidente Donald Trump não é um semideus, nem tem preocupação com a imagem, a sua ou à do país que representa. Em seu segundo mandato resolveu chutar o pau da barraca. No plano interno demitiu milhares de funcionários, cortou verbas de instituições de pesquisa, desacreditou a ciência, atacou as universidades, soltou a fúria do ICE em cima dos migrantes e de todo aquele que poderia perturbá-lo e jurou pela bíblia do MAGA. No plano externo, saiu da OMS, do Acordo de Paris, entre outros, para "proteger" os interesses norte-americanos. Ameaçou países, bombardeou o Irã com Israel, invadiu a Venezuela e sequestrou o Presidente Nicolas Maduro, bombardeou de novo o Irã com Israel, prometeu invadir Cuba de maneira amigável e reclamou que o Prêmio Nobel da Paz não lhe fora agraciado.

A Administração Trump produziu dois documentos de base: i) Estratégia Nacional de Segurança[5]; ii) Estratégia Nacional de Defesa[6]. Ambos esses documentos fazem pouco do direito internacional.

Os objetivos do primeiro são:

i) garantir a hegemonia nas áreas de IA, biotecnologia e computação quântica;
ii) garantir acesso desimpedido a recursos estratégicos;
iii) manter posição superlativa na produção de energia (petróleo);
iv) manter hegemonia financeira;
v) assegurar o domínio no Oriente Médio;
vi) manter a AL e o Caribe livre da influência ou presença "estrangeira" (China);
vii) garantir a estabilidade na região, de maneira forçada se necessários, para evitar a emigração para os EUA;
viii) manter o comércio em termos favoráveis aos EUA;
ix) reindustrialização.

Os objetivos do segundo são:

i) garantir a paz pela força;
ii) selar as fronteiras e deportar os migrantes ilegais;
iii) combater o narcoterrorismo, com ou sem a colaboração dos países envolvidos;
iv) restringir acesso a pontos estratégicos do hemisfério (Panamá, Groenlândia, Golfo do México). Aplicação da Doutrina Donroe;
v) instalar domo de ouro sobre toda a extensão do território dos EUA.

Ademais do óbvio descaso com o direito internacional incrustado nesses dois documentos, podem considerar-se as seguintes críticas:

1) Evidentemente há séria preocupação com o avanço da China. Em 2000, a economia da China era 8,5 vezes menor que a dos EUA. Hoje ela representa 2/3 da economia norte-americana – US$ 20 trilhões/ US$ 30 trilhões (o PIB da China em Paridade de Poder de Compra é maior que o americano: US$ 43 trilhões). A preocupação é ainda maior porque a 3ª economia do mundo é 6 vezes menor que a americana. Somente a China deu um salto tão grande em período tão curto. O que faz a China avançar muito mais do que os outros?
2) Restringir ou dificultar outros países a recursos estratégicos elevará as tensões e poderá gerar conflitos de dimensão desconhecida.
3) Ainda que a economia dos EUA seja consideravelmente maior que as outras e que o dólar mantém posição privilegiada no mercado é preciso considerar que a

hegemonia energética norte-americana se baseia em combustíveis fósseis. Péssima notícia para as políticas que visam redução de emissão de gases de efeito estufa.

4) A economia norte-americana é indiscutivelmente a maior e a mais resiliente entre as economias. O dólar continua a ter posição dominante em todos os mercados. Há, no entanto, uma crise. A dívida hoje supera os US$ 38 trilhões, 125% mais que o PIB. Trump diz que expandirá o gasto em defesa, elevando a soma em US$ 1,5 trilhões. Analistas pensam que esse aumento representará um aumento de US$ 5,8 trilhões à atual dívida. Os juros da dívida consomem, por ano, aproximadamente 15% do gasto do Governo, atrás apenas da Social Security. A dívida exorbitante causa incerteza e desconfiança entre investidores. É difícil imaginar como Trump poderá levar adiante as suas estratégias com uma economia tão comprometida. É interessante observar que o ataque combinado EUA/Israel na operação Epic Fury não tenha produzido corrida ao dólar. Desconfiança com a moeda norte-americana?

5) O Conselho de Paz, proposto por Trump para a Palestina é a instrumentalização do desejo de deixar para trás o Conselho de Segurança da ONU. O Conselho, como se sabe, não inclui a Palestina nem faz, entre os seus objetivos, qualquer referência a solução de dois Estados. Paz por meio da força apenas prolongará o conflito.

6) Soa anacrônico o anúncio do Corolário Trump para a América Latina.

7) Trump somente quer deter a emigração em massa aos EUA. Não está interessado com a promoção da democracia na região ou no mundo. Venezuela e Irã vêm à mente.

8) Regime de comércio que favoreça primordialmente os EUA é algo estapafúrdio.

9) A reindustrialização dos EUA tem mais de desejo do que de factibilidade

A pandemia que virá encontrará um mundo despreparado, não há dúvida. Em relação ao projeto de Tratado sobre Pandemias, da OMS, o instrumento que permitirá que, de forma coletiva todos estejam melhor preparados contra futuras ameaças pandêmicas e se evitem os erros do passado com a Covid-19, pesa o pesado obstáculo da oposição dos grandes laboratórios com o PABS, siglas em inglês para o mecanismo institucional que pode garantir o acesso livre e desimpedido aos patógenos e amplo compartilhamento dos benefícios. Os grandes laboratórios querem os patógenos, mas recusam-se a serem obrigados a compartilhar o benefício do monopólio sobre os patógenos. Argumentam que o mecanismo deveria restringir-se a eventual compartilhamento voluntário. Recusam, ademais, serem obrigados a transferir para a OMS 20% da produção de vacinas. Tudo deve ser feito de maneira voluntária. Não há dúvida que os laboratórios propõem a fórmula para repetir os erros do passado, quando pequeno percentual das vacinas foi encaminhada aos países em desenvolvimento e, de maneira cruel, à África[7].

O que fazer quando tudo parece desmanchar-se no ar? Multilateralismo despedaçado, direito internacional atropelado, ameaça e uso da força de maneira gratuita para servir interesses escusos, plano para tornar real o Grande Israel, com anexações para expandir o território, à semelhança das 13 colônias norte-americanas, ascensão do cristianismo-sionista.

Dizer não. Opor-se à loucura dos que traçaram essas trilhas da vontade política e econômica. Sancionar. Cobrar reparações. Nunca compactuar. Fortalecer a Assembleia Geral das Nações Unidas, o único foro universal onde atuam todos os integrantes do G-77+China, BRICS, G-20, etc., com legitimidade para contrapor-se à demência dos que permitiram que chegássemos até aqui pelas trilhas traçadas pela vontade política e econômica. É preciso dizer não e resistir a todos aqueles que se opõem à vida de maneira tão bárbara.

Referências

1. Jornal *O Globo*. Buss, Paulo M., *Mundo está despreparado para uma próxima pandemia*, Edição do dia 11/03/2026, pág. 2.

2. Albanese, Francesca. Anatomie d'une diffamation. Réponse à mes détracteurs. Disponível em: https://www.monde-diplomatique.fr/2026/03/ALBANESE/69365.

3. Rodríguez F, Rendón S, Weisbrot M. *Effects of international sanctions on age-specific mortality: a cross-national panel data analysis.* The Lancet Global Health, 13, e1358-e1366. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(25)00189-5/fulltext

4. Hickel, J., Sullivan D, Tayyab O. *US and EU sanctions have killed 38 million people since 1970*. Disponível em: https://www.aljazeera.com/opinions/2025/9/3/us-and-eu-sanctions-have-killed-38-million-people-since-1970

5. The White House. National Security Strategy of the United States of America. November 25. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf

6. US Department of War. National Defense Strategy. 2026 NDS. Disponível em: https://media.defense.gov/2026/Jan/23/2003864773/-1/-1/0/2026-NATIONAL-DEFENSE-STRATEGY.PDF

7. United Nations. Regional Information Centre of Western Europe. *Guterres calls failure to share vaccines a "moral outrage"*. 22 fev. 26. Disponível em: https://unric.org/en/guterres-calls-failure-to-share-vaccines-a-moral-outrage/

Acabar com a guerra de Trump e Netanyahu no Oriente Médio[1]

Poner fin a la guerra de Trump y Netanyahu en Oriente Medio

Ending the Trump-Netanyahu War in the Middle East

Jeffrey D. Sachs & Sybil Fares

> *Se não for interrompida em breve, essa guerra poderá facilmente transformar-se em um conflito global – efetivamente, em uma Terceira Guerra Mundial.*

A guerra travada por Israel e pelos Estados Unidos contra o Irã está envolvendo todo o Oriente Médio e pode escalar para um conflito de alcance global. As consequências econômicas já são graves e podem se tornar catastróficas. O Estreito de Ormuz é responsável pela passagem de aproximadamente um quinto de todo o petróleo comercializado no mundo e 30% do gás natural liquefeito (GNL) global. O fechamento prolongado do estreito provocaria um choque energético sem precedentes na história moderna.

É provável que o conflito saia do controle porque os Estados Unidos e Israel estão determinados a estabelecer hegemonia no mundo árabe e na Ásia Ocidental – uma hegemonia que combina a expansão territorial israelense com o controle de governos na região apoiado por Washington. O objetivo final seria a criação de um "Grande Israel", que absorveria toda a Palestina histórica, combinado com governos árabes e islâmicos submissos e desprovidos de soberania real, inclusive no que diz respeito às decisões sobre como e para onde exportar seu petróleo e gás.

Isso é ilusório. Nenhum país da região deseja que Israel atue sem limites como vem fazendo, matando civis em toda a região, destruindo Gaza e a Cisjordânia, invadindo o Líbano, atacando o Iraque e o Iêmen e bombardeando intensamente Teerã. Nenhum país deseja que suas exportações de hidrocarbonetos fiquem sob controle efetivo dos Estados Unidos. A guerra terminará se – e somente se – a repulsa global à agressão dos Estados Unidos e de Israel obrigar esses dois países a recuar. Caso contrário, provavelmente veremos o Oriente Médio em chamas e o mundo mergulhado em uma crise energética e econômica sem precedentes na história moderna. A guerra pode facilmente se transformar em um conflito global – efetivamente, em uma Terceira Guerra Mundial.

Ainda assim, existe uma alternativa. A guerra poderia cessar com base em critérios racionais caso Israel e os Estados Unidos fossem responsabilizados de maneira decisiva pelo restante do mundo. Encerrar o conflito exige um conjunto de passos interligados que ofereçam segurança básica a todas as partes – e, na verdade, ao mundo como um todo. O Irã precisa de um fim permanente da agressão de Estados Unidos e Israel. Os países do Golfo precisam que

[1] Publicado originalmente em *Common Dreams*, em 16 de março de 2026. Acesso: https://www.commondreams.org/opinion/how-to-end-the-iran-war. Tradução: Carolina Leocadio.

cessem os ataques retaliatórios do Irã. Os palestinos precisam de um Estado independente. Israel precisa de segurança duradoura e do desarmamento do Hamas e do Hezbollah. O mundo inteiro precisa da reabertura do Estreito de Ormuz e de monitoramento internacional do programa nuclear iraniano para garantir que ele cumpra o Tratado de Não Proliferação Nuclear, como o próprio Irã afirma desejar. E todos os países querem – ou deveriam querer – soberania real para si e para sua região.

A segurança coletiva poderia ser alcançada por meio de cinco medidas interligadas. Primeiro, os Estados Unidos e Israel encerrariam imediatamente a agressão armada em toda a região e retirariam suas forças. Segundo, o Irã interromperia seus ataques retaliatórios contra os países do Conselho de Cooperação do Golfo e voltaria a submeter-se ao monitoramento da Agência Internacional de Energia Atômica no âmbito de um Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPOA) revisado – acordo que o presidente Trump abandonou de forma imprudente em 2018. Terceiro, o Estreito de Ormuz seria reaberto mediante acordo mútuo entre o Irã e os países do Conselho de Cooperação do Golfo. Quarto, a solução de dois Estados seria imediatamente implementada por meio da admissão da Palestina como membro pleno das Nações Unidas. Israel teria de pôr fim à ocupação da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental e retirar suas forças do Líbano e da Síria. Quinto, o reconhecimento pela ONU do Estado da Palestina serviria de base para um amplo processo regional de desarmamento de todos os atores armados não estatais, verificado sob monitoramento internacional. O resultado final seria um retorno ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas.

Quem sairia vencedor com esse plano? Os povos da região – de Israel, Palestina, Líbano, Síria, Iraque e Irã – e também o restante do mundo. Quem perderia? Apenas os defensores do projeto do "Grande Israel", liderados por Benjamin Netanyahu, Itamar Ben-Gvir, Bezalel Smotrich e Mike Huckabee, que levaram o mundo à beira da destruição.

Eis os cinco passos com mais detalhes.

Primeiro: pôr fim à agressão armada de Estados Unidos e Israel

Israel e os Estados Unidos cessariam a agressão e retirariam suas forças. Em contrapartida, o Irã suspenderia seus ataques retaliatórios. Não se trataria de um simples cessar-fogo, mas do primeiro passo rumo a um acordo mais amplo de paz e a um arranjo de segurança coletiva.

Segundo: retorno ao JCPOA

A questão nuclear seria resolvida por meio de um monitoramento rigoroso da Agência Internacional de Energia Atômica, e não por campanhas de bombardeio que apenas colocariam o urânio enriquecido do Irã fora do alcance da supervisão internacional. O Conselho de Segurança da ONU restabeleceria imediatamente a estrutura básica do Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPOA) de 2015, segundo o qual o Irã deve cumprir estritamente o monitoramento da AIEA e os limites acordados para seu programa nuclear, enquanto as sanções econômicas contra o país seriam suspensas.

Terceiro: reabrir o Estreito de Ormuz em um marco Irã–Conselho de Cooperação do Golfo

O Estreito de Ormuz seria rapidamente reaberto, com a passagem segura garantida conjuntamente pelo Irã e pelos países do Conselho de Cooperação do Golfo. Esses países afirmariam sua soberania sobre as bases militares situadas em seus territórios, de modo a

assegurar que elas não sejam utilizadas como plataformas de lançamento para novos ataques ofensivos contra o Irã.

Quarto: a solução de dois Estados

A solução de dois Estados seria implementada com a admissão da Palestina na ONU como o 194º Estado-membro permanente. Para isso, bastaria que os Estados Unidos retirassem seu veto. A criação do Estado palestino está em conformidade com o direito internacional e com a Iniciativa de Paz Árabe, que está sobre a mesa desde 2002. Em contrapartida, os países da região estabeleceriam relações diplomáticas com Israel, e o Conselho de Segurança da ONU enviaria forças de paz para garantir a segurança tanto da Palestina quanto de Israel.

Quinto: o fim da beligerância armada.

Em conjunto com a solução de dois Estados, toda a beligerância armada na região cessaria imediatamente, incluindo o desarmamento do Hamas, do Hezbollah e de outros atores armados não estatais. No caso da Palestina, o desarmamento do Hamas reforçaria a autoridade do Estado palestino. No caso do Líbano, o desarmamento do Hezbollah restauraria a plena soberania libanesa, com as Forças Armadas do Líbano como única autoridade militar no país.

O desarmamento seria verificado por monitores internacionais e garantido pelo Conselho de Segurança da ONU.

O ponto central é que a guerra de Israel e dos Estados Unidos contra o Irã não ocorreu no vácuo. A estratégia *Clean Break*, desenvolvida por Netanyahu e por seus apoiadores neoconservadores norte-americanos em 1996 e implementada desde então, prevê que Israel estabeleça hegemonia na região por meio de guerras de mudança de regime, com os Estados Unidos atuando como parceiro executor. Como revelou o comandante supremo da OTAN à época, Wesley Clark, após o 11 de setembro, os Estados Unidos elaboraram, há um quarto de século, planos para derrubar governos em sete países: "começando pelo Iraque e depois Síria, Líbano, Líbia, Somália, Sudão e, por fim, Irã". Estamos, portanto, vivendo a culminação de um plano de longa data de Israel e dos Estados Unidos para dominar o mundo árabe e a Ásia Ocidental, criar um "Grande Israel" e bloquear permanentemente a criação de um Estado palestino.

Não somos otimistas quanto às chances de nosso plano. O governo israelense é assassino, e Trump tem uma visão delirante do poder dos Estados Unidos. Talvez já estejamos nos primeiros dias da Terceira Guerra Mundial. Ainda assim, como o que está em jogo é tão grande, vale a pena apresentar soluções reais, mesmo que as probabilidades de sucesso sejam pequenas. Acreditamos, no entanto, que o mundo não ocidental – a parte que não é composta por Estados vassalos do poder norte-americano – compreende a urgência da paz e da segurança.

Quem, então, poderia defender um plano de paz ao qual os Estados Unidos e Israel resistirão com todos os meios à sua disposição, até que o peso da oposição global e de uma catástrofe econômica não lhes deixe outra escolha senão aceitá-lo?

Há um grupo principal, e ele é formado pelos países do *BRICS.*

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, juntamente com os novos membros do bloco – que agora incluem Emirados Árabes Unidos, Irã, Egito, Etiópia e Indonésia –, representam aproximadamente metade da população mundial e mais de 40% do PIB global (em comparação com os 28% atribuídos aos celebrados, porém superestimados, países do G7). O BRICS tem

credibilidade, peso econômico e não carrega o histórico de cumplicidade com o imperialismo no Oriente Médio que caracteriza outras potências, o que lhe permitiria trazer o mundo de volta à razão. O bloco deveria convocar uma cúpula de emergência e apresentar um marco comum que incorporasse as condições para a paz e a segurança, o qual seria então levado ao Conselho de Segurança da ONU. Ali, a opinião mundial diria aos Estados Unidos e a Israel que parem de empurrar o mundo para a catástrofe e lembraria a todos os países de que devem respeitar a Carta das Nações Unidas.

Brincando com fogo: O mundo continua despreparado para a próxima pandemia[1]

Jugando con fuego: El mundo sigue sin estar preparado para la próxima pandemia.

Playing with fire: The world remains unprepared for the next pandemic

Paulo M. Buss, Paula Reges, Danielly Magalhães e Santiago Alcázar

Sumário. Os autores analisam as condições políticas, sociais, econômicas e ambientais vigentes, por meio do exame de informes globais recentes de instituições das Nações Unidas (Secretário Geral e UNEP), grupos de pesquisa (grupo sobre iniquidades, liderado por T. Piketty), ONGs (Oxfam), além do CEPI e Missão dos 100 dias, e alertam que as condições que levaram à pandemia de Covid19 não só permanecem, como pioraram. Concluem que sem um compromisso renovado com o multilateralismo, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, o mundo está, na prática, brincando com fogo. Os sinais de alerta são claros. A questão é se o mundo está disposto a agir antes que as chamas se alastrem novamente.

Resumen. *Los autores analizan las condiciones políticas, sociales, económicas y ambientales actuales mediante el examen de informes globales recientes de instituciones de las Naciones Unidas (Secretario General y PNUMA), grupos de investigación (Grupo sobre Desigualdades, liderado por T. Piketty), ONG (Oxfam), así como CEPI y la Misión de los 100 Días, y advierten que las condiciones que llevaron a la pandemia de Covid-19 no solo persisten, sino que se han agravado. Concluyen que, sin un compromiso renovado con el multilateralismo, el desarrollo sostenible y la justicia social, el mundo está, en la práctica, jugando con fuego. Las señales de alerta son claras. La pregunta es si el mundo está dispuesto a actuar antes de que las llamas se propaguen de nuevo.*

Summary. *The authors analyze the prevailing political, social, economic, and environmental conditions through an examination of recent global reports from United Nations institutions (Secretary-General and UNEP), research groups (group on inequalities, led by T. Piketty), NGOs (Oxfam), as well as CEPI and the 100-Day Mission, and warn that the conditions that led to the Covid-19 pandemic not only remain but have worsened. They conclude that without a renewed commitment to multilateralism, sustainable development, and social justice, the world is, in practice, playing with fire. The warning signs are clear. The question is whether the world is willing to act before the flames spread again.*

[1] Publicado originalmente no blog CEE em 12/03/2026 (acesso: https://cee.fiocruz.br/brincando-com-fogo-o-mundo-continua-despreparado-para-a-proxima-pandemia/), desenvolvido a partir de artigo publicado por P.M.Buss no jornal *O Globo* (ed. 11/03/2026, pág. 3)

Há seis anos, em 11 de março de 2020, o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou a COVID-19 uma pandemia. Foi um dos momentos mais dramáticos e decisivos do primeiro quartel do século XXI. A declaração marcou não apenas uma emergência de saúde global de escala sem precedentes nos tempos modernos, mas também o início de transformações profundas e duradouras na forma como as pessoas vivem, as sociedades funcionam, as economias operam e os sistemas políticos respondem às crises.

Desde então, um vasto conjunto de literatura científica documentou os impactos sociais, econômicos, ambientais, psicológicos, tecnológicos, políticos e outros da COVID-19[2,3]. Modos de vida inteiros foram alterados. Os sistemas de saúde foram levados ao limite. As cadeias de suprimentos falharam. As desigualdades se aprofundaram. A confiança nas instituições foi testada. A pandemia expôs vulnerabilidades estruturais que haviam sido ignoradas por muito tempo.

O que tem sido menos examinado sistematicamente, no entanto, são os fatores mais profundos e interconectados que tornaram uma pandemia como essa não apenas possível, mas provável. A COVID-19 não surgiu do nada. Ela emergiu de uma complexa rede de perturbações ecológicas, urbanização acelerada, condições de trabalho precárias, sistemas de saúde frágeis e desigualdades socioeconômicas crescentes[1,2]. A menos que esses determinantes estruturais sejam enfrentados direta e imediatamente, as populações mais vulneráveis mais uma vez arcarão com o fardo mais pesado na próxima crise global de saúde.

As *condições políticas e econômicas* que facilitam as pandemias não só se mantêm, como pioraram. Relatórios de importantes instituições globais apontam para retrocessos democráticos, fragmentação geopolítica e declínio da confiança na cooperação multilateral[4].

A *degradação ambiental* continua sem cessar. De acordo com as avaliações mais recentes do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA),* por meio do seu *Outlook 7*[5], as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a poluição e a perturbação dos ecossistemas estão se intensificando. O modelo econômico predominante de "*business as usual*" continua a impulsionar a superexploração dos recursos naturais, aumentando a probabilidade de eventos de transmissão zoonótica.

Ao mesmo tempo, a *governança global da saúde* está sob pressão. A autoridade e o papel normativo da OMS foram desafiados por atores poderosos, enquanto as negociações em torno *do Acordo sobre a Pandemia* e a implementação do *Regulamento Sanitário Internacional* revisado enfrentaram persistentes dissensões políticas[6]. Países poderosos como os EUA definem

[2] World Health Organization (WHO). *Coronavirus disease (COVID-19) pandemic.* Access: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019 Accessed: Jan 20, 2026.
[3] The Lancet. *COVID-19 Resource Centre.* Access: https://www.thelancet.com/coronavirus Accessed: Jan 20, 2026.
[4] World Economic Forum (2026). *The Global Risks Report.* Access: WEF_Global_Risks_Report_2026.pdf. Accessed: Jan 20, 2026.
[5] United Nations Environment Programme (UNEP) (2025). *Global Environment Outlook 7: A future we choose – Why investing in Earth now can lead to a trillion-dollar benefit for all*. Nairobi. Access: https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/49014 Accessed: Jan 20, 2026.
[6] Ver os informes do *GT Fiocruz/USP sobre Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI* em: https://saudeglobal.org/

posicionamentos isolados e autocentrados em saúde global[7]. Em vez de consolidar uma arquitetura multilateral mais forte para preparação e resposta, o mundo está politicamente fragmentado.

As tendências financeiras são igualmente preocupantes. A ajuda oficial para o desenvolvimento e para a saúde estão em declínio[8,9]. Os países doadores tradicionais estão reduzindo os gastos com desenvolvimento, enquanto aumentam as despesas militares[10]. O enfraquecimento ou desmantelamento das principais agências de ajuda — principalmente a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) — sinaliza um recuo preocupante da solidariedade internacional. Para os países de baixa e média renda, particularmente no Sul Global, essa contração no financiamento externo põe em risco os ganhos arduamente conquistados no fortalecimento dos sistemas de saúde e na preparação para epidemias.

As desigualdades socioeconômicas, tanto dentro dos países quanto entre eles, continuam a aumentar[11]. A concentração de riqueza acelerou, enquanto os sistemas de proteção social permanecem inadequados[12].

A ciência da resposta a surtos nunca esteve tão avançada. Há agora um amplo reconhecimento da necessidade de operar em redes, em vez de silos, integrando vigilância, pesquisa, produção e sistemas de saúde pública[13]. Paradoxalmente, iniciativas de preparação para pandemias, como a *Missão dos 100 Dias do IPPS*[14] e a *Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI)*[15], alertaram repetidamente que alcançar o acesso equitativo a diagnósticos, terapias e vacinas será cada vez mais difícil sem um compromisso político sustentado e financiamento previsível.

---

[7] US Department of State (2025). *America First Global Health Strategy.* Acesso: https://www.state.gov/wp-content/uploads/2025/09/America-First-Global-Health-Strategy-Report.pdf

[8] The Lancet (Richard Horton, ed.). *Offline: Health—the forgotten foreign policy goal*. Acesso: Offline: HealthÃ¢â‚¬â€?the forgotten foreign policy goal

[9] The P4H Network. *Official development assistance for health: an expected 40% reduction* Acesso: Official development assistance for health: an expected 40% reduction – P4H Network

[10] United Nations. *The Security We Need: Rebalancing Military Spending for a Sustainable and Peaceful Future* – Report of the Secretary-General. Acesso: https://front.un-arm.org/Milex-SDG-Study/SG_Report_TheSecurityWeNeed.pdf

[11] Moshrif, R.; Piketty, T. et al. (2026). *World Inequality Report 2026*, World Inequality Lab. wir2026.wid.world. Acesso: https://wir2026.wid.world/www-site/uploads/2026/01/World_Inequality_Report_2026.pdf

[12] OXFAM International (2026). *Resisting the Rule of the Rich: Defending Freedom Against Billionaire Power.* Acesso: https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2026-01/EN%20-%20Resisting%20the%20Rule%20of%20the%20Rich_0.pdf

[13] Ver, por exemplo: *Manual de Resposta Nacional a Surtos da Rede Global de Alerta e Resposta a Surtos* tradução ao português em: manual-de-resposta-nacional-a-surtos-da-rede-global-de-alerta-e-resposta-a-surtos-4.pdf

[14] International Pandemic Preparedness Secretariat (IPPS) (2026). *100 Days Mission Implementation Report Progress in 2025 & Priorities for 2026*. Acesso: https://d7npznmd5zvwd.cloudfront.net/prod/uploads/2026/01/IPPS_Implementation-Report-2026_V6-WEB.pdf

[15] Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI) (2025). *CEPI 3.0 Strategy (2027-2031)*. Acesso: https://static.cepi.net/downloads/2026-02/CEPI%203.0%20Strategy%20Report%20DIG%20ENG%20FINAL.pdf

Uma mudança adicional complica esse cenário: a crescente securitização da saúde global[16]. A saúde é cada vez mais enquadrada na linguagem e nas instituições da segurança nacional e internacional. Embora esse diálogo intersetorial possa fortalecer a preparação, ele também levanta questões críticas. Quando a saúde está inserida em estruturas de segurança, a segurança de quem é priorizada? O Norte Global e o Sul Global operam com a mesma compreensão de ameaça, risco e resposta? E a securitização corre o risco de subordinar o capital próprio a interesses estratégicos?

Seis anos após a declaração da pandemia, uma forma preocupante de amnésia coletiva parece estar se instalando. Em alguns círculos políticos, há uma negação aberta das lições da COVID-19. Em outros, há fadiga, complacência ou um desejo de "seguir em frente". Mas os patógenos não se importam com o humor político. Doenças infecciosas emergentes e reemergentes estão se acelerando, impulsionadas pelas mudanças climáticas, pela mobilidade e pela perturbação ecológica.

A próxima pandemia não é uma questão de "se", mas de "quando". Se ela será mais devastadora que a COVID-19 depende menos da nossa capacidade tecnológica do que da nossa vontade política. As populações do Sul Global, desproporcionalmente afetadas pelas consequências sanitárias e econômicas da COVID-19, exigem ações racionais, cooperativas e equitativas das instituições globais e das potências multipolares concorrentes. Sem um compromisso renovado com o multilateralismo, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, o mundo está, na prática, brincando com fogo. Os sinais de alerta são claros. A questão é se estamos dispostos a agir antes que as chamas se alastrem novamente.

[16] Antoine Flahault, Didier Wernli, Patrick Zylberman and Marcel Tanner. From global health security to global health solidarity, security and sustainability. Bull World Health Organ. 2016 Dec 1;94(12):863. doi: 10.2471/BLT.16.171488

A física e a ética convergem no princípio do equilíbrio: do equilíbrio quântico à equidade sustentável

La física y la ética convergen en el principio del equilibrio: del equilibrio cuántico a la equidad sostenible

Physics and Ethics Converge on the Principle of Balance: From Quantum Balance to Sustainable Equity

Juan Garay

Resumo. A física moderna revela que a persistência da matéria e a evolução das estruturas cósmicas dependem de equilíbrios finamente calibrados entre forças e parâmetros fundamentais. A estabilidade quântica impede o colapso dos átomos; a expansão cosmológica ocorre dentro de condições estreitas que permitem a formação de galáxias e da vida. A humanidade existe dentro de uma janela histórica e cosmológica rara, na qual as origens e a dinâmica do universo ainda permanecem empiricamente observáveis. Este artigo argumenta que o princípio estrutural subjacente à estabilidade física — o equilíbrio dinâmico entre tendências opostas — oferece uma analogia profunda para os sistemas éticos. Com base nos trabalhos de Albert Einstein, Edwin Hubble, Max Planck, Werner Heisenberg e Richard Feynman, e relacionando essas ideias ao movimento SHEM (Sustainable Health Equity Movement), propomos que a equidade sustentável representa o análogo ético do equilíbrio físico. A convergência entre física e ética em torno do princípio do equilíbrio sugere um quadro unificador para a sustentabilidade planetária.

Resumen. *La física moderna revela que la persistencia de la materia y la evolución de las estructuras cósmicas dependen de equilibrios finamente calibrados entre fuerzas y parámetros fundamentales. La estabilidad cuántica impide el colapso de los átomos; la expansión cosmológica tiene lugar dentro de unas condiciones muy precisas que permiten la formación de galaxias y de la vida. La humanidad existe dentro de una ventana histórica y cosmológica excepcional, en la que los orígenes y la dinámica del universo aún son observables empíricamente. Este artículo sostiene que el principio estructural subyacente a la estabilidad física —el equilibrio dinámico entre tendencias opuestas— ofrece una analogía profunda para los sistemas éticos. Basándonos en los trabajos de Albert Einstein, Edwin Hubble, Max Planck, Werner Heisenberg y Richard Feynman, y relacionando estas ideas con el movimiento SHEM (Sustainable Health Equity Movement), proponemos que la equidad sostenible representa el análogo ético del equilibrio físico. La convergencia entre la física y la ética en torno al principio del equilibrio sugiere un marco unificador para la sostenibilidad planetaria.*

Abstract. *Modern physics reveals that the persistence of matter and the evolution of cosmic structures depend on finely tuned balances between fundamental forces and parameters. Quantum stability prevents the collapse of atoms; cosmological expansion occurs within narrow conditions that allow for the formation of galaxies and life. Humanity exists within a rare historical and cosmological window, in which the origins and dynamics of the universe remain empirically observable. This article argues that the structural principle underlying physical*

stability—the dynamic equilibrium between opposing tendencies—offers a profound analogy for ethical systems. Drawing on the work of Albert Einstein, Edwin Hubble, Max Planck, Werner Heisenberg, and Richard Feynman, and relating these ideas to the SHEM (Sustainable Health Equity Movement), we propose that sustainable equity represents the ethical analogue of physical equilibrium. The convergence between physics and ethics around the principle of equilibrium suggests a unifying framework for planetary sustainability.

1. Introdução: Um Universo Equilibrado em Limiares

O século XX transformou profundamente a compreensão humana da realidade. Com Einstein, o espaço-tempo passou a ser entendido como dinâmico e não estático. Edwin Hubble demonstrou que as galáxias se afastam umas das outras, revelando a expansão do universo. Max Planck introduziu a quantização da energia, e Werner Heisenberg formalizou o princípio da incerteza. Richard Feynman destacou posteriormente o fato extraordinário de que os seres humanos existem durante um intervalo histórico estreito no qual o universo já possui estruturas complexas e ainda é observável em seus sinais de origem.

Esses avanços revelam um padrão consistente: a existência física depende não do excesso, mas do **equilíbrio**.

2. Estabilidade Quântica: Por que a Matéria Existe

A eletrodinâmica clássica previa a instabilidade do átomo: um elétron em órbita deveria emitir radiação e colapsar no núcleo. A solução surgiu com a mecânica quântica.

A quantização proposta por Planck e o princípio da incerteza de Heisenberg demonstraram que confinar uma partícula em uma região arbitrariamente pequena implica aumento de momento e energia. O colapso total torna-se impossível.

Heisenberg observou:

> "O que observamos não é a natureza em si, mas a natureza exposta ao nosso método de questionamento."
>
> **Werner Heisenberg**

Assim, a estabilidade atômica não é um equilíbrio estático, mas um **equilíbrio dinâmico quantizado**:

- Localização excessiva → divergência de energia
- Dispersão excessiva → ausência de estrutura

A matéria persiste dentro de uma liberdade limitada.

3. Equilíbrio Cosmológico: Expansão, Gravidade e a Janela de Observabilidade

As equações de campo de Einstein descrevem a gravidade como curvatura do espaço-tempo. As observações de desvio para o vermelho feitas por Hubble revelaram que o próprio

espaço está em expansão. A posterior descoberta da radiação cósmica de fundo confirmou um estado inicial quente e denso.

A formação de estruturas cósmicas depende de condições delicadamente calibradas:

- Se a gravidade fosse significativamente mais forte → colapso prematuro do universo
- Se a expansão fosse muito rápida → galáxias não se formariam
- Se a energia escura dominasse cedo demais → estruturas complexas não existiriam

Vivemos em uma época cosmológica singularmente adequada para a cosmologia observacional:

- A radiação cósmica de fundo ainda é detectável
- Galáxias distantes permanecem visíveis
- A história da expansão pode ser reconstruída

No futuro distante, a expansão acelerada poderá isolar sistemas gravitacionalmente ligados. Observadores poderão perceber apenas um universo local aparentemente estático, sem evidência observável da origem cósmica.

Assim, a humanidade vive dentro de uma **janela epistemológica limitada**.

Feynman enfatizou repetidamente o caráter extraordinário dessa circunstância: somos seres conscientes em um universo que, por um tempo limitado, é inteligível.

4. Analogia Ética: Equidade Sustentável

O movimento **Sustainable Health Equity Movement (SHEM)** propõe um modelo de equidade sustentável fundamentado nos limites planetários, na justiça distributiva e na responsabilidade intergeracional.

No plano social encontramos tensões semelhantes:

- crescimento econômico vs. limites ecológicos
- autonomia individual vs. bem-estar coletivo
- acumulação de recursos vs. distribuição equitativa

Consumo excessivo desestabiliza os ecossistemas. Concentração extrema de riqueza desestabiliza a coesão social. Restrição excessiva sufoca inovação e vitalidade.

A equidade, nesse quadro, não significa uniformidade, mas **equilíbrio dinâmico dentro de limites biofísicos**.

Assim como a estabilidade atômica exige liberdade limitada, sociedades sustentáveis exigem **expansão dentro de limites**.

5. Do Equilíbrio Físico à Responsabilidade Ética

A física não prescreve moralidade. Contudo, ela revela uma verdade estrutural: sistemas complexos persistem apenas dentro de **intervalos de estabilidade**.

A civilização humana enfrenta hoje instabilidades planetárias — mudança climática, perda de biodiversidade e profundas desigualdades em saúde — que refletem desvios desses intervalos.

Se sistemas físicos colapsam quando parâmetros ultrapassam domínios de estabilidade, é improvável que sistemas sociais sejam exceção.

A convergência entre física e ética ocorre no reconhecimento de que a sustentabilidade requer **equilíbrio calibrado**.

6. Amor como Equilíbrio Consciente

Na física, o equilíbrio é imposto pelas leis naturais. Nos sistemas humanos, ele deve ser **escolhido**.

O amor pode ser reinterpretado não apenas como emoção, mas como princípio estrutural: a decisão consciente de manter condições que permitam o florescimento mútuo.

Onde a física mantém o equilíbrio por leis, a humanidade deve sustentá-lo por ética.

A equidade sustentável torna-se, assim, a tradução ética de um princípio cosmológico.

7. Conclusão

O microcosmo persiste graças ao equilíbrio quântico. O macrocosmo evolui por meio do equilíbrio entre gravidade e expansão. As sociedades humanas sobrevivem por meio do equilíbrio ético.

Vivemos em uma rara janela cosmológica e civilizacional na qual os riscos do desequilíbrio são cientificamente visíveis.

A física e a ética convergem no princípio do equilíbrio.

Ignorar essa convergência é arriscar o colapso. Abraçá-la é alinhar o desenvolvimento humano com a própria lógica estrutural do universo.

Referências

1. Einstein, A. (1915). *Die Feldgleichungen der Gravitation.*
2. Hubble, E. (1929). *A relation between distance and radial velocity among extra-galactic nebulae.*
3. Planck, M. (1901). *On the law of distribution of energy in the normal spectrum.*
4. Heisenberg, W. (1927). *Über den anschaulichen Inhalt der quantentheoretischen Kinematik und Mechanik.*
5. Feynman, R. P. (1965). *The Character of Physical Law.*
6. Sustainable Health Equity Movement (SHEM). *Sustainable Equity Framework.*

Entre a letra da lei e o som das sirenes: padrões de violação, evidências independentes e rotas de responsabilização

Entre la letra de la ley y el sonido de las sirenas: patrones de violación, pruebas independientes y vías de rendición de cuentas

Between the letter of the law and the sound of sirens: patterns of violation, independent evidence, and pathways to accountability

Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar

Resumo. O informe analisa os principais desenvolvimentos da 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, com foco nas semanas 2 e 3, no Debate Geral, nos painéis temáticos sobre cultura de paz, financiamento do desenvolvimento e direitos das pessoas com deficiência, e nos diálogos sobre Belarus, Irã, Venezuela e Myanmar. Entre os destaques, falou-se sobre a crise financeira do sistema multilateral, padrões de violações de direitos humanos, proteção de civis e crianças em conflitos armados, e desafios de responsabilização à luz do direito internacional.

Palavras-chave: ONU. Conselho de Direitos Humanos. HRC61. Direitos Humanos. Direito Internacional Humanitário. Crianças em Conflitos Armados. Direito ao Desenvolvimento. DESC.

Resumen. *El informe analiza los principales acontecimientos de la 61.ª sesión del Consejo de Derechos Humanos de la ONU, centrándose en las semanas 2 y 3, en el Debate General, en los paneles temáticos sobre la cultura de paz, la financiación del desarrollo y los derechos de las personas con discapacidad, y en los diálogos sobre Bielorrusia, Irán, Venezuela y Myanmar. Entre los aspectos más destacados, se habló de la crisis financiera del sistema multilateral, los patrones de violaciones de los derechos humanos, la protección de civiles y niños en conflictos armados, y los desafíos de la rendición de cuentas a la luz del derecho internacional.*

Palabras clave. *ONU. Consejo de Derechos Humanos. HRC61. Derechos Humanos. Derecho Internacional Humanitario. Niños en Conflictos Armados. Derecho al Desarrollo. DESC.*

Abstract. *The report analyzes the main developments of the 61st session of the UN Human Rights Council, focusing on weeks 2 and 3, the General Debate, the thematic panels on the culture of peace, financing for development, and the rights of persons with disabilities, and the dialogues on Belarus, Iran, Venezuela, and Myanmar. Among the highlights were discussions on the financial crisis of the multilateral system, patterns of human rights violations, the protection of civilians and children in armed conflict, and challenges to accountability under international law.*

Keywords. *UN. Human Rights Council. HRC61. Human Rights. International Humanitarian Law. Children in Armed Conflict. Right to Development. ESCR.*

Introdução

Entre a letra da lei e o som das sirenes, a 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (HRC61) expôs a tensão estrutural entre a normatividade internacional e a gravidade das violações que atravessam conflitos e regimes repressivos. Mais do que um encontro intergovernamental, o Conselho de Direitos Humanos (CDH – HRC) se torna uma arena de prova e contraprova: de um lado, os padrões jurídicos erigidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos e pelo Direito Internacional Humanitário; de outro, evidências independentes trazidas por missões de apuração, relatores especiais e sociedade civil, que descrevem, com precisão crescente, ataques a civis, criminalização da dissidência e erosão do espaço cívico.

Nesse sentido, tentativas de responsabilização surgem entre fugazes esperanças e frustações persistentes em uma busca desesperada para manter a integridade do sistema normativo — ao mesmo tempo, precisa lidar com constrangimentos financeiros, assim como acontece com todo o sistema ONU, que ameaça a capacidade operacional de proteção.

Ao longo da última quinzena da HRC61, os debates gerais se desenvolveram em torno dos itens 2, 3 e início do 4 da agenda[1] que tratam do Debate Geral a respeito do Relatório anual do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral (item 2) e a promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento (item 3), com painéis interativos e por fim, a exposição de situações de direitos humanos que requerem atenção do Conselho.

O fio condutor das semanas 2 e 3 da HRC61 é justamente a fricção entre norma e fato: como normas universais — distinção, proporcionalidade e precaução em conflitos; proibição de tortura e detenção arbitrária; direitos econômicos e sociais como obrigações — respondem a situações de risco extremo para civis, crianças, mulheres, minorias e defensores de direitos.

Ao final, discutiu-se de que modo reformas financeiras, desenho institucional e escolhas de política pública podem transformar diagnósticos em resultados mensuráveis de proteção, prevenção e reparação.

Destaques da segunda semana do HRC61 (2 a 6 de março de 2026)

Todos os relatórios do Secretário-Geral, do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) são apresentados no âmbito do ponto 2 da ordem de trabalhos, que permanece como ponto aberto ao longo de toda a sessão.

Podemos destacar três principais temas que marcaram o início dos debates:

(i) a crise de financiamento da ONU, que ameaça o funcionamento cotidiano dos mecanismos de direitos humanos;
(ii) a erosão do multilateralismo e a aplicação seletiva do direito internacional; e
(iii) o agravamento de conflitos (do Oriente Médio ao Sudão/RDC), com ênfase na proteção de civis, responsabilização e garantia de espaço cívico.

No plano das situações nacionais, organizações da sociedade civil sublinharam restrições severas às liberdades civis (por exemplo, Geórgia, Tanzânia, EUA), abusos contra migrantes e

[1] Agenda da HRC61 em espanhol e em inglês.

minorias e retrocessos democráticos, ressaltando prisões arbitrárias, uso excessivo da força e discriminação institucionalizada.

Também ganhou força o debate sobre o eixo tecnologias e direitos, com debate sobre lacunas regulatórias na coleta transfronteiriça de dados pessoais e impactos sobre privacidade e vigilância em contextos repressivos (Direito à privacidade).

Debate Geral com intervenções em nome de grupos regionais e coalizões de Estados

O Debate Geral constituiu um dos momentos que demonstram claramente as clivagens políticas e normativas que atravessam o sistema internacional de direitos humanos. As intervenções apresentadas em nome de grupos regionais e coalizões de Estados evidenciaram uma tensão persistente entre, de um lado, a defesa da responsabilização internacional por violações graves e do fortalecimento dos mecanismos independentes do Conselho e, de outro, a ênfase na soberania estatal, no princípio da não-intervenção e na crítica à seletividade política.

A **União Europeia**, falando em nome de um grupo de países, reafirmou apoio inequívoco à independência e ao mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR). Destacou que a crise de liquidez da ONU ameaça a efetividade do pilar de direitos humanos e defendeu financiamento previsível, com o pagamento integral e pontual das contribuições obrigatórias para assegurar a continuidade das funções de monitoramento, documentação e prevenção. Nesse sentido, a responsabilização por violações graves e a preservação do pilar de direitos humanos no contexto do processo de reformas institucionais da ONU (UN80) foram apresentadas como imperativos estratégicos, e não opcionais.

Em contraste, a **Venezuela**, intervindo em nome de um grupo de países, apresentou uma leitura crítica do funcionamento do Conselho, denunciando o que qualificou como politização e aplicação seletiva dos direitos humanos. A delegação condenou explicitamente as medidas coercitivas unilaterais (MCUs)[2], argumentando que tais práticas violam o direito internacional e agravam crises humanitárias e socioeconômicas. Nessa linha, questionou a legitimidade de determinados mandatos investigativos, considerados instrumentos de pressão política incompatíveis com os princípios da soberania e da não-intervenção.

Posições convergentes com essa leitura foram expressas por **Marrocos**, **Bahrein** (em nome do Conselho de Cooperação do Golfo) e pela **Arábia Saudita**, em nome do Grupo Árabe, todos enfatizando a necessidade de cooperação construtiva, diálogo e respeito aos contextos nacionais. Esses atores alertaram contra a instrumentalização política do Conselho e defenderam abordagens baseadas em assistência técnica, estabilidade regional e desenvolvimento, como vias mais eficazes para a promoção dos direitos humanos.

O Grupo Africano, representado pelo **Quênia**, e o Movimento dos Países Não Alinhados (NAM), por meio de **Uganda**, aprofundaram essa crítica estrutural ao insistirem nos princípios de igualdade soberana, não-seletividade e não-politização. Ambos os grupos sublinharam a interdependência entre direitos humanos, paz e desenvolvimento, advertindo que sanções, pressões externas e medidas coercitivas podem enfraquecer capacidades estatais e comprometer respostas estruturais às causas profundas das violações, como pobreza, endividamento e insegurança.

[2] Expressão usada para designar sanções e medidas aplicadas por uma Nação para "punir" determinado Estado seja qual for o motivo, real ou não, considerando tais unilateralismos como incompatíveis com o direito internacional e com impactos humanitários severos.

A **Colômbia**, falando em nome de um grupo de países, enfatizou a falta na centralidade das vítimas, a importância da responsabilização e o papel indispensável dos mecanismos independentes do Conselho para a prevenção de novas violações. A delegação destacou que a integração entre direitos humanos, construção da paz e desenvolvimento sustentável depende da existência de instituições capazes de produzir evidências confiáveis e de assegurar seguimento efetivo às recomendações internacionais.

Por sua vez, **Moçambique**, em nome de um grupo de países, destacou solidariedade internacional, prevenção e fortalecimento institucional, com atenção aos impactos de conflitos armados, terrorismo e choques socioeconômicos. A delegação defendeu abordagens integradas que articulem direitos humanos, paz e desenvolvimento sustentável, com maior investimento em assistência técnica e resiliência institucional.

Em síntese, o Debate Geral do Item 2 revelou menos um consenso substantivo e mais um campo de disputas normativas que atravessam o Conselho: entre *accountability* e soberania, entre mandatos investigativos e cooperação técnica, e entre a leitura dos direitos humanos como obrigações universais exigíveis ou como processos graduais condicionados por contextos nacionais. Essas falas moldaram não apenas o tom da semana subsequente do HRC61, mas também os limites práticos da ação multilateral em um cenário marcado por crises financeiras, conflitos armados e crescente fragmentação política do multilateralismo institucional.

Diálogos interativos

Os diálogos interativos constituem um dos mecanismos de trabalho do CDH em suas sessões regulares, exercendo sua função de supervisão, acompanhamento e debate com a sociedade civil organizada sobre temas e situações de países, com base em relatórios produzidos por procedimentos especiais, mecanismos investigativos e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR).

A HR61 foi marcada por uma sequência de diálogos interativos com titulares de mandatos de Procedimentos Especiais, que evidenciaram não apenas padrões persistentes de violação, mas também as tensões entre normatividade internacional, capacidades estatais e dinâmicas globais contemporâneas, incluindo conflitos armados, crise fiscal, digitalização acelerada e desigualdades estruturais.

(i) Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes

O diálogo interativo sobre a proibição absoluta da tortura foi informado por um conjunto articulado de relatórios: o relatório do Secretário-Geral sobre o Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura (A/HRC/61/27), o relatório sobre o Fundo Especial estabelecido pelo Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura – OPCAT (A/HRC/61/28) e os relatórios da Relatora Especial Alice Jill Edwards (A/HRC/61/42 e A/HRC/61/42/Add.1).

No diálogo, a tortura foi abordada não apenas como violação individual, mas como prática estrutural associada a contextos de autoritarismo, conflitos armados, sistemas penais disfuncionais e políticas securitárias, incluindo detenções arbitrárias, uso excessivo da força e repressão de dissidências. Destacou-se a centralidade do apoio às vítimas, tanto em termos de reabilitação física e psicossocial quanto de acesso à justiça, ressaltando o papel dos fundos voluntários como instrumentos concretos de reparação, frequentemente subfinanciados.

A Relatora Especial enfatizou ainda a importância dos mecanismos preventivos nacionais previstos no OPCAT (Sigla em inglês para *Optional Protocol to the Convention against Torture* – Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes), alertando para a lacuna entre ratificação formal e implementação efetiva, especialmente em contextos de crise institucional e restrição orçamentária.

(ii) Direito à privacidade

O diálogo interativo sobre o direito à privacidade ocorreu no contexto da renovação do mandato da Relatora Especial Ana Brian Nougrères com base os relatórios A/HRC/61/48 e A/HRC/61/48/Add.1.

O debate concentrou-se nos impactos sistêmicos da digitalização, da vigilância estatal e privada e do uso crescente de tecnologias emergentes, incluindo inteligência artificial, biometria e coleta transfronteiriça de dados. O direito à privacidade foi tratado como direito habilitador, intrinsecamente conectado às liberdades de expressão, associação, religião e participação política.

A Relatora destacou a fragmentação normativa internacional e a ausência de um regime jurídico global vinculante sobre coleta e transferência de dados, ressaltando os riscos desproporcionais para defensores de direitos humanos, jornalistas, minorias e populações em contextos autoritários. O diálogo evidenciou, assim, a urgência de abordagens regulatórias baseadas em direitos humanos, que conciliem inovação tecnológica e proteção da dignidade humana.

(iii) Liberdade de religião ou crença

No diálogo interativo relativo à liberdade de religião ou crença, o Conselho examinou os relatórios A/HRC/61/50 e A/HRC/61/50/Add.1 da Relatora Especial Nazila Ghanea.

As discussões abordaram padrões persistentes de discriminação, violência e criminalização com base em religião ou crença, incluindo leis sobre blasfêmia, perseguição a minorias religiosas, restrições ao culto e instrumentalização política da religião. Destacou-se a interseção entre liberdade religiosa, igualdade de gênero e direitos das minorias, bem como os efeitos corrosivos do discurso de ódio e da intolerância religiosa sobre a coesão social.

A Relatora enfatizou a necessidade de abordagens preventivas, baseadas em educação em direitos humanos, diálogo inter-religioso e fortalecimento do Estado laico, reafirmando que a liberdade de religião ou crença protege tanto crentes quanto não crentes.

(iv) Direitos culturais

O diálogo interativo sobre direitos culturais, conduzido a partir dos relatórios da Relatora Especial Alexandra Xanthaki, apresentou um escopo particularmente amplo e interdisciplinar. O relatório temático A/HRC/61/49, dedicado à relação entre direitos culturais e conservação da natureza, problematizou modelos de conservação ambiental que resultam em deslocamento, exclusão ou silenciamento de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os relatórios de visitas à República Democrática Popular do Laos (A/HRC/61/49/Add.1) e aos Estados Federados da Micronésia (A/HRC/61/49/Add.2), bem como os comentários estatais (Add.3), ilustraram tensões concretas entre políticas de desenvolvimento, conservação ambiental e direitos culturais.

O debate foi enriquecido por declarações escritas de organizações da sociedade civil, que trouxeram perspectivas críticas sobre marginalização cultural, diásporas, direitos linguísticos e memória histórica. Consolidou-se a compreensão dos direitos culturais como direitos vivos, centrais para identidade, dignidade e participação democrática, e não como direitos acessórios.

(v) Direito à moradia adequada

O diálogo interativo sobre moradia adequada, com base nos relatórios do Relator Especial Balakrishnan Rajagopal, examinou o relatório temático A/HRC/61/43, relativo aos Princípios Orientadores sobre Reassentamento, bem como o relatório de visita à Guatemala (A/HRC/61/43/Add.1).

A discussão destacou reassentamentos forçados, despejos e projetos de desenvolvimento como fontes estruturais de violações, particularmente quando realizados sem participação, consulta prévia ou garantias de reparação. O direito à moradia foi reafirmado como componente essencial do direito a um padrão de vida adequado, intrinsecamente ligado a terra, trabalho, saúde e educação.

(vi) Dívida externa e direitos humanos

O diálogo sobre dívida externa baseou-se nos relatórios da Especialista Independente Attiya Waris (A/HRC/61/44 e Add.1). A dívida foi analisada como determinante estrutural da capacidade estatal de cumprir obrigações de direitos humanos, especialmente em contextos de austeridade fiscal e crise econômica.

O debate enfatizou a necessidade de cooperação internacional, reestruturação da dívida e reformas na arquitetura financeira global, destacando que políticas macroeconômicas não são neutras do ponto de vista dos direitos humanos.

(vii) Direito à alimentação adequada

O diálogo interativo sobre o direito à alimentação, com base no relatório A/HRC/61/51 do Relator Especial Michael Fakhri, concentrou-se na relação entre terra, sistemas alimentares e segurança alimentar. O acesso à terra foi identificado como eixo crítico para a realização do direito à alimentação, especialmente para povos rurais, indígenas e comunidades tradicionais.

As declarações escritas de organizações da sociedade civil reforçaram a dimensão socioambiental e distributiva da fome, deslocando o debate de uma lógica de escassez para uma lógica de governança, desigualdade e poder.

(viii) Pessoas com albinismo

O diálogo interativo sobre os direitos das pessoas com albinismo, com base no relatório A/HRC/61/53 da Especialista Independente Muluka-Anne Miti-Drummond, abordou o direito ao trabalho como dimensão central da inclusão social.

O debate evidenciou como estigmatização, discriminação e violência estrutural se traduzem em exclusão educacional e laboral, reforçando ciclos de pobreza e marginalização. A abordagem adotada reafirmou a necessidade de políticas públicas integradas, combate ao estigma e garantia de igualdade material.

(ix) Direitos das pessoas com deficiência

O diálogo interativo sobre os direitos das pessoas com deficiência, realizado no âmbito da renovação do mandato da Relatora Especial conforme a Resolução 53/14, teve como eixo central os relatórios apresentados por Heba Hagrass, em especial o relatório temático

A/HRC/61/46, dedicado à participação igualitária de pessoas com deficiência na vida política, e o relatório de visita à Colômbia (A/HRC/61/46/Add.1).

A discussão reafirmou que a exclusão política das pessoas com deficiência não decorre apenas de barreiras legais explícitas, mas sobretudo de obstáculos estruturais e sistêmicos, como inacessibilidade física e comunicacional, ausência de formatos acessíveis de informação eleitoral, estigmatização social e tutela excessiva em regimes de capacidade jurídica. O relatório destacou que a participação política deve ser compreendida em sentido amplo, abrangendo não apenas o direito ao voto, mas também o direito de ser eleito, participar de partidos políticos, ocupar cargos públicos e influenciar processos decisórios.

As declarações escritas de organizações da sociedade civil ampliaram o escopo do debate ao trazer evidências empíricas sobre discriminação interseccional, especialmente envolvendo pessoas com deficiência pertencentes a minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, bem como crianças e jovens com deficiência. Destacou-se ainda a situação de pessoas com transtornos do espectro autista, para as quais a exclusão política é frequentemente invisibilizada. A contribuição da Instituição Nacional de Direitos Humanos do Burundi reforçou o papel das INDHs no monitoramento da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) em contextos de fragilidade institucional.

O diálogo consolidou a compreensão de que a participação política inclusiva constitui condição de possibilidade para a realização de todos os demais direitos, exigindo reformas normativas, políticas públicas acessíveis e mudança de paradigmas culturais.

(x) Direitos humanos e meio ambiente

O diálogo interativo relativo ao direito humano a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável baseou-se nos relatórios da Relatora Especial Astrid Puentes Riaño, em particular o relatório temático A/HRC/61/47, dedicado às ações prioritárias para garantir ar limpo, proteger a saúde pública e assegurar um ambiente saudável, e o relatório de visita a Singapura (A/HRC/61/47/Add.1).

O debate destacou a centralidade da poluição atmosférica como uma das principais ameaças contemporâneas aos direitos humanos, com impactos diretos sobre os direitos à vida, à saúde, à alimentação adequada e à moradia. A Relatora Especial enfatizou que a degradação ambiental não afeta populações de forma homogênea, incidindo de maneira desproporcional sobre grupos em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência e comunidades marginalizadas.

As intervenções evidenciaram ainda a responsabilidade diferenciada dos Estados, bem como o papel do setor privado, no controle de emissões, na regulação ambiental e na transparência de dados. As declarações escritas de organizações da sociedade civil trouxeram exemplos concretos de impactos da poluição industrial, da escassez de água e da degradação ambiental sobre comunidades locais, enquanto a contribuição da Defensoria do Povo da Colômbia ressaltou a necessidade de mecanismos nacionais de proteção ambiental ancorados em direitos humanos.

O diálogo reafirmou o entendimento de que o direito a um meio ambiente saudável não é meramente programático, mas exigível, devendo orientar políticas públicas, decisões judiciais e cooperação internacional.

(xi) Venda, exploração sexual e abuso sexual de crianças

O diálogo interativo sobre a venda, exploração sexual e abuso sexual de crianças examinou os relatórios apresentados pela Relatora Especial Mama Fatima Singhateh, com destaque para o relatório temático A/HRC/61/45, intitulado *Protecting children from sale, sexual exploitation and sexual abuse: progress, new frontiers and the path forward*, bem como os relatórios de visitas à Alemanha e aos Emirados Árabes Unidos.

O debate evidenciou a evolução das formas de exploração infantil, incluindo o uso intensivo de tecnologias digitais, plataformas online e redes transnacionais, que ampliam o alcance e a sofisticação dos crimes, ao mesmo tempo em que dificultam investigação, responsabilização e proteção das vítimas. A Relatora Especial ressaltou que tais práticas devem ser analisadas em conexão com desigualdades econômicas, migração forçada, conflitos armados e falhas sistêmicas de proteção social.

As contribuições da sociedade civil reforçaram a necessidade de abordagens centradas na criança, que priorizem a prevenção, a proteção integral e a reparação, evitando a revitimização em processos judiciais e administrativos. Destacou-se ainda a importância da cooperação internacional, do fortalecimento de marcos legais nacionais e da responsabilização de atores privados envolvidos em cadeias de exploração.

O diálogo consolidou a noção de que a erradicação da exploração sexual infantil exige respostas multissetoriais, que articulem direitos humanos, justiça criminal, políticas sociais e governança digital.

(xii) Violência contra crianças

O diálogo interativo sobre violência contra crianças considerou o relatório anual da Representante Especial do Secretário-Geral, Najat Maalla M'jid (A/HRC/61/38), elaborado nos termos da resolução 80/190 da Assembleia Geral. O documento faz balanço das ações de 2025 e destaca a necessidade de acelerar a prevenção e a proteção em ambientes digitais, dada a expansão do cyberbullying e de riscos online, reafirmando a elevada taxa de retorno social de investimentos em bem-estar infantil. O relatório também situa 2026 como o vigésimo aniversário do Estudo da ONU sobre violência contra crianças, conectando a agenda de prevenção com compromissos da Agenda 2030.

As declarações escritas de ONGs reforçaram a urgência de respostas multissetoriais (saúde, educação, proteção social, justiça) e trouxeram preocupações específicas: violência baseada em gênero, crianças em situação de rua, impactos de privação econômica e barreiras de acesso a serviços em contextos de crise. As INDHs (Colômbia; Comissão de Direitos Humanos das Filipinas) sublinharam a importância de sistemas nacionais de dados e mecanismos de denúncia acessíveis orientados pelo interesse superior da criança.

(xiii) Crianças e conflitos armados — Representante Especial do SG (CAAC)

No diálogo interativo com a nova Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados (SRSG/CAAC), Vanessa Frazier, o Conselho analisou o A/HRC/61/37. O relatório indica que, pelo terceiro ano consecutivo, as violações graves atingiram patamar sem precedentes, impulsionadas por conflitos multidimensionais, emergência de novos atores armados e uso de novas tecnologias, agravadas por queda no financiamento humanitário, com efeitos diretos sobre a capacidade da ONU de verificação e resposta. Entre as violações mais prevalentes mantiveram-se matar e mutilar, recrutamento e uso, ataques a escolas e hospitais e negação de acesso humanitário, com atenção especial a Haiti, Myanmar, Sudão e Território Palestino Ocupado.

O relatório fez referência ao desenvolvimento, em 2025, de nota de orientação específica para monitoramento de *denial of humanitarian access*, em cooperação com UNICEF, DPO, DPPA e OCHA, sinalizando o esforço de padronização metodológica e de melhoria da qualidade probatória. O agendamento do diálogo no HRC61 reforçou o papel do Conselho como instância de follow-up político e coordenação interagências. [reliefweb.int], [ohchr.org]

(xiv) Direitos humanos e combate ao terrorismo

O diálogo interativo com o Relator Especial Ben Saul centrou-se no relatório temático A/HRC/61/52, que atualiza o modelo de definição de terrorismo proposto pelo mandato em 2010, visando harmonização com os padrões de direitos humanos e prevenção de abusos (p.ex., uso indevido de tipificações amplas para reprimir dissenso, mídia e sociedade civil). A atualização orienta instrumentos internacionais e regionais, legislações nacionais e práticas institucionais a definir terrorismo de modo preciso, com salvaguardas processuais e materiais.

Os adendos de visitas à Costa do Marfim (A/HRC/61/52/Add.1) e Somália (Add.2) examinaram compatibilidade entre leis e práticas de contraterrorismo e as obrigações internacionais de direitos humanos, incluindo legalidade, necessidade, proporcionalidade, controle judicial e remédios efetivos. A visita à Costa do Marfim (2014–2025) detalha interações com múltiplas autoridades e órgãos de segurança, ressaltando diálogo institucional e áreas para reforma regulatória.

Painéis temáticos

Painel	Base normativa	Síntese do enfoque no HRC61	Observações de implementação
Direitos Humanos e a Cultura de Paz	HRC Res. 55/17; Nota A/HRC/61/81	Educação em direitos, diálogo intercultural e prevenção da violência como pilares de políticas públicas para cultura de paz.	Workshops preparatórios cancelados por crise de liquidez; painel interativo mantido.
Financiamento do Desenvolvimento Sustentável e os DESC	HRC Res. 58/9	Regras financeiras e arquitetura da dívida alinhadas a DESC; espaço fiscal para saúde, educação e proteção social; *accountability*.	Mensagens ecoaram em comunicados e vídeos oficiais; apelos por reformas e adimplência.
Debate Anual sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	HRC Res. 7/9 e 55/8	Tema: infraestrutura inclusiva (transporte e habitação), com foco em desenho universal, desinstitucionalização e participação.	Conforme materiais oficiais do HRC61.

Fonte: HRC61

Destaques da terceira semana do HRC61 (9-13 de março de 2026)

A terceira semana manteve plenárias com continuidade de diálogos sob os Itens 2 e 4 e centralidade para as situações de Venezuela (12/03) e Myanmar (13/03). No eixo Irã, os documentos reforçaram a exigência de adesão ao Direito Internacional Humanitário e de proteção a escolas e hospitais, sob pena de responsabilização por crimes de guerra. Em Venezuela, a Missão de Apuração de Fatos descreveu padrões continuados de violações (prisões arbitrárias, inclusive de familiares; tortura; mortes sob custódia). Em Myanmar, o Relator Especial descreveu ataques sistemáticos a civis, eleições não democráticas e piora da situação dos Rohingya, recomendando negar ao regime dinheiro, armas e legitimidade, além de medidas para responsabilização internacional.

Situações de direitos humanos que requerem atenção do Conselho

Irã. Em 4 de março, a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos condenou ataques militares dos EUA e de Israel contra o território iraniano, qualificando-os como incompatíveis com a Carta da ONU[3]. O comunicado e o relatório apresentado reportaram ataques a escolas e outras infraestruturas civis, incluindo Minab, e alertou para a combinação entre conflito externo e repressão interna (execuções, discriminação contra mulheres e minorias), com risco de crimes internacionais. Recomenda cessação imediata das hostilidades, adesão ao DIH e responsabilização por violações graves. Todos os pontos foram reforçados em nova nota pública em 11 de março. Devemos observar que os informes desta missão internacional tem sido objeto de críticas em sua parcialidade ao ignorar as mais de 8 mil Medidas Coercitivas Unilaterais sobre os direitos humanos de toda população, sobretudo os direitos econômicos, sociais e culturais, e as consequências dessas MCUs sobre os preços e poder de compra da moeda nacional. Estas omissões ou incompletudes das análises dos direitos humanos, incluído o direito ao desenvolvimento, estão no amago das críticas já registradas nos debates no CDH com uma relativização das violações conforme os atores que os enunciam.

Venezuela. A atualização oral da Missão de Apuração abrangeu set/2025–mar/2026 e apontou continuidade de padrões repressivos: detenções arbitrárias (incluindo de familiares), relatos de tortura e violência sexual em centros de detenção e mortes sob custódia com indícios de negligência. Solicitou investigações independentes, transparência e proteção de vítimas e familiares. Em 12 de março, foi feita uma declaração, por um membro da Missão de Apuração sintetizando os fatos apurados anteriormente citados[4]. Os informes desta missão de apuração tem sido objeto de críticas pela omissão sistemática do efeito devastador que tem as Medidas Coercitivas Unilaterais sobre os direitos humanos de toda população, sobretudo os direitos econômicos, sociais e culturais. Também não refere a violação do direito internacional que representou a agressão militar em 3 de janeiro de 2026 e o sequestro do Chefe de Estado Venezuelano. Tampouco fez referências em seus informes sobre atos violentos perpetrados por setores radicalizados da oposição, refletindo uma posição parcial em suas observações, desgastando assim a denúncia das violações dos direitos civis e políticos apontadas por seus informes. Convém destacar que a crítica sobre a imparcialidade tem sido persistente também em relação `as manifestações do Alto Comissário de Direitos Humanos sobre a realidade venezuelana, tendo sido tardia e pouco potente a crítica às MCUs e seus efeitos na diáspora

[3] A declaração foi elaborada em idioma não oficial Farsi e em inglês.
[4] A declaração completa transcrita em espanhol e em inglês.

econômica venezuelana e depois nas violentas políticas de deportação adotadas contra os migrantes venezuelanos.

Myanmar. No quinto ano pós-golpe, o Relator Especial descreveu ataques sistemáticos a civis, obstrução de ajuda humanitária e piora na situação dos Rohingya. Assinalou tentativa de legitimação por meio de eleições encenadas e recomendou redobrar sanções eficazes, impor embargo de armas e negar legitimidade ao regime, com vistas a responsabilização internacional.

Dia anual sobre os direitos da criança (2026)

O dia anual abordou "Direitos da criança e violações em conflitos armados", com dois segmentos e participação de Estados, especialistas, UNICEF e sociedade civil. Destacaram-se proteção de escolas e hospitais; prevenção de recrutamento e uso de crianças por grupos armados; detenção arbitrária e violência sexual; deslocamento forçado e reunificação familiar; e a centralidade de mecanismos de monitoramento e documentação para responsabilização. A coincidência com relatos de ataques a escolas no Irã conferiu urgência e transversalidade ao debate.

O painel dialogou com financiamento e DESC (espaço fiscal para educação em emergências e proteção social) e com cultura de paz (educação em direitos e prevenção), temas que apresentaremos no próximo informe.

Considerações Finais

As semanas 2 e 3 do HRC61 evidenciam um Conselho operando sob fortes constrangimentos financeiros e geopolíticos, mas capaz de articular mecanismos investigativos e painéis temáticos como vetores de evidência e normatividade.

Destacam-se (a) a vulnerabilidade orçamentária do sistema multilateral; (b) a pressão por respostas consistentes à luz do DIH e dos direitos humanos em contextos de escalada militar (Irã) e repressão doméstica sistemática (Belarus, Venezuela, Myanmar); e (c) a necessidade de reformas financeiras globais e de políticas públicas que concretizem DESC, cultura de paz, infraestrutura inclusiva e proteção integral de crianças em conflitos.

Se "a lei" dá o vocabulário e os critérios, "as sirenes" lembram a urgência e o custo humano de cada atraso. A leitura integrada das duas semanas do HRC61 sugere três considerações para serem refletidas quiçá encontrar alguma motivação inspiracional para ação.

Primeiro, a coerência normativa permanece a principal salvaguarda do sistema. Em contextos de escalada militar, discriminação e desumanização frente a nacionalidades, etnias e religiões e repressão doméstica, a *aplicação não seletiva* do direito — com verificação independente dos fatos, proteção do devido processo e monitoramento contínuo — reduziria incentivos à impunidade e criaria condições para justiça internacional e reformas internas. Sem essa coerência, o regime de direitos humanos perde previsibilidade e, com ela, sua capacidade de dissuadir violações.

Segundo, a eficácia do Conselho está condicionada a meios materiais. Mandatos investigativos robustos, mecanismos de documentação e presença técnica em campo dependem de financiamento estável e tempestivo. A crise orçamentária não é um rodapé administrativo: ela recalibra o alcance real de resoluções e recomendações. Assim, ajustes na arquitetura financeira — no plano da ONU e no das políticas nacionais — são parte indissociável

da agenda de proteção de civis, de crianças em conflitos e de grupos em situação de vulnerabilidade.

Terceiro, painéis temáticos e agendas transversais (cultura de paz; financiamento e DESC; infraestrutura inclusiva para pessoas com deficiência; direitos da criança) são pontes entre o contencioso imediato e a prevenção estrutural. Eles traduzem normas em políticas de longo prazo — da educação em direitos ao espaço fiscal para saúde, educação e proteção social — e criam parâmetros de mensuração que permitem monitorar progresso, corrigir rotas e prevenir recaídas.

Em síntese, o HRC61 mostrou que "a letra da lei" e "o som das sirenes" não são mundos estanques: o primeiro perde eficácia sem meios e sem evidência; o segundo perde horizonte sem parâmetros e sem instituições. O desafio — e a oportunidade — está em soldar norma, prova e política pública para que o Conselho deixe de ser apenas um fórum de alerta e se afirme, cada vez mais, como mecanismo de proteção efetiva, capaz de interromper ciclos de violência, garantir direitos concretos e preservar confiança em um multilateralismo ancorado em pessoas, e não apenas em princípios.

Referências

1. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. – ACNUDH. *A/HRC/61/81 – Human rights and a culture of peace* (nota do Secretariado). Disponível em: https://www.ohchr.org. Acesso em: 12 mar. 2026.

2. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. – ACNUDH. HRC61 – Página oficial (agenda, painéis, documentos). Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session61/regular-session. Acesso em 12 mar. 2026.

3. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. – ACNUDH. *Irã – Comunicado de 04/03/2026 (ataques aéreos) e 11/03/2026; Relatório A/HRC/61/60*. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2026/03/statement-independent-international-fact-finding-mission-islamic-republic

4. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. – ACNUDH. *Venezuela – Atualização oral (12/03/2026)*: https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/ffmv/20260312-ffm-venezuela-oral-update-en.pdf

5. International Service for Human Rights – ISHR. HRC61: *Key issues at the Human Rights Council in March 202*6. Disponível em: https://ishr.ch/latest-updates/hrc61-key-issues-at-the-human-rights-council-in-march-2026/. Acesso em 12 mar. 2026

6. Organização das Nações Unidas – ONU. UN Web TV / UNOG Newsroom. Reuniões da 3ª semana; Venezuela (12/03) e Myanmar (13/03): https://webtv.un.org/en/search/categories/meetings-events/human-rights-council

Tensões contemporâneas na saúde global: vacinação, financiamento internacional e crises sanitárias em contextos de conflito

Tensiones actuales en la salud mundial: vacunación, financiación internacional y crisis sanitarias en contextos de conflicto

Contemporary Challenges in Global Health: Vaccination, International Financing, and Health Crises in Conflict Settings

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Resumo. O informe analisa três dinâmicas recentes que ilustram desafios estruturais da saúde global contemporânea. O primeiro tema aborda o adiamento da revisão do status de eliminação do sarampo nos Estados Unidos, destacando a relação entre queda das coberturas vacinais, ressurgimento de surtos e tensões entre critérios técnicos e pressões políticas na governança sanitária internacional. Já o déficit de financiamento na oitava reposição de recursos do Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, evidencia mudanças na arquitetura financeira da saúde global, marcadas pela retração de doadores tradicionais, maior participação de países implementadores e expansão do financiamento filantrópico. Examina-se impactos sanitários da escalada do conflito no Oriente Médio, incluindo deslocamentos populacionais, ataques a serviços de saúde, riscos ambientais e pressões sobre sistemas de saúde fragilizados. Em conjunto, os temas revelam como fatores políticos, econômicos e geopolíticos influenciam a capacidade de resposta dos sistemas de saúde e das instituições multilaterais diante de desafios globais complexos.

Palavras-Chave: Saúde global, Financiamento, Conflitos

Resumen: *Este informe analiza tres dinámicas recientes que ilustran los desafíos estructurales de la salud global contemporánea. El primer tema aborda el aplazamiento de la revisión del estado de eliminación del sarampión en Estados Unidos, destacando la relación entre la disminución de la cobertura de vacunación, el resurgimiento de brotes y las tensiones entre los criterios técnicos y las presiones políticas en la gobernanza sanitaria internacional. El segundo tema, el déficit de financiación en la octava reposición de recursos del Fondo Mundial de Lucha contra el SIDA, la Tuberculosis y la Malaria, revela cambios en la arquitectura financiera de la salud global, marcados por la retirada de los donantes tradicionales, una mayor participación de los países implementadores y la expansión de la financiación filantrópica. Finalmente, el informe examina los impactos en la salud de la escalada del conflicto en Oriente Medio, incluidos los desplazamientos de población, los ataques a los servicios de salud, los riesgos ambientales y las presiones sobre los frágiles sistemas de salud. En conjunto, estos temas revelan cómo los factores políticos, económicos y geopolíticos influyen en la capacidad de respuesta de los sistemas de salud y las instituciones multilaterales ante los complejos desafíos globales.*

Palabras clave: *Salud global, Financiación, Conflictos*

Abstract: *This report analyzes three recent dynamics that illustrate structural challenges in contemporary global health. The first theme addresses the postponement of the review of measles elimination status in the United States, highlighting the relationship between declining vaccination coverage, the resurgence of outbreaks, and tensions between technical criteria and political pressures in international health governance. The second theme, the funding shortfall in the eighth replenishment of resources from the Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria, reveals changes in the financial architecture of global health, marked by the retraction of traditional donors, greater participation of implementing countries, and the expansion of philanthropic funding. Finally, the report examines the health impacts of the escalating conflict in the Middle East, including population displacements, attacks on health services, environmental risks, and pressures on fragile health systems. Together, these themes reveal how political, economic, and geopolitical factors influence the responsiveness of health systems and multilateral institutions to complex global challenges.*

Keywords: *Global health, Financing, Conflicts*

Entre técnica e política: o debate sobre o status de eliminação do sarampo nos Estados Unidos

O recente adiamento da revisão do status de eliminação do sarampo nos Estados Unidos evidencia tensões recorrentes entre critérios técnicos de saúde pública e a crescente politização de decisões sanitárias no cenário internacional. Embora autoridades da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) sustentem que a postergação da avaliação decorre de razões estritamente técnicas, sobretudo a necessidade de reunir evidências epidemiológicas mais robustas, o contexto em que a decisão ocorre levanta questionamentos sobre a permeabilidade das instituições multilaterais às dinâmicas políticas nacionais e às pressões geopolíticas que atravessam a governança global da saúde (1).

A revisão do status de eliminação do sarampo constitui parte de um mecanismo regular de verificação conduzido pela World Health Organization e, nas Américas, coordenado por seu braço regional, a Pan American Health Organization. O processo avalia se determinado país manteve ausência de transmissão endêmica do vírus por um período mínimo de doze meses, com base em evidências epidemiológicas e laboratoriais. Países que alcançam esse status são considerados livres da circulação sustentada do vírus, embora possam registrar casos importados ou surtos pontuais.

Os Estados Unidos conquistaram o status de eliminação do sarampo em 2000, resultado de décadas de expansão da vacinação infantil e de fortalecimento das capacidades de vigilância epidemiológica. Antes da introdução generalizada da vacina, o sarampo infectava praticamente todas as crianças no país e era responsável por centenas de mortes anuais. Esse marco foi frequentemente citado como um exemplo de sucesso das políticas de imunização em países de alta renda e da eficácia das estratégias regionais de eliminação adotadas nas Américas.

Nas últimas décadas, contudo, esse cenário tem se deteriorado. O país registrou surtos significativos de sarampo ao longo do último ano, incluindo episódios com mais de mil casos confirmados, concentrados em estados como Texas e Carolina do Sul. Esses eventos reacenderam o debate sobre a possibilidade de perda do status de eliminação, caso se confirme a transmissão contínua do vírus por mais de doze meses.

Especialistas apontam como principal fator explicativo a queda progressiva nas coberturas vacinais. Dados recentes indicam que diversos estados norte-americanos apresentam taxas de vacinação infantil abaixo de 90%, patamar considerado insuficiente para interromper a circulação do vírus. Quando comparado ao limiar de imunidade coletiva recomendado pela OMS — cerca de 95% de cobertura para o sarampo — o quadro torna-se ainda mais preocupante: apenas uma parcela minoritária dos estados alcança atualmente esse nível de proteção populacional.

Esse fenômeno não é exclusivo dos Estados Unidos. Países de alta renda vêm experimentando, nos últimos anos, um recuo nas taxas de vacinação infantil, associado a múltiplos fatores, entre eles a hesitação vacinal, a disseminação de desinformação e o enfraquecimento da confiança em instituições públicas. A pandemia de COVID-19 também contribuiu para interrupções nos serviços de imunização e atrasos em calendários vacinais, agravando lacunas já existentes.

Nesse contexto, o adiamento da revisão do status norte-americano ganha contornos sensíveis. A avaliação deverá ocorrer apenas no último trimestre do ano, após as eleições legislativas nos Estados Unidos, o que gerou especulações sobre possíveis motivações políticas. Autoridades sanitárias internacionais, contudo, insistem que a decisão visa assegurar uma análise epidemiológica rigorosa e abrangente, permitindo que todas as evidências disponíveis sejam cuidadosamente examinadas por especialistas independentes.

A situação também se insere em um momento delicado para a cooperação entre os Estados Unidos e as instituições multilaterais de saúde. Apesar da decisão do país de se retirar da OMS em determinado momento recente, a OPAS mantém forte interesse em preservar o engajamento norte-americano como parceiro estratégico na região. Tal dinâmica evidencia a complexidade institucional da governança sanitária nas Américas, onde a OPAS opera como uma entidade semiautônoma, mediando relações entre países e o sistema multilateral mais amplo.

Paralelamente, outros países também enfrentam retrocessos no controle da doença. A comissão regional responsável pela verificação da eliminação já determinou, por exemplo, que o Canadá perdeu recentemente seu status após registrar doze meses de transmissão contínua do vírus. Situações semelhantes foram observadas em países da Europa e da Ásia Central, onde a reemergência do sarampo levou à revogação da certificação de eliminação em vários casos.

Esses episódios revelam uma tendência preocupante: conquistas epidemiológicas historicamente consideradas consolidadas podem ser rapidamente revertidas quando sistemas de vacinação deixam de manter níveis adequados de cobertura. No caso do sarampo, trata-se de um risco particularmente elevado, dada a extrema transmissibilidade do vírus. Estima-se que um único indivíduo infectado possa transmitir a doença para até 18 pessoas suscetíveis em ambientes de baixa imunização.

No plano global, o impacto permanece significativo. Aproximadamente 95 mil mortes por sarampo são registradas anualmente, concentradas sobretudo entre crianças não vacinadas ou subvacinas em países de baixa e média renda. Conflitos armados, fragilidade dos sistemas de saúde e dificuldades logísticas na distribuição de vacinas contribuem para a persistência da doença em diversas regiões. Países como Iêmen, Indonésia, Índia, Paquistão e Angola concentram atualmente parcela substancial da carga global da enfermidade.

Apesar desse cenário, a vacinação continua sendo uma das intervenções de saúde pública mais eficazes já implementadas. Estimativas indicam que programas de imunização

contra o sarampo evitaram cerca de 59 milhões de mortes nas últimas duas décadas e meia. Esse resultado reforça o papel central das políticas de vacinação no avanço da saúde global e na redução da mortalidade infantil.

A controvérsia em torno da revisão do status de eliminação nos Estados Unidos, portanto, transcende o caso específico do país. Ela reflete desafios estruturais mais amplos enfrentados pelos sistemas de saúde contemporâneos: a erosão da confiança pública, a politização de decisões sanitárias e a dificuldade de sustentar conquistas epidemiológicas em contextos de crescente fragmentação institucional. Ao mesmo tempo, expõe as tensões inerentes à governança global da saúde, onde critérios técnicos, interesses nacionais e dinâmicas geopolíticas frequentemente se entrelaçam.

Em última instância, a experiência recente reforça uma lição central da saúde pública: a eliminação de doenças transmissíveis não representa um estado permanente, mas um processo que exige vigilância contínua, investimento sustentado e compromisso político de longo prazo. O caso do sarampo demonstra que, mesmo em países com sistemas de saúde robustos e amplo acesso a tecnologias médicas, retrocessos podem ocorrer quando a adesão social às estratégias de prevenção se enfraquece e quando as instituições enfrentam pressões que ultrapassam o domínio estritamente técnico da saúde.

O déficit do Fundo Global e o novo cenário de austeridade na saúde global

Conforme já apontado em informes anteriores destes *Cadernos*, o financiamento da saúde global atravessa um período de inflexão marcado pela retração de grandes doadores tradicionais, crescente pressão fiscal em economias centrais e pela necessidade de reconfiguração dos mecanismos multilaterais de financiamento. Nesse contexto, o recente ciclo de reposição de recursos do The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria evidencia de forma clara as transformações em curso na arquitetura financeira da saúde global (2).

Na sua oitava rodada para reposição de recursos, o fundo alcançou US$ 12,64 bilhões em compromissos, valor significativamente abaixo da meta de US$ 18 bilhões inicialmente estabelecida para o período de implementação entre 2027 e 2029. A diferença superior a US$ 5 bilhões representa um déficit substancial para um dos principais mecanismos multilaterais de financiamento voltados ao enfrentamento de três das doenças infecciosas mais letais do mundo: HIV/AIDS, tuberculose e malária.

Segundo estimativas da própria organização, atingir a meta integral teria permitido evitar aproximadamente 400 milhões de novas infecções dessas três doenças ao longo do próximo triênio. Ainda assim, a direção executiva do fundo destacou que o resultado obtido deve ser compreendido à luz de um cenário internacional particularmente adverso, marcado por incertezas econômicas, mudanças políticas em países doadores e crescente competição por recursos públicos.

O déficit de financiamento decorre, sobretudo, de uma combinação de fatores associados à retração de grandes financiadores tradicionais. Entre os mais significativos está a redução drástica da contribuição francesa. Historicamente o segundo maior doador do fundo, a França decidiu reduzir seu aporte em cerca de 58%, passando de aproximadamente 1,6 bilhão de euros no ciclo anterior para um patamar significativamente inferior na nova reposição.

Autoridades francesas justificaram a decisão com base nas pressões fiscais domésticas e na necessidade de reduzir o déficit público para cerca de 5% do Produto Interno Bruto até

2026. A medida ocorre em um contexto político interno marcado por instabilidade legislativa no governo do presidente Emmanuel Macron, cuja administração perdeu a maioria parlamentar e enfrentou dificuldades para aprovar o orçamento nacional. Ainda que o governo francês enfatize que a redução não representa um abandono do multilateralismo ou da agenda de saúde global, a magnitude do corte sinaliza uma mudança importante nas prioridades orçamentárias.

Outro elemento relevante é o impasse institucional enfrentado pela European Commission, que ainda não conseguiu formalizar sua contribuição ao fundo. A dificuldade decorre da estrutura orçamentária da União Europeia, cuja programação financeira plurianual — o chamado Quadro Financeiro Plurianual — encontra-se em transição entre o ciclo atual (2021–2027) e o próximo período (2028–2034). Como a reposição de recursos do Fundo Global atravessa esses dois ciclos, a Comissão argumenta não possuir base legal consolidada para assumir compromissos financeiros plurianuais neste momento.

Mesmo a solução intermediária que vinha sendo considerada — uma promessa de cerca de 700 milhões de euros distribuídos ao longo de quatro anos — representaria, na prática, uma redução relevante quando comparada aos compromissos anteriores. Paralelamente, o Parlamento Europeu já sinalizou que o próximo ciclo orçamentário poderá apresentar restrições ainda maiores, inclusive sem a criação de uma janela específica dedicada ao financiamento da saúde global.

A retração de recursos também reflete mudanças nas prioridades de política externa de outros grandes doadores. Os Estados Unidos, por exemplo, reduziram sua contribuição de US$ 6 bilhões no ciclo anterior para cerca de US$ 4,6 bilhões na oitava reposição, movimento associado a um ambiente político doméstico mais voltado para prioridades internas e a uma agenda externa mais seletiva.

Diante desse cenário, o Fundo Global iniciou um processo de adaptação estratégica. A organização anunciou que passará a concentrar de maneira mais intensa seus recursos nos países mais pobres e com maior carga de doença, ao mesmo tempo em que acelerará processos de transição para que países de renda média assumam maior responsabilidade pelo financiamento de seus próprios programas nacionais.

Essa mudança sinaliza uma transformação estrutural na lógica de funcionamento do mecanismo. Ao longo de duas décadas, o fundo operou como um importante instrumento de solidariedade internacional, mobilizando recursos principalmente de países de alta renda para apoiar programas de controle de doenças em regiões de baixa e média renda. O novo cenário sugere um deslocamento gradual para um modelo que combina assistência internacional com maior financiamento doméstico.

Apesar das dificuldades no financiamento soberano, o ciclo de reposição registrou avanços relevantes na mobilização de recursos provenientes do setor privado e de fundações filantrópicas. A Bill & Melinda Gates Foundation manteve sua posição como principal financiador privado, com um compromisso de aproximadamente US$ 912 milhões. Outras organizações e empresas também ampliaram sua participação, contribuindo para mobilizar cerca de US$ 1,34 bilhão no total.

Esses recursos foram direcionados tanto para programas tradicionais de combate às doenças quanto para iniciativas voltadas à inovação biomédica. Entre as prioridades destacadas pela liderança do fundo estão a expansão de novas ferramentas de prevenção do HIV, como o antirretroviral de longa duração lenacapavir, o desenvolvimento de diagnósticos moleculares

mais rápidos para tuberculose e tecnologias avançadas de controle vetorial no combate à malária.

Ainda assim, especialistas ressaltam que a expansão do financiamento filantrópico, embora relevante, não possui escala suficiente para substituir estruturalmente os aportes governamentais. O financiamento da saúde global continua fortemente dependente de contribuições públicas de países de alta renda, o que torna o sistema particularmente vulnerável a mudanças políticas e restrições fiscais nesses países.

Em contraste com a retração observada em alguns doadores tradicionais, diversos países africanos demonstraram um aumento progressivo de seu compromisso financeiro com o Fundo Global. Países como África do Sul e Nigéria ampliaram suas contribuições, enquanto Uganda manteve seus níveis anteriores de financiamento. Embora os valores absolutos permaneçam relativamente modestos em comparação com os grandes doadores internacionais, essas iniciativas são frequentemente interpretadas como sinais importantes de fortalecimento da chamada "agência soberana" africana na governança da saúde.

Esse movimento também reflete um reconhecimento crescente de que a sustentabilidade de programas de saúde pública depende, em última instância, do fortalecimento do financiamento doméstico. Ao ampliar sua participação financeira, governos africanos buscam não apenas garantir a continuidade de programas essenciais, mas também reforçar sua capacidade de liderança nas políticas sanitárias regionais.

O cenário atual indica, portanto, uma fase de transição na governança financeira da saúde global. A combinação entre retração de grandes doadores ocidentais, maior participação de países implementadores e expansão do financiamento filantrópico sugere o surgimento de um modelo mais híbrido e potencialmente mais fragmentado.

Para iniciativas multilaterais como o Fundo Global, o desafio central será equilibrar a necessidade de adaptação a esse novo contexto com a manutenção de sua capacidade histórica de mobilizar recursos em escala suficiente para sustentar avanços no controle de doenças. Em um momento em que as metas de eliminação e controle de epidemias permanecem distantes em diversas regiões do mundo, a sustentabilidade financeira dessas instituições continuará sendo um dos elementos críticos para o futuro da saúde global.

Guerra e saúde pública: a crise sanitária contínua e emergente no Oriente Médio

A intensificação recente do conflito no Oriente Médio evidencia, mais uma vez, a profunda interdependência entre segurança, crises humanitárias e saúde pública. O mais recente relatório situacional publicado pelo escritório regional para o Mediterrâneo Oriental da OMS (3) aponta para um quadro de emergência sanitária complexo, marcado por elevados números de vítimas, deslocamentos populacionais massivos, ataques a serviços de saúde e riscos ambientais que podem amplificar os impactos do conflito no médio e longo prazo.

De acordo com as autoridades nacionais, a escalada das hostilidades resultou em mais de 1.255 mortes e mais de 15 mil pessoas feridas no Irã, enquanto no Líbano foram registrados ao menos 634 mortos e mais de 1.500 feridos. Esses números refletem o impacto imediato da violência armada, mas também indicam a crescente pressão sobre sistemas de saúde que já operam em contextos de forte estresse institucional e logístico (dados publicados em 11 de março de 2026).

O deslocamento populacional em larga escala constitui um dos principais desafios humanitários decorrentes da crise. Estima-se que mais de 100 mil pessoas tenham se deslocado internamente no Irã desde o início da escalada do conflito, enquanto no Líbano o número de deslocados ultrapassa 800 mil indivíduos. Muitos desses grupos estão abrigados em instalações coletivas superlotadas, onde as condições de saúde pública tendem a se deteriorar rapidamente. Ambientes densamente povoados, com acesso limitado a água, saneamento e serviços médicos, favorecem a propagação de doenças transmissíveis e aumentam a vulnerabilidade de populações já fragilizadas.

A capacidade de resposta dos sistemas de saúde também está sendo diretamente afetada por ataques a instalações médicas e profissionais da saúde. A OMS verificou pelo menos 18 ataques a serviços de saúde no Irã, resultando em oito mortes, e 25 ataques no Líbano, com 16 mortos e 29 feridos. Tais episódios não apenas ampliam o número de vítimas, como também comprometem a continuidade da assistência médica em um momento de aumento expressivo da demanda por cuidados de emergência e tratamento de trauma.

No Líbano, a situação é particularmente crítica. Ordens de evacuação levaram ao fechamento de 48 centros de atenção primária e cinco hospitais, reduzindo significativamente a capacidade de atendimento em um contexto de aumento acelerado de feridos e deslocados. Além disso, um número expressivo de pessoas permanece em áreas de difícil acesso ou sob risco elevado, incluindo idosos, pessoas com deficiência e indivíduos com mobilidade reduzida, o que limita ainda mais o acesso a serviços de saúde e assistência humanitária.

Os impactos do conflito também se estendem a territórios e países vizinhos, ampliando a dimensão regional da crise sanitária. No território palestino ocupado, a situação na Faixa de Gaza permanece particularmente grave. A maioria dos pontos de entrada continua fechada, restringindo severamente a entrada de ajuda humanitária e suprimentos médicos. Evacuações médicas foram suspensas desde o final de fevereiro, deixando mais de 18.500 pacientes sem acesso a tratamentos especializados indisponíveis localmente.

A infraestrutura hospitalar em Gaza também enfrenta sérias limitações. Metade dos hospitais existentes encontra-se fora de funcionamento, enquanto estoques de medicamentos essenciais e insumos médicos atingiram níveis críticos. Estima-se que cerca de 46% dos medicamentos essenciais e dois terços dos consumíveis médicos estejam completamente esgotados. A escassez de reagentes laboratoriais e equipamentos diagnósticos também ameaça comprometer a vigilância epidemiológica em um território onde o risco de surtos permanece elevado.

Na Cisjordânia, restrições de mobilidade e a presença de múltiplos postos de controle têm dificultado o deslocamento de ambulâncias e equipes médicas, atrasando atendimentos de emergência e transferências de pacientes entre unidades de saúde. Ambulâncias frequentemente precisam alterar rotas ou realizar transferências intermediárias de pacientes, prolongando o tempo de resposta e aumentando os riscos associados a situações críticas.

Em outros países da região, a escalada das tensões também produz efeitos indiretos sobre os sistemas de saúde. No Iraque, o aumento da instabilidade e as restrições de circulação estão pressionando hospitais e serviços de emergência, ao mesmo tempo em que dificultam atividades essenciais de vigilância epidemiológica e investigação de surtos. Interrupções nas rotas de transporte também afetam a distribuição de medicamentos e suprimentos médicos.

Na Síria, a chegada de mais de 90 mil pessoas provenientes do Líbano tem aumentado significativamente a demanda por serviços de saúde nas áreas de fronteira, incluindo atendimento de trauma, saúde reprodutiva e apoio psicossocial. Esse fluxo ocorre em um país que já enfrenta uma das maiores crises humanitárias do mundo, com mais de 16 milhões de pessoas necessitando de assistência e cerca de seis milhões de deslocados internos.

Além dos impactos diretos sobre a assistência médica, o conflito também levanta preocupações relacionadas a riscos ambientais e tecnológicos. Ataques a instalações petrolíferas no Irã, bem como a infraestruturas energéticas no Bahrein e na Arábia Saudita, provocaram incêndios e emissões de poluentes potencialmente tóxicos. A queima de derivados de petróleo pode liberar partículas finas e compostos químicos capazes de afetar a saúde respiratória e contaminar recursos hídricos.

Há ainda preocupações quanto a possíveis riscos radiológicos. Danos estruturais foram reportados em instalações nucleares no Irã, incluindo o complexo de enriquecimento de urânio de Natanz, monitorado pela International Atomic Energy Agency. Até o momento, contudo, não foram detectados aumentos nos níveis de radiação no país ou em territórios vizinhos. Mesmo assim, o cenário tem levado autoridades sanitárias e organismos internacionais a reforçar medidas de preparação para emergências químicas, biológicas, radiológicas e nucleares.

Paralelamente às áreas diretamente afetadas pelo conflito, países do Golfo têm reforçado suas estratégias de preparação e monitoramento sanitário. Estados como Kuwait, Catar e Omã ativaram centros de operações de emergência, intensificaram sistemas de vigilância ambiental e atualizaram planos nacionais de resposta a crises de saúde pública.

A resposta da OMS à crise segue o marco operacional estabelecido pelo seu sistema de gestão de emergências, com foco na coordenação internacional da resposta sanitária, no fortalecimento da vigilância epidemiológica e no apoio à manutenção de serviços essenciais de saúde. Entre as prioridades identificadas estão a ampliação da capacidade de atendimento a traumas, o reforço das cadeias logísticas para distribuição de medicamentos e suprimentos, e o fortalecimento dos sistemas de alerta precoce para detecção de surtos.

Entretanto, a capacidade de resposta enfrenta limitações significativas de financiamento. O programa regional de emergências em saúde da OMS estima a necessidade de cerca de 633 milhões de dólares para responder às múltiplas crises sanitárias na região ao longo de 2026, além de recursos adicionais para sustentar suas operações. Até o momento, aproximadamente 70% dessas necessidades permanecem sem financiamento.

O quadro atual demonstra como conflitos armados contemporâneos geram crises sanitárias que transcendem o impacto imediato da violência. A destruição de infraestrutura, o deslocamento populacional, a interrupção de serviços essenciais e os riscos ambientais criam condições propícias para a deterioração prolongada das condições de saúde pública. Em um cenário regional já marcado por fragilidades institucionais e crises humanitárias persistentes, a escalada do conflito no Oriente Médio reforça os desafios enfrentados pela comunidade internacional para garantir proteção à saúde em contextos de guerra e instabilidade prolongada.

Referências

1. Health Policy Watch. US Measles Elimination Status Review Postponed For “Technical Reasons”, Says WHO. Health Policy Watch. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/us-measles-elimination-review-postponed/. Acesso em 15 mar. 2026.

2. Health Policy Watch. Global Fund Faces $5bn Shortfall As France Slashes Support, EU Delays Pledge. Health Policy Watch. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/global-fund-shortfall/. Acesso em 15 mar. 2026

3. World Health Organization. WHO Situation Report Middle East Escalation of Conflict WHO Eastern Mediterranean Region KEY HIGHLIGHTS [Internet]. [cited 2026 Mar 16]. Available from: https://www.emro.who.int/images/stories/eha/ME-Sitrep-1-11-March-26.pdf

Conflitos, Ambiente e Saúde: a tríade da crise global

Como guerras destroem ecossistemas, como o colapso ambiental alimenta conflitos e porque a saúde humana paga o preço mais alto de tudo isso

Conflictos, medio ambiente y salud: la tríada de la crisis global
Cómo las guerras destruyen los ecosistemas, cómo el colapso ambiental alimenta los conflictos y por qué la salud humana paga el precio más alto de todo esto

Conflict, Environment, and Health: the triad of the global crisis
How wars destroy ecosystems, how environmental collapse fuels conflict, and why human health pays the highest price for all of this

Luiz Augusto Galvão e Danielly de P. Magalhães

Resumo. Este artigo analisa a interconexão crescente entre conflitos armados, degradação ambiental e impactos na saúde, demonstrando que essas três dimensões formam uma crise sistêmica global. O aumento do número e da duração dos conflitos, que atingiram cerca de 130 guerras ativas em 2024, tem provocado mortes, deslocamentos massivos e colapso de sistemas de saúde, além de intensificar a destruição de ecossistemas e a contaminação de solo, água e ar. Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais atuam como fatores que ampliam tensões sociais e podem alimentar novos conflitos, especialmente em regiões vulneráveis como o Sahel, Darfur e a bacia do Lago Chade. Os conflitos também contribuem para a crise climática por meio de emissões militares significativas e da destruição de infraestrutura, que exige nova exploração de recursos naturais para reconstrução. Esse ciclo de retroalimentação resulta em graves impactos à saúde, incluindo aumento de doenças infecciosas, desnutrição, deslocamento populacional e crises de saúde mental. Diante desse cenário, o relatório defende a necessidade de um novo contrato social e ambiental que integre políticas de paz, ambiente e saúde, amplie o financiamento climático para populações vulneráveis e incorpore as emissões militares nas políticas climáticas internacionais.

Palavras-chave: Conflitos armados. Mudanças climáticas. Saúde global. Degradação ambiental. Deslocamento forçado.

Resumen. *Este artículo analiza la creciente interconexión entre los conflictos armados, la degradación ambiental y los impactos en la salud, demostrando que estas tres dimensiones conforman una crisis sistémica global. El aumento del número y la duración de los conflictos, que alcanzaron cerca de 130 guerras activas en 2024, ha provocado muertes, desplazamientos masivos y el colapso de los sistemas de salud, además de intensificar la destrucción de los ecosistemas y la contaminación del suelo, el agua y el aire. Al mismo tiempo, el cambio climático y la escasez de recursos naturales actúan como factores que amplifican las tensiones sociales y pueden alimentar nuevos conflictos, especialmente en regiones vulnerables como el Sahel, Darfur y la cuenca del lago Chad. Los conflictos también contribuyen a la crisis climática a través*

de emisiones militares significativas y la destrucción de infraestructura, lo que exige una nueva explotación de recursos naturales para la reconstrucción. Este ciclo de retroalimentación tiene graves repercusiones en la salud, entre ellas el aumento de las enfermedades infecciosas, la desnutrición, los desplazamientos de población y las crisis de salud mental. Ante este escenario, el informe defiende la necesidad de un nuevo contrato social y ambiental que integre políticas de paz, medio ambiente y salud, amplíe la financiación climática para las poblaciones vulnerables e incorpore las emisiones militares en las políticas climáticas internacionales.

Palabras clave. *Conflictos armados. Cambio climático. Salud global. Degradación ambiental. Desplazamiento forzado***.**

Abstract. *This report examines the growing interconnection between armed conflicts, environmental degradation, and health impacts, showing that these three dimensions form a systemic global crisis. The increasing number and duration of conflicts—reaching approximately 130 active conflicts in 2024—have resulted in deaths, mass displacement, and the collapse of health systems, while also intensifying ecosystem destruction and contamination of soil, water, and air. At the same time, climate change and natural resource scarcity act as threat multipliers, increasing social tensions and contributing to the emergence or escalation of conflicts, particularly in vulnerable regions such as the Sahel, Darfur, and the Lake Chad basin. Armed conflicts also contribute to the climate crisis through significant military emissions and the destruction of infrastructure, which requires additional extraction of natural resources for reconstruction. This reinforcing cycle produces severe health consequences, including increased infectious diseases, malnutrition, forced displacement, and mental health disorders. In response, the report calls for a new social and environmental contract that integrates peace, environment, and health policies, expands climate finance for vulnerable populations, and incorporates military emissions into international climate governance frameworks.*

Keywords. *Armed conflicts. Climate change. Global Health. Environmental degradation. Forced displacement.*

Nunca antes na história recente três dimensões da existência humana estiveram tão inextricavelmente entrelaçadas: os conflitos armados, a degradação ambiental e o colapso da saúde pública. O que parecia ser uma série de crises separadas revela-se, à luz dos dados mais recentes, um único sistema de retroalimentação, onde cada elemento agrava os demais e onde as populações mais vulneráveis do planeta pagam com a vida, com a saúde e com o futuro.

O Global Risks Report 2025 do Fórum Econômico Mundial, elaborado com as opiniões de mais de 900 especialistas, traça um cenário sombrio: quase dois terços dos entrevistados antecipam um mundo turbulento ou tempestuoso até 2035, impulsionado pelo agravamento simultâneo de desafios ambientais, geopolíticos e sociais. Não estamos diante de crises paralelas. Estamos diante de uma só crise, multifacetada e em aceleração.

O número de conflitos armados no mundo continua aumentando e atingiu cerca de 130 conflitos em 2024, mais que o dobro do registrado há aproximadamente 15 anos. Muitos desses confrontos tornaram-se prolongados: mais de 20 guerras já duram mais de duas décadas, fazendo com que gerações inteiras cresçam sem nunca ter vivido em um contexto de paz. Esse cenário evidencia uma tendência de conflitos cada vez mais persistentes e complexos, com impactos humanitários duradouros e ciclos de violência que se perpetuam ao longo do tempo (Figura 1).

Figura 1. Principais estatísticas globais

+25%	**223 mil**	**1,6 bi**	**120 mi**
Aumento da violência política global em 2024 vs. 2023	Pessoas mortas em conflitos armados em 2024	Pessoas vivendo em zonas de conflito ou deslocamento	Pessoas deslocadas à força no mundo
ACLED, 2025	*ACLED, 2025*	*OMS, 2025*	*ACNUR, 2024*

Fonte: Armed Conflict Location & Event Data

Além disso, os conflitos contemporâneos estão se expandindo para novas dimensões tecnológicas e territoriais. As linhas de frente hoje se estendem tanto no espaço físico quanto no digital, com o uso crescente de drones, inteligência artificial e operações cibernéticas, que transformam a dinâmica das hostilidades e frequentemente ampliam os impactos sobre a população civil. Ao mesmo tempo, estima-se que mais de 204 milhões de pessoas vivem atualmente em áreas sob controle total ou contestado de grupos armados, frequentemente fora do alcance das instituições estatais e de serviços essenciais básicos.

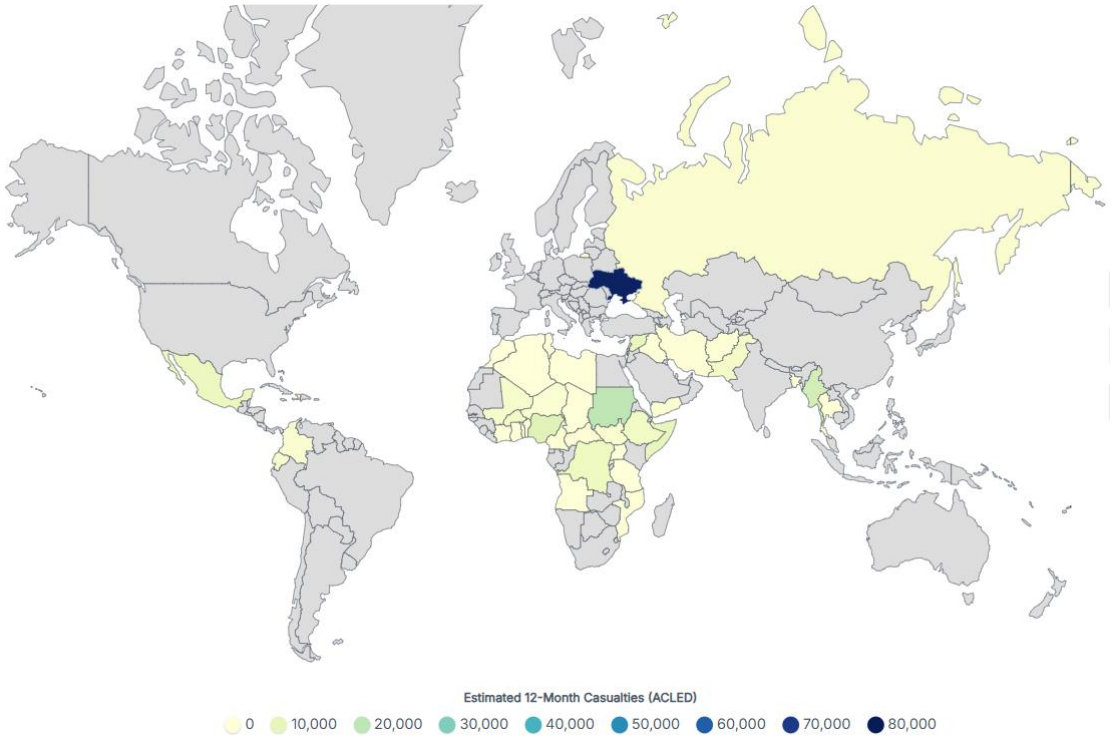
Segundo o Global Peace Index, atualmente existem cerca de 59 conflitos armados estatais ativos, o maior número desde a Segunda Guerra Mundial, envolvendo dezenas de países direta ou indiretamente. Cerca de oito desses são considerados “grandes guerras” causando mais de 10 mil mortes por ano (Figura 2).

Entre os conflitos mais prolongados destacam-se a guerra na Ucrânia, iniciada em 2014 e intensificada com a invasão russa em 2022; o conflito entre Israel e Gaza, que se insere em uma disputa histórica entre israelenses e palestinos; e os conflitos no Iraque, que persistem desde a invasão liderada pelos Estados Unidos em 2003 e continuam na forma de insurgências e disputas regionais. Outros exemplos de guerras prolongadas incluem os conflitos na Síria, no Iêmen e no Sudão, que têm causado grandes crises humanitárias e deslocamentos populacionais em larga escala.

I. Os conflitos e seus rastros

As consequências imediatas dos conflitos armados são devastadoras: vidas perdidas, cidades arrasadas, infraestruturas de saúde destruídas. A OMS registrou, somente em 2024, 1.515 ataques a unidades de saúde em zonas de conflito. Hospitais bombardeados, profissionais assassinados, cadeias de medicamentos interrompidas. O direito à saúde, garantido pelo direito internacional humanitário, torna-se letra morta sob as bombas.

Figura 2. Mortes relacionadas à conflitos armados



Fonte: ACLED, 2026

> *"De conflitos a mudanças climáticas, estamos enfrentando crises interligadas que exigem uma ação coordenada e coletiva."*
>
> **Mark Elsner, Fórum Econômico Mundial — Global Risks Report 2025**

Além das mortes diretas, os conflitos geram um efeito sanitário em cascata. A destruição de sistemas de água e saneamento favorece surtos de cólera e outras doenças infecciosas. A ruptura dos serviços de vacinação expõe populações a doenças há muito controladas. Em 2025, a OMS identificou 42 emergências de saúde em andamento, sendo 17 classificadas como "grau 3" — as mais graves —, concentradas justamente nas zonas de maior conflito: Gaza, Sudão, Ucrânia, Iêmen, Afeganistão, RDC e outros (Tabela 1).

Tabela 1. Emergências de Saúde Grau 3 segundo a OMS.

Região/País	Tipo principal de crise	Grau OMS
Gaza / Palestina	Conflito + colapso total de saúde	**Grau 3**
Sudão	Guerra civil + deslocamento	**Grau 3**
Ucrânia	Invasão + infraestrutura destruída	**Grau 3**
Iêmen	Conflito crônico + fome	**Grau 3**

Afeganistão	Instabilidade + doenças endêmicas	**Grau 3**
RDC	Grupos armados + epidemias (mpox)	**Grau 3**
Mianmar	Conflito + clima extremo	**Grau 3**

Fonte: OMS — Health Emergency Appeal 2025

II. O Meio Ambiente como Vítima Silenciosa

Se a guerra destrói cidades e mata pessoas, ela também assassina ecossistemas — e o faz de forma silenciosa, às vezes por décadas. Os danos ambientais dos conflitos armados operam em múltiplas frentes simultaneamente.

Contaminação do Solo, da Água e do Ar e agravamento da mudança climática

Armamentos explosivos liberam metais pesados e substâncias tóxicas que se infiltram nos aquíferos e nos solos agrícolas. Na Ucrânia, cujo conflito com a Rússia eclodiu com violência total em fevereiro de 2022, o ministro do Meio Ambiente Ruslan Strilets descreveu a destruição da barragem de Kakhovka em junho de 2023 como "o maior crime ambiental cometido desde o primeiro dia da invasão" — um ato de ecocídio com consequências que perdurarão por décadas. O evento destruiu habitats, contaminou águas e deslocou dezenas de milhares de pessoas.

Na República Democrática do Congo, mais de 250 grupos armados locais e 14 estrangeiros disputam territórios e minas de minerais críticos. Essa disputa gera altos níveis de desmatamento, perda de biodiversidade e contaminação hídrica, com níveis elevados de cobalto documentados nos lagos próximos às áreas de mineração, ameaçando toda a cadeia alimentar local (Williams et al., 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou recentemente para riscos significativos à saúde após ataques e explosões em instalações petrolíferas e refinarias no Irã. Segundo a OMS, esses incêndios produziram uma mistura de hidrocarbonetos, óxidos de enxofre e nitrogênio, fuligem e metais pesados, que se dispersaram no ar e posteriormente retornaram à superfície na forma de uma precipitação escura conhecida como "chuva negra". Moradores de Teerã relataram sintomas imediatos como irritação nos olhos e na pele, dores de cabeça, tosse e dificuldades respiratórias, enquanto especialistas alertam que a exposição a partículas tóxicas — incluindo hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (PAHs) — pode aumentar o risco de doenças cardiovasculares, pulmonares e câncer a médio e longo prazo. Há também preocupação com a contaminação de água, solo e alimentos, o que pode ampliar os impactos para a saúde pública e para os ecossistemas locais.

Além da poluição atmosférica, conflitos armados também provocam destruição massiva de infraestrutura urbana, incluindo estradas, pontes, redes de energia, habitações e instalações industriais. Grande parte desses materiais — como aço, areia, pedra e água — já havia sido extraída da natureza para construir as cidades. Quando essa infraestrutura é destruída, a reconstrução exige nova exploração de recursos naturais, intensificando a pressão sobre ecossistemas e cadeias de suprimento de matérias-primas. Um exemplo importante é a produção de cimento, um dos principais insumos da reconstrução urbana. A fabricação de cimento é altamente intensiva em energia e responsável por uma parcela significativa das emissões globais de dióxido de carbono, contribuindo para o aquecimento global. Assim, além

dos impactos diretos sobre a saúde e o ambiente, os conflitos também geram efeitos ambientais indiretos, ao estimular novas extrações de recursos e emissões associadas à reconstrução das áreas devastadas.

III. Conflitos e Mudança Climática

Os militares são grandes poluidores, com estimativa de que a atividade militar diária é responsável por 5,5% (CI: 3.3%-7%) das emissões globais (Parkinson and Cottrell, 2022). Isso significa que, se as forças armadas do mundo fossem um país, teriam a quarta maior pegada de carbono – maior que a da Rússia. Esse percentual é similar às emissões globais do setor saúde para cuidar da vida de pessoas no mundo inteiro. Enquanto o setor da saúde avança para diminuir suas emissões, as emissões militares continuam amplamente subnotificadas, colocando em risco os caminhos socioeconômicos para cumprir as metas de 1,5°C ou 2°C. Historicamente, elas foram isentas de reporte obrigatório no Protocolo de Kyoto – Em 1997, o Protocolo de Kyoto excluiu as emissões militares da notificação obrigatória — por insistência dos EUA. Posteriormente, passaram a ser reportadas apenas de forma voluntária no âmbito do Acordo de Paris, como resultado, apenas seis nações (Alemanha, Hungria, Noruega, Eslováquia, Bulgária e Chipre) alcançaram classificações de transparência "justas" em 2025, enquanto os EUA, China e Rússia não forneceram dados significativos, deixando grande parte dessas emissões fora das estatísticas oficiais.

Estimativas indicam que os primeiros doze meses da guerra na Ucrânia produziram cerca de 120 milhões de toneladas de emissões de GEE, um volume comparável às emissões anuais de países inteiros, como a Bélgica. Por exemplo, a estimativa da pegada de carbono na Ucrânia demonstra como a guerra moderna gera emissões por múltiplos caminhos: operações militares (37%), incêndios paisagísticos (23%), reconstrução (23%), ataques a infraestrutura energética (8%) e deslocamento de refugiados (7%).

Em 2024 o gasto militar global alcançou cerca de US$ 2,7 trilhões por ano, refletindo o aumento das tensões geopolíticas e conflitos armados. Em contraste, no âmbito das negociações climáticas internacionais, os países concordaram em mobilizar pelo menos US$ 300 bilhões anuais para financiamento climático até 2035, valor destinado principalmente a apoiar países em desenvolvimento na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No entanto, especialistas estimam que as necessidades reais são muito maiores — cerca de US$ 1,3 trilhão por ano — e esse montante ainda não foi assumido como compromisso vinculante pelos países, permanecendo apenas como uma meta aspiracional mais ampla da comunidade internacional. Assim, mesmo com o novo acordo, os recursos prometidos para enfrentar a crise climática continuam muito abaixo do que seria necessário, especialmente quando comparados aos níveis atuais de investimento em defesa militar.

A indústria bélica e as atividades militares precisam ser reconhecidas como um dos grandes desafios climáticos ainda negligenciados. Diante da urgência da crise climática, torna-se essencial incluir a indústria bélica e as atividades militares entre os principais setores prioritários para redução de emissões, com maior transparência, monitoramento e metas claras de descarbonização

IV. Degradação Ambiental como Causa de Conflito

A relação entre ambiente e conflito não é unilateral. A degradação ambiental e a escassez de recursos também alimentam a violência. Além das disputas geopolíticas tradicionais, diversos conflitos contemporâneos estão ligados à escassez de recursos naturais e pressões ambientais, muitas vezes agravadas pelas mudanças climáticas. Um exemplo frequentemente citado é o conflito em Darfur, no Sudão, onde secas prolongadas e a redução de chuvas intensificaram disputas por água e terras entre agricultores e pastores. Situações semelhantes ocorrem na região do Sahel, onde desertificação, degradação do solo e insegurança hídrica ampliam tensões sociais e alimentam conflitos armados. No **Lago Chade**, a redução de recursos naturais e a competição por pesca, agricultura e pastagens também têm gerado violência e deslocamentos populacionais. Esses casos ilustram como mudanças ambientais e escassez de recursos podem atuar como fatores que amplificam conflitos e instabilidade política.

O PNUMA identificou, em 2024, oito "mudanças globais críticas" que aceleram a tríplice crise planetária — mudança climática, perda de biodiversidade e poluição — e o aumento dos conflitos armados figura entre elas (Tabela 2).

Tabela 2. Top Riscos Globais a 10 anos — WEF 2025

Risco Global	Categoria	Horizonte
1. Eventos climáticos extremos	Ambiental	Curto/Longo prazo
2. Conflitos armados	Geopolítico	Curto prazo
3. Perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas	Ambiental	Longo prazo
4. Desinformação e IA adversarial	Tecnológico	Curto/Longo prazo
5. Escassez de recursos naturais	Ambiental	Longo prazo
6. Poluição (ar, água, solo)	Ambiental	Curto/Longo prazo
7. Desigualdade e polarização social	Social	Longo prazo

Fonte: World Economic Forum — Global Risks Report 2025 (900+ especialistas consultados)

V. Saúde na Encruzilhada das Crises

1. Saúde Mental: A Epidemia Invisível das Zonas de Guerra

A OMS, em seu Informe Mundial de Saúde Mental, é direta: guerra, crise climática e desigualdades sociais figuram entre as principais ameaças estruturais à saúde mental global. A exposição constante à violência, a perda de entes queridos e a instabilidade socioeconômica resultante de conflitos contribuem para patologias como ansiedade, depressão, trauma complexo e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). A depressão e a ansiedade

aumentaram mais de 25% apenas no primeiro ano da pandemia de COVID-19 — e essa tendência foi amplificada nas populações afetadas por conflitos.

2. O Duplo Risco: Conflito + Crise Climática

Um dos achados mais preocupantes do relatório Sem Escapatória, lançado pelo ACNUR na COP29 em novembro de 2024, é a sobreposição fatal entre zonas de conflito e zonas de vulnerabilidade climática. Três quartos dos 120 milhões de deslocados forçados no mundo vivem em países altamente impactados pelas mudanças climáticas. São pessoas que já perderam o lar pela guerra e que agora enfrentam inundações, secas e calor extremo nos campos de refugiados onde buscaram proteção.

> *"Em dez anos, desastres climáticos provocaram 220 milhões de deslocamentos internos — mais do que a população inteira do Brasil. Uma média de 60.000 deslocamentos por dia."*
>
> **ACNUR / COP29, Baku, novembro de 2024**

A projeção para o futuro é ainda mais alarmante. Até 2040, o número de países enfrentando perigos climáticos extremos deve crescer de apenas 3 para 65. A maioria desses países já abriga populações deslocadas por conflito. E até 2050, a maioria dos campos e abrigos de refugiados deverá enfrentar o dobro dos dias de calor extremo (Tabela 3).

Tabela 3. Deslocamentos Internos por Causa — 2023 (em milhões)

Causa	Pessoas (mi)	% do total
Desastres climáticos extremos	26,4	56%
Conflitos e perseguição política	20,4	43%
Outros fatores	0,1	1%
TOTAL	**46,9**	**100%**

Fontes: OIM/IDMC — Relatório de Monitoramento de Deslocamentos 2024; ACNUR 2024

Em suma, conflitos armados, mudanças climáticas e saúde estão cada vez mais interligados, formando um ciclo que amplifica riscos para as populações. As mudanças climáticas atuam como um "multiplicador de ameaças", intensificando a escassez de água, alimentos e terras produtivas, fatores que podem aumentar tensões sociais e contribuir para conflitos em regiões vulneráveis. Ao mesmo tempo, os conflitos agravam os impactos climáticos ao destruir infraestrutura, sistemas de saúde e meios de subsistência. Esse cenário gera diversos danos à saúde, incluindo mortes e ferimentos diretos, aumento da desnutrição e da insegurança alimentar, maior disseminação de doenças infecciosas (como cólera, malária e dengue) devido à falta de saneamento e deslocamentos populacionais, além de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático. Assim, o entrelaçamento entre clima, conflitos e vulnerabilidade social representa um desafio crescente para a saúde pública global e para a estabilidade das comunidades.

VI. O Brasil no Mapa das Injustiças Socioambientais

O Brasil não está imune a essa dinâmica. O Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde, mantido pela Fiocruz/ENSP, documenta centenas de conflitos em todo o território nacional, onde comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e agricultores familiares disputam o direito à terra, ao ambiente saudável e à saúde contra mineradoras, hidrelétricas, complexos eólicos e especulação imobiliária.

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul viveu o maior desastre climático de sua história: chuvas torrenciais inundaram 80% dos municípios gaúchos, forçaram mais de 200 mil pessoas a abandonar seus lares e o lago Guaíba atingiu 5,33 metros — um recorde histórico. O episódio tornou-se símbolo da intersecção entre mudanças climáticas, vulnerabilidade social e falência das políticas de ordenamento territorial.

O Brasil figura, segundo a OIM, entre os seis países com maior número de deslocamentos internos provocados por desastres naturais — 745 mil deslocamentos registrados em 2023, número provavelmente superado após os eventos de 2024.

VII. Por um Novo Contrato Social e Ambiental

Diante de um cenário tão sombrio, o PNUMA e o ACNUR convergem em suas recomendações: é necessário um novo contrato social que reconheça a interdependência entre paz, ambiente e saúde. Esse contrato deve envolver vozes historicamente marginalizadas — povos indígenas, comunidades tradicionais, refugiados e os próprios jovens, que herdarão as consequências das decisões tomadas hoje.

No plano prático, os relatórios internacionais elencam prioridades urgentes: ampliar o financiamento climático para países frágeis e populações deslocadas (que atualmente recebem apenas US$ 2,10 per capita por ano para adaptação); integrar saúde, paz e ambiente nas políticas públicas nacionais; e reconhecer juridicamente os “refugiados climáticos” — uma categoria que ainda não existe formalmente no direito internacional, mas que já conta dezenas de milhões de pessoas.

> *“Para as pessoas mais vulneráveis do mundo, as mudanças climáticas são uma realidade dura que afeta profundamente suas vidas. A crise climática está impulsionando o deslocamento em regiões que já abrigam muitas pessoas deslocadas, deixando-as sem um lugar seguro aonde ir.”*
>
> **Filippo Grandi, Alto Comissário da ONU para Refugiados — COP29, 2024**

Ao mesmo tempo, torna-se indispensável reconhecer que os conflitos armados e as atividades militares também precisam ser incorporados de forma explícita às políticas climáticas globais. Historicamente, as emissões militares foram excluídas das obrigações de reporte no

Protocolo de Kyoto e, posteriormente, passaram a ser apenas voluntárias no Acordo de Paris, criando uma lacuna significativa na contabilidade global de emissões. Para corrigir essa falha, os acordos climáticos passem a exigir relatórios padronizados e obrigatórios sobre emissões militares, incluindo operações, bases, cadeias de suprimento da indústria bélica e emissões associadas a conflitos e reconstrução. Essas emissões devem ser integradas aos inventários nacionais de gases de efeito estufa e ao Global Stocktake do Acordo de Paris, permitindo maior transparência, metas de redução específicas para o setor de defesa e incentivos à transição energética dentro das forças armadas.

A cooperação internacional, enfraquecida por um multilateralismo em crise e por uma ordem global cada vez mais fragmentada, é condição sine qua non. Como alerta o Global Risks Report 2025: as consequências da inação poderão ser sentidas pelas gerações futuras. A inação, portanto, já não é uma opção moralmente aceitável.

Conclusão

Os dados apresentados neste relatório deixam claro que conflitos armados, degradação ambiental e crise climática não são fenômenos isolados, mas partes de uma mesma dinâmica global que ameaça a estabilidade dos ecossistemas, das sociedades e da saúde pública. Guerras não apenas destroem cidades e sistemas de saúde; elas contaminam solos e águas, destroem florestas e infraestruturas críticas e ampliam as emissões de gases de efeito estufa, aprofundando a crise climática. Ao mesmo tempo, a escassez de recursos naturais, intensificada pelas mudanças climáticas, alimenta tensões sociais e políticas, criando um ciclo de retroalimentação entre ambiente degradado, violência e colapso institucional.

Esse ciclo afeta de forma profundamente desproporcional as populações mais vulneráveis. Comunidades que menos contribuíram para a crise climática — povos indígenas, populações rurais, moradores de regiões frágeis, mulheres, crianças e refugiados — são justamente aquelas que enfrentam os impactos mais severos: deslocamento forçado, insegurança alimentar, exposição a doenças infecciosas, colapso dos serviços de saúde e uma epidemia silenciosa de sofrimento psicológico. Para muitos desses grupos, o conflito e o clima extremo não representam ameaças separadas, mas uma realidade simultânea que compromete sua sobrevivência, seus meios de vida e seu futuro.

Diante desse cenário, proteger a saúde pública global exige reconhecer que paz, ambiente e saúde são dimensões inseparáveis da segurança humana. Políticas climáticas eficazes não podem ignorar os impactos dos conflitos armados, assim como estratégias de paz e reconstrução precisam incorporar a proteção ambiental e a resiliência climática. Integrar essas agendas — ampliando o financiamento para adaptação, fortalecendo sistemas de saúde em contextos frágeis e incorporando as emissões militares nas políticas climáticas — não é apenas uma questão ambiental ou geopolítica, mas uma prioridade urgente para a proteção da vida humana. A história julgará nossa geração pela capacidade de romper esse ciclo e construir um futuro em que segurança, saúde e sustentabilidade caminhem juntas.

Referências

ACLED — Armed Conflict Location & Event Data. Conflict Watchlist 2025. https://acleddata.com

ACNUR. Sem Escapatória: Na linha de frente das mudanças climáticas, conflito e deslocamento forçado. COP29, novembro de 2024. https://www.acnur.org/br

Brisman, A.; South, N. (2018). Green Criminology and Environmental Conflicts. Palgrave Macmillan.

ClimaInfo. Mudanças climáticas forçaram deslocamento de um 'Brasil' em 10 anos. Novembro 2024. https://climainfo.org.br/2024/11/12

Fiocruz/ENSP. Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br

IBGC. Conflito armado é risco imediato, aponta Global Risks Report 2025. 2025. https://ibgc.org.br/blog/conflito-global-risks-report-2025

Migalhas. O meio ambiente como vítima silenciosa de guerras e conflitos armados. Setembro 2025. https://www.migalhas.com.br/depeso/439290

OIM/IDMC. Relatório de Monitoramento de Deslocamentos Internos 2024. https://www.internal-displacement.org

OMS. Informe Mundial de Saúde Mental: Transformar a saúde mental para todos. https://bvsms.saude.gov.br

Organização Mundial da Saúde (OMS). Health Emergency Appeals 2025. https://www.who.int/emergencies

Parkinson, S. & Cottrell, L. Estimating the Military's Global Green House Gas Emissions (Scientists for Global Responsibility (SGR)and the Conflict and Environment Observatory (CEOBS),2022).

PNUMA. Relatório de Perspectivas Ambientais Globais. Nairóbi: PNUMA, 2024. https://news.un.org/pt/story/2024/07/1834616

Williams, P. et al. (2021). Cobalt contamination and aquatic food chain risks near DRC mining sites. Environmental Science & Technology.

World Economic Forum. Global Risks Report 2025. Genebra, 2025. https://www.weforum.org/reports/global-risks-report-2025

O mundo do trabalho em disputa na América Latina

El mundo laboral en disputa en América Latina

The world of work under scrutiny in Latin America

Frederico Peres e Sebastián Tobar

Resumo. A aprovação, pelo Senado argentino, da chamada *Ley de Modernización Laboral*, em um contexto de alta popularidade do governo Javier Milei, e a publicação, menos de uma semana depois, do Decreto da Presidente do México, Claudia Sheinbaum, alterando a Constituição do país para reduzir a jornada de trabalho, mostram cenários distintos vivenciados no mundo do trabalho da América Latina, na atualidade. Essas reformas refletem duas tendências na região: expansão e garantia de direitos trabalhistas (México); e flexibilidade e redução dos custos trabalhistas, com impactos diretos e indiretos sobre direitos e redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores (Argentina). O impacto real de tais medidas, na região, dependerá de fatores estruturais como o enfrentamento à informalidade, a capacidade institucional do Estado de preservar as redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores e de políticas que protejam a saúde e os direitos trabalhistas frente às transformações no mercado de trabalho, no contexto da crise do capitalismo contemporâneo. Sob esta perspectiva, a experiência mexicana pode influenciar debates no sentido da promoção do trabalho decente na América Latina e, dessa forma, contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis. Enquanto a experiência argentina revela a possibilidade de vivermos um agravamento do desequilíbrio estrutural entre capital e trabalho, sobretudo no que diz respeito aos princípios protetivos historicamente conquistados por trabalhadores latino-americanos a partir da segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Argentina. México. América Latina. Reforma trabalhista.

Resumen. *La aprobación por el Senado argentino de la denominada Ley de Modernización Laboral, en un contexto de gran popularidad para el gobierno de Javier Milei, y la publicación, menos de una semana después, del Decreto de la Presidenta de México, Claudia Sheinbaum, que modifica la Constitución para reducir la jornada laboral, evidencian distintos escenarios en el mundo del trabajo en América Latina. Estas reformas reflejan dos tendencias en la región: la expansión y la garantía de los derechos laborales (México); y la flexibilidad y reducción de los costos laborales, con impactos directos e indirectos en los derechos y las redes de protección social de los trabajadores (Argentina). El impacto real de estas medidas en la región dependerá de factores estructurales como el abordaje de la informalidad, la capacidad institucional del Estado para preservar las redes de protección social de los trabajadores y las políticas que protegen la salud y los derechos laborales ante las transformaciones del mercado laboral, en el contexto de la crisis del capitalismo contemporáneo. Desde esta perspectiva, la experiencia mexicana puede influir en los debates orientados a promover el trabajo decente en América Latina y, de esta manera, contribuir a la construcción de modelos de desarrollo más inclusivos y sostenibles. La experiencia argentina, por otro lado, revela la posibilidad de un empeoramiento del desequilibrio estructural entre capital y trabajo, especialmente en lo que respecta a los*

principios de protección históricamente conquistados por los trabajadores latinoamericanos desde la segunda mitad del siglo XX.

Palabras clave: *Argentina. México. América Latina. Reforma laboral*.

Abstract. *The Argentine Senate's ratification of the Labor Modernization Law, amidst significant popularity for the Javier Milei administration, juxtaposed with the subsequent issuance of a Decree by Mexican President Claudia Sheinbaum, which modifies the Constitution to decrease working hours, illustrates the divergent labor landscapes currently prevailing in Latin America. These reforms illustrate two regional trends: the enhancement and assurance of labor rights (Mexico), and the adaptability and diminishment of labor costs (Argentina), which directly and indirectly affect workers' rights and social security systems. The actual effect of these measures in the region will hinge on structural elements, including the management of informality, the States' institutional capacity to maintain workers' social protection networks, and policies that safeguard health and labor rights amid labor market transformations within the framework of contemporary capitalism's crisis. From this viewpoint, the Mexican experience can shape discussions focused on advancing decent work in Latin America, thereby aiding in the development of more inclusive and sustainable models. The Argentine example, on the other hand, illustrates the potential exacerbation of the structural disparity between capital and labor, particularly with the protective principles historically attained by Latin American workers since the latter half of the 20th century.*

Keywords: *Argentina. Mexico. Latin America. Labor reform.*

Introdução

A aprovação, pelo Senado argentino em 27 de fevereiro último, da chamada *Ley de Modernización Laboral*, em um contexto de alta popularidade do governo Javier Milei, e a publicação, menos de uma semana depois, do Decreto da Presidente do México, de três de março de 2026, alterando o Artigo 123 da Constituição do país para reduzir a jornada de trabalho, no país, mostram cenários distintos vivenciados no mundo do trabalho da América Latina, na atualidade. Se, no caso da Lei argentina, representa um dos retrocessos mais significativos na regulação do trabalho, no país, desde a consolidação do modelo trabalhista peronista, iniciado na segunda metade do século XX, no caso mexicano o Decreto representa mais um passo positivo no processo de reconfiguração do sistema trabalhista mexicano, com o intuito de enfrentar um contexto histórico de elevada vulnerabilização laboral, no qual o México manteve, por mais de um século, uma das jornadas de trabalho mais extensas entre os países industrializados do planeta (48h semanais).

Além da Argentina e México, outros países da região têm promovido ou debatido reformas trabalhistas. Essas reformas, como observado no caso de Argentina e Mexico, se apresentam de forma bastante heterogênea, seguindo distintas orientações: desde a busca pela expansão e/ou consolidação de direitos trabalhistas, até iniciativas com objetivo de tornar a regulação do mercado de trabalho mais flexível, sob a premissa de incentivar a oferta de emprego formal, são distintos os projetos que vêm sendo discutidos e implementados, evidenciando um mundo do trabalho em disputa na América Latina (https://publications.iadb.org/en/publications/english/viewer/The-Future-of-Work-in-Latin-America-and-the-Caribbean--Flexibility-is-it-here-to-say.pdf).

A *Ley de Modernización Laboral* da Argentina

A Lei de Modernização Laboral, recentemente aprovada pelo Senado argentino e composta por mais de duzentos artigos, introduz mudanças amplas e profundas na organização das relações de trabalho no país, incluindo a flexibilização e o aumento da jornada de trabalho sem compensações para trabalhadoras e trabalhadores, alterações no regime de indenizações e coberturas legais, no caso de demissões, e a redefinição dos mecanismos de negociação coletiva, criando estruturas fortemente assimétricas entre empregadores e trabalhadores, entre outros aspectos. Foi apresentada mediante amplo acordo no Congresso Nacional, com forte apoio do governo argentino, sob a premissa de ser um instrumento necessário para dinamizar a economia, reduzir custos de contratação e estimular a formalização do emprego, considerando o contexto de elevada informalidade e de prolongada crise econômica em que o país se insere. No entanto, boa parte dos estudos e ensaios que analisaram a proposta argumentam que a reforma representa um processo de forte desregulação do trabalho, capaz de aprofundar a precarização do trabalho, enfraquecer as representações sindicais e gerar impactos negativos sobre as redes de proteção social e a saúde de trabalhadoras e trabalhadores argentinas/os.

A chamada 'modernização laboral' na Argentina se insere em um contexto mais amplo de reformas do Estado, orientadas pela ideologia anarcocapitalista do governo Milei, que se expressa em uma intensa flexibilização da legislação trabalhista, frequentemente associada às agendas econômicas de inspiração neoliberal. Essas reformas geralmente buscam reduzir custos trabalhistas e ampliar a capacidade de gestão empresarial sobre a força de trabalho, sobretudo através da flexibilização das regras aplicáveis aos contratos trabalhistas e da diminuição de mecanismos de proteção laboral.

No que tange especificamente à legislação recém-aprovada, esta se materializa em mudanças como a autorização para jornadas de trabalho de até doze horas diárias, modificações no sistema de indenizações por demissão, alterações nos períodos mínimos de férias, perdas de direitos protetivos nos casos de acidentes não-diretamente relacionados ao trabalho e maior flexibilidade nos mecanismos de contratação e negociação coletiva. Além disso, a nova lei prevê a criação de fundos de indenização financiados por empregadores, alterações nas contribuições destinadas ao sistema de seguridade social e, também, a restrição do direito de greve em determinados setores, considerados essenciais.

Esses e outros aspectos, presentes na reforma argentina recém-aprovada, indicam um agravamento do desequilíbrio estrutural entre capital e trabalho, sobretudo no que diz respeito aos princípios protetivos historicamente conquistados pelas/os trabalhadoras/es argentinas/os, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Se, por um lado, o reconhecimento da assimetria de poder existente entre estes dois grupos levou à construção de toda uma rede de proteção social para trabalhadoras e trabalhadores, no país, a flexibilização normativa, materializada na nova lei, tende a deslocar o fiel da balança na direção do capital, ampliando a margem de decisão e poder de exploração da força de trabalho, por parte dos empregadores, ao mesmo tempo em que reduzem drasticamente a capacidade de negociação coletiva dos trabalhadores.

Importante destacar, ainda, que, embora aprovada pelo Congresso Nacional, a lei ainda não estava em vigor no momento em que o texto foi escrito (12 de março de 2026), aguardando sua promulgação pelo Poder Executivo e posterior publicação no Diário Oficial. Somente após esses trâmites a Lei entra em vigor e suas disposições se tornam obrigatórias, com efeitos imediatos para alguns dispositivos, e necessidade de regulamentos e marcos normativos

complementares para outros, o que pode adiar sua completa implementação por tempo indeterminado.

O Decreto Presidencial Mexicano de 3 de março de 2026

Caminhando em direção oposta, o Decreto publicado em 3 de março de 2026 no Diário Oficial da Federação, alterando os incisos IV e XI, Parte A, do Artigo 123 da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, estabelece uma jornada de trabalho máxima de 40h semanais, no país, a ser implementada gradualmente até 2030. A reforma reduz progressivamente o atual limite máximo para a jornada de trabalho, no país, de 48h semanais – que coloca o país entre aqueles com as jornadas de trabalho mais longas dentro das economias industrializadas e emergentes –, estabelecendo uma escala que a diminui em duas horas por ano, a partir de 2027, até atingir 40h semanais em 2030.

A regulamentação da jornada de trabalho no México teve origem na Constituição de 1917, considerada uma das primeiras constituições do mundo a incorporar direitos trabalhistas avançados. Em seu Artigo 123 (Trabalho e Previdência Social), a Constituição estabelecia uma jornada de trabalho máxima de oito horas diárias e, também, reconhecia um conjunto de direitos trabalhistas fundamentais, como o descanso semanal e um sistema de proteção nos casos de adoecimento e demissão. E justamente este dispositivo legal foi o que manteve, por mais de um século, uma jornada de trabalho de até 48h semanais, o equivalente a seis jornadas de oito horas diárias.

A redução gradual da jornada de trabalho para 40h, até 2030, faz parte de um processo mais amplo de reformas trabalhistas que, ao contrário do conduzido pelo atual governo argentino, e em curso desde a década de 2010, vem atualizando aspectos legais e normativos do mundo do trabalho, no país, incluindo questões como a governança e o papel dos sindicatos, a regulamentação de formas alternativas de contratação, como a terceirização, e o fortalecimento dos direitos coletivos de trabalho, como a proteção a trabalhadoras e trabalhadores nos processos de negociação com empregadores.

A proximidade temporal em que ambas as iniciativas foram aprovadas, em seus respectivos países, nos convida a pensar e olhar para o complexo mundo do trabalho na América Latina, cheio de contradições, avanços e retrocessos, e cujos ecos são sentidos em diferentes setores, entre estes a Saúde Pública (https://www.annualreviews.org/deliver/fulltext/publhealth/35/1/annurev-publhealth-032013-182500.pdf?itemId=/content/journals/10.1146/annurev-publhealth-032013-182500&mimeType=application/pdf). Como contribuição ao debate sobre as singularidades e estruturas comuns do mundo do trabalho latino-americano, o presente artigo objetiva compilar alguns dos principais pontos das legislações trabalhistas recentemente alteradas na Argentina e no México, identificando os principais aspectos que os colocam no centro do debate sobre Saúde e Trabalho, em cada um destes países nos demais países da América Latina.

A nova Lei argentina e suas repercussões para o mundo do trabalho, no país e região

As relações entre trabalho e saúde se configuram como uma das mais antigas a serem compreendidas através da lente dos processos de determinação socioambiental, constituindo um tema central para as estratégias de explicar os impactos dos processos de desenvolvimento econômico de determinados países sobre a saúde de sua população, individual e coletivamente. Entre os assuntos recorrentemente abordados por estudos e pesquisas que se dedicam a compreender tais relações e suas consequências para a saúde de trabalhadoras e trabalhadores,

estão os processos de flexibilização dos contratos e vínculos de trabalho e a expansão de formas precárias de emprego, ambos associados a impactos negativos sobre a saúde física e mental da população trabalhadora.

Segundo estudos sobre o tema na América Latina, a flexibilização de vínculos e contratos de trabalho, frequentemente justificada por cenários econômicos desfavoráveis, se traduz, quase sempre, na redução de benefícios trabalhistas, em mecanismos para o aumento da produtividade sem compensações para trabalhadoras e trabalhadores e no menor acesso destes às redes de proteção social, gerando contextos de alta informalidade e precarização do trabalho, amplamente identificados em diversos países da América Latina (https://peoplesdispatch.org/2026/02/26/labor-rights-in-dispute-neoliberalism-vs-progressive-reform-for-workers-in-latin-america/).

Diversos estudos realizados na região indicam que a expansão da informalidade e da flexibilização das normas trabalhistas têm contribuído para o aumento da vulnerabilidade social e para o agravamento das desigualdades em saúde entre diferentes grupos de trabalhadoras e trabalhadores latino-americanos. Cenário que, no contexto da reforma argentina, e sobretudo com a ampliação da jornada de trabalho e a flexibilização das relações contratuais, pode resultar em processos de intensificação do trabalho, aumento da fadiga ocupacional e maior risco de acidentes laborais.

Outro ponto crítico da reforma argentina são os efeitos esperados sobre os sistemas de proteção social dos trabalhadores do país. Isto porque a legislação recém-aprovada prevê alterações nos mecanismos de financiamento da previdência social, incluindo mudanças nas contribuições patronais e na gestão de fundos destinados à indenização por demissão. Exemplos regionais mostram que a redução de contribuições sociais, frequentemente utilizada como estratégia para estimular o emprego formal, apresenta enorme potencial de gerar efeitos ambivalentes, uma vez que embora possa reduzir custos de contratação no curto prazo, também pode comprometer a sustentabilidade financeira dos sistemas previdenciários e de proteção social, a médio e longo prazos.

Importante destacar, uma vez mais, que nem todas as medidas previstas na Lei terão efeito imediato. O caderno de economia do Diário *Clarín*, edição de 3 de março de 2026 (https://www.clarin.com/economia/reforma-laboral-entra-vigencia-primeros-impactos-ley_0_NaJnK0nAHi.html), apresenta uma boa sistematização dos pontos da Lei que demandam regulamentação complementar, o que, na prática, pode atrasar indefinidamente sua implementação. Os principais pontos destacados pelo *Clarín* são aqui reproduzidos:

- O **Fundo de Assistência ao Trabalho**, cuja estrutura, financiamento e funcionamento devem ser definidos por regulamentos administrativos complementares, sem os quais o programa não pode ser implementado na prática;
- O novo **Sistema de Benefícios Sociais** estabelece limites e condições que devem ser determinados pela Autoridade de Implementação, especialmente no que diz respeito a serviços de alimentação, reembolsos e outros itens não remuneratórios;
- Certos componentes de **remuneração variável** somente poderão ser incorporados por meio de instrumentos de negociação coletiva ou por decisão do empregador, através de processos que ainda precisam ser regulados por normas complementares;

- Com relação à **jornada de trabalho**, a possibilidade de acordar sistemas de compensação de horas extras, ou a criação de bancos de horas, exige que os mecanismos específicos para tais iniciativas sejam formalizados e respeitem outros limites legais, que podem exigir marcos regulamentares adicionais para seu controle e registro;

- Os novos **contratos de trabalho a tempo parcial**, onde os benefícios previdenciários precisarão ser determinados por regulamentos específicos, com base no tempo trabalhado e nas contribuições efetuadas, é outro ponto cuja implementação não poderá se dar de forma imediata à publicação da Lei.

Cabe lembrar, por fim, que, na América Latina, reformas trabalhistas orientadas pela flexibilização de normas e dos contratos de trabalho, historicamente, estiveram associadas à segmentação das estruturas de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores, com aumento das já existentes desigualdades entre trabalhadores formais e informais. Além disso, a diminuição da base contributiva pode ampliar a dependência de financiamento estatal para a sustentabilidade econômica dos fundos de previdência social ou, ainda, estimular novas reformas previdenciárias pautadas por políticas de austeridade fiscal.

O Decreto Presidencial de 03/03/2026 no contexto da reconfiguração do sistema trabalhista mexicano

A publicação, pela presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, do Decreto Presidencial de três de março de 2026 – e, portanto, menos de uma semana após a aprovação da Lei argentina –, serviu como um contraponto importante ao projeto de (des)regulação do trabalho na Argentina, sobretudo pela proximidade temporal e por colocar em direções opostas duas das maiores economias latino-americanas. Entre os principais pontos da Constituição mexicana (Artigo 123), alterados pelo Decreto presidencial, está a definição de uma jornada de trabalho máxima de quarenta horas semanais, a ser implementada gradualmente, com redução de duas horas/semanais a cada ano, a partir de 2027. Que, na prática, faz com que a redução da jornada de trabalho – das atuais 48h semanais para 40h semanais – somente terá efeitos práticos a partir de 2030.

O Decreto mantém, entretanto, a escala 6 X 1, uma vez que registra, na Seção IV, Parte A deste Artigo Constitucional 123, que, para cada seis dias trabalhados, os trabalhadores terão direito a, pelo menos, um dia de descanso remunerado. O texto destaca, no parágrafo quarto da Parte B deste mesmo Artigo 123 que, em nenhuma circunstância, a redução da jornada de trabalho imposta pelo Decreto poderá implicar em qualquer diminuição de salários, vencimentos ou benefícios das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Outro ponto da reforma (emenda) do Artigo Constitucional que regulamenta o trabalho, no país, diz respeito às circunstâncias extraordinárias que podem determinar que uma trabalhadora ou um trabalhador cumpra uma jornada de trabalho semanal superior a 40h. Nesses casos, justificada a condição de excepcionalidade, o aumento da jornada de trabalho deverá vir acompanhado do pagamento de horas extras, em montante 100% superior ao salário-hora normal.

O Decreto destaca, ainda, que o trabalho em regime de horas-extras não poderá exceder 12 horas semanais, podendo ser distribuídas em, no máximo, quatro horas por dia, e um período máximo de quatro dias por semana. Qualquer trabalho que resulte em regime de horas-extras que exceda esses limites, obriga que o empregador pague 200% a mais do que o salário-hora

normal, estabelecido por lei. Além disso, destaca o Decreto, pessoas com menos de 18 anos de idade não poderão trabalhar em regime de horas extras no país.

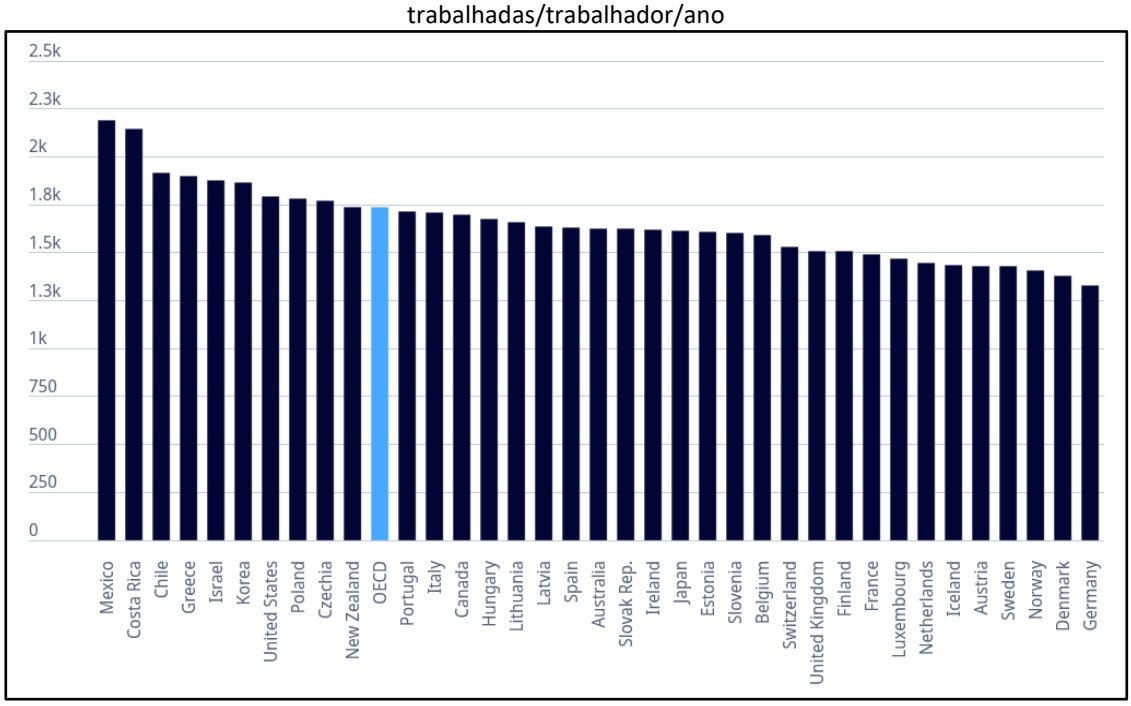
As recentes alterações no Artigo 123 da Constituição mexicana, que trata do Trabalho e Previdência Social, complementam outras emendas constitucionais, realizadas ao longo dos últimos anos, como parte de um projeto mais abrangente de reconfiguração do sistema trabalhista mexicano. Entre 2024 e 2025, este artigo recebeu mais de 30 emendas, incorporando diversos dispositivos para o aumento de proteções trabalhistas, sem haver alterado, entretanto, e até agora, a duração da jornada de trabalho (48h semanais). Somente a partir do Decreto de três de março, e com efeitos práticos a partir de 2027, que se inicia o processo de redução da jornada de trabalho, no país, considerada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como a mais extensa entre os países que a compõem (https://doi.org/10.1787/86c1fd38-en). A Figura 1 apresenta uma comparação entre as jornadas de trabalho em diferentes países, onde o México apresenta a mais alta relação entre horas trabalhadas, anualmente, por trabalhador, correspondendo a mais de 2.200h – aproximadamente 23% acima da média dos países da OCDE (https://www.oecd.org/en/data/indicators/hours-worked.html).

Importante destacar que a reforma mexicana, na qual se insere a recente regulamentação pela redução da jornada de trabalho, faz parte de um conjunto de reformas que, em maior ou menor grau, vêm sendo implementadas, nos últimos anos, em alguns países da América Latina, como o Chile (que também adotou um redução gradual da jornada de trabalho, em 2024, de 44 para 40 horas semanais) e Colômbia (que aprovou, em 2021, a redução progressiva da jornada de trabalho, saindo de um patamar de 48h semanais para chegar, neste ano de 2026, a 42 horas semanais).

No seu relatório Panorama Laboral 2025 – América Latina e Caribe (https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-12/OIT-Informe-PANORAMA-LABORAL-2025.pdf), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirma a tendência regional de recuperação nas taxas de emprego pós-pandemia de covid-19, destacando que, no primeiro semestre do ano, foi registrado um aumento na taxa de participação da força de trabalho, atingindo 63%, acompanhando um aumento da taxa de emprego ao redor de 60%, ao mesmo tempo em que os níveis de desemprego se situaram em torno dos 6%, um dos níveis mais baixos registrados nos últimos 15 anos. No documento, a OIT ressalta que o número de pessoas trabalhando ou procurando emprego permanece estável em comparação com o ano anterior, e que uma proporção maior conseguiu ingressar no mercado de trabalho.

Entretanto, e conforme abordado em artigo publicado no último número destes *Cadernos*, edição de 5 de março de 2026, os números positivos mascaram a informalidade e a desigualdade que persistem na América Latina, em meio às transformações no mundo do trabalho, e apesar dos esforços de enfrentamento, dentre os quais se incluem as reformas trabalhistas em curso na região.

Figura 1 – Ranking de países com maiores jornadas de trabalho em 2024, medida por horas trabalhadas/trabalhador/ano



Fonte: OCDE. Horas trabalhadas (2024). Disponível em: https://www.oecd.org/en/data/indicators/hours-worked.html

Reformas trabalhistas em outros países da região

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, vem impulsionando uma reforma trabalhista considerada controversa por muitos setores do país, em particular pelo seu potencial de alterar o equilíbrio de poder entre empregadores e trabalhadores, favorecendo o segundo grupo (https://apnews.com/article/colombia-labor-law-petro-leftwing-reform-economy-investment-workers-unions-15f07e39efcf11f459e6aaf60f4a01b8). Uma vitória e marca importante para o líder de esquerda, apesar dos freios que o Congresso Nacional tem imposto, visando moderar suas ambições mais radicais.

A reforma defendida por Petro representa um marco para um presidente que tem lutado para cumprir suas promessas de reduzir a desigualdade em uma das nações mais desiguais da região. No entanto, sua implementação vem enfrentando oposição de líderes empresariais, e os títulos do governo colombiano sofreram quedas devido às preocupações do mercado com as consequências fiscais e econômicas.

Entre os pontos de maior contestação pelo empresariado colombiano, está o pagamento de horas extras para trabalhadores assalariados e a limitação ao uso de trabalhadores contratados por prazo determinado. Outro ponto contestado é a exigência que as empresas forneçam seguro saúde e cobertura previdenciária para trabalhadores autônomos, como motoristas de entrega de comida. Assim como a concessão, a estagiários, de contratos e benefícios adequados, como férias e indenização por rescisão contratual.

Com a implementação da reforma trabalhista em 2026, os trabalhadores com contratos formais na Colômbia começaram a perceber mudanças na forma como os juros da indenização por rescisão contratual são pagos, um benefício social obrigatório que não desaparece, mas admite novas modalidades. A mudança foi possibilitada pela Lei 2.466 de 2025, que manteve o

sistema tradicional, mas permitiu que empregadores e empregados acordassem por escrito uma alternativa diferente para o pagamento desses valores.

Os ajustes propostos na Lei entram em vigor este ano, e se aplicam somente se houver um acordo expresso entre as partes. Caso contrário, o mecanismo anual já estabelecido na legislação trabalhista colombiana permanece em vigor. A indenização por rescisão contratual é um benefício social equivalente a um mês de salário por cada ano trabalhado, que o empregador deve depositar em um fundo autorizado. Sua finalidade é servir como suporte financeiro em situações como desemprego, educação ou compra de um imóvel (https://www.cronista.com/colombia/finanzas-y-economia/reforma-laboral-2026-el-ejecutivo-ajusta-el-esquema-tradicional-y-establece-una-nueva-forma-de-cobrar-las-cesantias/).

Outros países da região, como o Peru e o Uruguai, passaram recentemente por mudanças em seus sistemas de previdência e seguridade social. O Peru implementou reformas no sistema previdenciário e medidas para ampliar a cobertura trabalhista (https://www.infobae.com/peru/2025/09/17/la-reforma-de-pensiones-lo-que-dicen-los-congresistas-vs-lo-que-realmente-votaron-con-la-ley-32123/). A Lei 32123, promulgada em 2024, alterou estruturalmente o sistema previdenciário peruano e, desde então, tem gerado debates devido ao seu impacto direto sobre a população (https://www.gob.pe/institucion/mef/noticias/1240525-gobierno-reglamento-la-nueva-ley-del-sistema-previsional-que-garantiza-el-acceso-de-todos-los-peruanos-a-la-seguridad-social).

Já o Uruguai promoveu reformas na seguridade social e na idade de aposentadoria que impactam o mercado de trabalho. Essa era uma das principais promessas de campanha da Frente Ampla – uma espécie de caminho alternativo entre a reforma da previdência social aprovada durante o governo de Luis Lacalle Pou (tão questionada pela esquerda) e o plebiscito promovido pelo Pit-Cnt para fixar a idade mínima de aposentadoria e eliminar as AFAPs (que tanto dividiu a esquerda).

A reforma prevê um aumento gradual da idade de aposentadoria de 60 para 65 anos, a criação de um Sistema Comum de Pensões, que unifica os critérios de aposentadoria e propõe regras mais homogêneas para as contribuições dos trabalhadores, estabelece um requisito mínimo de 30 anos para acesso à aposentadoria e mantém o modelo BPS (pilar público) e AFAP (poupança individual) para garantir a sustentabilidade do sistema a longo prazo (https://www.elpais.com.uy/que-pasa/reforma-de-la-seguridad-social-2026-que-cambios-se-proponen-para-la-edad-de-jubilacion-y-las-afap).

Considerações finais

A *Lei de Modernização Laboral*, recentemente aprovada na Argentina, representa uma mudança estrutural na regulação do trabalho no país, com potencial para redefinir o equilíbrio entre capital, trabalho e Estado. E embora o governo apresente a Lei como estratégia para estimular o emprego e atrair investimentos, evidências históricas de movimentos reformistas orientados pela austeridade fiscal e centrados na flexibilização de normas protetivas e direitos trabalhistas, no país, região e globalmente, apontam para os riscos que suas implicações podem produzir, em diferentes setores e com impactos desproporcionais sobre indivíduos e grupos mais vulnerabilizados da população, como a ampliação da precarização do trabalho, o aumento da jornada de trabalho sem compensações para os trabalhadores, o enfraquecimento das redes de proteção social e os consequentes impactos sobre a saúde física e mental de trabalhadoras e trabalhadores.

Por outro lado, o Decreto presidencial mexicano, que promove a gradual diminuição da jornada de trabalho no país, e se alinha a movimentos semelhantes observados em outros países

latino-americanos, com potencial de contribuir, direta e indiretamente, para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, a redução dos riscos à saúde e a redistribuição do tempo social em sociedades caracterizadas por profundas desigualdades. Desde que sejam garantidas as condições para a manutenção dos postos de trabalho e da remuneração de trabalhadoras e trabalhadores.

O impacto real de tais medidas dependerá de fatores estruturais como o enfrentamento à informalidade, a capacidade institucional do Estado de preservar as redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores, na região, e de políticas que protejam a saúde e os direitos trabalhistas frente às transformações no mercado de trabalho, no contexto do capitalismo contemporâneo. Sob esta perspectiva, a experiência mexicana pode influenciar debates no sentido da promoção do trabalho decente – termo priorizado pela OIT para descrever o trabalho saudável, seguro, sustentável e equitativo – na América Latina e, dessa forma, contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis.

Os países latino-americanos que atualmente implementam reformas trabalhistas incluem principalmente Argentina, Colômbia, Chile, México e Brasil, além de mudanças relacionadas ao trabalho ou à previdência social no Peru e no Uruguai. Essas reformas refletem duas tendências na região: expansão dos direitos trabalhistas (Colômbia, México); e flexibilidade e redução dos custos trabalhistas, com impactos diretos e indiretos sobre direitos e redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores (Argentina).

A crescente tendência de vitórias presidenciais de direita ou centro-direita[1],[2] sugere que mais mudanças ou reformas serão implementadas, semelhantes às que já estão em curso na Argentina (https://www.trtespanol.com/article/469fae30dff2). A experiência latino-americana tem demonstrado que governos de direita ou centro-direita tendem a promover reformas trabalhistas com objetivos como: tornar os contratos de trabalho mais flexíveis; reduzir os custos de demissão; limitar as ações trabalhistas; promover o emprego formal, independente da qualidade do emprego/trabalho decente; e reduzir o poder dos sindicatos.

Em síntese, as reformas trabalhistas em curso na América Latina devem ser compreendidas no contexto mais amplo das transformações contemporâneas do capital (e do próprio capitalismo) e das disputas políticas em torno do papel do trabalho nas sociedades latino-americanas (https://peoplesdispatch.org/2026/02/26/labor-rights-in-dispute-neoliberalism-vs-progressive-reform-for-workers-in-latin-america/). Nesse cenário, compreender as interações entre regulação laboral, saúde e desigualdades sociais torna-se fundamental para avaliar os efeitos de reformas institucionais e orientar políticas públicas comprometidas com a justiça social e a proteção da saúde dos trabalhadores.

[1] A ascensão de José Antonio Kast ao poder em 2026 marca uma guinada política conservadora e abre o debate sobre reformas econômicas e trabalhistas com foco em: desregulamentação econômica; cortes de impostos para empresas; e incentivos à criação de empregos, mesmo que não alinhados às estratégias de promoção do trabalho decente. Essas políticas fazem parte de uma agenda econômica de inspiração neoliberal, centrada no crescimento econômico/produtivo e nas garantias de condições favoráveis para as operações rentistas e de investimentos estrangeiros.

[2] Em países como o Equador e a Costa Rica, governos conservadores têm promovido reformas relacionadas à flexibilização do mercado de trabalho, à modernização do emprego e a incentivos ao investimento privado. Essas reformas são frequentemente justificadas pelos altos níveis de emprego informal na região, embora nem sempre estejam alinhadas à garantia do trabalho saudável, seguro, sustentável e equitativo.

A escalada da violência no Oriente Médio: novos deslocamentos forçados, a crise de saúde pública na região e a atuação das organizações internacionais

La escalada de la violencia en Oriente Medio: nuevos desplazamientos forzados, la crisis de salud pública en la región y el papel de las organizaciones Internacionales

The escalation of violence in the Middle East: new forced displacement, the public health crisis in the region, and the role of international organizations

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo. A escalada recente do conflito no Oriente Médio tem gerado impactos significativos sobre a saúde pública e a situação humanitária na região. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os ataques armados têm provocado milhares de mortes, elevado número de feridos e crescente sobrecarga dos sistemas de saúde, agravada por ataques a instalações médicas, restrições de acesso a serviços e interrupções no fornecimento de medicamentos e equipamentos. O conflito também tem provocado deslocamentos forçados em larga escala, especialmente no Irã e no Líbano, resultando em superlotação de abrigos, deterioração das condições sanitárias e aumento do risco de doenças infecciosas, particularmente entre grupos mais vulneráveis. Nesse contexto, organismos internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) alertam para o agravamento da crise humanitária e para o risco de novos fluxos de deslocamento caso haja intensificação das tensões. As organizações destacam a necessidade de ampliar o financiamento humanitário, garantir a proteção de civis e dos serviços de saúde e assegurar o acesso da ajuda humanitária. De forma geral, as agências internacionais convergem na defesa da redução das hostilidades e da priorização de soluções diplomáticas como medidas essenciais para mitigar os impactos humanitários e sanitários e promover a estabilidade regional.

Palavras-chave: Oriente Médio, Deslocamento forçado, Conflito armado, Crise humanitária.

Resumen. *La reciente escalada del conflicto en Oriente Medio ha generado impactos significativos en la salud pública y en la situación humanitaria de la región. Según la Organización Mundial de la Salud (OMS), los ataques armados han provocado miles de muertes, un elevado número de heridos y una creciente sobrecarga de los sistemas de salud, agravada por ataques contra instalaciones sanitarias, restricciones en el acceso a los servicios y la interrupción del suministro de medicamentos y equipos médicos. El conflicto también ha provocado desplazamientos forzados a gran escala, particularmente en Irán y Líbano, lo que ha generado la sobreocupación de refugios, el deterioro de las condiciones sanitarias y un mayor riesgo de enfermedades infecciosas, especialmente entre las poblaciones más vulnerables. En este*

contexto, organismos internacionales como el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) y la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) han alertado sobre el agravamiento de la crisis humanitaria y el riesgo de nuevos flujos de desplazamiento en caso de una intensificación de las tensiones. Estas organizaciones destacan la necesidad de ampliar la financiación humanitaria, garantizar la protección de la población civil y de los servicios de salud, y asegurar el acceso de la ayuda humanitaria. En términos generales, las agencias internacionales coinciden en la necesidad de reducir las hostilidades y priorizar soluciones diplomáticas como medidas esenciales para mitigar los impactos humanitarios y sanitarios y promover la estabilidad regional.

Palabras clave: Oriente Medio, Desplazamiento forzado, Conflicto armado, Crisis humanitaria.

Abstract: The recent escalation of the conflict in the Middle East has generated significant impacts on *public health and the humanitarian situation in the region. According to the World Health Organization (WHO), armed attacks have resulted in thousands of deaths, a high number of injuries, and an increasing burden on health systems, further aggravated by attacks on healthcare facilities, restricted access to services, and disruptions in the supply of medicines and medical equipment. The conflict has also caused large-scale forced displacement, particularly in Iran and Lebanon, leading to overcrowded shelters, deteriorating sanitary conditions, and increased risks of infectious diseases, especially among the most vulnerable populations. In this context, international organizations such as the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and the International Organization for Migration (IOM) have warned about the worsening humanitarian crisis and the risk of new displacement flows if tensions intensify. These organizations emphasize the need to increase humanitarian funding, ensure the protection of civilians and healthcare services, and guarantee access for humanitarian aid. Overall, international agencies converge in calling for de-escalation of hostilities and the prioritization* of *diplomatic solutions as essential measures to mitigate humanitarian and public health impacts and to promote regional stability.*

Keywords: Middle East, Forced displacement, Armed conflict, Humanitarian crisis

A crise no Oriente Médio: perspectiva da OMS

A guerra em curso na região do Oriente Médio afeta ao menos 16 países e tem provocado um número crescente de óbitos. Conforme informações do diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS)[1], Dr. Tedros Adhanom, os serviços de saúde encontram-se progressivamente sobrecarregados. Os sucessivos ataques e contra-ataques na região têm resultado em grande número de feridos, milhares de mortes e forte pressão sobre os sistemas de saúde. O diretor-geral apontou que, até a data em que fez a comunicação à imprensa, teriam ocorrido 13 ataques a instalações de saúde no Irã e um no Líbano. Segundo ele, o conflito tem provocado deslocamentos em larga escala, com cerca de 100 mil pessoas deslocadas no Irã e 60 mil no Líbano, enquanto os países afetados já acolhem aproximadamente 25 milhões de pessoas deslocadas à força. Ainda, estima-se ainda que novas solicitações de evacuação possam colocar até 1 milhão de pessoas em situação de deslocamento forçado. Adhanom também alertou que eventuais danos a instalações nucleares podem gerar sérios impactos para a saúde pública.

Em notícia mais recente[2] e no último relatório de situação da OMS,[3] ambos publicados no dia 11 de março, destaca-se novamente que os sistemas de saúde estão sendo fortemente pressionados por ataques diretos, pelos ferimentos causados pela violência armada e pelo consequente deslocamento de pessoas na região. Já são 21 países afetados globalmente e 14 na região. As autoridades nacionais do Irã reportaram mais de 1300 mortes e 9000 feridos, e no Líbano, ao menos 570 mortes e 1400 feridos. Já em Israel, somam-se 15 mortes e 2142 feridos. No Iraque, tem sido reportado um aumento no número de feridos devido a ataques e a respostas violentas a manifestações públicas. Ao mesmo tempo, o conflito armado afeta justamente os serviços de saúde que seriam capazes de salvar vidas, em desacordo com a proteção garantida pelo direito humanitário internacional: segundo os dados mais atualizados do relatório, no Irã, houve 18 ataques à saúde desde o fim de fevereiro, resultando em 8 mortes de trabalhadores da saúde; no Líbano, foram 25 ataques e 16 mortos.

A questão dos novos fluxos de pessoas em deslocamento forçado pelo conflito e suas consequências para a crise de saúde pública também são pontos de atenção no novo relatório. No Irã, mais de 100 mil pessoas foram realocadas a outras regiões do país e, no Líbano, mais de 700 mil estão em deslocamento interno, causando uma superlotação dos abrigos coletivos e de suas condições sanitárias, aumentando os riscos de infecções respiratórias, doenças diarreicas e outras doenças infecciosas, especialmente para as populações mais vulneráveis como crianças e mulheres. Os riscos ambientais também estão crescendo: no Irã, incêndios causados pelo petróleo e fumaça das infraestruturas danificadas expõem as comunidades próximas a poluentes tóxicos e que podem causar diversos problemas respiratórios, irritação nos olhos e pele e contaminação de alimentos e água. Embora o centro de enriquecimento nuclear de Natanz tenha sido atacado, não foi reportado um aumento no nível de radiação, o que indica que os reatores não foram atingidos.

O acesso aos serviços de saúde tem se tornado cada vez mais restrito em diversos países. No Líbano, já são 49 centros de atenção primária e cinco hospitais fechados após ordens de evacuação pelo exército israelense. Nos territórios palestinos ocupados por Israel, o fechamento dos *checkpoints* e as restrições ao movimento estão atrasando a chegada de ambulâncias e o acesso a centros de saúde em diversas províncias na Cisjordânia, enquanto em Gaza, as evacuações médicas para locais vizinhos foram suspensas em 28 de fevereiro e os hospitais operam com escassez de medicamentos, equipamentos médicos e combustível, que está sendo racionado para priorizar os serviços essenciais em saúde como cuidados emergenciais e de trauma. Na Síria, o sistema de saúde local tem sido pressionado pelos novos deslocamentos: desde 2 de março, mais de 90 mil pessoas cruzaram a fronteira entre o Líbano e a Síria, sendo em sua maioria nacionais sírios que residiam no Líbano. O Iraque também tem sido afetado pelas interrupções nas rotas de transporte, afetando o acesso de pacientes aos serviços de saúde, a entrega de medicamentos e equipamentos médicos. As restrições temporárias ao espaço aéreo também interromperam a chegada de equipamentos de saúde que estavam sendo enviados pela OMS em Dubai, afetando mais de 1,5 milhões de pessoas em 25 países, como Egito, Palestina, Líbano e Afeganistão; e o impacto sobre a cadeia de suprimentos também foi verificado pelo fechamento do Estreito de Ormuz.

A nova escalada da violência acontece em meio a uma grave crise humanitária já existente no Oriente Médio. 115 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária, o que corresponde a quase metade do total global, enquanto os recursos disponíveis atendem apenas 30% das necessidades atuais, que equivalem a 633 milhões de dólares. A atuação da OMS na região acontece em diversas frentes, como a avaliação de riscos à saúde no contexto de

possíveis ataques ou vazamentos nucleares, comunicações à população, apoio à resposta emergencial em saúde das autoridades de saúde locais, treinamentos para a força de trabalho das Nações Unidas, apoio nos cuidados em saúde mental e psicossocial, provisão de medicamentos essenciais e dispositivos médicos, em especial para traumatologia, fortalecimento da vigilância de doenças infecciosas, formulação de planos contingenciais, entre outros. Assim, a OMS reforça a necessidade de financiamento para a manutenção das operações em saúde, bem como da proteção dos civis, dos serviços de saúde e do acesso desimpedido e irrestrito pelos serviços humanitários para apoiar aqueles mais vulneráveis e os sistemas de saúde já frágeis, para que, depois, as comunidades possam se recuperar e mover em direção à paz.

Atuação do ACNUR

Ainda no final da primeira semana da crise, as autoridades do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) enfatizaram grave emergência humanitária dada a expansão do conflito e exigiram uma resposta regional imediata.[5] Diante dos mais de 700 mil deslocados no Líbano, o ACNUR tem atuado desde o primeiro dia com a entrega de itens de emergência para atender às necessidades mais urgentes. ONGs e a Cruz Vermelha Libanesa têm colaborado no apoio coordenado para atender áreas de difícil acesso.[4] Apesar dos esforços para atender a população, foram relatados pelo menos 683 feridos e 123 mortes ao mesmo tempo em que 43 centros de atenção primária e dois hospitais foram fechados devido ordens de evacuação.[5]

Comunicado da Diretora-Geral da OIM

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) alertou para o risco de novos deslocamentos forçados diante da escalada de tensões na República Islâmica do Irã e em outras áreas do Oriente Médio. Em comunicado, a Diretora-Geral da organização, Amy Pope, destacou que o agravamento do cenário de segurança pode intensificar o sofrimento humanitário em uma região já marcada por décadas de conflitos armados, instabilidade política e sucessivas crises de deslocamento. Segundo a OIM, uma escalada militar pode obrigar um número significativo de civis a abandonar suas casas, ampliando pressões sobre países vizinhos e sobre sistemas humanitários já sobrecarregados.[6]

A organização informou que suas equipes operacionais acompanham de perto a evolução da situação e mantêm capacidade de resposta para ampliar operações humanitárias, caso necessário. Conflitos armados e crises de segurança continuam sendo um dos principais motores do deslocamento forçado em nível global, afetando desproporcionalmente populações civis e aprofundando vulnerabilidades sociais, econômicas e humanitárias. No contexto atual, a deterioração das relações regionais ocorre em meio a uma longa história de intervenções e pressões externas, incluindo ações e políticas dos Estados Unidos, que ao longo das últimas décadas contribuíram para intensificar tensões geopolíticas e instabilidade em diferentes partes do Oriente Médio.[6]

Diante desse cenário, a OIM reforçou o apelo por redução imediata das tensões e pela priorização de soluções diplomáticas, alertando que novas escaladas militares tendem a gerar impactos humanitários duradouros e novos fluxos de deslocamento forçado. A agência também

destacou a necessidade de ampliar o financiamento humanitário e fortalecer sistemas de monitoramento da mobilidade humana, considerados essenciais para antecipar e responder a possíveis movimentos populacionais em uma região onde milhões de pessoas já vivem em situação de deslocamento interno ou refúgio.[6]

Referências

1. ONU NEWS. *Guerra no Oriente Médio já afeta 16 países e aprofunda crise de deslocamento*. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2026/03/1852551. Acesso em: 13 mar. 2026.
2. OMS. *Conflict deepens health crisis across Middle East, WHO says.* Genebra, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.who.int/news/item/11-03-2026-conflict-deepens-health-crisis-across-middle-east--who-says. Acesso em: 15 mar. 2026.
3. OMS. *WHO Situation Report: Middle East Escalation of Conflict.* 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.emro.who.int/images/stories/eha/ME-Sitrep-1-11-March-26.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.
4. ACNUR. *Quase 700 mil pessoas deslocadas em uma semana no Líbano.* Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-quase-700-mil-pessoas-deslocadas-em-uma-semana-no-libano. Acesso em: 16 mar. 2026.
5. ONU NEWS. *Conflito se espalha no Oriente Médio e é declarado como emergência humanitária*. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2026/03/1852564. Acesso em: 16 mar. 2026.
6. Organização Internacional para as Migrações (OIM). *Diretora-Geral da OIM alerta para risco de deslocamentos diante de escalada no Oriente Médio.* Brasília: OIM Brasil, 2026. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/diretora-geral-da-oim-alerta-para-risco-de-deslocamentos-diante-de-escalada-no-oriente-medio. Acesso em: 16 mar. 2026.

70ª sessão anual da Comissão sobre a Situação da Mulher (ONU Mulheres) e Dia Internacional das Mulheres 2026

70th annual Commission on the Status of Women (CSW70) – UN Women (2026) and International Women's Day 2026

70ª sesión anual de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer – ONU Mujeres – y Día Internacional de la Mujer 2026

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: O artigo apresenta a 70ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU (CSW70), realizada entre 9 e 19 de março de 2026, em Nova York, destacando seu papel como principal fórum global de formulação de políticas para igualdade de gênero. Com o tema prioritário "garantir e fortalecer o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas", a sessão reúne governos, agências da ONU e sociedade civil para debater barreiras estruturais, violência de gênero, discriminação legal e desigualdades no acesso a sistemas judiciais. O texto descreve a estrutura do evento, que inclui preparação técnica, negociações intergovernamentais e centenas de eventos paralelos, além de apresentar como principal resultado as "Conclusões Acordadas", que orientam políticas globais. O texto também traz o tema do Dia Internacional das Mulheres, ressaltando que mulheres ainda têm menos direitos legais e enfrentam maiores obstáculos no acesso à justiça.

Palavras-chave: Nações Unidas; Equidade de gênero; Violência contra a Mulher; Política Pública.

Resumen: *El artículo presenta el 70º período de sesiones de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer de las Naciones Unidas (CSW70), celebrado del 9 al 19 de marzo de 2026 en Nueva York, destacando su papel como el principal foro global de formulación de políticas sobre igualdad de género. Con el tema prioritario "garantizar y fortalecer el acceso a la justicia para todas las mujeres y niñas", la sesión reúne a gobiernos, agencias de la ONU y sociedad civil para debatir barreras estructurales, violencia de género, discriminación legal y desigualdades en el acceso a los sistemas de justicia. El texto describe la estructura del evento, que incluye preparación técnica, negociaciones intergubernamentales y cientos de eventos paralelos, y presenta como principal resultado las "Conclusiones Acordadas", que orientan políticas globales. También aborda el tema del Día Internacional de la Mujer, destacando que las mujeres aún tienen menos derechos legales y enfrentan mayores obstáculos en el acceso a la justicia.*

Palabras clave: *Naciones Unidas; Equidad de Género; Violencia contra la Mujer; Política Pública.*

Abstract: *The article presents the 70th session of the United Nations Commission on the Status of Women (CSW70), held from March 9 to 19, 2026, in New York, highlighting its role as the main global forum for policymaking on gender equality. With the priority theme "ensuring and strengthening access to justice for all women and girls," the session brings together governments, UN agencies, and civil society to discuss structural barriers, gender-based violence,*

legal discrimination, and inequalities in access to justice systems. The text describes the structure of the event, which includes technical preparation, intergovernmental negotiations, and hundreds of side events, and presents as its main outcome the "Agreed Conclusions," which guide global policies. It also addresses the theme of International Women's Day, emphasizing that women still have fewer legal rights and face greater barriers to accessing justice.

Keywords: *United Nations; Gender Equity; Violence Against Women; Public Policy.*

Contextualizando a CSW

A Comissão da Situação da Mulher da ONU Mulheres **(CSW)** é o principal órgão intergovernamental global dedicado exclusivamente à promoção da **igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres** dentro do sistema da ONU. Ela funciona como uma **comissão funcional do** Conselho Econômico e Social das Nações Unidas **(ECOSOC),** órgão responsável por coordenar políticas econômicas e sociais internacionais.

A CSW foi criada em 1946, logo após a fundação das Nações Unidas, com o objetivo de monitorar a situação das mulheres no mundo e formular recomendações de políticas para promover igualdade de gênero. Anualmente, desde sua criação, a CSW realiza o evento em março, para coincidir com o período do Dia Internacional da Mulher.

A 70ª sessão da CSW está acontecendo entre 9 e 19 de março de 2026, na sede da ONU em Nova York e terá duração de cerca de duas semanas, e nele participam, delegações de Estados-membros da ONU, agências da ONU (ex.: UN Women, UNICEF, UNFPA, UNDP), organizações da sociedade civil, acadêmicos e especialistas e movimentos feministas e organizações de base. Milhares de pessoas participam presencialmente e online, e o evento, além das sessões oficiais, ocorre o NGO CSW Forum, com centenas de eventos paralelos organizados pela sociedade civil.

Ao longo das décadas, tornou-se o principal fórum global de formulação de políticas sobre direitos das mulheres e tem três objetivos centrais:

Formulação de normas internacionais

- Elaboração de recomendações e conclusões políticas para Estados-membros
- Contribuição para tratados e marcos normativos globais

Monitoramento do progresso global

- Acompanha a implementação de compromissos internacionais, como a Declaração de Pequim e os ODS, especialmente o ODS 5 (igualdade de gênero)

Espaço de negociação intergovernamental

- Governos negociam recomendações políticas chamadas Conclusões Aprovadas (*Agreed Conclusions*), que se tornam referência para políticas públicas.

Estrutura das sessões anuais da CSW

Cada sessão anual da CSW costuma ter três componentes principais:

1) *Priority theme***:** Tema central de negociação política do ano

O *priority theme* deste ano é: *"Ensuring and strengthening access to justice for all women and girls."* Em português (BR), "Garantir e fortalecer o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas", visando promover sistemas jurídicos inclusivos e equitativos e eliminando leis e práticas discriminatórias. Isso inclui discussões sobre:

- acesso a tribunais e sistemas judiciais;
- violência de gênero;
- barreiras institucionais e estruturais;
- discriminação legal;
- direitos econômicos e civis

2) *Review theme*: Revisão de compromissos adotados em sessões anteriores

A CSW70 também revisa compromissos de sessões anteriores relacionados a participação plena das mulheres na vida pública e tomada de decisão, além da eliminação da violência contra mulheres e meninas. Isso retoma as conclusões acordadas na CSW65 (2021).

3) *Emerging issues*: Debates sobre novos desafios para igualdade de gênero

O resultado das sessões é o documento mencionado anteriormente, Conclusões Acordadas (*Agreed Conclusions*), que orienta políticas globais. Ele oferece um roteiro para construir uma governança mais inclusiva, apoiar a paz e a coesão social, e prevenir futuras violações. Líderes globais reafirmaram que o acesso à justiça é uma força transformadora para mulheres e meninas, pois promove a igualdade e a não discriminação, protege contra a violência e o abuso e fortalece a confiança nas instituições. Ao final do artigo, apresentamos os destaques das Conclusões Acordadas.

Atividades durante a CSW70

Durante a sessão ocorrem vários tipos de eventos:

- *Preparations* (preparação): O foco aqui é como a CSW70 foi preparada. Conduzida pela ONU Mulheres com base no tema prioritário, houve uma reunião *(Expert Group Meeting – EGM)* em setembro de 2025 com especialistas globais, onde se produziu insumos técnicos e analíticos para orientar negociações entre Estados e definir prioridades políticas. O material preparatório inclui:
    - evidências sobre barreiras ao acesso à justiça
    - recomendações de políticas públicas
    - análise de desigualdades estruturais
- *Official meetings* (sessões intergovernamentais): negociações entre países sobre o documento final. No link é possível visualizar o cronograma das sessões, assim como os blocos institucionais **(Segmento ministerial – alto nível -; Diálogos interativos; e Negociações das *Agreed Conclusions).* Destacam-se** reuniões de alto nível sobre **violência contra mulheres e meninas,** e sessões plenárias e paralelas. Durante a primeira semana são produzidas declarações políticas e posicionamentos e na segunda negociações e fechamento. Há um **processo diplomático formal**, com forte peso político e negociação entre Estados.

- *Side events*: eventos organizados por Estados e agências da ONU. Exemplo: evento sobre sistemas de justiça que funcionem para mulheres organizado por UNDP e parceiros. Essas atividades são a "vida real" / o "coração vivo" da CSW, pois são nelas que acontecem a maior diversidade de debates. Ou seja, há um grande ecossistema global de debate e *advocacy*, não só negociação estatal.

A agenda é composta por centenas de eventos paralelos e são organizados por governos, agências da ONU e sociedade civil. Exemplos de temas:

- acesso à justiça em conflitos armados
- violência política contra mulheres
- justiça digital e tecnologia
- participação política e liderança
- justiça para mulheres rurais

Os formatos são ou presenciais na sede da ONU ou híbridos e virtuais. A logística inclui alguns eventos abertos, outros por convite ou necessidade de credenciamento/RSVP.

- *Sessions outcomes* (o resultado político): é o produto final da CSW70, cujo documento principal é o *Agreed Conclusions* (Conclusões Acordadas). Evidentemente, como o evento ainda está em curso, não há o documento final, mas abaixo destacamos os pontos principais do que se tem produzido até o momento, incluindo fala de representantes.

Conclusões Acordadas *(Agreed Conclusions)* da CSW70 (2026)

O acordo ocorre no momento em que um relatório recente do Secretário-Geral da ONU, apresentado pela ONU Mulheres, conclui que nenhum país ainda alcançou plena igualdade legal entre mulheres e homens.

Há um chamado para os governos revisarem e alterarem leis discriminatórias, incluindo aquelas relacionadas ao casamento infantil, ao direito de família e aos direitos de propriedade. Também há uma solicitação de medidas mais fortes para prevenir e responder à violência contra mulheres e meninas – tanto online quanto offline –, garantindo responsabilização dos perpetradores e acesso oportuno à justiça e a serviços de apoio para sobreviventes.

Por meio dessas Conclusões Acordadas, os Estados-Membros reafirmam o compromisso de fortalecer o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas, inclusive por meio da promoção de sistemas jurídicos inclusivos e equitativos, da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e do enfrentamento de barreiras estruturais. O documento também avança compromissos relacionados a reformas legais transformadoras, ampliação do acesso à assistência jurídica e ao empoderamento legal, maior coordenação entre instituições de justiça, uso responsável da tecnologia e da inovação digital e intensificação dos esforços para prevenir a violência contra mulheres.

Entre as principais disposições do texto estão o reconhecimento formal de agentes comunitários de justiça e de paralegais nos marcos legais nacionais, além de novos compromissos sobre justiça digital e governança da inteligência artificial, com o objetivo de ampliar o acesso das mulheres à justiça. O documento também pede a revogação de leis discriminatórias, maior proteção aos direitos das mulheres no trabalho e o fortalecimento de mecanismos nacionais para prevenir e responder à violência contra mulheres e meninas. Em

contextos de conflito e crise, o acordo solicita sistemas de justiça sensíveis ao gênero e centrados nas sobreviventes.

Ao saudar a adoção do documento, a Subsecretária-Geral da ONU e Diretora Executiva da ONU Mulheres, Sima Bahous, declarou:

> "*Aplaudo as delegações que trabalharam incansavelmente para alcançar estas Conclusões Acordadas. Elas representam um compromisso importante com o avanço do acesso à justiça para mulheres e meninas, com o fim da impunidade e com a construção de sistemas de justiça que funcionem para todos, igualmente. Ao se unirem, os governos estão mais uma vez demonstrando ao mundo o que esta Comissão pode alcançar – e o que nosso sistema multilateral pode entregar para mulheres e meninas*."
>
> **Sima Bahus – ONU Mulheres**

A presidente da Comissão sobre a Situação da Mulher, a embaixadora Maritza Chan, da Costa Rica, refletiu sobre a importância de levar esses compromissos adiante após o término da sessão, observando:

> "*Viemos aqui para comemorar, e estamos saindo com algo mais difícil de carregar – responsabilidade. Cada mulher que falou conosco hoje trouxe uma única mensagem: por trás de cada estatística existe uma vida; por trás de cada posição de negociação, existe uma mulher ou menina esperando para ver se realmente queremos dizer o que dizemos. A resposta depende da vontade política*".
>
> **Embaixadora Maritza Chan –**
> **Presidente da Comissão sobre a Situação da Mulher**

Em suma, os principais compromissos, são:

- eliminar leis discriminatórias
- ampliar acesso à justiça
- combater violência (online e offline)
- fortalecer sistemas jurídicos inclusivos

As inovações importantes mencionadas são:

- reconhecimento de paralegais e agentes comunitários
- foco em justiça digital e Inteligência Artificial
- inclusão de grupos vulneráveis (ex.: mulheres privadas de liberdade — destaque recente)

Há ênfase em:

- responsabilização (*accountability*)
- reforma estrutural
- coordenação institucional

Official documents (base normativa e técnica). O link reúne todos os documentos formais da sessão até o momento. Isso inclui:

– Relatórios do Secretário-Geral;

– Guias de negociação;

– Drafts e versões finais das conclusões;

– Programas oficiais e organização dos trabalhos;

– Documentos temáticos sobre: acesso à justiça, igualdade de gênero e violência;

– Materiais de apoio para delegações.

Também é possível acompanhar diariamente notícias, matérias e gravações das reuniões que estão ocorrendo por este link.

No próximo boletim, abordaremos a reta final do evento e traremos o documento final.

Dia Internacional das Mulheres 2026

Anualmente o Dia Internacional da Mulher é celebrado em 8 de março, e em 2026 teve como tema "Direitos. Justiça. Ação. Para todas as mulheres e meninas", tendo servido de embasamento para o tema principal tema da CSW70. Este ano, a data ocorre num momento em que os sistemas de justiça estão sob pressão. Conflitos, repressão e tensões políticas estão enfraquecendo o Estado de Direito. O resultado: mulheres e meninas têm apenas 64% dos direitos legais dos homens.

Quando a justiça falha, as mulheres pagam o preço. Em quase 70% dos países pesquisados, as mulheres enfrentam mais barreiras no acesso à justiça do que os homens. 54% dos países não possuem definições de estupro baseadas em consentimento. 44% dos países não têm leis que garantam igualdade salarial para trabalho de igual valor. Quase 3 em cada 4 países ainda permitem o casamento infantil.

Se a pessoa não dispõe de recursos para custear um advogado, o acesso à justiça pode se tornar limitado. Custos como honorários advocatícios, transporte, cuidados com os filhos e a perda de renda dificultam a participação de muitas mulheres no sistema judiciário.

Para as 676 milhões de mulheres e meninas que vivem a menos de 50 km de zonas de conflito ativo , os sistemas de justiça são praticamente inexistentes e os perpetradores agem com impunidade. Sem justiça, os direitos são apenas palavras. Com justiça, os direitos se transformam em poder.

A campanha deste ano, quis chamar atenção para as lacunas persistentes nos direitos legais entre homens e mulheres e destaca a necessidade de ação para eliminar leis discriminatórias, fortalecer proteções legais e abordar normas sociais que mantêm

desigualdades. A iniciativa visa envolver governos, sociedade civil e indivíduos para exigir justiça e implementação efetiva de direitos igualitários para todas as mulheres e meninas.

Referências

[1] UN Women. CSW70 preparations [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://www.unwomen.org/en/how-we-work/commission-on-the-status-of-women/csw70-2026/preparations

[2] UN Women. CSW70 official meetings [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://www.unwomen.org/en/how-we-work/commission-on-the-status-of-women/csw70-2026/official-meetings

[3] UN Women. CSW70 side events schedule [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://www.unwomen.org/en/how-we-work/commission-on-the-status-of-women/csw70-2026/side-events/schedule

[4] UN Women. CSW70 session outcomes [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://www.unwomen.org/en/how-we-work/commission-on-the-status-of-women/csw70-2026/session-outcomes

[5] UN Women. CSW70 conclusions press release [Internet]. 2026 Mar [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-release/2026/03/csw70-conclusions

[6] UN Women. CSW70 official documents [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://www.unwomen.org/en/how-we-work/commission-on-the-status-of-women/csw70-2026/official-documents

[7] UN Women. International Women's Day [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://www.unwomen.org/en/get-involved/international-womens-day

[8] World Bank. Women, Business and the Law [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://wbl.worldbank.org/en/wbl

[9] United Nations. Report of the Secretary-General (E/CN.6/2026/3) [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://docs.un.org/E/CN.6/2026/3

[10] UN Women. Facts and figures: Women, peace and security [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 17]. Available from: https://www.unwomen.org/en/articles/facts-and-figures/facts-and-figures-women-peace-and-security

A Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe e o papel fundamental das mulheres nos sistemas alimentares

La Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe y el papel fundamental de las mujeres en los sistemas alimentarios

The FAO Regional Conference for Latin America and the Caribbean and the Vital Role of Women in Food Systems

Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva

Resumo. Nesse informe, abordamos dois eventos ocorridos na primeira quinzena de março: a 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39) e o Dia Internacional das Mulheres. Ambos os temas estão estreitamente ligados com a segurança alimentar e nutricional global, do protagonismo regional da América Latina e Caribe e no papel central das mulheres como agentes transformadoras dos sistemas alimentares, para que sejam efetivamente saudáveis, sustentáveis e justos.

Resumen. *En este informe, abordamos dos eventos que tuvieron lugar durante la primera quincena de marzo: la 39.ª Conferencia Regional de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) para América Latina y el Caribe (LARC39) y el Día Internacional de la Mujer. Ambos temas están estrechamente relacionados con la seguridad alimentaria y nutricional global, el protagonismo regional de América Latina y el Caribe y el papel central de las mujeres como agentes transformadoras de los sistemas alimentarios, para que sean efectivamente saludables, sostenibles y justos.*

Abstract. *In this report, we discuss two events that took place in the first half of March: the 39th Regional Conference of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) for Latin America and the Caribbean (LARC39) and International Women's Day. Both topics are closely linked to global food and nutrition security, the regional leadership of Latin America and the Caribbean, and the central role of women as agents of change in food systems, ensuring they are truly healthy, sustainable, and equitable.*

Na primeira quinzena de março de 2026, além do Dia Mundial da Obesidade, tratado em nosso informe anterior, tivemos outros dois eventos marcantes no contexto da segurança alimentar e nutricional global: a 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39) e o Dia Internacional das Mulheres.

A LARC39, realizada em Brasília, consolidou-se como o principal fórum de definição de prioridades e alinhamento estratégico para a região durante o biênio 2026-2027. O encontro reuniu participantes de 32 Estados Membros, incluindo chefes de Estado e ministros, para examinar os desafios dos sistemas agroalimentares regionais e estabelecer um roteiro de ação ancorado no Marco Estratégico da FAO para 2022-2031. Os debates centraram-se na persistência da fome, na vulnerabilidade climática, na pressão sobre os recursos naturais e na

necessidade de ampliar investimentos, resultando na adoção por consenso de um relatório final que prioriza a erradicação da fome, o fortalecimento da resiliência climática e a transformação dos sistemas agroalimentares.

No contexto regional, pesar do notável progresso na redução da fome, evidenciado pela saída de quatro países do Mapa da Fome (incluindo o Brasil) e pela trajetória positiva de outros em direção ao ODS 2, a Conferência alertou para desafios estruturais persistentes na segurança alimentar e nutricional. Em particular, a região enfrenta a carga dupla da má nutrição junto com o mais alto custo para uma dieta saudável e a crescente epidemia de sobrepeso e obesidade, ao mesmo tempo em que lida com a dupla relação com as mudanças climáticas e sistemas alimentares: como vítima de eventos extremos e como vetor de emissões. A LARC39 destacou, portanto, a necessidade de uma abordagem sistêmica e integrada, baseada no conceito de "Uma Só Saúde", que oriente a transformação dos sistemas agroalimentares para que conciliem produtividade, sustentabilidade ambiental, resiliência climática e a oferta de dietas saudáveis, posicionando a região como protagonista na construção de um novo paradigma global.

No tocante às mulheres, conforme constantemente reforçado em inúmeros documentos internacionais, elas ocupam uma posição central em todos os níveis da segurança alimentar e nutricional, do local ao global. As mulheres desempenham um papel central nos sistemas alimentares globais, atuando como produtoras, processadoras, comerciantes e gestoras domésticas de alimentos. Documentos técnicos da FAO e do HLPE destacam que os sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes dependem da equidade de gênero para alcançar a segurança alimentar e nutricional. A FAO, em seu relatório "O status das mulheres nos sistemas agroalimentares" ("*The Status of Women in Agrifood Systems*"), enfatiza que as mulheres representam mais de 75% das políticas agrícolas analisadas reconhecem seu papel, mas apenas 19% têm objetivos explícitos de igualdade de gênero (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023).A sua contribuição é essencial não apenas para a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e comunidades, mas também para a resiliência e a sustentabilidade de toda a cadeia de valor alimentar.

Portanto, reconhecer e fortalecer a posição das mulheres é, portanto, uma alavanca estratégica para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular a erradicação da fome (ODS 2) e a igualdade de gênero (ODS 5). Estudos demonstram que quando as mulheres têm igual acesso a recursos, serviços e oportunidades, a produtividade agrícola aumenta e a insegurança alimentar diminui significativamente.

Contudo, apesar de sua importância crítica, as mulheres nos sistemas alimentares enfrentam desafios sistêmicos e profundamente enraizados que limitam seu potencial, tais como o acesso restrito a recursos produtivos, a sobrecarga de trabalho não remunerado, a baixa remuneração e precárias condições de trabalho, as barreiras às tomadas de decisão e a discriminação e as normas sociais, entre outras.

A 39ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe (LARC39)

A Conferência e os principais avanços e desafios regionais

Como primeira parte deste informe, relatamos alguns dos principais pontos da 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39), realizada em Brasília, de 2 a 6 de março de

2026. O encontro representa o principal fórum de definição de prioridades e alinhamento estratégico para as ações da Organização na região durante o biênio 2026-2027, reunindo 512 participantes de 32 Estados Membros, incluindo um Chefe de Estado, 42 ministros e representantes de organismos internacionais, a Conferência consolidou-se como um espaço de diálogo técnico e político de alto nível sobre os avanços e desafios regionais no combate à fome e à má nutrição.



A LARC39 teve como objetivo central examinar os principais desafios dos sistemas agroalimentares da região e estabelecer um roteiro para o próximo biênio. Os debates, ancorados no Marco Estratégico da FAO para 2022-2031, focaram na persistência da fome, na crescente vulnerabilidade climática, na pressão sobre recursos naturais e na necessidade crítica de ampliar investimentos públicos e privados. Como resultado, os países-membros adotaram, por consenso, um relatório final que define as prioridades da FAO para 2026-2027, com ênfase na erradicação da fome, no fortalecimento da resiliência climática e na transformação dos sistemas agroalimentares.

A América Latina e o Caribe demonstraram, durante a LARC39, seu protagonismo no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional, consolidando-se como uma região de referência global em políticas públicas inovadoras. Os dados apresentados pelo Diretor-Geral da FAO, QU Dongyu, são eloquentes: a região conseguiu reduzir em mais de 6 milhões o número de pessoas em situação de fome entre 2020 e 2024, um feito notável considerando os impactos econômicos e sociais da pandemia. Nesse contexto, quatro países da região (Brasil, Costa Rica, Guiana e Uruguai) já registram índices de subalimentação inferiores a 2,5% da população, o que os coloca tecnicamente fora do Mapa da Fome da FAO. Além disso, Chile, República Dominicana e México encontram-se em trajetória consistente para alcançar a meta de Fome Zero (ODS 2) até 2030. Nas palavras do Diretor-Geral, esse desempenho regional não é fruto do acaso, mas resultado de políticas nacionais efetivas e de uma coordenação intersetorial e interinstitucional bem-sucedida, que combinam programas de transferência de renda, fortalecimento da agricultura familiar e investimentos em proteção social.

O protagonismo regional, entretanto, não se limita aos avanços internos, mas se expressa na capacidade de exportar soluções e influenciar a agenda global. A agricultura familiar, que na América Latina e no Caribe representa 81% das propriedades rurais (17,8 milhões de estabelecimentos) e é responsável por mais de 50% da área cultivada com alimentos básicos como hortaliças, frutas e cereais, emergiu como um ator central nas estratégias de segurança alimentar. Os debates na Conferência evidenciaram que fortalecer este segmento é

estratégico não apenas para garantir o abastecimento interno, mas também para promover a inclusão produtiva, gerar empregos e fixar populações no campo. Parte dos argumentos trazem o discurso de ser uma região capaz de conciliar o papel de exportadora líquida de alimentos, cuja importância é global, com políticas robustas de combate à fome em casa, mas a América Latina e o Caribe continuam enfrentando a contradição histórica de serem um dos principais produtores de alimentos do mundo e, simultaneamente, abrigar populações vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional.

No entanto, a Conferência também serviu para alertar que este protagonismo enfrenta desafios estruturais que exigem respostas coordenadas e urgentes. A região ainda registra o custo mais alto do mundo para uma dieta saudável, o que significa que, mesmo onde a fome aguda foi controlada, a má nutrição e a obesidade persistem como problemas de saúde pública (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2024). A produtividade agrícola tem apresentado desaceleração, os investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento no setor permanecem insuficientes (com uma média de apenas 0,67% do PIB entre 2001 e 2021, abaixo da média global de 0,75%) e o financiamento internacional para o desenvolvimento agroalimentar sofreu uma queda de 30% entre 2022 e 2023, totalizando meros US$ 3,4 bilhões. Diante desse cenário, o discurso do Presidente Lula na abertura da Conferência traz um chamado à ação coletiva: a fome não é inevitável, mas uma questão de vontade política. A América Latina e o Caribe, com sua experiência acumulada e suas políticas inovadoras, posicionam-se não apenas como beneficiários de soluções, mas como protagonistas na construção de um novo paradigma de sistemas agroalimentares mais justos, resilientes e sustentáveis para todo o planeta.

Para além do combate à fome, a LARC39 dedicou atenção substantiva ao outro lado da balança da má nutrição: a crescente epidemia de sobrepeso e obesidade que afeta todos os países da região, configurando juntos o que os especialistas denominam a “carga dupla da má nutrição”. Os debates evidenciaram que a América Latina e o Caribe enfrentam um paradoxo complexo: enquanto populações vulneráveis ainda lutam pelo acesso mínimo a calorias, um número crescente de pessoas, inclusive em comunidades de baixa renda, sofre com dietas ultraprocessadas, substituindo as suas dietas tradicionais, diversificadas e saudáveis. Esse fenômeno, que traz claramente a determinação social da dupla carga da má nutrição, também está intrinsecamente ligado à transformação dos sistemas agroalimentares, que precisam ser reorientados não apenas para produzir mais alimentos quando estes são colocados como commodities, mas para oferecer dietas saudáveis, diversificadas e culturalmente adequadas. A Conferência ressaltou que a transição para sistemas alimentares saudáveis exige políticas integradas que vão desde a regulação da publicidade de alimentos ultraprocessados e a rotulagem nutricional frontal, até o fortalecimento de cadeias curtas de abastecimento que conectem a agricultura familiar aos mercados institucionais, como os programas de alimentação escolar, garantindo acesso a alimentos frescos e minimamente processados.

Paralelamente, os sistemas agroalimentares da região foram analisados sob a ótica das mudanças climáticas em uma dualidade crítica: ao mesmo tempo que são severamente impactados pelos eventos climáticos extremos, com secas prolongadas, enchentes, ondas de calor e alterações nos regimes de chuvas que já comprometem safras e meios de vida de milhões de agricultores familiares. Além disso, figuram entre os principais vetores de emissões de gases de efeito estufa, especialmente por meio do desmatamento para expansão da fronteira agrícola e da pecuária intensiva, caracterizando, junto com a situação nutricional das populações, a sindemia de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas (Swinburn *et al.*, 2019). A

Conferência abordou essa dualidade com profundidade, reconhecendo que a solução para a crise climática passa, inevitavelmente, pela transformação profunda da forma como produzimos, distribuímos e consumimos alimentos. Nesse sentido, a região foi instada a assumir um papel de liderança na promoção de práticas regenerativas, como a integração lavoura-pecuária-floresta, o manejo sustentável do solo, a recuperação de pastagens degradadas e a bioeconomia, demonstrando que é possível conciliar produtividade, conservação ambiental e resiliência climática.

Os debates ministeriais sobre trajetórias políticas para a agricultura e silvicultura sustentáveis para o desenvolvimento resiliente ao clima evidenciaram que as respostas setoriais isoladas são insuficientes. Os países concordaram que a transformação dos sistemas agroalimentares deve ser orientada por uma abordagem sistêmica, que integre ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que promove a saúde humana por meio da melhoria da qualidade nutricional dos alimentos. A abordagem de "Uma Só Saúde" (*One Health*), amplamente discutida na Conferência, sintetiza esta visão integradora ao reconhecer que a saúde dos solos, das plantas, dos animais, dos ecossistemas e dos seres humanos é indissociável. A mensagem final da LARC39 foi clara: a América Latina e o Caribe, dotadas da maior biodiversidade do planeta e de um dos mais relevantes patrimônios de recursos naturais, têm a oportunidade histórica de protagonizar uma transição paradigmática, transformando seus sistemas agroalimentares de vilões a heróis na narrativa climática global, desde que haja vontade política, financiamento adequado e cooperação internacional para acelerar esta agenda transformadora.

A Liderança do Brasil e o Legado do G20 e das políticas nacionais

Como anfitrião do evento, o Brasil exerceu papel de liderança ao vincular o combate à fome a uma responsabilidade moral e política. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência, reforçou sua mensagem de confiança e compromisso com a superação da fome, afirmando que "todos têm o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todos os dias" e que a insegurança alimentar decorre da falta de vontade política, não de eventos imprevisíveis. O Presidente destacou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada em 2024 sob a presidência brasileira do G20, como um mecanismo fundamental para galvanizar esforços e recursos internacionais. A FAO, em suas conclusões, endossou a Aliança como uma plataforma crucial para a cooperação.

A LARC39 consagrou-se como um palco de reconhecimento internacional das políticas públicas brasileiras que articulam produção, abastecimento e consumo saudável. Dentre as iniciativas destacadas, a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Alimenta Cidades, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foi apresentada como uma política inovadora de enfoque territorial urbano. Instituída pelo Decreto nº 11.822/2023, a estratégia busca responder aos desafios específicos dos municípios na garantia do direito humano à alimentação adequada, alcançando atualmente 102 cidades e cerca de 76 milhões de brasileiros, com a meta de expansão para até mil municípios em 2026 por meio de parcerias para inovação aberta e fortalecimento de capacidades locais. A relevância do programa foi corroborada por visitas técnicas durante a Conferência, como a realizada ao Assentamento Chapadinha, que demonstrou na prática como a produção agroecológica da agricultura familiar se articula com as compras públicas, particularmente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa experiência prática evidenciou o sucesso da

integração entre o acesso a políticas de crédito, assistência técnica e os mercados institucionais, um modelo que o Representante Regional da FAO, Rene Orellana, classificou como “políticas integrais e holísticas” que favorecem o consumo, o mercado e os produtores de forma complementar.

Adicionalmente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi mencionado como um instrumento consolidado que conecta a necessidade de abastecimento da população vulnerável com a geração de renda no campo, com demonstrações concretas de sua execução, como a visita ao Assentamento Chapadinha e o fortalecimento de bancos de alimentos municipais. Por fim, e não menos importante, o protagonismo da agricultura familiar foi transversal em todos esses debates, sendo reconhecida não apenas como a base de 81% dos estabelecimentos agrícolas e responsável por mais da metade dos alimentos básicos consumidos na região, mas também como sujeito central nas estratégias de segurança alimentar, com destaque para o papel das juventudes rurais na sucessão e inovação no campo, conforme debatido no Fórum de Juventudes preparatório para a Conferência. O conjunto dessas políticas, ao articular MDS, MDA, MEC (por meio do PNAE) e a sociedade civil, demonstra a abordagem intersetorial que a FAO preconiza como caminho para a transformação dos sistemas agroalimentares na América Latina e Caribe.

Agendas prioritárias da LARC39

Um dos eixos temáticos centrais foi o enfrentamento da inflação dos preços dos alimentos. Os debates ressaltaram como países da região conseguiram mitigar o impacto da alta de preços sobre as famílias vulneráveis por meio de medidas especiais, como a expansão de programas de proteção social e a promoção de cadeias curtas de abastecimento. A experiência regional demonstra que políticas públicas robustas e focadas são essenciais para garantir o acesso a dietas saudáveis, cujo custo na região é o mais alto do mundo. A discussão enfatizou a necessidade de proteger esses resultados diante de um ambiente global complexo, marcado por tensões geopolíticas e eventos climáticos extremos.

Além disso, a mobilização de recursos foi identificada como um pilar para a transformação dos sistemas agroalimentares. Em sessão especial intitulada “Acelerando o Financiamento para Sistemas Agroalimentares Inclusivos e Resilientes”, a FAO apresentou os resultados da Iniciativa Mão com Mão (*Hand-in-Hand*). Desde seu lançamento em 2019, a iniciativa mobilizou US$ 1,75 bilhão na região, desenvolvendo portfólios de investimento alinhados às prioridades nacionais e aos ODS. O encontro contou com a participação de ministros da Colômbia, Peru, Jamaica, Barbados e representantes de bancos de desenvolvimento como CAF, IFAD, Banco Mundial e BID, que discutiram soluções inovadoras como swaps de dívida por natureza, títulos temáticos (verdes, sociais) e financiamento misto (*blended finance*).

A Conferência dedicou também atenção especial à gestão sustentável da água e dos solos, recursos fundamentais para a agricultura da região. A abordagem de “Uma Só Saúde” (*One Health*) foi outro tema transversal, refletindo a preocupação com as ameaças à saúde de animais, plantas e seres humanos, especialmente diante da importância da pecuária e da produção agrícola na região (World Health Organization (WHO), 2024). Os países concordaram que a ação climática e a gestão sustentável são indissociáveis da segurança alimentar, demandando políticas baseadas em evidências científicas e a adoção acelerada de práticas sustentáveis.

Um ponto muito relevante no contexto global de múltiplas crises, foi a reafirmação pelos participantes da importância do multilateralismo e da cooperação Sul-Sul como ferramentas essenciais. O evento reforçou o compromisso com o fortalecimento de alianças estratégicas, a harmonização de marcos regulatórios e a coordenação entre ministérios da Agricultura, Fazenda e Meio Ambiente. A ampla participação de organismos como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e de frentes parlamentares contra a fome evidencia a natureza multissetorial dos desafios e das soluções.

A LARC39 concluiu seus trabalhos com a adoção de um roteiro regional claro, que orientará a atuação da FAO no biênio 2026-2027. As prioridades estabelecidas focam na aceleração da transformação dos sistemas agroalimentares para torná-los mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis. O sucesso dessa agenda dependerá da capacidade dos países de traduzir as deliberações em políticas públicas efetivas, de mobilizar os investimentos necessários e de fortalecer a cooperação regional. A Conferência de Brasília deixa um legado de compromisso renovado e de confiança na capacidade da América Latina e do Caribe de liderar o caminho para um futuro livre da fome e da pobreza, com base na rica experiência e nas políticas inovadoras já em curso na região, particularmente no Brasil.

Importância Estratégica das Mulheres nos Sistemas Alimentares

No Dia Internacional das Mulheres, um ponto fundamental é reconhecer que os sistemas alimentares são um dos principais empregadores de mulheres em todo o mundo e, em muitos países, constituem uma fonte de subsistência mais importante para as mulheres do que para os homens. Portanto, capacitar as mulheres e eliminar as disparidades de gênero nos sistemas alimentares melhora o seu bem-estar e de seus lares, reduzindo a fome, aumentando a renda e fortalecendo a resiliência. A seguir, traremos uma visão abrangente da situação das mulheres nos sistemas alimentares, analisando as múltiplas fontes de desigualdade que limitam sua participação, bem-estar e empoderamento; descreve políticas e abordagens que apoiaram a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; e detalha como a participação igualitária das mulheres nos sistemas alimentares pode transformar resultados individuais e globais.

Apesar da importância dos sistemas alimentares para os meios de subsistência das mulheres e o bem-estar de suas famílias, os papéis das mulheres tendem a ser marginalizados e suas condições de trabalho são geralmente piores do que as dos homens (irregulares, informais, de meio período, de baixa qualificação, com uso intensivo de mão de obra e, portanto, vulneráveis). As mulheres também têm uma carga maior de trabalho de cuidado não remunerado, o que limita suas oportunidades de educação e emprego. Isso é verdade tanto para as mulheres que trabalham na produção agrícola primária, com salários e produtividade sistematicamente mais baixos do que os dos homens, quanto para as mulheres que trabalham em segmentos não-agrícolas dos sistemas alimentares, onde seu trabalho se concentra principalmente em elos de menor valor. As mulheres podem não ser sistematicamente excluídas de cadeias de valor de alta qualidade e orientadas para a exportação ou do empreendedorismo nos sistemas alimentares, mas sua participação é geralmente limitada por normas sociais discriminatórias e barreiras ao conhecimento, ativos, recursos e redes sociais.

O acesso das mulheres à terra, insumos, serviços, finanças e tecnologia digital, fundamental para o trabalho nos sistemas alimentares, continua atrás do acesso dos homens. Em muitos países, ainda há muito a ser feito para garantir que as mulheres possuam terra em proporção igual aos homens e que os marcos legais protejam seus direitos. É alarmante o quão

pouco as lacunas no acesso das mulheres à extensão rural, irrigação e posse de gado foram reduzidas na última década, embora seja encorajador que as diferenças no acesso a serviços financeiros, internet móvel e telefones celulares estejam diminuindo.

As normas e regras sociais discriminatórias que afetam mulheres e meninas estão no cerne da desigualdade de gênero e são lentas para mudar. As atitudes em relação ao trabalho feminino fora de casa, a aceitabilidade da violência de gênero e outras normas que afetam os meios de subsistência das mulheres nos sistemas alimentares permanecem perigosamente restritivas em grande parte do mundo. As políticas e estratégias formais podem identificar cada vez mais as limitações e desigualdades que as mulheres enfrentam, mas poucas políticas nacionais especificam objetivos para abordá-las. Isso ocorre apesar das evidências de que uma abordagem mais ampla para o empoderamento das mulheres, reduzindo as barreiras à sua participação e mudando as normas e regras que a limitam, traz grandes benefícios para o bem-estar das mulheres e para a sociedade em geral. Tal abordagem também tem benefícios substanciais para os meios de subsistência, renda, saúde das mulheres e nutrição de seus filhos.

Os mecanismos de enfrentamento e a resiliência a choques e estresses são moldados pelas desigualdades de gênero, e os choques e crises têm um impacto negativo maior sobre os meios de subsistência das mulheres nos sistemas alimentares do que sobre os dos homens. Durante a pandemia de COVID-19, a insegurança alimentar das mulheres aumentou mais rapidamente do que a dos homens, e as perdas de empregos tanto na produção agrícola primária quanto nos segmentos não-agrícolas dos sistemas alimentares foram muito mais pronunciadas para as mulheres do que para os homens. As mulheres foram obrigadas a usar seus ativos e economias mais limitados mais rapidamente do que os homens. Durante os choques climáticos, os recursos e ativos mais limitados das mulheres restringem sua capacidade adaptativa e resiliência.

Esses desafios para o emprego pleno e igualitário das mulheres nos sistemas alimentares prejudicam sua produtividade e mantêm as disparidades salariais. Eliminar a diferença de gênero na produtividade agrícola e a disparidade salarial nos sistemas alimentares aumentaria o produto interno bruto global em 1% (ou cerca de US$ 1 trilhão). Isso reduziria a insegurança alimentar global em cerca de 2 pontos percentuais, diminuindo o número de pessoas em situação de insegurança alimentar em 45 milhões.

O empoderamento das mulheres também é fundamental para os resultados econômicos e sociais. Os benefícios de projetos que empoderam as mulheres são maiores do que aqueles que apenas incorporam a perspectiva de gênero. Mais da metade do financiamento bilateral para agricultura e desenvolvimento rural já incorpora a perspectiva de gênero, mas apenas 6% tratam o gênero como fundamental. Se metade dos pequenos produtores se beneficiasse de intervenções de desenvolvimento focadas no empoderamento das mulheres, isso aumentaria significativamente a renda de mais 58 milhões de pessoas e aumentaria a resiliência de mais 235 milhões de pessoas.

O trabalho das mulheres nos sistemas alimentares

Os sistemas alimentares são um dos principais empregadores de mulheres. Globalmente, 36% das mulheres trabalhadoras e 38% dos homens trabalhadores trabalham em sistemas alimentares em 2019. Tanto para mulheres quanto para homens, isso representa um declínio de cerca de 10 pontos percentuais desde 2005, impulsionado quase exclusivamente por uma redução no emprego na produção agrícola primária.

Os sistemas alimentares são uma fonte de subsistência mais importante para as mulheres do que para os homens em muitos países. Na África Subsaariana, 66% do emprego feminino está nos sistemas alimentares, em comparação com 60% do masculino. No Sul da Ásia, as mulheres trabalham predominantemente em sistemas alimentares (71% das mulheres, contra 47% dos homens), embora menos mulheres do que homens estejam na força de trabalho. Os sistemas alimentares são uma fonte fundamental de emprego para mulheres jovens, especialmente aquelas entre 15 e 24 anos.

Em geral, as mulheres representam uma parcela maior do emprego agrícola em níveis mais baixos de desenvolvimento econômico, pois educação inadequada, acesso limitado a infraestrutura básica e mercados, alta carga de trabalho não remunerado e más oportunidades de emprego rural fora da agricultura limitam severamente as oportunidades das mulheres para o trabalho não-agrícola. As mulheres representam bem mais de 50% da força de trabalho agrícola em muitos países da África Subsaariana. Cerca de metade da força de trabalho na agricultura é feminina em vários países do Sudeste Asiático, incluindo Camboja, República Democrática Popular do Laos e Vietnã.

As mulheres que trabalham na produção agrícola tendem a fazê-lo em condições altamente desfavoráveis. Elas tendem a se concentrar nos países mais pobres, onde meios de subsistência alternativos não estão disponíveis, e mantêm a intensidade de seu trabalho em condições de choques climáticos e em situações de conflito. As mulheres têm menos probabilidade de participar como empreendedoras e agricultoras independentes e estão envolvidas na produção de culturas menos lucrativas. Frequentemente, as mulheres são trabalhadoras familiares não remuneradas ou trabalhadoras ocasionais na agricultura. As normas sociais também podem impedir que as mulheres produzam culturas e participem de atividades dominadas por homens. A diferença de gênero na produtividade da terra entre propriedades de mesmo tamanho geridas por mulheres e homens é de 24%. Em média, as mulheres ganham 18,4% menos do que os homens no emprego assalariado na agricultura; isso significa que as mulheres recebem 82 centavos para cada dólar ganho pelos homens.

A transição da produção agrícola primária para o trabalho não-agrícola nos sistemas alimentares tem historicamente levado a melhores meios de subsistência para mulheres e homens. No entanto, os papéis das mulheres no trabalho não-agrícola nos sistemas alimentares são mais propensos a estar em cadeias de valor e atividades menos lucrativas ou em condições piores do que as dos homens devido a normas sociais tradicionais restritivas ou baixo acesso a ativos e recursos.

A maior carga de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado das mulheres, como limpeza, cozinha e cuidado de membros da família, contribui para as desigualdades na participação e nos resultados do mercado de trabalho. Isso é particularmente evidente em países de baixa e média renda. Nas áreas rurais, a carga de trabalho não remunerado das mulheres é maior do que a dos homens em grande parte devido ao tempo que gastam coletando água. A pandemia de COVID-19 destacou o ônus desproporcional que as mulheres suportam no cuidado não remunerado de crianças e outros membros da família e as implicações desse ônus para o tempo e emprego das mulheres.

Acesso das mulheres a ativos, serviços e recursos

O acesso das mulheres a ativos e recursos fundamentais para os sistemas alimentares – como terra, insumos, serviços, finanças e tecnologia digital – continua atrás do acesso dos homens. As lacunas diretamente relacionadas à produção agrícola permanecem substanciais,

mas as disparidades de gênero em educação, finanças e tecnologia de informação e comunicação, que são particularmente importantes para o desenvolvimento de negócios não-agrícolas e oportunidades de emprego nos sistemas alimentares, estão diminuindo mais rapidamente. No entanto, o acesso sustentado e de qualidade a ativos e recursos continua sendo um desafio.

As mulheres em domicílios agrícolas permanecem significativamente em desvantagem na propriedade da terra em comparação com os homens; metade dos países que reportam o Indicador 5.a.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tem proteções legais fracas para os direitos fundiários das mulheres. A porcentagem de homens que têm direitos de propriedade ou posse segura sobre terras agrícolas é o dobro da das mulheres em mais de 40% dos países que reportaram a propriedade de terra das mulheres (Indicador 5.a.1 dos ODS), e uma porcentagem maior de homens do que mulheres tem tais direitos em 40 dos 46 países que reportaram. Apesar disso, a participação das mulheres entre os proprietários de terra aumentou em 10 de 18 países na última década, com melhorias marcantes em vários países da África Subsaariana e do Sul da Ásia.

O progresso tem sido lento na redução das lacunas no acesso das mulheres à irrigação e na posse de gado. Em média, os homens possuem mais gado do que as mulheres e são mais propensos do que as mulheres a possuir gado de grande porte, como bovinos. Essas lacunas mudaram pouco na última década, embora as diferenças na posse de espécies menores, como ovelhas e aves, tendam a ser menores.

As mulheres na agricultura ainda têm acesso significativamente menor do que os homens a insumos, incluindo sementes melhoradas, fertilizantes e equipamentos mecanizados. Positivamente, a diferença de gênero no acesso à internet móvel em países de baixa e média renda caiu de 25% para 16% entre 2017 e 2021, e a diferença de gênero no acesso a contas bancárias diminuiu de 9 para 6 pontos percentuais. As mulheres têm tanta probabilidade quanto os homens de adotar novas tecnologias quando os fatores facilitadores necessários são implementados e elas têm acesso igual a recursos complementares.

Autonomia, normas e políticas

Normas sociais discriminatórias nos sistemas alimentares criam desequilíbrios de poder entre homens e mulheres e limitam as escolhas disponíveis para as mulheres, que geralmente estão mais envolvidas no trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Essas normas comumente restringem a mobilidade das mulheres e limitam suas opções de trabalho não doméstico e atividades de mercado, bem como seu acesso e controle sobre ativos e renda. A discriminação de gênero nas instituições sociais varia por região e país, mas permanece inaceitavelmente alta globalmente. Isso restringe o emprego pleno e produtivo das mulheres nos sistemas alimentares (como vendedoras, empregadoras ou empregadas) e afeta sua capacidade de acessar e se beneficiar de serviços, tecnologias e organizações rurais.

Avançar na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres é fundamental para o bem-estar das mulheres e para a sociedade em geral e, portanto, tem valor intrínseco. Avanços significativos na medição do empoderamento das mulheres nos sistemas alimentares na última década mostram que o empoderamento das mulheres tem um impacto positivo na produção agrícola, segurança alimentar, dietas e nutrição infantil.

Abordar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres significa enfrentar as normas sociais restritivas e os papéis de gênero rígidos que afetam a forma como as mulheres

participam dos sistemas alimentares. Atenção crescente tem sido dada à abordagem das limitações criadas por normas sociais discriminatórias e políticas e leis neutras em relação ao gênero nos sistemas alimentares. Projetos têm cada vez mais visado aumentar o empoderamento das mulheres e medir o impacto das intervenções tanto na autonomia quanto no empoderamento. Para fazer isso de forma eficaz, homens, meninos e líderes comunitários devem estar todos engajados em processos transformadores de gênero.

A extensão em que os marcos políticos nacionais abordam as questões de gênero melhorou na última década. Políticas e orçamentos nacionais na África Oriental e na América Latina, por exemplo, têm cada vez mais destacado lacunas estruturais no acesso à terra, insumos, serviços, finanças e tecnologia digital e incluído esforços para produzir resultados sensíveis ao gênero. No entanto, a extensão em que as políticas agrícolas abordam especificamente a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres varia. Embora mais de 75% das políticas agrícolas analisadas pela FAO reconhecessem os papéis e/ou desafios das mulheres na agricultura, apenas 19% tinham a igualdade de gênero na agricultura ou os direitos das mulheres como objetivos políticos explícitos. E apenas 13% incentivavam a participação das mulheres rurais no ciclo de políticas.

Resiliência e adaptação a choques

Os mecanismos de enfrentamento e a resiliência a choques e estresses são moldados pelas desigualdades de gênero. Choques e crises têm um grande impacto sobre os meios de subsistência das mulheres nos sistemas alimentares, e esses choques e crises são múltiplos e frequentemente sobrepostos. Em muitos países, esses choques e crises ocorrem em contextos de desigualdade de gênero muito alta.

Os impactos da pandemia de COVID-19 e da crise econômica relacionada foram intensificados e moldados pelas desigualdades de gênero nos meios de subsistência dos sistemas alimentares. Globalmente, 22% das mulheres perderam seus empregos no trabalho não-agrícola dos sistemas alimentares no primeiro ano da pandemia, em comparação com apenas 2% dos homens. A diferença na insegurança alimentar entre homens e mulheres aumentou de 1,7 pontos percentuais em 2019 para 4,3 pontos percentuais em 2021. A carga de cuidado das mulheres também aumentou: em Honduras e Uganda, por exemplo, as medidas de confinamento aumentaram a carga doméstica e de cuidado das meninas e reduziram sua frequência escolar mais do que a dos meninos. A incidência e as percepções de violência de gênero dispararam, especialmente a violência doméstica e o abuso contra mulheres e meninas, em grande parte como resultado de tensões intradomiciliares causadas por confinamentos, fechamento de escolas e inseguranças alimentar e financeira.

As mulheres geralmente têm maior sensibilidade a choques climáticos e desastres naturais do que os homens e têm capacidade de resiliência diferente. Embora as mulheres não estejam inerentemente mais em risco com as mudanças climáticas e choques, restrições de recursos e outras podem torná-las mais sensíveis aos seus efeitos e menos capazes de se adaptar a eles, aumentando sua vulnerabilidade. Por exemplo, a carga de trabalho das mulheres, incluindo horas trabalhadas na agricultura, tende a diminuir menos do que a dos homens durante choques climáticos, como estresse térmico. Normas de gênero discriminatórias que limitam a mobilidade das mulheres e sua capacidade de acessar serviços de extensão e informações climáticas apresentam obstáculos adicionais à adaptação climática. As mulheres também são frequentemente sub-representadas na tomada de decisões sobre políticas climáticas em todos os níveis.

Conflitos e insegurança continuam sendo os principais impulsionadores das crises alimentares e da insegurança alimentar. As mulheres são frequentemente mais vulneráveis do que os homens à insegurança alimentar aguda porque enfrentam riscos, barreiras e desvantagens adicionais. Conflitos violentos também têm impactos diferenciados por gênero na mobilidade, violência de gênero, resultados de saúde e educação e engajamento político e cívico. O conflito aumenta o emprego na agricultura mais para as mulheres do que para os homens. No entanto, embora reduza as horas de trabalho de homens e mulheres, as horas de trabalho das mulheres são reduzidas menos do que as dos homens.

O que funcionou e como avançar

Reduzir as desigualdades de gênero nos meios de subsistência, no acesso a recursos e na resiliência nos sistemas alimentares é um caminho crítico para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e para sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Essas melhorias são possíveis quando existe um ambiente propício e as intervenções são bem desenhadas para enfrentar os desafios multidimensionais e inter-relacionados que mulheres e homens enfrentam.

Abordagens transformadoras de gênero mostram-se promissoras na mudança de normas discriminatórias em uma ampla gama de áreas. Os dados disponíveis indicam que tais abordagens são custo-efetivas e têm alto retorno. No entanto, é necessário mais trabalho no desenvolvimento de caminhos para implementar abordagens transformadoras de gênero em escala.

Também é fundamental melhorar a produtividade e eliminar as lacunas relacionadas ao acesso a ativos e recursos. Intervenções que aliviam a carga de trabalho das mulheres e melhoram sua produtividade têm sido particularmente bem-sucedidas quando abordam as cargas de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, fortalecem as capacidades das mulheres por meio de educação e treinamento, melhoram o acesso à tecnologia e recursos e fortalecem a segurança da posse da terra. O acesso a creches tem um grande efeito positivo no emprego das mães e no retorno das atividades nos sistemas alimentares.

Eliminar as diferenças de gênero na propriedade da terra e na posse segura é particularmente importante, pois os direitos fundiários seguros têm múltiplos impactos positivos. As lacunas podem ser reduzidas através de uma combinação de implementação de reformas no registro de terras, aumento da conscientização sobre direitos fundiários e acesso a assistência jurídica comunitária, e promoção da participação das mulheres nas instituições fundiárias locais. Além disso, serviços (como extensão rural) e recursos (como tecnologia) devem ser desenhados pensando nas necessidades das mulheres. Ferramentas digitais e tecnologia de informação e comunicação podem facilitar a eliminação de múltiplas lacunas.

Abordagens baseadas em grupos são importantes para aumentar o empoderamento das mulheres e a resiliência a choques e estresses, como a pandemia de COVID-19 e as mudanças climáticas. Elas incentivam a adoção de tecnologia e aumentam a capacidade adaptativa. Elas também podem aumentar a participação das mulheres nos processos de políticas climáticas.

Programas de proteção social aumentaram o emprego feminino e melhoraram a resiliência das mulheres. Eles facilitaram a adaptação climática, melhoraram o bem-estar em contextos onde os riscos das mudanças climáticas são altos e ajudaram na recuperação da

pandemia de COVID-19 e dos impactos de eventos climáticos extremos resultantes das mudanças climáticas.

Como caminho a seguir, três elementos são fundamentais. Primeiro, a coleta e uso de dados de alta qualidade, desagregados por sexo, idade e outras formas de diferenciação social e econômica, e a implementação de pesquisas de gênero qualitativas e quantitativas rigorosas são fundamentais para monitorar, avaliar e acelerar o progresso na igualdade de gênero nos sistemas alimentares. Apesar das melhorias nos últimos dez anos, permanecem lacunas significativas na disponibilidade, escopo e granularidade dos dados, e nas evidências sobre o que funciona e em quais condições para construir sistemas alimentares mais inclusivos.

Em segundo lugar, intervenções localizadas que abordam múltiplas desigualdades e que provaram eliminar lacunas de gênero e empoderar as mulheres nos sistemas alimentares devem ser cuidadosamente ampliadas, levando em consideração o contexto local. Embora o envolvimento com comunidades e famílias sobre normas locais tendenciosas em relação ao gênero por meio de abordagens transformadoras de gênero permaneça fundamental, para alcançar escala, governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil e o setor privado devem influenciar mudanças positivas nas normas de gênero e melhorar o acesso das mulheres a recursos por meio de políticas nacionais, campanhas e programas integrados de grande escala. Somente alcançando escala podemos obter grandes benefícios para o bem-estar das mulheres e ganhos significativos no crescimento econômico e na segurança alimentar.

Finalmente, as intervenções devem ser desenhadas para eliminar as desigualdades de gênero e empoderar as mulheres. As intervenções são mais propensas a superar as disparidades de gênero nos sistemas alimentares e trazer melhorias positivas e duradouras no bem-estar das mulheres quando integram ações explícitas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Quando possível, devem usar abordagens transformadoras em nível comunitário e nacional para enfrentar normas e atitudes discriminatórias de gênero. Fazer isso pode impulsionar grandes melhorias na renda e na resiliência.

Conclusão

Os eventos internacionais e regionais relacionados à agenda de segurança alimentar e nutricional global interligam diferentes aspectos da agenda política e dos compromissos com a transformação dos sistemas alimentares e de reforço ao multilateralismo.

A 39ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe (LARC39) reafirmou que a transformação dos sistemas alimentares globais constitui um dos mais complexos e urgentes desafios do multilateralismo contemporâneo, situando-se na interseção crítica entre as agendas de segurança alimentar e nutricional, ação climática, saúde pública e equidade social. O encontro de Brasília demonstrou que a arquitetura de governança global para a alimentação, ancorada em fóruns como a FAO e no legado de iniciativas como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (lançada no G20 sob presidência brasileira), oferece o arcabouço indispensável para alinhar prioridades, harmonizar políticas e mobilizar recursos em escala.

A região da América Latina e Caribe, ao enfrentar a sindemia representada pela carga dupla da má nutrição e pela dupla relação com as mudanças climáticas – como vítima de eventos extremos e como vetor de emissões –, posiciona-se como um microcosmo das contradições e potencialidades dos sistemas alimentares mundiais. A resposta regional, baseada na abordagem integradora de “Uma Só Saúde” e na valorização de sua biodiversidade, não apenas orienta as prioridades da FAO para o biênio 2026-2027, mas oferece um roteiro baseado em evidências

para o debate global sobre como conciliar produtividade, sustentabilidade, resiliência climática e oferta de dietas saudáveis em um planeta sob estresse ecológico e pressão demográfica.

Além disso, a centralidade das mulheres nos sistemas alimentares emerge como um dos mais poderosos vetores de transformação sistêmica, cujo reconhecimento transcende as fronteiras regionais para se afirmar como imperativo na agenda global de desenvolvimento sustentável. Os dados consolidados pela FAO demonstram que as mulheres, embora constituam a espinha dorsal da produção, processamento e gestão doméstica de alimentos em todas as regiões do mundo – representando mais de 50% da força de trabalho agrícola em diversos países e atuando majoritariamente na agricultura familiar –, permanecem sistematicamente marginalizadas por barreiras estruturais no acesso à terra, crédito, tecnologia e espaços de decisão.

A transformação dos sistemas alimentares global será incompleta e ineficaz se não incorporar, como pilar central, o enfrentamento dessas desigualdades de gênero. A evidência técnica é incontornável: abordagens que promovem o empoderamento das mulheres e eliminam as disparidades de gênero na produtividade agrícola e na participação em cadeias de valor não apenas geram ganhos estimados em 1 trilhão de dólares para o PIB global e reduzem a insegurança alimentar para 45 milhões de pessoas, mas também fortalecem a resiliência comunitária a choques climáticos, econômicos e sanitários.

Esses eventos reforçaram que políticas públicas sensíveis ao gênero, combinadas com abordagens transformadoras que atuam sobre normas sociais discriminatórias, são instrumentos indispensáveis para que o multilateralismo alimentar avance de retóricas inclusivas para resultados concretos, assegurando que a transição para sistemas agroalimentares justos, resilientes e sustentáveis seja, acima de tudo, uma transição protagonizada por aquelas que historicamente sustentam a alimentação do mundo.

Referências

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The Status of Women in Agrifood Systems*. [s.l: s.n.].

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *One Health Inititaive*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.who.int/teams/one-health-initiative>.

As Considerações da Diretora-Geral do FMI Sobre os Rumos Econômicos Diante do Conflito no Oriente Médio

Consideraciones de la Directora Gerente del FMI sobre la Dirección Económica a la Luz del Conflicto en Oriente Medio

The IMF Managing Director's Considerations on the Economic Direction in Light of the Conflict in the Middle East

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: *Em meio a mais um conflito no Oriente Médio, a escalada de incertezas na economia e no comércio internacional voltaram a subir. Kristalina Georgieva, diretora – geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) fez algumas considerações a respeito deste cenário, mostrando preocupação com as instalações de petróleo danificadas e com o bloqueio do Estreito de Ormuz, indicando que mais um teste de resiliência virá para os países, mesmo que o conflito se acabe rapidamente.*

Palavras-chave: FMI, Economia Global, Comércio Internacional

Resumen. *En medio de un nuevo conflicto en Oriente Medio, la incertidumbre en la economía y el comercio internacional se ha intensificado una vez más. Kristalina Georgieva, directora gerente del Fondo Monetario Internacional (FMI), ofreció algunas reflexiones sobre este escenario, expresando su preocupación por los daños a las instalaciones petroleras y el bloqueo del estrecho de Ormuz, lo que indica que los países se enfrentarán a una nueva prueba de resiliencia, incluso si el conflicto termina pronto.*

Palabras clave: *FMI, Economía Global, Comércio Internacional*

Abstract: *Amid yet another conflict in the Middle East, uncertainty in the economy and international trade has escalated once again. Kristalina Georgieva, Managing Director of the International Monetary Fund (IMF), offered some insights into this scenario, expressing concern about damaged oil facilities and the blockade of the Strait of Hormuz, indicating that another test of resilience awaits the countries, even if the conflict ends quickly.*

Keywords: *IMF, Global Economy, International Trade*

A Diretora-geral do FMI e as suas considerações

Organizado pelo Ministério das Finanças do Japão, em Tóquio, o simpósio *Futuro da Economia Global em Meio a uma Ordem Econômica e Monetária Internacional Fluida*, reuniu diversos funcionários do governo japonês e lideranças de instituições e de *think tanks* de todo o mundo para discutir sobre os rumos do comércio internacional em tempos desafiadores.

A Diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) Kristalina Georgieva foi uma das palestrantes do evento, onde analisou o cenário do sistema monetário, do comércio internacional e da política fiscal diante do novo conflito no Oriente Médio.

Kristalina começa o seu discurso falando o óbvio: que a economia global vem enfrentando várias mudanças geopolíticas, tecnológicas, comerciais e climáticas. Tudo isso acompanhado de choques atrás de choques. Relembrou que durante a sua trajetória no comando da instituição, teve Covid, guerra na Ucrânia – que já dura quatro anos –, crise no custo de vida, porém, nas palavras dela, isso não impediu que o crescimento econômico mundial permanecesse estável.

Ao mencionar sobre o Oriente Médio e o novo conflito, a líder do FMI pontuou que "a resiliência será testada mais uma vez", devido as importantes instalações de gás e petróleo que sofreram avarias e a paralização de 90% do tráfego marítimo do Estreito de Ormuz. Kristalina pontuou que se o conflito for longo, certamente abalará o crescimento, o mercado e a inflação ao redor do mundo e ainda indicou que os formuladores de políticas terão mais demandas para conter a evolução dos problemas que virão.

Na continuação das suas considerações sobre o tema, Georgieva apresentou dados importantes sobre a importância do Estreito de Ormuz para o comércio internacional. Exemplificou que somente para a Ásia, "um quinto do fornecimento global de petróleo e do comércio de GNL normalmente transitam" pela passagem marítima. A diretora-geral ainda pontuou a elevação dos preços mundiais do petróleo, que subiram quase 50% desde o final do ano passado e destacou os altos preços da gasolina na Europa e na Ásia.

Georgieva demonstrou a sua torcida para que o conflito acabe o mais depressa possível. Entretanto, a sua análise foi de que mesmo que isso aconteça, certamente algum novo choque acontecerá. A diretora-geral do FMI afirmou que vai ser mais um teste de resiliência para a economia global e que os formuladores de políticas devem estar preparados para não haver maiores danos. Sugeriu alguns conselhos para ajudar estes formuladores a elaborarem as suas estratégias para não serem surpreendidos. O primeiro conselho para os formuladores de políticas foi a de fortalecer as instituições e as estruturas políticas para apoiar o crescimento econômico, tendo o setor privado como uma liderança:

> *Um papel central das autoridades públicas é fornecer uma mão orientadora — garantindo respostas para o futuro e em toda a economia diante das forças transformadoras; regulando com sabedoria, não excessivamente; e fornecer a base institucional para o setor privado prosperar. Como a maioria das economias de mercados emergentes aprendeu nos últimos anos, compensa — em melhores resultados de crescimento e inflação — ter bancos centrais, regras fiscais e outros marcos de políticas independentes*.
>
> **Kristalina Georgieva, 2026**

O segundo conselho foi o de ampliar a capacidade de criar e pôr em prática políticas fiscais que apoiem os setores público e privado, dando a flexibilidade para fazer adaptações ou mudanças quando for necessário:

> *No setor privado, os buffers permitem que as empresas comprimam suas margens de lucro para absorver choques. Nos últimos 11 meses, vimos ações de exportadores e importadores limitando a transferência de tarifas mais altas para os preços de venda, especialmente no mercado dos EUA. No setor público, os amortecedores permitem que os formuladores de políticas amorteçam contraciclicamente o impacto dos choques econômicos, sendo o melhor exemplo a resposta global de políticas à pandemia. Por essa razão, o FMI sempre aconselha os países a manterem* espaço *fiscal — para que ele possa ser usado como compensação política quando choques ocorrerem e a demanda privada afrouxar*.
>
> Kristalina Georgieva, 2026

Kristalina finalizou com um terceiro conselho: que os setores públicos e privados sejam mais ágeis em suas ações. A líder do FMI pontuou que o setor privado costuma ser mais célere do que os governos, podendo ser visto como "choques na política comercial e as forças da geopolítica em geral se combinam para proporcionar uma reconfiguração global do comércio liderada pelo setor privado". Georgieva reforçou que devido ao cenário incerto em que o mundo se encontra, os governos precisam agir de forma mais rápida, lidando sim com os desafios, porém prestando atenção às oportunidades, como por exemplo, a integração regional para aumentar o comércio entre os países, podendo levar inclusive a uma redução de barreiras tarifárias.

Considerações Finais

Os comentários de uma liderança de uma grande instituição como o FMI, analisando o cenário econômico global diante de um novo conflito que possui todas as condições para "sacudir" com os mercados internacionais é muito oportuna.

De forma bem clara e objetiva, Kristalina chamou a atenção em seus comentários ao declarar que mesmo que a guerra seja breve, as consequências virão da mesma forma e que os formuladores de políticas devem ser ágeis para implementar medidas que contenham os estragos nas economias de seus países. Para Kristalina, não cabe mais no mundo atual a previsibilidade, o que torna fácil de entender quando ela diz que os formuladores de políticas deverão ter um papel mais ativo, elaborando medidas e colocando-as em prática.

De forma sutil, a líder do FMI mostrou que os formuladores de políticos precisam estar atentos aos rumos geopolíticos que se mostram cada vez mais incertos. O caso do Estreito de Ormuz é um bom exemplo, pois com o seu bloqueio, estamos enfrentando a maior interrupção do fornecimento de petróleo já registrada, de acordo com a Agência Internacional de Energia. Certamente, esta situação está trazendo danos econômicos aos países e ainda podemos ter mais adiante um risco de desabastecimento se a guerra indicar ser mais longa do que está prevista.

Kristalina colocou o FMI à disposição para orientar os países e os seus formadores de políticas a lidarem com as transformações globais, que tem acontecido em uma enorme velocidade nesta década de 2020. A diretora-geral mostra apoio para que estes países, diante de todas as dificuldades consigam construir melhor as suas estruturas políticas. Apesar de todas

as críticas feitas à instituição – e muitas delas acertadamente –, é muito relevante ver a diretora-geral verbalizando apoio aos países membros diante de um cenário tão incerto.

Referências

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] [acesso em 16 mar 2026]. Disponível em: https://www.imf.org/en/news/articles/2026/03/09/sp030926-coping-and-thriving-in-a-fluid-world

Reuters [homepage na internet] [acesso em 16 mar 2026]. Disponível em: https://www.reuters.com/business/energy/world-faces-largest-ever-oil-supply-disruption-middle-east-war-iea-says-2026-03-12/

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB ou Banco dos BRICS) e suas perspectivas para 2026

El Nuevo Banco de Desarrollo (NDB o Banco de los BRICS) y sus perspectivas para 2026

The New Development Bank (NDB or BRICS Bank) and its Outlook for 2026

Laura Tavares Soares

Resumo. Este Informe apresenta um quadro geral sobre as perspectivas do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB ou Banco dos BRICS) para 2026. Esse cenário confirma o foco do Banco em seu mandato principal, na promoção do desenvolvimento sustentável e soberano das nações do Sul Global. Além disso, as perspectivas para 2026 incluem as estratégias do Banco; suas principais metas; a composição do seu portfólio do ponto de vista financeiro, bem como na perspectiva de ampliação e diversificação da sua carteira de Projetos. A ampliação geográfica, com inclusão de novos países membros, também é citada como estratégica. A manutenção de mecanismos alternativos de financiamento, com a utilização de moedas locais dos países para a redução do peso do dólar nos empréstimos do Banco, é considerada central. As perspectivas de uma ampliação e diversificação dos setores atuais de atuação do Banco apontam para a possibilidade de uma maior participação do setor **saúde** nos futuros financiamentos de novos projetos.

Palavras-chave: Novo Banco de Desenvolvimento, Banco dos BRICS, Financiamento de Projetos de Desenvolvimento, Financiamento de Projetos de Saúde.

Resumen. *Este informe presenta una visión general de las perspectivas del Nuevo Banco de Desarrollo (NBD o Banco BRICS) para 2026. Este escenario confirma el enfoque del Banco en su mandato principal: promover el desarrollo sostenible y soberano de las naciones del Sur Global. Además, las perspectivas para 2026 incluyen las estrategias del Banco, sus principales objetivos, la composición de su cartera desde una perspectiva financiera, así como la posibilidad de ampliar y diversificar su cartera de proyectos. La expansión geográfica, con la incorporación de nuevos países miembros, también se considera estratégica. Mantener mecanismos de financiamiento alternativos, utilizando las monedas locales de los países para reducir la influencia del dólar en los préstamos del Banco, se considera fundamental. Las perspectivas de expansión y diversificación de los sectores de actividad actuales del Banco apuntan a la posibilidad de una mayor participación del sector salud en el financiamiento futuro de nuevos proyectos.*

Palabras clave: *Nuevo Banco de Desarrollo, Banco BRICS, Financiamiento de proyectos de desarrollo, Financiamiento de proyectos de salud.*

Summary. *This report presents an overview of the prospects for the New Development Bank (NDB or BRICS Bank) in 2026. This scenario confirms the Bank's focus on its core mandate of promoting the sustainable and sovereign development of nations in the Global South.*

Furthermore, the outlook for 2026 includes the Bank's strategies; its main goals; the composition of its portfolio from a financial perspective, as well as the prospect of expanding and diversifying its project portfolio. Geographic expansion, with the inclusion of new member countries, is also cited as strategic. Maintaining alternative financing mechanisms, using local currencies of the countries to reduce the weight of the dollar in the Bank's loans, is considered central. The prospects for expanding and diversifying the Bank's current sectors of activity point to the possibility of greater participation of the health sector in future financing of new projects.

Keywords: *New Development Bank, BRICS Bank, Financing of Development Projects, Financing of Health Projects.*

Introdução

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB ou Banco dos BRICS) é um Banco multilateral de desenvolvimento criado em 2015 pelos países fundadores do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Nasceu com o propósito de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes e em desenvolvimento (EMDCs), *sem condicionalidades políticas*, priorizando *impacto* econômico, social e ambiental alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Acordo de Paris.

No 10º Encontro Anual do NDB, que também marcou o 10º aniversário do Banco, a Presidenta do Banco, a brasileira Dilma Rousseff, reafirmou seu papel como *instituição financeira inovadora*, apresentando um panorama dos avanços da instituição, destacando desde a entrada de novos membros até os desafios superados após um período de turbulência financeira, sempre com foco em seu mandato principal: promover o desenvolvimento sustentável e soberano das nações do Sul Global.

A ampliação do quadro de países membros emergiu como um dos pontos centrais. Dilma confirmou a aprovação da Colômbia e do Uzbequistão como novos integrantes do banco, decisão tomada pelo Conselho de Governadores — formado pelos ministros da Fazenda dos países participantes do BRICS. Com essas adesões, o NDB passa a contar com 11 membros, incluindo os fundadores originais (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e os incorporados posteriormente (Emirados Árabes Unidos, Bangladesh, Egito e Argélia).

A carteira de projetos do NDB atingiu a marca de 40 bilhões de dólares em financiamentos aprovados desde sua criação, distribuídos em 122 iniciativas estratégicas, com 22,4 bilhões de dólares já efetivamente desembolsados. No caso do Brasil, os investimentos somam 2,3 bilhões de dólares, abrangendo áreas tão diversas quanto infraestrutura logística, energia limpa e modernização do sistema de saúde.

A estratégia de investimentos segue quatro eixos prioritários:

1º) *Infraestrutura logística*, com projetos de modernização de portos, aeroportos e ferrovias — incluindo estudos para implantação de trens de alta velocidade — além de iniciativas de integração regional como a ferrovia bioceânica (que ligaria o Brasil ao Peru), ainda em fase de discussão bilateral.

2º) *Transformação digital*, com financiamentos para expansão de redes 5G, preparação para o 6G e construção de data centers que possam garantir a soberania tecnológica dos países membros.

3º) ***Infraestrutura social***, os ***hospitais inteligentes*** equipados com tecnologias de IA e telemedicina se destacam como projetos emblemáticos, ao lado de iniciativas fundamentais em *saneamento básico e habitação popular*.

4º) *Transição energética*, com pesados investimentos em energia solar e eólica, sempre acompanhados de soluções inovadoras para o desafio do armazenamento em baterias. "*Armazenar vento e sol já foi visto como piada por muitos, mas hoje se revela uma das áreas mais estratégicas do setor energético global*", observou Dilma, em referência indireta às críticas que recebeu no passado quando defendia essas tecnologias.[1]

Cenário para 2026

A estratégia vigente posiciona o *NDB como líder em financiamento* de *infraestrutura sustentável*.

As principais **metas** a serem atingidas ***até o final de 2026*** incluem:

– Alcançar 30% do portfólio em *moedas locais* (para reduzir a dependência do dólar e fortalecer os mercados nacionais). Esse patamar já representa cerca de ~29,6% dos empréstimos captados.

– 40% dos financiamentos** destinados a mitigação e adaptação climática.

– 30% em operações não-soberanas (setor privado).

– 20% dos projetos cofinanciados com outros Bancos multilaterais.

– Aumento da representatividade feminina na equipe (meta de 40%).

O Banco já superou em volume a meta inicial de US$ 30 bilhões em aprovações acumuladas e mantém excelente saúde financeira (rating AA+/AAA estável, capitalização elevada e liquidez robusta).

Para o NDB 2026 será o ano de encerramento da estratégia atual (2022–2026**)** e de transição para o próximo ciclo (2027–2031).

As *perspectivas* são consideradas pelo Banco como altamente positivas e incluem:

1. *Cumprimento das metas até 2026* — especialmente os *30% em moedas locais* (Dilma Rousseff destacou isso como *prioridade* na 10a Reunião Anual do NDB em 2025).

O Banco planeja emitir mais títulos em moedas nacionais (ex.: primeiro bônus em rúpia indiana previsto para início de 2026, além de novos bônus em RMB – Renminbi, moeda da República da China – e emissões em ZAR, moeda oficial da África do Sul.

[1] Dilma Rousseff foi Presidenta da República do Brasil, no período 2011-2016, ano em que foi derrubada por um golpe de Estado.

2. *Expansão de países membros*, com integração plena de Colômbia, Uzbequistão e outros países candidatos, ampliando o alcance global e o volume de projetos. Novas adesões fortalecem a *representatividade do Sul Global*.

3. *Diversificação de funding e sustentabilidade*, com emissão de *bônus temáticos* (verdes, sociais e de sustentabilidade) e *parcerias* com outros Bancos Regionais Multilaterais.

O Compromisso ambiental e social e as Finanças Sustentáveis são centrais no "Framework" para emissão de bônus verdes, sociais e de sustentabilidade.

O alinhamento com os ODS e o Acordo de Paris são delineamentos centrais.

4. *Forças de crédito* ("Credit Strengths")

O NDB mantém ratings elevados (AA+/AA/AAA de agências como S&P, Fitch e JCR); além de uma alta capitalização (capital subscrito em torno de USD 53+ bilhões); uma gestão prudente de risco, com governança sólida e equipe experiente. Possui dos maiores ativos de capital pago/subscrito entre os Bancos Multilaterais (MDBs).

O destaque do período recente corre por conta da *emissão de USD 2 bilhões em bônus de 3 anos em fevereiro de 2026*, com forte demanda (ordens de mais de USD 6,7 bilhões), listada em "London Stock Exchange" e "Nasdaq Dubai".

5. As *atividades de empréstimo* ("Lending Activities") tiveram um avanço significativo na estratégia 2022–2026, com foco em projetos de infraestrutura sustentável e com metas como 40% em mitigação/adaptação climática e 30% em moedas locais (próximo de atingir)

6. *Crescimento do portfólio e novos projetos*, com foco contínuo em infraestrutura sustentável, logística internacional, energia limpa e resiliência climática.

Já em 2026 foram aprovados projetos na China e Índia (janeiro/fevereiro) e emitido bônus de US$ 2 bilhões em fevereiro.

O Brasil deve continuar recebendo aprovações relevantes.[2]

Portfólio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) em 2026

Esse portfólio reflete o avanço da estratégia 2022–2026, com foco em infraestrutura sustentável, diversificação geográfica e metas climáticas.

Os dados mais atualizados vêm do site oficial do NDB (www.ndb.int), com atualizações em projetos específicos.

Os principais *indicadores* do portfólio (*até fevereiro de 2026*) são os seguintes:[3]

– Total de financiamentos aprovados (cumulativo): US$ 42,9 bilhões.

– Número total de projetos aprovados: 139 projetos.

– Portfólio ativo (aprovações cumulativas líquidas de cancelamentos e reembolsos completos): aproximadamente 106–110 projetos ativos (baseado em dados de meados de 2025

[2] Ver mais adiante *Programa Regional de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável*.
[3] Baseados em portfólio ativo até meados de 2025, com atualizações para fevereiro de 2026.

atualizados com aprovações recentes; o NDB não divulga exatamente o ativo em março/2026, mas o crescimento é consistente).

– Desembolsos e impactos esperados (acumulados em projetos selecionados):

> Capacidade de geração de energia renovável e limpa instalada: ~2.400 MW.

> Emissões de CO_2 evitadas anualmente: ~14,7 milhões de toneladas.

> Estradas e pontes construídas ou modernizadas: mais de 40.400 km.

> Capacidade de tratamento de esgoto aumentada: ~612.200 m^3/dia.

> Capacidade de abastecimento de água potável aumentada: ~288.800 m^3/dia.

> Unidades habitacionais construídas: ~35.000.

> Rede de metrô/veículo leve sobre trilhos: ~293 km.

> Capacidade de passageiros em aeroportos: +104 milhões/ano.

Esses impactos são estimados com base em projetos financiados (parcial ou totalmente pelo NDB), alinhados aos ODS e ao Acordo de Paris.

Distribuição do Portfólio por setor

– Transporte e infraestrutura: ~39% (maior fatia do portfólio; incluindo portos, corredores elevados, logística e rodovias).

– Assistência emergencial pós COVID-19: ~26% (legado de aprovações passadas).

– Água e saneamento: ~11%.

– Energia limpa e eficiência energética: ~9%.

– Áreas múltiplas/transversais: ~11%.

– Outros setores (incluindo os setores *social*, ambiental e de habitação): ~4%.

O NDB continua priorizando 40% dos financiamentos para mitigação e adaptação climática (meta da estratégia 2022–2026, *em andamento*).

Distribuição do portfólio ativo aproximado por país/membro

– Índia e China: ~26% cada (maiores beneficiários).

– África do Sul: ~19%.

– Brasil: ~17%.

– Rússia: ~11%.

– Outros (Bangladesh, Emirados Árabes, Egito, Argélia e novos): ~1–5% (crescendo com a expansão de países membros).

Tipo de operações

– Empréstimos soberanos: ~88%.

– Não soberanos (setor privado): ~11%.

– Investimentos em equidade: ~0,6%.

Moedas de financiamento (*reduzindo dependência do USD*, ainda moeda majoritária)

– USD: ~64%.

– RMB ("renminbi"): ~18–30% (*próximo da meta de 30% em moedas locais*).

- ZAR, EUR, CHF, INR: restantes ~ .

Aprovações e destaques em 2026 (até março)

O ano de 2026 marca o fechamento da estratégia atual (2022/26), com aprovações contínuas:

– *Projeto de Habitação Acessível* ("Piramal Finance Affordable Housing Project"): ***Índia***; empréstimo não-soberano, de 24/02/2026; financiando habitação acessível.

– *Projeto do Porto Logístico Internacional de Yunnan Yuxi* ("Yunnan Yuxi International Logistics Port Project"): ***China***; empréstimo soberano, de 02/02/2026); promovendo infraestrutura logística.

– *Projeto do Corredor Elevado de Hyderabad* ("Hyderabad Elevated Corridor Project"): ***Índia***, soberano, de 27/01/2026; financiando um corredor elevado de transporte.

– *Projeto Xangai mais verde* ("Greener Shanghai Project"): ***China***, acordo assinado em fevereiro/2026).

Esses projetos reforçam o foco em transporte, logística e infraestrutura sustentável.

Brasil: Programa Regional de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável[4]

O Programa foi categorizado como Categoria A, em conformidade com o Quadro Ambiental e Social (QAS) do NDB. Com base na natureza típica dos projetos dos setores de energia e transporte, os principais impactos ambientais e sociais (A&S) potenciais incluem: (a) aquisição involuntária de terras e reassentamento, (b) impactos em áreas sensíveis à biodiversidade, (c) impactos em povos indígenas, (d) interrupção temporária da infraestrutura local durante a construção, (e) poluição ambiental comum, (f) riscos à saúde e segurança, (g) impactos no patrimônio cultural e (h) outros impactos específicos do setor.

Os impactos e riscos A&S serão abordados e mitigados por meio de: (a) adesão aos sistemas nacionais e aos planos de gestão A&S dos projetos e (b) implementação de medidas de mitigação de impactos e capacitação estipuladas no Plano de Gestão de Impactos A&S desenvolvido para o Programa.

O objetivo do Programa é promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável nas regiões abrangidas, reduzindo os gargalos de infraestrutura e, consequentemente, aumentando a competitividade econômica, impulsionando a produtividade e atraindo novos investimentos.

[4] Aprovado em dezembro de 2025. https://www.ndb.int/project/regional-sustainable-infrastructure-development-program/#tabbed-standard

O Programa contribuirá para a redução das desigualdades regionais no Brasil, além de apoiar o alcance das metas brasileiras de redução das emissões de gases de efeito estufa.

O Programa apoia o programa do Governo do Brasil para mobilizar recursos visando reduzir o déficit de financiamento de infraestrutura nas Regiões do Programa. Os recursos do Empréstimo do NDB (US$500 milhões) serão utilizados pelo Governo do Brasil como contribuição para os recursos de seus Fundos Regionais de Desenvolvimento, a saber, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Esses recursos, por sua vez, serão utilizados para a concessão de empréstimos de longo prazo para financiar projetos de infraestrutura elegíveis nas Regiões do Programa, com foco em energias renováveis e conectividade.

Financiamento do NDB em Projetos no Setor Saúde

O financiamento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no setor de **saúde** tem crescido nos últimos anos, especialmente sob a atual estratégia 2022–2026, que inclui **infraestrutura social** ("social infrastructure") como prioridade.

O NDB financia projetos de **saúde e bem-estar** ("healthcare and well-being"), abrangendo *hospitais públicos, expansão de serviços de saúde primária, resposta a pandemias (como COVID-19), equipamentos médicos e infraestrutura relacionada (ex.: hospitais inteligentes com IA e telessaúde).*

O setor de **saúde** não é o maior do portfólio do Banco, mas ganha destaque com projetos recentes em **infraestrutura social e hospitais**.

Até o início de 2026 (dados da lista de projetos no site www.ndb.int), o NDB aprovou financiamentos dedicados ou integrados à **saúde**, com foco em países membros como ***Brasil e África do Sul***.

Principais projetos de saúde financiados pelo NDB (até março/2026)

1. ***Projeto Hospital Inteligente Brasil*** ("Brazil Smart Hospital Project"); aprovado em 4 de dezembro de 2025; com empréstimo soberano ("Sovereign loan"); com um valor de cerca de US$ 320 milhões (equivalente a cerca de R$ 1,7 bilhão). (https://www.ndb.int/project/brazil-smart-hospital-project)

Esse projeto contempla a construção e modernização do primeiro hospital inteligente do SUS, no complexo do Hospital das Clínicas da USP (São Paulo). Integra inteligência artificial (IA), telessaúde, sistemas digitais e tecnologias avançadas para atendimento público escalável e replicável. Período de implementação: 2026–2029. Categorizado como Category B (risco moderado).

Impacto: Modelo nacional de hospital inteligente, com transferência de tecnologia (incluindo "know-how" chinês), foco em inovação para o SUS e melhoria da qualidade do atendimento público.

Assinado em janeiro de 2026, é considerado um projeto *carro chefe* ("flagship") da cooperação Sul-Sul.

2. Projeto do Hospital Acadêmico de Limpopo (“Limpopo Academic Hospital Project”): ***África do Sul***, também chamado “Limpopo Central Hospital”) (https://www.ndb.int/project/limpopo-central-hospital-project)

Empréstimo Soberano aprovado em 25 de dezembro de 2025.

Valor estimado em torno de US$ 241–300 milhões (baseado em “disclosures” e propostas anteriores).

Descrição: Construção de um novo hospital acadêmico terciário com 488 leitos em Polokwane (capital de Limpopo). Inclui *cuidados médicos especializados, treinamento de profissionais de saúde* (parceria com University of Limpopo) e *expansão da capacidade de saúde terciária* na província.

Impacto: Reduz sobrecarga em instalações existentes, melhora acesso a cuidados avançados e forma profissionais de saúde.

*Financiamentos do NDB relacionados indiretamente à **saúde***

– Água/saneamento e Infraestrutura Social

Projetos como o *Esquema de abastecimento de água em massa de Magalies* (“Magalies Bulk Water Supply Scheme”): ***África do Sul***, aprovado em dezembro/2025;

Além de vários ***no Brasil, na Índia e na China*** que melhoram o acesso à água potável e o tratamento de esgoto, impactando diretamente a **saúde pública:** prevenção de doenças; ~612.000 m³/dia de capacidade de tratamento de esgoto e ~289.000 m³/dia de água potável aumentada no portfólio geral.

A estrutura do NDB (“framework”) permite, ainda, o financiamento de **equipamentos e suprimentos médicos**, a **expansão de clínicas/hospitais públicos** e **projetos de bem-estar** em contextos de *epidemias* ou *desastres*.

O NDB prioriza projetos de *infraestrutura social* que incluam a **saúde** na estratégia atual, tendo como meta a diversificação de setores para além de energia/transporte. A **saúde** representa, como parte da *infraestrutura social*, ~1–4% do portfólio ativo, mas *com potencial de crescimento com novos projetos em 2026*.

Projetos como o hospital inteligente no Brasil destacam *inovação* (IA, telemedicina) e a cooperação entre membros dos BRICS. O Brasil possui, ainda, uma carteira ativa de US$ 2,3–5 bilhões (incluindo ***saúde moderna***), com potencial para ***mais aprovações em 2026***, especialmente em **modernização do SUS**.

Considerações Finais

O ano de 2026 será um ano de consolidação e aceleração para o NDB. O Banco deve fechar a estratégia atual (2022/26) com metas cumpridas, expandindo sua influência e preparando-se para crescer ainda mais no próximo quinquênio.

Aberto a todos os membros da ONU, o NDB está focado em mobilizar recursos para infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países membros e emergentes.

Os dados indicam uma carteira de projetos em expansão acelerada, consolidando o NDB como alternativa multilateral para o Sul Global.

As perspectivas para 2026 apontam que o Banco continuará em uma trajetória ascendente, reforçando sua relevância em um cenário multipolar.

O NDB se consolida, ainda, como alternativa ao FMI/Banco Mundial, promovendo a denominada reglobalização *sustentável* e a *desdolarização* dos projetos de Desenvolvimento.

O Brasil, que sediou a 10ª Reunião Anual em 2025 do Banco, tem tido um papel central no debate sobre o papel do NDB. A participação em eventos internacionais reforçará o posicionamento do Banco.

Para o Brasil, bem como para os demais países membros do BRICS, o NDB representa uma oportunidade concreta de mais financiamento soberano e privado em setores estratégicos, com soberania e foco sustentável.

Finalmente, embora a **saúde** ainda seja minoritária na carteira de projetos, as perspectivas para 2026 indicam sua ampliação e diversificação, reforçando a área de infraestrutura social. Dessa forma, o NDB se posiciona como potencial financiador de uma saúde sustentável e acessível no Sul Global, sem condicionalidades políticas.

Referências

1. https://www.ndb.int
2. https://www.ndb.int/projects/all-projects/
3. https://www.ndb.int/news/ndb-board-of-directors-convened-the-3rd-strategic-retreat-and-the-49th-meeting-in-shanghai/
4. https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/novo-banco-de-desenvolvimento-ndb
5. https://brics.br/pt-br/noticias/novo-banco-de-desenvolvimento-consolida-expansao-estrategica-e-reforca-compromisso-com-desenvolvimento-sustentavel-do-sul-global
6. https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cupulas-do-brics/reuniao-do-brics-2023/sobre-o-ndb

14ª Conferência Ministerial da OMC, patentes internacionais, minerais estratégicos e disrupções no estreito de Ormuz

14.º Conferencia Ministerial de la OMC, patentes internacionales, minerales estratégicos y perturbaciones en el estrecho de Ormuz

14th WTO Ministerial Conference, international patents, strategic minerals, and disruptions in the Strait of Hormuz

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo. O texto analisa a 14ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (MC14), prevista para ocorrer em março de 2026 em Yaoundé, Camarões, situando o evento no contexto mais amplo das transformações do comércio internacional, da inovação tecnológica e das tensões geopolíticas contemporâneas. A conferência, órgão máximo decisório da OMC, reúne representantes dos membros para deliberar sobre temas estratégicos como reforma institucional, agricultura, subsídios à pesca, comércio e desenvolvimento e transferência de tecnologia. O encontro ocorre em um momento considerado decisivo para a organização, diante das críticas ao sistema multilateral de comércio e da necessidade de fortalecer sua credibilidade e capacidade de resposta a desafios globais. O artigo também examina tendências recentes nos depósitos internacionais de patentes, destacando a concentração da atividade inventiva em tecnologias digitais, especialmente comunicação digital e semicondutores, com liderança da China e crescente protagonismo de empresas asiáticas. Paralelamente, discute a relevância dos minerais estratégicos da transição energética, cuja exploração e processamento oferecem oportunidades de desenvolvimento para regiões como a América Latina, embora persistam desafios relacionados à inclusão econômica, especialmente da participação feminina nas cadeias de valor minerais. Por fim, o texto aborda os impactos das disrupções no estreito de Ormuz sobre o comércio marítimo global. A queda abrupta no trânsito de navios elevou preços de energia, fretes e seguros, evidenciando a vulnerabilidade dos pontos críticos do transporte marítimo e seus efeitos sobre cadeias globais de suprimento, segurança energética e estabilidade econômica, particularmente em economias em desenvolvimento.

Palavras-chave: MC14; patentes internacionais; semicondutores; minerais estratégicos; estreito de Ormuz; comércio marítimo; transição energética; economias em desenvolvimento

Resumen. *El texto analiza la 14.º Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio (MC14), prevista para celebrarse en marzo de 2026 en Yaundé, Camerún, situando el evento en el contexto más amplio de las transformaciones del comercio internacional, la innovación tecnológica y las tensiones geopolíticas contemporáneas. La conferencia, órgano máximo de toma de decisiones de la OMC, reúne a representantes de sus miembros para deliberar sobre temas estratégicos como la reforma institucional, la agricultura, los subsidios a la pesca, el comercio y el desarrollo, y la transferencia de tecnología. El encuentro tiene lugar en un momento considerado decisivo para la organización, ante las críticas al sistema multilateral de comercio y la necesidad de fortalecer su credibilidad y su capacidad de respuesta frente a los desafíos globales. El artículo también examina tendencias recientes en los depósitos*

internacionales de patentes, destacando la concentración de la actividad inventiva en tecnologías digitales, especialmente en comunicación digital y semiconductores, con liderazgo de China y un creciente protagonismo de empresas asiáticas. Paralelamente, se discute la relevancia de los minerales estratégicos de la transición energética, cuya explotación y procesamiento ofrecen oportunidades de desarrollo para regiones como América Latina, aunque persisten desafíos relacionados con la inclusión económica, particularmente en lo que respecta a la participación femenina en las cadenas de valor de los minerales. Finalmente, el texto aborda los impactos de las disrupciones en el estrecho de Ormuz sobre el comercio marítimo global. La caída abrupta en el tránsito de buques elevó los precios de la energía, los fletes y los seguros, evidenciando la vulnerabilidad de los puntos críticos del transporte marítimo y sus efectos sobre las cadenas globales de suministro, la seguridad energética y la estabilidad económica, especialmente en las economías en desarrollo.

Palabras clave: *MC14; patentes internacionales; semiconductores; minerales estratégicos; estrecho de Ormuz; comercio marítimo; transición energética; economías en desarrollo.*

Abstract. *The text analyses the 14th Ministerial Conference of the World Trade Organization (MC14), scheduled to take place in March 2026 in Yaoundé, Cameroon, situating the event within the broader context of transformations in international trade, technological innovation, and contemporary geopolitical tensions. The conference, the WTO's highest decision-making body, brings together representatives of its members to deliberate on strategic issues such as institutional reform, agriculture, fisheries subsidies, trade and development, and technology transfer. The meeting occurs at a moment considered decisive for the organisation, in light of criticisms of the multilateral trading system and the need to strengthen its credibility and capacity to respond to global challenges. The article also examines recent trends in international patent filings, highlighting the concentration of inventive activity in digital technologies, particularly digital communications and semiconductors, with China's leadership and the growing prominence of Asian companies. At the same time, it discusses the relevance of strategic minerals associated with the energy transition, whose extraction and processing offer development opportunities for regions such as Latin America, although challenges related to economic inclusion remain, particularly regarding women's participation in mineral value chains. Finally, the text addresses the impacts of disruptions in the Strait of Hormuz on global maritime trade. The abrupt decline in vessel traffic has increased energy prices, freight rates and insurance costs, revealing the vulnerability of critical maritime chokepoints and their effects on global supply chains, energy security and economic stability, particularly in developing economies.*

Keywords: *MC14; international patents; semiconductors; strategic minerals; Strait of Hormuz; maritime trade; energy transition; developing economies*

A 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14): Estrutura institucional e agenda

A Conferência Ministerial constitui o órgão máximo de tomada de decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC), reunindo todos os seus membros, que correspondem a países ou uniões aduaneiras, e possuindo competência para deliberar sobre qualquer matéria abrangida pelos acordos multilaterais de comércio. Essas reuniões ministeriais ocorrem, em regra, a cada dois anos e representam o principal fórum político para a definição das prioridades estratégicas do sistema multilateral de comércio. A 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14) será realizada entre 26 e 29 de março de 2026, na cidade de Yaoundé, Camarões, reunindo ministros e altos representantes governamentais de todo o mundo para discutir desafios

contemporâneos e oportunidades para o comércio internacional, bem como para definir orientações sobre os trabalhos futuros da organização. A conferência será presidida por Luc Magloire Mbarga Atangana, Ministro do Comércio de Camarões, refletindo a responsabilidade do país anfitrião na condução política dos debates e negociações que compõem a agenda ministerial da organização (OMCa, 2026).

No âmbito organizacional da MC14, as regras processuais exigem que cada membro da OMC seja representado por um representante devidamente acreditado, conforme estabelecido nas Rules of Procedure for Sessions of the Ministerial Conference. Para participar formalmente da conferência, os membros devem submeter à Secretaria da OMC as credenciais oficiais de seus representantes, geralmente emitidas e assinadas pelo Ministro das Relações Exteriores ou autoridade equivalente, contendo a identificação nominal dos representantes e a autorização explícita para atuar em nome do membro durante a conferência. Essas credenciais devem ser apresentadas com pelo menos uma semana de antecedência da sessão de abertura, assegurando a legitimidade da representação diplomática e a validade dos atos realizados durante a conferência. O documento de credenciamento deve indicar o local e a data de emissão e confirmar que os representantes possuem plena autoridade para desempenhar as funções previstas no Acordo da OMC durante a reunião ministerial em Yaoundé (OMCa, 2026).

Além das sessões formais de negociação, a MC14 inclui uma ampla agenda de eventos paralelos (side events), que promovem diálogo político e interação entre governos, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais. Entre os eventos previstos destacam-se: Business Forum at MC14 (coorganizado com a ICC); Parliamentary Conference on the WTO; Civil Society Dialogue; Africa in the multilateral trading system: Choices and Challenges; WTO-ITC High-Level Event on Women and Trade; Ministerial Side Event on Trade in Services for Development; High-Level Event on the Partenariat pour le Coton (PPC); Multistakeholder Ministerial Event on Scaling up Investment Facilitation to Mobilize Investment; 14th China Round Table on WTO Accessions; The value of WTO accession in the multilateral trading system; e o High-Level Launch of EIF Phase Three. Paralelamente, diversos documentos ministeriais integram o processo preparatório da conferência, incluindo: WT/MIN(26)/11 Maputo Ministerial Declaration on the Fourteenth WTO Ministerial Conference; WT/MIN(26)/10 Arab Trade Ministers Meeting Communiqué; WT/MIN(26)/W/9 Draft Ministerial Decision on the Work Programme on Small Economies; WT/MIN(26)/8 ACP Group Ministerial Declaration; WT/MIN(26)/W/7 LDC Specific Package; WT/MIN(26)/7 Implementation of the Trade-Related Components of Cotton – Progress Report; WT/MIN(26)/W/5 Draft Ministerial Decision on Investment Facilitation for Development; WT/MIN(26)/W/6/Rev.1 Draft Ministerial Decision on Emerging Agricultural Trade Issues; WT/MIN(26)/6 e documentos associados sobre MSMEs e Trade and Gender; WT/MIN(26)/W/4/Rev.1 sobre tratamento especial e diferenciado no âmbito do TRIPS; WT/MIN(26)/W/3 sobre redução do custo de remessas transfronteiriças; WT/MIN(26)/W/2 e documentos correlatos sobre transferência de tecnologia para o comércio; WT/MIN(26)/5 sobre empoderamento econômico das mulheres; WT/MIN(26)/4 sobre digitalização e comércio para mulheres; WT/MIN(26)/3 relatório do grupo de trabalho sobre MSMEs; WT/CFMC/DG/11; WT/GC/278; WT/MIN(26)/2 sobre assistência ao desenvolvimento relacionada ao algodão; e TN/AG/GEN/56; TN/AG/SCC/GEN/27; WT/MIN(26)/1 Bamako Ministerial Declaration on Cotton. Esses documentos estruturam a agenda substantiva da conferência e refletem a diversidade de temas estratégicos, incluindo desenvolvimento, agricultura, investimento, gênero, pequenas economias e transferência de tecnologia, que moldam o debate contemporâneo sobre governança do comércio internacional (OMCa, 2026).

Em preparação para a MC14, a Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala informou aos membros do Conselho Geral da OMC sobre as etapas organizacionais e substantivas finais necessárias antes da conferência. Durante a reunião do Conselho Geral realizada entre 10 e 12 de março, ela anunciou sua intenção de circular um pacote informal de "estado das negociações" (state-of-play), resumindo a situação atual das negociações em Genebra, juntamente com um documento final intitulado Road to Yaoundé, que delineará a forma como a conferência será conduzida. A Diretora-Geral caracterizou a MC14 como uma "Conferência Ministerial de Ponto de Virada", enfatizando que o encontro representa uma oportunidade para a OMC demonstrar sua capacidade de responder às críticas, fortalecer sua credibilidade e reposicionar a organização no contexto em evolução da governança global do comércio. Segundo sua avaliação, os membros estão se aproximando da finalização de textos que serão submetidos aos ministros e que fornecerão os sinais políticos necessários para orientar as negociações após a MC14. O Presidente do Conselho Geral, Embaixador Saqer Abdullah Almoqbel, da Arábia Saudita, esclareceu que o pacote preparatório é informal e destinado exclusivamente como instrumento de informação, e não constitui uma transmissão formal dos resultados das negociações conduzidas em Genebra. A Diretora-Geral também observou que o Secretariado da OMC e o governo anfitrião, Camarões, está monitorando atentamente os desdobramentos relacionados ao conflito em curso no Oriente Médio, que poderia afetar a participação ou a logística do evento, ao mesmo tempo em que confirmou que os preparativos e os planos organizacionais da conferência permanecem inalterados (OMCb, 2026).

Um tema central no período que antecede a MC14 é a reforma da OMC, considerada por muitos membros como uma prioridade para discussão ministerial. A Diretora-Geral Okonjo-Iweala enfatizou que a conferência deve gerar impulso político para avançar na reforma institucional, reconhecendo que a organização há muito enfrenta negociações inconclusas e iniciativas de reforma que não se traduziram em resultados concretos. O Embaixador Petter Ølberg, da Noruega, atuando como facilitador do processo de reforma, informou que progressos significativos foram alcançados desde o início do engajamento intensificado dos membros em junho de 2025. Dois textos-chave foram apresentados aos membros: um Projeto de Declaração Ministerial de Yaoundé sobre Reforma da OMC e um Plano de Trabalho para a Reforma da OMC, refletindo o esforço acumulado ao longo de nove meses de negociações. Embora o facilitador tenha reconhecido que esses textos não refletem plenamente todas as preferências dos membros, ele ressaltou que o processo negociador em Genebra atingiu seus limites práticos e que avanços adicionais agora exigem engajamento político em nível ministerial. A Diretora-Geral reiterou essa avaliação, destacando que, embora persistam divergências entre os membros, o processo avançou consideravelmente e existem razões para um otimismo cauteloso quanto à possibilidade de resultados significativos em Yaoundé (OMCb, 2026).

Além da reforma institucional, as negociações em diversas áreas substantivas, especialmente agricultura, subsídios à pesca e comércio e desenvolvimento, também avançaram em preparação para a MC14. O Embaixador Ali Sarfraz Hussain, do Paquistão, presidente das negociações agrícolas, informou a apresentação de nove novas propostas pelos membros e a realização de rodadas de consultas em janeiro e fevereiro, que resultaram na circulação de um projeto de Declaração Ministerial e de uma versão revisada divulgada em 5 de março. Segundo sua avaliação, a maioria dos membros parece disposta a aceitar o texto revisado como base para o lançamento de negociações focadas após a MC14, embora persistam algumas preferências procedimentais sobre se as discussões em Yaoundé devem ocorrer em sessões plenárias ou em grupos menores. Paralelamente, o Embaixador Leslie Ramsammy, da Guiana, presidente das negociações sobre subsídios à pesca, relatou amplo apoio a uma declaração

política que solicite a implementação efetiva do Acordo sobre Subsídios à Pesca e reafirme o compromisso de continuar negociando disciplinas adicionais após a MC14, embora alguns membros priorizem outros temas considerados mais urgentes. No campo de comércio e desenvolvimento, a Embaixadora Kadra Ahmed Hassan destacou avanços nas propostas relacionadas às medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), barreiras técnicas ao comércio (TBT) e ao Artigo 66.2 do Acordo TRIPS, que trata da promoção da transferência de tecnologia para os países menos desenvolvidos. Embora tenha havido convergência em diversos aspectos das propostas apresentadas pelo grupo G90, persistem divergências quanto à interpretação e operacionalização do Artigo 66.2. Por fim, continuam as consultas sobre a possível adoção de uma Declaração Ministerial na MC14, com alguns membros apoiando um projeto minimalista e outros sugerindo que o presidente da conferência possa emitir uma declaração sob sua própria responsabilidade. Também foram iniciadas discussões sobre o local da 15ª Conferência Ministerial (MC15), incluindo a proposta da Arábia Saudita para sediar o próximo encontro ministerial (OMCb, 2026).

Participação brasileira na governança institucional da OMC em 2026

Em reunião do **Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio realizada em 11 de março de 2026**, os membros registraram consenso sobre uma lista de diplomatas que presidirão diversos órgãos da OMC ao longo do ano, evidenciando a continuidade do funcionamento institucional da organização e sua preparação para os trabalhos subsequentes à 14ª Conferência Ministerial. Entre as nomeações destacadas, **o embaixador brasileiro Guilherme de Aguiar Patriota foi indicado para presidir o Órgão de Solução de Controvérsias (Dispute Settlement Body)**, uma das instâncias centrais do sistema multilateral de comércio, responsável por supervisionar o mecanismo de resolução de disputas entre membros e pela implementação das decisões adotadas no âmbito desse sistema. A lista também inclui outras presidências relevantes, como Clare Kelly (Nova Zelândia) para o Conselho Geral, Nella Pepe Tavita-Levy (Samoa) para o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais, Erwin Bollinger (Suíça) para o Conselho de Comércio de Bens, Audrey Goosen (Países Baixos) para o Conselho de Comércio de Serviços e Alaa Hegazy (Egito) para o Conselho do Acordo TRIPS, refletindo a diversidade geográfica e institucional da governança da OMC. Essas designações deverão ser formalmente confirmadas nas reuniões subsequentes de cada órgão, previstas para ocorrer após a realização da **MC14**, demonstrando o papel contínuo dos membros na condução dos trabalhos da organização e destacando a **presença ativa do Brasil na liderança institucional do sistema multilateral de comércio**, especialmente em uma área estratégica como a solução de controvérsias comerciais (OMCc, 2025).

Depósitos internacionais de patentes: crescimento em comunicação digital e semicondutores

O comunicado de imprensa da WIPO (PR/2026/947), publicado em 6 de março de 2026, apresenta os dados consolidados de depósitos internacionais de patentes, marcas e designs industriais referentes ao ano de 2025, por meio dos sistemas PCT, Madrid e Haia. Os dados confirmam a concentração da atividade inventiva global em tecnologias digitais, com destaque para a posição dominante da China e a retração relativa de economias tradicionalmente líderes em inovação (WIPO, 2026).

Depósitos via PCT: crescimento modesto com reconfiguração geográfica

Os depósitos internacionais de patentes pelo PCT alcançaram 275.900 em 2025, um aumento de 0,7% em relação a 2024, configurando o segundo ano consecutivo de crescimento. A China liderou com 73.718 pedidos (+5,3%), seguida pelos Estados Unidos (52.617), Japão

(47.922), República da Coreia (25.016) e Alemanha (16.441). A dinâmica entre essas economias revela, contudo, uma reconfiguração em curso: os EUA registraram queda de 3,0% (quarto ano consecutivo de declínio), o Japão recuou 1,0% (terceiro ano) e a Alemanha contraiu 1,8% (também pelo terceiro ano seguido). Em contraste, a República da Coreia expandiu 4,9%, estendendo uma trajetória ininterrupta de crescimento que dura 28 anos (WIPO, 2026).

Campos tecnológicos: a preponderância das TIC

A comunicação digital permaneceu como o principal campo tecnológico dos pedidos PCT publicados, respondendo por 11,1% do total. Seguiram-se tecnologia da computação (9,6%), maquinaria elétrica (9,0%), tecnologia médica (6,3%) e farmacêutica (4,3%). Juntos, esses cinco campos representaram pouco mais de 40% de todos os pedidos publicados. Entre os dez principais campos tecnológicos, comunicação digital e semicondutores registraram as taxas de crescimento mais elevadas, ambas de 6,1%, refletindo os investimentos crescentes em inteligência artificial e infraestrutura digital. A concentração em semicondutores é particularmente relevante no contexto das disputas geopolíticas em torno das cadeias de suprimento desse setor (WIPO, 2026).

Maiores depositantes: domínio corporativo asiático no setor de TIC

A Huawei Technologies liderou o ranking de depositantes pelo sétimo ano consecutivo (desde 2017), com 7.523 pedidos publicados, seguida por Samsung Electronics (4.698), Qualcomm (3.227), LG Electronics (2.400) e Contemporary Amperex Technology (2.203). Entre os dez maiores depositantes, a Huawei registrou o crescimento absoluto mais expressivo (+923 pedidos). Fora do top 10, movimentações significativas incluíram a entrada da indiana Jio Platforms (+971 pedidos), da finlandesa Nokia Technologies (+470) e da japonesa NTT Docomo (+459) entre os 20 maiores. Das 20 maiores organizações depositantes, 16 operam no setor de TIC; as quatro restantes atuam em energia, tecnologias industriais e automotivas. Entre as 100 maiores, o Japão responde por 32 entidades, a China por 24 e os EUA por 17 (WIPO, 2026).

Universidades: liderança norte-americana e presença chinesa

No setor educacional, a Universidade da Califórnia manteve a primeira posição em 2025, com 488 pedidos PCT publicados. A Universidade Tsinghua ficou em segundo (227), seguida pelo Sistema da Universidade do Texas (226), Stanford (179) e MIT (170). A presença da Tsinghua na segunda posição reflete a estratégia chinesa de adensamento das capacidades de pesquisa com orientação para a proteção de propriedade intelectual (WIPO, 2026).

Marcas internacionais (Sistema de Madrid): declínio generalizado

Os depósitos de marcas internacionais pelo Sistema de Madrid recuaram 1,5% em 2025, totalizando 64.150 pedidos. Os EUA lideraram (10.997), seguidos por Alemanha (6.106), China (5.636), França (4.026) e Reino Unido (3.871). Sete dos dez principais países de origem registraram queda, com destaque para a Itália (–10,6%), Alemanha (–5,3%) e China (–4,9%). Para França e Alemanha, trata-se do quarto ano consecutivo de declínio. A L'Oréal manteve a liderança pela quinta vez consecutiva (274 pedidos), seguida pela Light & Wonder dos EUA (105), que subiu 38 posições. A classe mais especificada nos pedidos Madrid cobriu hardware e software de computação e aparelhos eletrônicos (10,8% do total), seguida por serviços empresariais (8,5%) e serviços científicos e tecnológicos (7,9%) (WIPO, 2026).

Designs industriais (Sistema de Haia): expansão recorde

O Sistema de Haia registrou expansão de 9,4% nos pedidos e de 5,2% nos designs contidos nesses pedidos, alcançando 28.588 designs, um recorde e o quinto ano consecutivo de crescimento. A China liderou com 5.911 designs, seguida por Alemanha (4.530), EUA (3.882), Suíça (2.285) e Itália (2.015). Os EUA expandiram 27,5% e a China 21,4%, enquanto a Itália contraiu 10,4%. A Huawei Technologies liderou o ranking de depositantes (1.200 designs), seguida por Beijing Xiaomi Mobile Software (659) e Procter & Gamble (613). Equipamentos de gravação e comunicação representaram a maior parcela dos designs registrados (13,2%), seguidos por meios de transporte (8,0%) e embalagens (7,9%) (WIPO, 2026).

Mulheres e minerais estratégicos: lições da América Latina

O artigo da UNCTAD, publicado em 9 de março de 2026 no contexto do Dia Internacional da Mulher, examina como a expansão das cadeias de valor de minerais da transição energética pode ampliar ou restringir a participação econômica das mulheres, com ênfase na América Latina (UNCTADa, 2026).

Minerais da transição e a oportunidade latino-americana

Cobre, lítio, cobalto e níquel tornaram-se ativos estratégicos para veículos elétricos, sistemas de energia renovável, armazenamento em baterias e a infraestrutura digital que sustenta a inteligência artificial. A América Latina concentra mais de 40% da produção global de cobre e quase um terço da produção de lítio, o que coloca a região no centro dessa transição. Governos da região buscam superar o modelo de extração primária, avançando em processamento, refino e outras atividades de maior valor agregado, dinâmica que também se observa em partes da África e da Ásia, onde a industrialização a jusante ganha centralidade nas estratégias de desenvolvimento (UNCTADa, 2026).

Participação feminina: avanços insuficientes em setores em transformação

As mulheres já atuam em múltiplas etapas das cadeias de valor minerais (mineração artesanal, monitoramento ambiental, análise laboratorial, logística, gestão corporativa e instituições regulatórias), mas representam globalmente apenas cerca de 14% da força de trabalho da mineração industrial. A presença em funções de engenharia, geologia e liderança executiva permanece limitada. À medida que a produção mineral se torna mais intensiva em tecnologia, incorporando automação, sistemas digitais de monitoramento e processos avançados de refino, cresce a demanda por qualificação técnica e vocacional, o que abre espaço para ampliar a participação feminina em segmentos de maior valor, mas apenas se acompanhada por escolhas deliberadas de política (UNCTADa, 2026).

Experiências institucionais no Chile e no setor de lítio

O artigo destaca experiências emergentes que ilustram possibilidades concretas. A Codelco, estatal chilena de mineração, assumiu o compromisso de ampliar significativamente a participação feminina em sua força de trabalho, combinando metas de contratação local com parcerias com instituições de formação técnica. No setor de lítio, empresas operando no Salar de Atacama lançaram programas de capacitação técnica comunitária nos quais as mulheres representam a maioria dos participantes em cursos voltados para manutenção, operação de equipamentos e competências digitais (UNCTADa, 2026).

Governança e inclusão nas cadeias minerais

A UNCTAD argumenta que a competição global por minerais críticos, frequentemente enquadrada em termos geopolíticos de segurança de fornecimento, constitui também uma oportunidade de desenvolvimento. Dotações naturais não determinam resultados sociais; marcos de governança, sim. A incorporação de critérios de inclusão desde o início das estratégias industriais, por meio da expansão do acesso a qualificações técnicas, do fortalecimento da representação em instituições regulatórias e do apoio a fornecedoras lideradas por mulheres, pode converter a riqueza mineral em crescimento mais diversificado e resiliente. As decisões em curso nas negociações comerciais, no planejamento industrial e no desenvolvimento da força de trabalho definirão a configuração dos mercados de trabalho e das cadeias de valor por uma geração (UNCTADa, 2026).

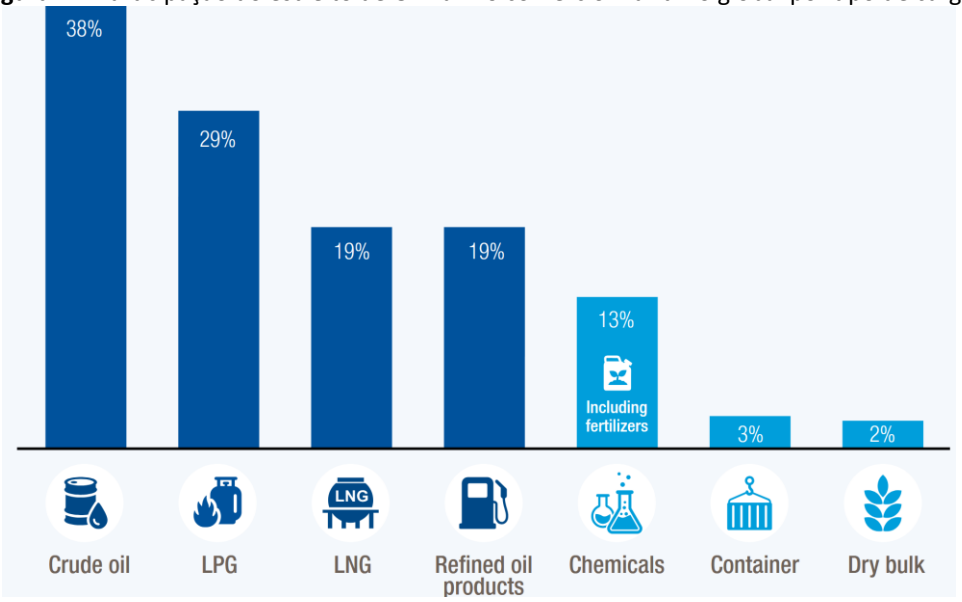
Disrupções no estreito de Ormuz: implicações para o comércio global e o desenvolvimento

O informe da UNCTAD, publicado em 10 de março de 2026, avalia as implicações da escalada militar em curso na região do estreito de Ormuz sobre o comércio marítimo, os mercados de energia, os custos de transporte e as perspectivas de desenvolvimento. O documento, fortemente apoiado em dados de alta frequência (Clarksons Research, LSEG, Kpler), evidencia a magnitude e a velocidade dos impactos sobre os fluxos comerciais globais (UNCADb, 2026).

Um gargalo vital para o comércio mundial

O estreito de Ormuz é um dos mais críticos pontos de estrangulamento do comércio marítimo global. Por ele passam cerca de 25% do comércio marítimo mundial de petróleo (aproximadamente 20 milhões de barris por dia em 2024, dos quais 14 milhões em petróleo bruto e condensado e 6 milhões em derivados). A concentração é ainda maior em outros segmentos: 38% do comércio marítimo global de petróleo bruto, 29% de gás liquefeito de petróleo (GLP), 19% de gás natural liquefeito (GNL), 19% de derivados de petróleo refinado e 13% de produtos químicos (incluindo fertilizantes) transitam pelo estreito (UNCADb, 2026).

Figura 1 – Participação do estreito de Ormuz no comércio marítimo global por tipo de carga

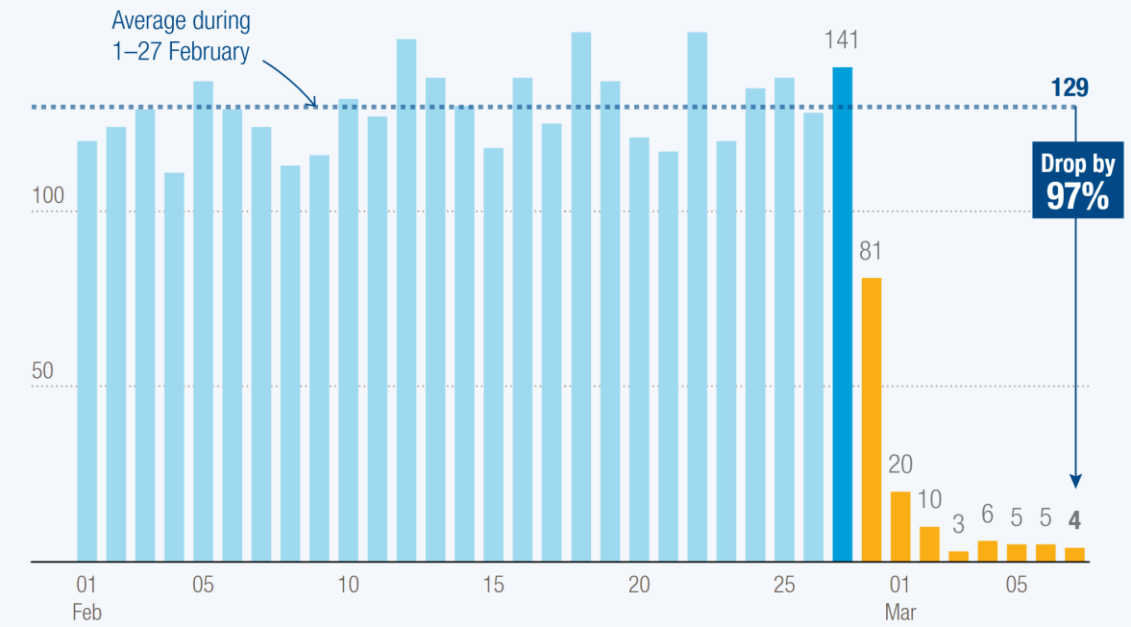


Fonte: WIPO, 2026.

Colapso dos trânsitos marítimos

Os dados de trânsito diário de navios pelo estreito revelam um colapso abrupto. A média de trânsitos diários entre 1 e 27 de fevereiro de 2026 era de 129 embarcações. Em 27 de fevereiro, o último dia antes da escalada, registraram-se 141 trânsitos. No dia seguinte, o número caiu para 81, despencando rapidamente para 20, 10, 3, e estabilizando-se entre 4 e 6 trânsitos diários nos primeiros dias de março – uma queda de 97% (UNCADb, 2026).

Figura 2 – Número diário de trânsitos de navios pelo estreito de Ormuz



Fonte: WIPO, 2026.

Reação imediata dos mercados de energia

Os mercados responderam com velocidade. Entre 27 de fevereiro e 9 de março de 2026, o preço do petróleo Brent subiu 27%, ultrapassando US$ 91,80 por barril. Os futuros de gás natural (Dutch TTF) avançaram 74%, atingindo € 55,80 por megawatt-hora. A magnitude dessas variações em menos de duas semanas sinaliza a sensibilidade dos mercados energéticos a interrupções em pontos de estrangulamento marítimo – padrão observado também no início da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia (UNCADb, 2026).

Impactos sobre o fornecimento de energia à Ásia

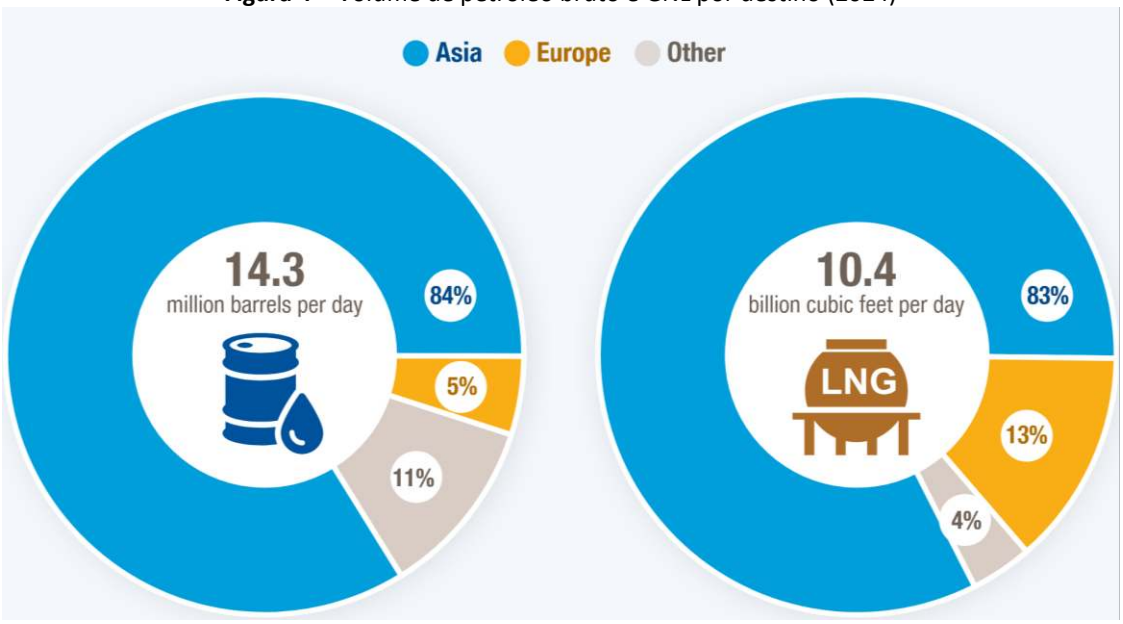
A Ásia é a principal destinatária dos fluxos energéticos que transitam pelo estreito. Em 2024, 84% do petróleo bruto e 83% do GNL transportados pelo Ormuz tinham como destino o continente asiático. A Europa absorvia 5% do petróleo bruto e 13% do GNL. A interrupção compromete diretamente a segurança energética das maiores economias asiáticas e impõe pressões adicionais sobre os mercados europeus, já fragilizados pela reconfiguração de fornecedores desde 2022 (UNCADb, 2026).

Figura 3 – Preços diários de petróleo e gás (janeiro de 2024 a março de 2026)



Fonte: WIPO, 2026.

Figura 4 – Volume de petróleo bruto e GNL por destino (2024)



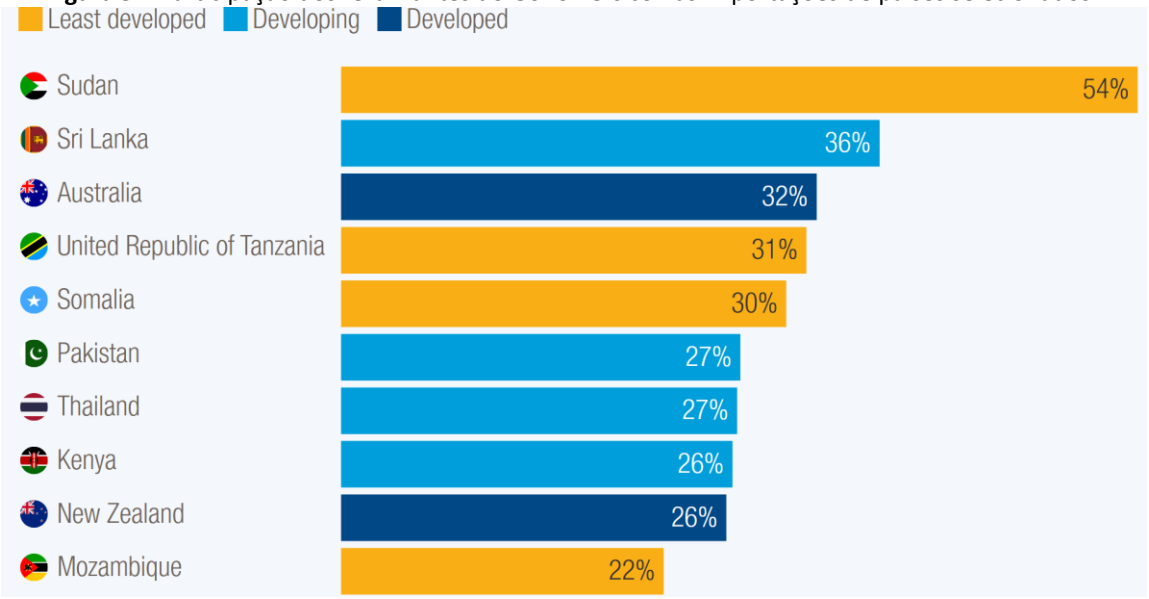
Fonte: WIPO, 2026.

Fertilizantes: risco em cascata para os mais vulneráveis

Aproximadamente um terço do comércio marítimo global de fertilizantes transita pelo estreito. Em 2024, a região do Golfo Pérsico exportou por via marítima 16 milhões de toneladas de fertilizantes, dos quais 67% de ureia, 20% de fosfato diamônico (DAP) e 9% de fosfato monoamônico (MAP). A concentração da dependência é particularmente aguda em países de menor desenvolvimento relativo: o Sudão importava 54% de seus fertilizantes dessa origem,

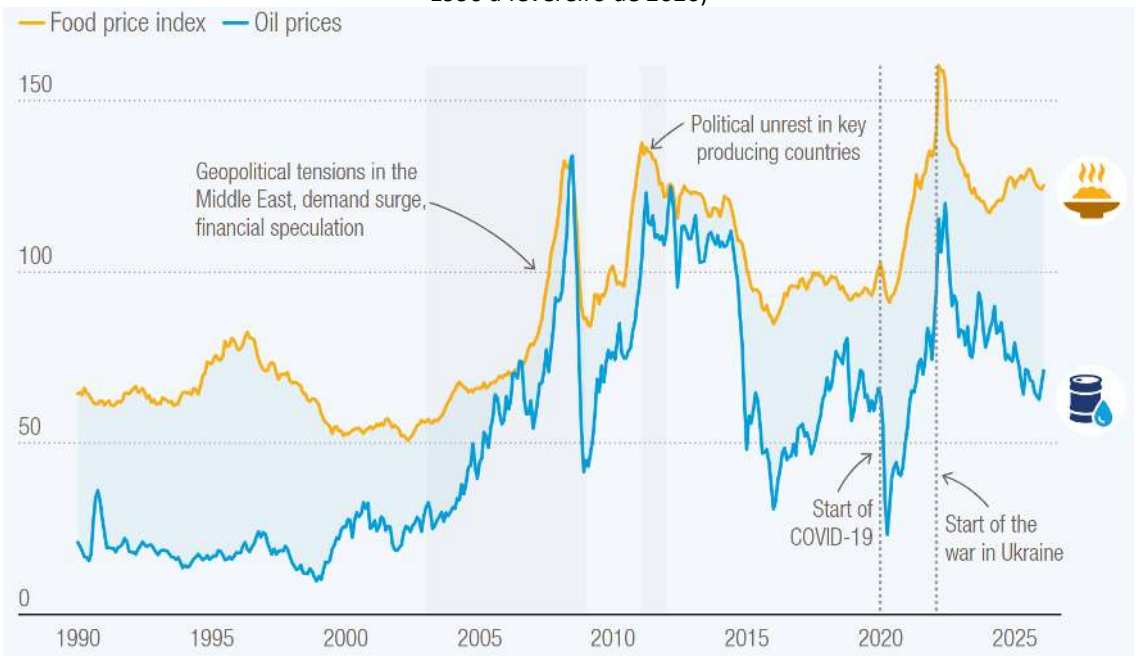
seguido por Sri Lanka (36%), Austrália (32%), Tanzânia (31%) e Somália (30%). A interrupção dos fluxos pelo estreito pode agravar a insegurança alimentar em economias já sob pressão fiscal e com capacidade limitada de absorver novos choques de preços, como confirma a série histórica do índice de preços de alimentos da FAO e dos preços do petróleo Brent (1990–2026), na qual os picos do índice alimentar acompanharam sistematicamente os choques petroleiros (UNCADb, 2026).

Figura 5 – Participação dos fertilizantes do Golfo Pérsico nas importações de países selecionados



Fonte: WIPO, 2026.

Figura 6 – Índice mensal de preços de alimentos (FAO) e preços do petróleo bruto Brent (janeiro de 1990 a fevereiro de 2026)

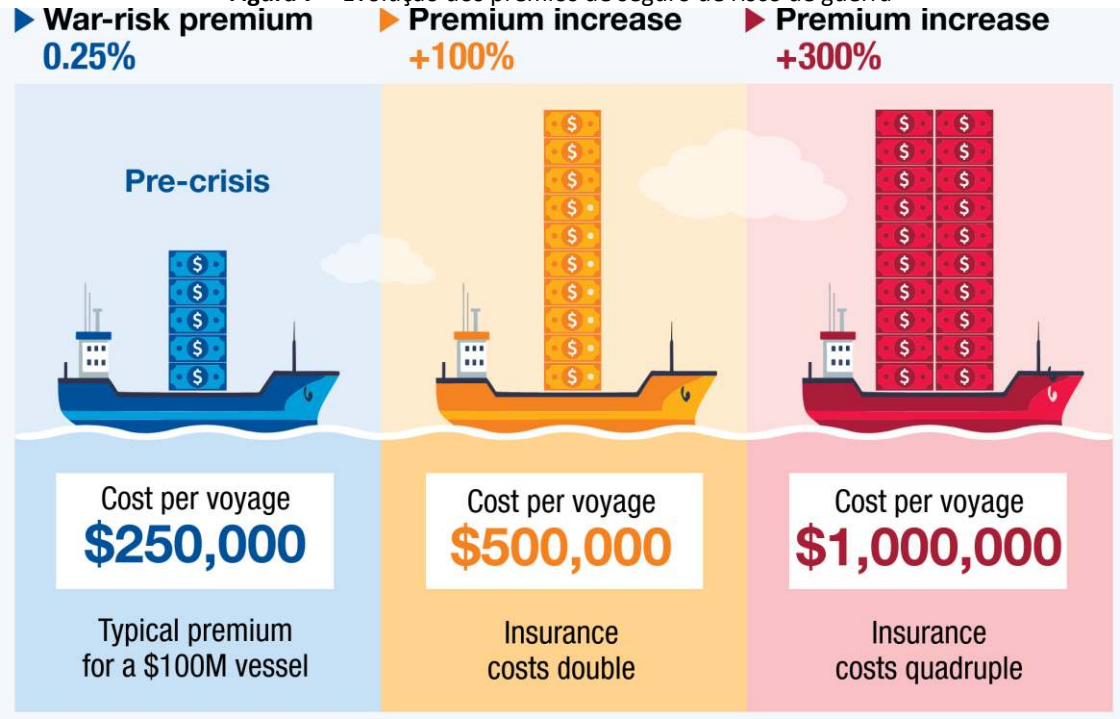


Fonte: WIPO, 2026.

Custos de frete, combustível e seguros em escalada

Os custos de transporte marítimo de petróleo dispararam. O Baltic Exchange Dirty Tanker Index (BDTI), que mede o custo de transporte de petróleo bruto, subiu 54% entre 27 de fevereiro e 6 de março de 2026, aproximando-se de máximas históricas comparáveis às observadas durante a Guerra do Iraque. O Clean Tanker Index (BCTI), referente a derivados de petróleo, avançou 72%. Simultaneamente, os preços do combustível marítimo (bunker fuel) em Singapura, o maior porto de abastecimento do mundo, dobraram: o combustível de baixo teor de enxofre subiu 99%, e o de alto teor, 100%, alcançando US$ 1.020 e US$ 874 por tonelada, respectivamente. Os prêmios de seguro de risco de guerra também dispararam. Para um navio-tanque de grande porte (VLCC) avaliado em US$ 100 milhões, o prêmio pré-crise de 0,25% implicava um custo de US$ 250.000 por viagem. Com aumentos de 100% a 300%, esse custo pode atingir US$ 500.000 a US$ 1.000.000 por viagem, encarecendo toda a cadeia logística do comércio de energia e insumos (UNCADb, 2026).

Figura 7 – Evolução dos prêmios de seguro de risco de guerra



Fonte: WIPO, 2026.

Custos de endividamento e pressões sobre economias em desenvolvimento

Os rendimentos dos títulos soberanos dos países da região subiram desde a escalada. O Iraque registrou o maior aumento nos yields (+0,64 ponto percentual, atingindo 7,1% em 9 de março), seguido pelo Bahrein (+0,41 p.p., 7,0%) e Jordânia (+0,24 p.p., 6,4%). Mesmo economias do Golfo com posição fiscal mais sólida – como Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos e Kuwait – registraram aumentos entre 0,26 e 0,28 p.p. A UNCTAD ressalta que o choque atual atinge economias em desenvolvimento já pressionadas por elevados encargos de dívida, espaço fiscal restrito e capacidade limitada de absorver novos choques de preços em energia, transporte e alimentos (UNCADb, 2026).

Considerações da UNCTAD

O documento conclui que as disrupções no estreito de Ormuz evidenciam a vulnerabilidade dos pontos de estrangulamento marítimo a tensões geopolíticas e seu potencial de transmissão de choques por cadeias de suprimento e mercados de commodities. A magnitude dos impactos dependerá da duração, intensidade e escopo geográfico das tensões, mas a confluência de custos crescentes de energia, transporte e alimentos pode agravar pressões fiscais e sociais em economias dependentes de importações desses insumos, complicando o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável (UNCADb, 2026).

Referências

OMCa. 14th Ministerial Conference (MC14) – Documents. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/mc14_e/documents_e.htm

OMCb. *WTO chairpersons for 2026*. 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/gc_11mar26_315_e.htm.

OMCc. Director-General updates members on final preparations for “turning point” ministerialF. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/gc_10mar26_322_e.htm

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). *International Patent Applications Rose in 2025, with Digital Communication and Semiconductor Technologies Showing Strong Growth*. 2026. Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2026/article_0003.html

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD)a. *Will Women Fall Behind in the Race for Strategic Minerals? Lessons from Latin America*. 2026. Disponível em: https://unctad.org/news/will-women-fall-behind-race-strategic-minerals-lessons-latin-america

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD)b. *Strait of Hormuz Disruptions: Implications for Global Trade and Development*. 2026. Disponível em: https://unctad.org/publication/strait-hormuz-disruptions-implications-global-trade-and-development

Entre guerras, desigualdades e pandemias: a atuação incansável da sociedade civil na saúde global

Entre guerras, desigualdades y pandemias: la labor incansable de la sociedad civil en la salud mundial

Amid wars, inequality, and pandemics: civil society's tireless efforts in global health

Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza

Resumo. O informe apresenta uma síntese das agendas de 30 organizações da sociedade civil (OSC) monitoradas entre 27 de fevereiro e 12 de março de 2026. Entre os temas centrais, destacam-se as crises humanitárias e os conflitos armados, com ênfase nos seus impactos sobre civis, sistemas de saúde, insegurança alimentar e deslocamentos forçados, especialmente no Oriente Médio e na África. As OSC mencionam também os determinantes sociais da saúde, a desigualdade de gênero, as dificuldades de acesso à água e saneamento, os direitos reprodutivos, a alimentação saudável e a regulação de produtos nocivos à saúde. Os direitos humanos e a justiça social seguem no centro da agenda das OSC de interesse público. No que concerne às OSC de interesse privado, predominam as manifestações sobre preparação para pandemias, financiamento internacional, vacinas, doenças crônicas, saúde mental, inteligência artificial e reformas na governança global da saúde. Curiosamente, no último período, a crise climática foi objeto de manifestação de uma única organização. Em síntese, na última quinzena, a saúde global continua atravessada por crises simultâneas — sanitárias, geopolíticas, econômicas e sociais — e a sociedade civil continua tendo papel importante na produção de evidências e na pressão política, ainda que com limitações.

Resumen. *El informe presenta un resumen de las agendas de 30 organizaciones de la sociedad civil (OSC) analizadas entre el 27 de febrero y el 12 de marzo de 2026. Entre los temas centrales, destacan las crisis humanitarias y los conflictos armados, con énfasis en sus impactos sobre la población civil, los sistemas de salud, la inseguridad alimentaria y los desplazamientos forzados, especialmente en Oriente Medio y África. Las OSC también mencionan los determinantes sociales de la salud, la desigualdad de género, las dificultades de acceso al agua y al saneamiento, los derechos reproductivos, la alimentación saludable y la regulación de productos nocivos para la salud. Los derechos humanos y la justicia social siguen ocupando un lugar central en la agenda de las OSC de interés público. En cuanto a las OSC de interés privado, predominan las manifestaciones sobre la preparación para pandemias, el financiamiento internacional, las vacunas, las enfermedades crónicas, la salud mental, la inteligencia artificial y las reformas en la gobernanza global de la salud. Curiosamente, en el último período, la crisis climática fue objeto de manifestación de una sola organización. En resumen, en la última quincena, la salud global sigue atravesada por crisis simultáneas —sanitarias, geopolíticas, económicas y sociales— y la*

sociedad civil sigue desempeñando un papel importante en la generación de evidencia y en la presión política, aunque con limitaciones.

Abstract. *The report provides an overview of the agendas of 30 civil society organizations (CSOs) monitored between February 27 and March 12, 2026. Among the central themes are humanitarian crises and armed conflicts, with an emphasis on their impacts on civilians, health systems, food insecurity, and forced displacement, especially in the Middle East and Africa. CSOs also mention the social determinants of health, gender inequality, difficulties in accessing water and sanitation, reproductive rights, healthy eating, and the regulation of products harmful to health. Human rights and social justice remain at the center of the agenda for public-interest CSOs. Regarding private-interest CSOs, statements predominantly focus on pandemic preparedness, international financing, vaccines, chronic diseases, mental health, artificial intelligence, and reforms in global health governance. Interestingly, in the last period, the climate crisis was the subject of a statement by only a single organization. In summary, over the past two weeks, global health continues to be beset by simultaneous crises—health, geopolitical, economic, and social—and civil society continues to play an important role in generating evidence and exerting political pressure, albeit with limitations.*

Introdução

O Informe nº 03/2026 analisa as agendas, as iniciativas e os posicionamentos divulgados por 30 organizações da sociedade civil (OSC) das 45 monitoradas no período de 27 de fevereiro a 12 de março de 2026.

De modo geral, as OSC de interesse público se manifestaram sobre os impactos sociais, humanitários e políticos das crises contemporâneas, enquanto as OSC de interesse privado concentram suas intervenções em soluções técnicas, inovação biomédica e arranjos institucionais para a gestão de programas e sistemas de saúde. Trata-se de uma diferença de ênfase que tem se repetido ao longo do tempo em que esses informes são produzidos.

No caso das OSC de interesse público, as manifestações recentes indicam mencionam os impactos sanitários e sociais de conflitos armados, crises humanitárias e deslocamentos populacionais forçados, refletindo a atual intensificação das tensões geopolíticas em diferentes regiões do mundo. As publicações analisadas destacam ainda os efeitos diretos desses contextos sobre sistemas de saúde fragilizados, a interrupção de serviços essenciais, o agravamento da insegurança alimentar e o aumento da vulnerabilidade de populações civis, especialmente mulheres e crianças. Paralelamente, registram-se debates sobre determinantes sociais da saúde e desigualdades estruturais, incluindo temas como equidade de gênero, acesso à água e saneamento e regulação de produtos nocivos à saúde. Esses posicionamentos evidenciam a permanência de agendas históricas da saúde global relacionadas aos direitos humanos e à justiça social, ainda que frequentemente articuladas a contextos contemporâneos de crise e instabilidade política.

No que tange às OSC de interesse privado, identificam-se manifestações voltadas à preparação para epidemias e pandemias, financiamento da saúde global, inovação biomédica e fortalecimento dos sistemas de saúde, com destaque para discussões sobre arranjos institucionais, parcerias e reformas na arquitetura da governança global da saúde. Nesse campo, observa-se a presença de iniciativas que buscam conciliar inovação tecnológica, fortalecimento da capacidade institucional dos países e apoio a grupos populacionais específicos, como

agricultores e mulheres, ao mesmo tempo em que emergem debates sobre fragmentação institucional e sustentabilidade do financiamento internacional.

Diferentemente da grande maioria dos informes já produzidos, o tema da crise climática não foi destacado nessa quinzena, tendo se registrado apenas uma manifestação, no caso, do Global Health Centre que já iniciou discussões visando sua participação na COP 31.

Em síntese, o conjunto das manifestações analisadas revela a permanência de um campo da saúde global cada vez mais atravessado por crises simultâneas, sanitárias, políticas, econômicas e ambientais, nas quais as organizações da sociedade civil seguem desempenhando papel relevante, disputando narrativas e buscando a mobilização política para a disputa por prioridades na governança global da saúde.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

A World Vision reforçou a necessidade de proteger crianças em contextos de conflito, apoiando o apelo da Save the Children International para que todas as partes respeitem o direito humanitário internacional e garantam a segurança de civis vulneráveis. A organização também expressou preocupação com a escalada de conflitos no Oriente Médio, onde cerca de metade das crianças vive em áreas afetadas pela violência, enfrentando riscos elevados de fome, doenças, interrupção da educação, casamento infantil e trabalho infantil, além de denunciar ataques a escolas, hospitais e infraestrutura civil. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) condenou os bombardeios do Irã por Israel e pelos Estados Unidos por violarem o direito internacional e resultarem em perdas humanas em larga escala. O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) também protestou contra os ataques ao Irã, alertando para os riscos do bombardeio de instalações nucleares e traçando paralelos com a destruição de centros médicos no Irã e os ataques ao sistema de saúde de Gaza. [1] [2] [3] [4]

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) informou estar ampliando sua resposta humanitária diante da intensificação de conflitos em diferentes regiões, incluindo o Líbano, onde ataques aéreos provocaram deslocamentos massivos de civis e levaram a organização a remanejar suas atividades para atender populações deslocadas enquanto mantém clínicas e unidades móveis no país. A organização também concluiu projetos em distritos da província de Cabo Delgado, em Moçambique, após quatro anos de atuação humanitária, transferindo atividades às autoridades locais de saúde, embora reconheça que as necessidades humanitárias permanecem elevadas. MSF também afirmou estar adaptando operações para responder à escalada militar no Oriente Médio após ataques dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, mobilizando equipes e suprimentos médicos na região. Além disso, alertou para o fechamento abrupto do campo de detenção de Al Hol, no nordeste da Síria, que deixou milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade, e relatou que 26 de seus profissionais estão desaparecidos no Sudão do Sul após confrontos violentos que forçaram a evacuação de serviços médicos que atendiam cerca de 250 mil pessoas.[5] [6] [7] [8] [9]

Outras organizações também destacaram impactos humanitários dos conflitos armados. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou declaração defendendo a inclusão da saúde bucal nos pacotes mínimos de serviços de emergência em crises

humanitárias, diante da alta prevalência de doenças bucais entre populações refugiadas. A NCD Alliance manifestou preocupação com a escalada da guerra no Oriente Médio e pediu proteção de civis e continuidade dos serviços de saúde, incluindo medicamentos para pessoas que vivem com doenças crônicas. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) alertou para a desnutrição aguda que afeta milhões de crianças na Nigéria após anos de conflito armado e também pediu respeito às Convenções de Genebra diante da escalada militar no Oriente Médio. A ActionAid apelou por cessar-fogo imediato e por soluções diplomáticas para evitar o agravamento de crises humanitárias globais. Por fim, a Federação Internacional de Assistentes Sociais anunciou o webinar internacional "Histórias de Conformidade e Resistência: Assistentes Sociais e Imigração na Europa e nos EUA", que discutirá as tensões éticas entre serviço social e políticas migratórias cada vez mais restritivas.[10] [11] [12] [13] [14] [15]

A CARE também denunciou a escalada de conflitos no Líbano, com ataques aéreos intensos forçando a fuga em massa de 759.000 pessoas, principalmente no sul do país e subúrbio de Beirute. A situação é relatada como colapso de serviços básicos para pessoas abrigadas, que enfrentam falta de água, comida e cuidados médicos em meio a 600 mortos e 1500 pessoas feridas. A crise agrava as vulnerabilidades pré-existente, como a presença de refugiados sírios, que vem superlotando um sistema de saúde fragilizado.[16]

A Progressive International divulgou discurso de Yara Hawari no People's Congress for The Hague Group, denunciando o impacto da violência em Gaza e alertando que tecnologias militares e de vigilância testadas no território palestino estariam sendo posteriormente aplicadas em outros contextos globais.[17]

A Progressive International alertou, em seu sétimo briefing de 2026, para a ampliação do conflito no Oriente Médio, com impactos de Gaza para outros países da região, e destacou esforços de estados reunidos no The Hague Group para fortalecer mecanismos de aplicação do direito internacional e enfrentar a impunidade por crimes de guerra. O informe também ressalta preocupações com o impacto humanitário da violência contínua, incluindo destruição de infraestrutura civil e restrições à ajuda humanitária.[18]

Determinantes Sociais, Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Segundo a Fós Feminista, uma resolução sobre igualdade de gênero foi aprovada na 70ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW70) das Nações Unidas por uma maioria expressiva de países — com apenas os Estados Unidos votando contra. Esse resultado foi excepcional porque a CSW normalmente adota suas conclusões por consenso, e o voto ocorreu depois que emendas propostas pelos EUA para retirar referências a temas como saúde sexual e reprodutiva e direitos humanos não foram aceitas e foram rejeitadas pelos demais Estados-membros.[19]

A World Vision aborda a gestão da água na América Latina, destacando que, embora a região seja rica em recursos hídricos, mais de 120 milhões de pessoas ainda não têm acesso a água potável segura e 115 milhões carecem de saneamento básico. Se argumenta que o problema não é escassez de água, mas exclusão estrutural e desigualdade no acesso. A experiência do AQUA Nexus demonstra que a coordenação estruturada entre governos, atores multilaterais, setor privado e comunidades pode mobilizar capital, escalar inovações e transformar intenções estratégicas em impacto concreto. No entanto, mudanças efetivas dependem de priorização política, colaboração disciplinada e reconhecimento da água como infraestrutura econômica essencial.[20]

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) publicou nota sobre o 8 de março, afirmando que há o que comemorar, mas também o que reivindicar. A nota lembra que mais de 160 meninas em idade foram, recentemente, mortas quando uma escola no Irã foi bombardeada. Acrescenta que, em todo o mundo, mulheres e meninas estão vivenciando violência e privação, impulsionadas pelas forças interligadas do patriarcado, do imperialismo e do autoritarismo.[21]

A InterAcademy Partnership (IAP) lançou, em 8 de março, a campanha "From Presence To Power", celebrando as mulheres que estão moldando a ciência em todo o mundo, mas também denunciando as desigualdades persistentes. A IAP registra que as mulheres ainda estão sub-representadas em cargos de liderança, inclusive nas academias (atualmente, apenas 1 em cada 5 academias é liderada por uma mulher).[22]

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) fez publicação alusiva ao Dia Internacional da Mulher, celebrando o progresso, mas também lembrando que as desigualdades de gênero em saúde, liderança e oportunidades ainda persistem e que os estudantes de medicina têm a responsabilidade de defender um futuro mais equitativo na medicina e além.[23]

A ACON anunciou a realização da edição 2026 do Sydney Women and Sexual Health (SWASH) Survey, pesquisa conduzida em parceria com pesquisadores da University of Sydney que, há 30 anos, monitora a saúde e o bem-estar de mulheres cis e trans lésbicas, bissexuais e queer, gerando evidências para programas e políticas de saúde.[24]

A STOPAIDS destacou que mulheres e meninas continuam a ser desproporcionalmente afetadas pelo HIV no mundo e defendeu respostas centradas nas mulheres, com integração entre prevenção, saúde sexual e reprodutiva e enfrentamento das desigualdades de gênero. A organização também ressaltou a importância de investimentos e parcerias multilaterais para avançar no objetivo de acabar com a AIDS até 2030.[25]

O SHEM publicou boletim mensal HL-58 com uma análise crítica do relatório da EAT–Lancet Commission, apontando limitações na abordagem sobre sistemas alimentares sustentáveis e destacando a necessidade de incorporar soberania alimentar, agroecologia e justiça social para promover uma nutrição verdadeiramente sustentável e equitativa.[26]

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Médicos Sem Fronteiras ajudou a reduzir em 90% os casos de cólera em Sangé, na província de Kivu do Sul, no leste da República Democrática do Congo, após oito semanas de resposta a uma das piores epidemias registradas na região de Ruzizi nos últimos cinco anos. A organização apoiou centros de tratamento, onde mais de 800 pacientes receberam cuidados médicos, e instalou mais de 50 pontos de cloração de água para melhorar o acesso à água potável. Segundo MSF, o surto foi agravado pelo acesso limitado à água segura, pela fragilidade do sistema de saúde e pelos deslocamentos populacionais causados pelos confrontos armados na região.[27]

A Global Health Council informa que a 8ª reposição de recursos do The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria não atingiu sua meta de US$ 18 bilhões. Nesse contexto, a contribuição dos Estados Unidos no ano fiscal de 2027 é considerada decisiva para manter os avanços no combate ao HIV/AIDS, à Tuberculose e à Malária. A organização de advocacy Friends of the Global Fight Against AIDS, Tuberculosis and Malaria publicou um novo *Investment Case*

direcionado ao Congresso norte-americano, defendendo a continuidade da liderança financeira dos EUA nesse esforço global.[28]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou que a Fundação Novo Nordisk renovou seu apoio ao DNDi e ao Instituto de Ciência e Tecnologia Translacional em Saúde da Índia para avançar no desenvolvimento de um novo candidato antiviral de amplo espectro direcionado para a influenza e outros vírus com potencial pandêmico, além de fortalecer a capacidade de pesquisa pré-clínica para preparação para pandemias.[29]

A Fundação Huésped, no marco do Dia Internacional de Conscientização sobre o Vírus do Papiloma Humano (HPV), divulgou informações para a população sobre o HPV destacando que o Vírus do Papiloma Humano (HPV) é uma das infecções sexualmente transmissíveis mais frequentes e que a prevenção, por meio da vacinação e do rastreamento com exames como o Papanicolau, é fundamental para reduzir o risco de câncer do colo do útero.[30]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Em dezembro de 2025, países adotaram uma nova Declaração Política sobre Doenças Não Transmissíveis (NCDs) e Saúde Mental, a quarta desse tipo no âmbito das discussões globais de saúde. O documento traz avanços importantes, como metas mais concretas, linguagem mais forte sobre prevenção e o reconhecimento inédito do papel de pessoas com experiência vivida no cuidado das NCDs. A análise divulgada pelo Global Health Council examina os compromissos assumidos pelos países, identifica lacunas existentes e destaca pontos ainda ausentes na declaração, oferecendo subsídios para que defensores da saúde global pressionem por ações mais robustas.[31]

A NCD Alliance publicou matéria em menção do Dia Mundial do Rim, 12 de março, relembrando o potencial da Declaração Política da Quarta Reunião de Alto Nível da ONU sobre Doenças Crônicas e Saúde Mental (HLM4), adotada em dezembro de 2025, por ser a primeira a referir explicitamente a saúde renal por três vezes, integrando-a efetivamente na agenda global de DCNT. A matéria destaca, no entanto, que "uma declaração só tem força na medida em que é implementada", portanto é necessária a responsabilização para se ver o seu impacto na vida dos doentes.[32]

A Federação Internacional de Assistentes Sociais publicou matéria sobre o direito de crianças e jovens à identidade. Como parte do Grupo de Trabalho sobre Direitos de Identidade, produziram um documento que destaca o papel crucial que a identidade legal, a nacionalidade e as relações familiares desempenham no apoio à saúde mental e ao bem-estar de crianças e jovens. O grupo de trabalho enfatiza que a identidade não é apenas uma questão legal, mas também um alicerce para o sentimento de pertencimento, a dignidade e o bem-estar psicossocial.[33]

A ACT Promoção da Saúde alertou para estratégias de marketing da indústria do tabaco e do álcool em eventos culturais e esportivos no Brasil, destacando ações recentes durante o carnaval de São Paulo associadas à promoção de cigarros eletrônicos. A organização enfatizou que esses produtos têm comercialização e propaganda proibidas no país pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e ressaltou os riscos à saúde e os altos custos sociais do consumo de tabaco e álcool.[34]

A ACT Promoção da Saúde destacou os impactos do consumo de álcool na saúde pública e na violência contra mulheres no Brasil, citando dados da Fundação Oswaldo Cruz que estimam

cerca de 12 mortes por hora associadas ao álcool e um custo anual de R$ 18,8 bilhões para a sociedade. A organização defende medidas regulatórias, como maior tributação e restrições ao marketing, alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde para reduzir o consumo e seus impactos sociais.[35]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) deu notícia de uma oficina de trabalho com o CDC África para alinhar os esforços entre pesquisa, inovação e manufatura regional. Considerando que um processo forte de P&D de ponta a ponta é essencial para alcançar a manufatura regional sustentável na África, a oficina teve como objetivo estabelecer um quadro de parceria conjunta que priorizasse P&D liderado pela África e identificar oportunidades de colaboração.[36]

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) noticiou sua participação em um debate no Parlamento Europeu sobre a IA na saúde. A Wonca se posicionou, afirmando que a tecnologia deve ser um facilitador, não um substituto do profissional de saúde. Acrescentou que a relação humana e a continuidade do cuidado continuam sendo os pilares da Medicina de Família.[37]

A Federação Internacional de Hospitais fez uma chamada para apresentação em seu próximo congresso de casos de inovação em hospitais relativos à prestação de cuidados digitalmente habilitados, como hospital-at-home, monitoramento remoto e caminhos integrados virtuais-físicos.[38]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

A organização *The Access Challenge* (TAC), membro do Global Health Council, uma organização sem fins lucrativos que promove parcerias multissetoriais em países africanos para avançar a Cobertura Universal de Saúde. A TAC utiliza estratégias de comunicação de grande alcance — chamadas de "surround sound" mass media — e campanhas culturalmente adaptadas para incentivar mudanças de comportamento em saúde, especialmente para aumentar a vacinação e o acesso a serviços de saúde. Para isso, trabalha em colaboração com governos, líderes comunitários e figuras culturais influentes.[39]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) anunciou o lançamento da Série de Diálogos Pan-Africanos, convocada pela Fundação Dave Omokaro com o apoio técnico da IFA. A primeira sessão, "A Mudança Demográfica Silenciosa: O Envelhecimento na África Entra em Foco", explorou como perspectivas globais podem se alinhar com os marcos legais e políticos continentais para promover a inclusão no envelhecimento.[40]

COVID-19 e preparação para pandemias

A Global Health Council reflete sobre uma das principais lições das crises sanitárias recentes, especialmente após a COVID-19: a necessidade de investir em preparação e inovação antes que emergências ocorram. Ao enquadrar o financiamento como um "prêmio de seguro", a mensagem busca justificar economicamente investimentos em pesquisa, desenvolvimento de vacinas e capacidades de resposta rápida. Ainda assim, o sucesso de estratégias como a CEPI 3.0 dependerá não apenas de financiamento, mas também de cooperação internacional, acesso equitativo a tecnologias e integração com sistemas de saúde nacionais.[41]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Dois novos estudos conduzidos nos Estados Unidos e na Suécia, e divulgados pela GAVI, The Vaccine Alliance, reforçam evidências de que a vacina contra o HPV está reduzindo significativamente os casos de câncer do colo do útero. Nos EUA, a incidência da doença entre mulheres jovens caiu cerca de 27% desde a introdução da vacinação, com reduções superiores a 50% em alguns estados com alta cobertura vacinal. Já na Suécia, um estudo de longo prazo mostrou que mulheres vacinadas antes dos 17 anos têm cerca de 79% menos risco de desenvolver câncer cervical invasivo, com proteção duradoura por quase duas décadas. Os resultados demonstram que a vacina funciona em larga escala, mas também evidenciam desigualdades geográficas na cobertura vacinal. A ampliação do acesso à imunização é considerada crucial para a possível eliminação global da doença.[42]

Na Índia, um projeto inovador mobilizou mulheres trans como agentes comunitárias de saúde para promover a vacinação infantil em bairros periféricos do estado de Maharashtra. Conhecidas como *Sakhee didis*, essas mobilizadoras visitaram casas, esclareceram dúvidas sobre vacinas e acompanharam campanhas de imunização em áreas com forte hesitação vacinal. Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, ao longo de dois anos, o projeto ajudou a garantir a vacinação de cerca de 1.500 crianças vulneráveis que estavam sem imunização ou com esquemas incompletos. A iniciativa também contribuiu para reduzir o estigma social contra pessoas trans e fortalecer a confiança das comunidades nos serviços de saúde. As vacinas são a melhor ferramenta que temos para salvar vidas e proteger comunidades de doenças evitáveis saúde.[43]

A Gates Foundation publicou mensagem de promoção do uso de vacinas, destacando que salvaram a vida de mais de 154 milhões de pessoas globalmente desde 1974, o que significa seis vidas salvas a cada minuto.[44]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

A GAVI, The Vaccine Alliance publicou artigo onde discute a arquitetura global de saúde e sua fragmentação, tendo em vista a existência de múltiplas instituições e iniciativas sobrepostas que podem gerar ineficiências e atrasos em respostas a crises sanitárias. O argumento do texto é de que o novo Acordo sobre Pandemias, negociado no âmbito da Organização Mundial da Saúde, pode servir como catalisador para reformas estruturais no sistema internacional de preparação e resposta a pandemias. Tem-se a necessidade de definir mandatos claros entre instituições e aproveitar as capacidades existentes de organizações como Gavi, UNICEF e CEPI, além da necessidade de ênfase em mecanismos de financiamento e logística já testados para garantir respostas rápidas em futuras emergências sanitárias.[45]

A Global Health Centre realizará, no dia 30 de março, um evento com especialistas, diplomatas e pesquisadores para discutir tendências de governança global e cooperação internacional em 2026, com atenção especial a temas como clima, saúde global e multilateralismo. O encontro apresenta análises produzidas por diferentes especialistas sobre desafios emergentes, incluindo a integração entre políticas climáticas e saúde pública no contexto das negociações internacionais rumo à COP31. O objetivo é antecipar prioridades

políticas e identificar oportunidades para fortalecer a cooperação internacional diante de um cenário global marcado por crises climáticas, sanitárias e geopolíticas.[46]

Determinantes Sociais, Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

A Core Group refere-se à celebração oficial do Dia Internacional da Mulher de 2026, organizada pela United Nations. O evento ocorreu em 9 de março e teve como tema "Direitos. Justiça. Ação. Para todas as mulheres e meninas", enfatizando a promoção dos direitos das mulheres, a busca por justiça e a necessidade de ações concretas para alcançar a igualdade de gênero. A iniciativa está alinhada à 70ª sessão da Commission on the Status of Women (CSW70), reunindo líderes globais, ativistas e parceiros para fortalecer esforços coletivos em prol da igualdade.[47] A Gates Foundation marcou a passagem do Dia Internacional da Mulher com uma mensagem de sua "presidente da igualdade de gênero, afirmando que investir na saúde e bem-estar das mulheres não apenas transforma suas vidas, mas também beneficia famílias, comunidades e economias.[48]

A Rockefeller Foundation divulgou o programa "Food is Medicine" que desenvolve nos EUA, buscando transformar a forma como os estados abordam a saúde, o desenvolvimento econômico e a resiliência comunitária. O programa gera atividade econômica em toda a cadeia de valor alimentícia, apoiando a criação de empregos, impulsionando o crescimento dos negócios e fortalecendo os mercados locais, ao mesmo tempo em que entregam alimentos mais saudáveis aos pacientes necessitados.[49]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

A GAVI, The Vaccine Alliance introduziu um novo modelo de orçamentos nacionais para a vacinação, destinado a simplificar o financiamento e aumentar a autonomia dos países parceiros. Em vez de múltiplos subsídios separados para diferentes vacinas, cada país receberá um orçamento único e previsível para um período de cinco anos, gerenciado por um sistema digital integrado. A reforma faz parte do programa *Gavi Leap*, que busca reduzir burocracias e fortalecer o protagonismo nacional nas decisões sobre imunização. Os governos poderão decidir como distribuir recursos dentro do portfólio de vacinas de acordo com suas prioridades de saúde pública. O modelo também pretende tornar a alocação de recursos mais transparente e baseada nas necessidades sanitárias de cada país.[50]

Em artigo divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance, argumenta-se que sistemas de saúde fragmentados impõem barreiras significativas para mulheres, especialmente em países de baixa renda. Muitas vezes responsáveis por levar crianças para a vacinação e cuidar da saúde da família, elas precisam enfrentar longas distâncias, custos de transporte e perda de renda para acessar serviços que frequentemente estão distribuídos em diferentes locais e programas. Segundo a aliança, reformas institucionais, como o programa *Gavi Leap*, podem reduzir essa fragmentação ao simplificar financiamento e coordenação entre serviços de saúde.[51]

Um estudo divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance, comparando sistemas de saúde em seis países de alta renda (Reino Unido, Países Baixos, Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia), mostra que a atenção primária está sob pressão crescente em todo o mundo. Governos dependem cada vez mais de médicos generalistas para lidar com populações envelhecidas e com múltiplas doenças crônicas, mas sem investimentos equivalentes. Como consequência, muitos pacientes enfrentam longas esperas e recorrem a serviços de emergência. Para o estudo, fortalecer a atenção primária é essencial para manter sistemas de saúde sustentáveis e reduzir custos hospitalares.[52]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Estão abertas as inscrições para as oficinas pré-conferência do encontro anual do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) 2026, que ocorrerá em abril em Washington, D.C. Essas atividades são abertas aos participantes e focam em capacitação prática, colaboração e aprofundamento em temas-chave da saúde global. As oficinas abordam tópicos variados, como inteligência artificial em saúde, formação da força de trabalho global, equidade em parcerias internacionais, prevenção de doenças e sistemas de saúde resilientes. O evento reunirá especialistas, pesquisadores e profissionais de diversas regiões do mundo para discutir desafios contemporâneos da saúde global. O site oficial do evento possui outras informações.[53] A Wellcome Trust divulgou novo estudo que mostra como uma ferramenta digital de saúde mental, que ativa áreas visuais do cérebro usando o jogo Tetris, pode ser um tratamento para flashbacks intrusivos em profissionais de saúde que foram expostos a traumas.[54] Anunciou também o lançamento de uma nova iniciativa para apoiar avaliações de ferramentas de IA, lideradas localmente em países de baixa e média renda, que buscam produzir evidências científicas sobre a segurança, a eficácia e a equidade no uso dessas tecnologias dos contextos onde são utilizadas.[55] A Rockefeller Foundation divulgou a ação que desenvolve no Quênia, apoiando mulheres agricultoras com a disponibilização de um sistema de armazenamento a frio movido a energia solar.[56]

Considerações finais

As manifestações analisadas evidenciam que a sociedade civil continua sendo um ator relevante na agenda da saúde global, especialmente na denúncia dos impactos sanitários de conflitos armados, desigualdades sociais e fragilidades dos sistemas de saúde. Ao mesmo tempo, as publicações mostram uma forte preocupação com a sustentabilidade do financiamento internacional para o enfrentamento de doenças infecciosas, a implementação efetiva de compromissos globais relacionados às doenças crônicas e a necessidade de fortalecer sistemas de saúde resilientes.

O destaque dado às crises humanitárias e à deterioração das condições de vida em contextos de guerra indica que a saúde global está cada vez mais entrelaçada com disputas geopolíticas, o que desafia a cooperação internacional e compromete a efetividade das instituições multilaterais, visivelmente incapazes de intervir de forma efetiva em crises e conflitos contemporâneos. Nesse contexto, a atuação da sociedade civil aparece como um importante mecanismo de pressão discursiva e de produção de evidências, embora ainda limitada pela fragmentação das iniciativas e pela dependência de estruturas internacionais de financiamento.

Em um contexto internacional marcado pela intensificação de conflitos e disputas geopolíticas entre grandes potências, o silêncio relativo de atores influentes no campo da saúde global, como as grandes fundações filantrópica, se torna particularmente significativo. Considerando o histórico protagonismo dessas instituições na formulação de agendas e no financiamento de iniciativas internacionais em saúde, sua omissão neste momento contrasta com a gravidade do cenário global e reforça a necessidade de acompanhar possíveis deslocamentos nas dinâmicas de atuação e influência desses atores.

Referências

1. https://www.linkedin.com/posts/worldvision_children-should-never-pay-the-price-of-violence-activity-7434281417079140352-3SNA

2. https://www.linkedin.com/posts/worldvision_media-release-world-vision-is-deeply-concerned-activity-7434599019034660864-jp_w

3. https://www.wfpha.org/bombing-in-iran-and-the-middle-east/

4. https://phmovement.org/no-war-peoples-health-dispatch

5. MSF Brasil. Ataques ao Líbano causam êxodo em massa da população civil [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/ataques-ao-libano-causam-exodo-em-massa-da-populacao-civil/

6. MSF Brasil. Moçambique: MSF conclui projetos em três distritos [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/mocambique-msf-conclui-projetos-em-tres-distritos/

7. MSF Brasil. Escalada do conflito no Oriente Médio: MSF adapta atividades e se prepara para ampliar ajuda [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/escalada-do-conflito-no-oriente-medio-msf-adapta-atividades-e-se-prepara-para-ampliar-ajuda/

8. MSF Brasil. Na Síria, fechamento do acampamento de Al Hol deixa incerteza para milhares [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/na-siria-fechamento-do-acampamento-de-al-hol-deixa-incerteza-para-milhares/

9. MSF Brasil. Sudão do Sul: profissionais de MSF estão desaparecidos após escalada da violência [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/sudao-do-sul-profissionais-de-msf-estao-desaparecidos-apos-escalada-da-violencia/

10. https://www.wfpha.org/oral-health-in-humanitarian-crises/

11. https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/ncd-alliance-calls-for-protection-of-civilians-and-respect-for

12. Comitê Internacional Da Cruz Vermelha Nigéria: milhões de crianças enfrentam desnutrição em meio ao conflito em curso no nordeste do país [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://www.icrc.org/pt/comunicado-de-imprensa/nigeria-milhoes-de-criancas-enfrentam-desnutricao-em-meio-ao-conflito

13. ActionAid International. March 3. ActionAid calls for immediate ceasefire and full respect for international law in latest escalation in conflict in the Arab Region [Internet]. [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/actionaid-calls-immediate-ceasefire-and-full-respect-international-law-latest-escalation

14. Comitê Internacional Da Cruz Vermelha. Presidente do CICV pede respeito às normas da guerra diante da escalada militar no Oriente Médio [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://www.icrc.org/pt/declaracao-oficial/presidente-do-cicv-pede-respeito-pelas-regras-da-guerra-apos-grande-escalada-militar-no-medio-oriente

15. https://www.ifsw.org/international-webinar-explores-social-work-migration-and-ethical-challenges/

16. Care International. 11 de março de 2026, no Líbano: 759.000 pessoas fugiram de suas casas. [cited 2026 Mar 15] https://www.care.org/news-and-stories/march-11-2026-in-lebanon-759000-people-have-fled-their-homes/

17. PI. “Gaza is not an isolated tragedy. It is the epicentre of global politics.” [Internet]. Progressive International. [cited 2026 Mar 15]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-03-12-gaza-is-not-an-isolated-tragedy-it-is-the-epicentre-of-global-politics/en/

18. PI. PI Briefing [Internet]. Progressive International. [cited 2026 Mar 15]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-03-13-pi-briefing-no-7-oil-rains-over-tehran/en/

19. Feminista F. Gender Equality Resolution Voted for by an Overwhelming Majority at the United Nations, with United States as Sole Opponent [Internet]. Fós Feminista. 2026 [cited 2026 Mar 11]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/gender-equality-resolution-voted-for-by-an-overwhelming-majority-at-the-united-nations-with-united-states-as-sole-opponent/

20. World Vision. Sustainable development [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/worldvision_watersecurity-humanitarianleadership-latinamerica-activity-7437453601528070145-Ro-o

21. https://phmovement.org/march-8-we-commemorate-we-resist-we-reclaim-and-we-restore

22. IAP. InterAcademy Partnership. #frompresencetopower #iwd2026 #womeninscience #frompresencetopower [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 12]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_frompresencetopower-iwd2026-womeninscience-activity-7436319810646560768-zV0M

23. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. International Women's Day [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 12]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_international-womens-day-activity-7436505722852503552-iKc7

24. https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

25. https://stopaids.org.uk/2026/03/11/2026-international-womens-day-brief-women-centred-solutions-to-end-aids-by-2030/

26. SHEM. A Sustainable, health equity-centered critique of the EAT– Lancet Commission report [Internet]. Sustainable Health Equity. [cited 2026 Mar 15]. Available from: https://www.sustainablehealthequity.org/highlights

27. MSF Brasil. MSF ajuda a reduzir em 90% casos de cólera na República Democrática do Congo [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/republica-democratica-do-congo-msf-ajuda-a-reduzir-em-90-casos-de-colera/

28. https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_2027-us-investment-case-for-the-global-activity-7434991140866646036-_gO_

29. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Novo Nordisk Foundation Renews Support for Pandemic Preparedness Research [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 12]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_pandemicpreparedness-globalhealth-partnerships-activity-7434895181436489728-vgDL

30. https://huesped.org.ar/novedades/dia-internacional-de-concientizacion-sobre-el-vph

31. https://globalhealth.org/wp-content/uploads/2026/03/GHC_NCDs_022326.pdf

32. NCD Alliance. Our Promise to the Future: Why Kidney Care is the Litmus Test for More Sustainable NCD Leadership. 2026 [cited 2026 Mar 13]. Available from: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/our-promise-to-the-future-why-kidney-care-is-the-litmus-test-for-more

33. https://www.ifsw.org/identity-rights-highlighted-as-essential-for-young-peoples-mental-health-in-un-submission/

34. ACT. A cilada da redução de danos: empresas de cigarro e bebida alcoólica usam eventos para promover produtos nocivos [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Mar 15]. Available from: https://actbr.org.br/reducao-de-danos/8909/

35. https://actbr.org.br/violencia-contra-mulheres/8926/

36. DNDi. Drugs for Neglectes Diseases Initiative. A strong, end-to-end R&D process is essential to achieving sustainable, regional manufacturing for Africa. 👉 Building on this shared commitment, we held a productive half-day workshop with Africa… [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 12]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_a-strong-endtoend-rdprocessis-essential-activity-7430233062736748544-ELF4

37. https://www.linkedin.com/posts/wonca-europe_woncaeurope-familymedicine-healthpolicy-activity-7437014866688667648-C0eC

38. https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_ihfinnovationhub-igniteinnovation-activity-7437411842429321216-YAZl

39. Global Health Council. A non-profit building cross-sector partnerships across Africa to advance Universal Health Coverage [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_globalhealth-uhc-memberspotlight-activity-7435353938675015681-XDun

40. IFA, International Federation on Ageing. #panafricadialogues #ageinginafrica #ageinginclusion #olderpersons [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 12]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_panafricadialogues-ageinginafrica-ageinginclusion-activity-7437893999467839488-GP16

41. Global Health Council. Secure the future [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_securethefuture-activity-7435716243694841856-KNvx

42. https://www.gavi.org/vaccineswork/new-research-us-and-sweden-shows-hpv-vaccine-beating-cervical-cancer

43. https://www.gavi.org/vaccineswork/india-team-transgender-women-lead-vaccination-revolution

44. Gates Foundation. Vaccines are the best tool we have to save lives and protect communities from preventable disease [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 15]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/gates-foundation_60s-lifesaver-activity-7434277751815217152-ZvQw

45. https://www.gavi.org/vaccineswork/our-global-health-architecture-needs-urgent-reform-pandemic-agreement-catalyst

46. Global Health Center. opportunities to strengthen the climate–health agenda [cited 2026 Mar 12]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-centre_cop31-globalhealth-climatehealth-activity-7437498557508550656-01g2?utm_source=share&utm_medium=member_desktop&rcm=ACoAAB-1kpYBy5wc1a18EVNiYw9SA31k09_QgQA

47. https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_%F0%9D%97%9C%F0%9D%97%BB%F0%9D%98%81%F0%9D%97%B2%F0%9D%97%BF%F0%9D%97%BB%F0%9D%97%AE%F0%9D%98%81%F0%9D%97%B6%F0%9D%97%BC%F0%9D%97%BB%F0%9D%97%AE%F0%9D%97%B9-%F0%9D%97%AA%F0%9D%97%BC%F0%9D%97%BA%F0%9D%97%B2%F0%9D%97%BB-activity-7436787900064714752-yMYW

48. https://www.linkedin.com/posts/gates-foundation_women-simply-cant-do-well-if-they-cant-activity-7436809320601722880-rHNw

49. https://www.linkedin.com/posts/the-rockefeller-foundation_3-ways-local-food-is-medicine-programs-benefits-activity-7438302939766591488-MLPJ

50. https://www.gavi.org/vaccineswork/new-era-country-ownership-introducing-gavis-first-ever-vaccine-budgets

51. Nishtar S. Fragmented health systems disproportionately affect women. The Gavi Leap can help address these inequities [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 12]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/fragmented-health-systems-disproportionately-affect-women-gavi-leap-can-help

52. The Conversation. We studied primary care in 6 rich countries – it's under unprecedented strain everywhere [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 12]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/we-studied-primary-care-6-rich-countries-its-under-unprecedented-strain-everywhere

53. https://www.cugh2026.org/pre-conference-workshops-1

54. Wellcome Trust. Mental health tool, which includes Tetris, stops intrusive flashbacks [Internet]. Wellcome Trust. 2026 [cited 2026 Mar 15]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/mental-health-tool-which-includes-tetris-stops-intrusive-flashbacks

55. https://wellcome.org/insights/articles/evah-new-initiative-generate-evidence-ai-health

56. https://www.linkedin.com/posts/the-rockefeller-foundation_mission300-activity-7437317137276461056-Xo45

Reforma ou retrocesso? A disputa pelo futuro do trabalho, da água e da saúde no cenário global

¿Reforma o retroceso? La disputa por el futuro del trabajo, el agua y la salud en el escenario mundial

Reform or Setback? The Dispute over the Future of Labor, Water, and Health in the Global Scenario

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo. Neste terceiro informe de 2026, cobrimos as últimas duas quinzenas nos eixos Político-Econômico e Saúde. Analisamos as disputas trabalhistas na América Latina – retrocessos na Argentina, Equador e Panamá contrastando com avanços no México, Colômbia e Brasil – , a mobilização sindical no Reino Unido pelo direito à alimentação, os impasses na Convenção Fiscal da ONU, novas evidências sobre desigualdade e emissões de GEE no Brasil, o relatório da ONU sobre "falência da água", a crise hídrica em São Paulo agravada pela privatização da Sabesp, e o significado da decisão sobre Vanuatu para o direito internacional climático. Na Saúde, abordamos a estratégia *Economics of Health for All* da OMS, o manifesto do 8 de março do Movimento Popular pela Saúde, os impactos do bloqueio a Cuba, a continuidade do genocídio em Gaza com as práticas de *medicide* e *ecocide*, e os ataques ao Irã denunciados por movimentos de saúde. O informe evidencia como as crises climática, hídrica, fiscal e sanitária estão conectadas pela mesma lógica imperialista e de financeirização, e como os movimentos sociais e sindicais voltam a ocupar centralidade na resistência.

Palavras-chave: Reformas trabalhistas; Falência da água; Convenção Fiscal da ONU; Direito à saúde; Imperialismo e saúde.

Resumen. *En este tercer informe de 2026, cubrimos las dos últimas quincenas en los ejes político-económico y de salud. Analizamos los conflictos laborales en América Latina —retrocesos en Argentina, Ecuador y Panamá que contrastan con avances en México, Colombia y Brasil—, la movilización sindical en el Reino Unido por el derecho a la alimentación, los impasses en la Convención Fiscal de la ONU, nuevas evidencias sobre la desigualdad y las emisiones de GEI en Brasil, el informe de la ONU sobre la «crisis del agua», la crisis hídrica en São Paulo agravada por la privatización de Sabesp, y el significado de la decisión sobre Vanuatu para el derecho internacional climático. En materia de salud, abordamos la estrategia «Economía de la salud para todos» de la OMS, el manifiesto del 8 de marzo del Movimiento Popular por la Salud, los impactos del bloqueo a Cuba, la continuidad del genocidio en Gaza con las prácticas de medicidio y ecocidio, y los ataques a Irán denunciados por movimientos de salud. El informe pone de manifiesto cómo las crisis climática, hídrica, fiscal y sanitaria están conectadas por la misma lógica imperialista y de financiarización, y cómo los movimientos sociales y sindicales vuelven a ocupar un lugar central en la resistencia.*

Palabras clave: *Reformas laborales; Falta de agua; Convención Fiscal de la ONU; Derecho a la salud; Imperialismo y salud.*

Abstract. *In this third report of 2026, we cover the last two weeks in the Political-Economic and Health axes. We analyze labor disputes in Latin America — setbacks in Argentina, Ecuador, and Panama contrasting with advances in Mexico, Colombia, and Brazil —, trade union mobilization in the United Kingdom for the right to food, the impasses in the UN Tax Convention, new evidence on inequality and GHG emissions in Brazil, the UN report on "water bankruptcy," the water crisis in São Paulo worsened by the privatization of Sabesp, and the significance of the Vanuatu decision for international climate law. In Health, we address the WHO's Economics of Health for All strategy, the March 8th manifesto of the People's Health Movement, the impacts of the blockade on Cuba, the ongoing genocide in Gaza with the practices of medicide and ecocide, and the attacks on Iran denounced by health movements. The report highlights how climate, water, fiscal, and health crises are connected by the same imperialist and financialization logic, and how social and trade union movements are once again occupying a central role in resistance.*

Keywords: *Labor reforms; Water bankruptcy; UN Tax Convention; Right to health; Imperialism and health*

Panorama político-econômico

Nestas últimas duas quinzenas, acompanhamos acontecimentos sobre a reforma trabalhista na Argentina e o momento paradoxal da América Latina, as negociações da Nova Convenção Fiscal da ONU, novas análises sobre a relação entre desigualdade e clima, o caso do rio Tapajós, o relatório da ONU sobre a "falência da água", os efeitos da privatização nas crises hídricas em São Paulo e o significado da decisão sobre Vanuatu para o planeta. Estes tópicos foram selecionados tanto pela sua importância temporal e política, mas também por evidenciarem o contexto global nesse último mês: avanço e repressão, reconhecimento da crise climática e inabilidade de mudança, proletariado sobrevivendo à hiper financeirização e os sindicatos novamente como ponto de organização política.

Reforma trabalhista: direitos em disputa na América Latina e o movimento sindical do Reino Unido

O estado dos direitos trabalhistas na América Latina e no Caribe encontra-se em franca disputa. Enquanto alguns países avançam em pautas progressistas, outros promovem retrocessos significativos impulsionados por agendas neoliberais. O caso mais paradigmático no momento é o da Argentina. O governo de extrema-direita fascista de Milei está a promover uma reforma trabalhista que, dando eco os maiores sindicatos do país, é um ataque direto à classe trabalhadora: aumento da jornada, licença médica receberão será descontada, empresários pagarão menos em indenizações, a negociação coletiva será enfraquecida e o direito a greve será severamente controlado. A resposta dos trabalhadores argentinos tem sido forte e organizada – os argentinos têm ido às ruas pelo menos 1 vez por mês desde o meio do ano passado, devido aos constantes ataques de Milei à dignidade do povo –, com greves que colocaram setores poderosos da economia em situação delicada. Milei insiste que a reforma "moderniza a lei para adequá-la às necessidades do século XXI."

No Equador, o governo de Daniel Noboa – que está recebendo denúncias de diversos setores pelos traços violentos de sua administração – pretende aumentar a jornada de trabalho de 8 para 10 horas e, assim como na Argentina, o governo ultra liberal e fascista de Noboa insiste que a reforma beneficia os trabalhadores. O ministro do trabalho, Burbano, chegou a afirmar que horas extras serão pagas com "tempo, que é o que há de mais valioso", em vez de dinheiro.

A nova proposta também permite até 12 horas de trabalho diárias, gerando desconforto entre trabalhadores. É o mesmo argumento usado pelo governo panamenho de José Raúl Mulino em 2025 para promover a Lei Orgânica da Previdência Social.

Momentos tristes para uma região que lutou tanto, por tanto tempo, para assegurar o direito dos seus trabalhadores.

"O reconhecimento e a proteção dos trabalhadores variam em toda a América Latina. Dependendo do país, os trabalhadores têm mais ou menos direitos que reconhecem sua contribuição à sociedade como insubstituível. Mas esses direitos não foram dados gratuitamente. Enquanto os trabalhadores lutavam por direitos que lhes permitissem viver com dignidade, as oligarquias latino-americanas, por meio de seus exércitos, não hesitaram em massacrá-los.

Alguns dos massacres de trabalhadores mais sangrentos da história da humanidade ocorreram na América Latina. Em 1932, o governo de Maximiliano Hernández massacrou 30 mil camponeses e indígenas, o que é considerado um trauma na história de El Salvador ainda não superado, sendo inclusive considerado extermínio étnico.

Em 1907, em Santa María de Iquique, no Chile, cerca de 3 mil trabalhadores do salitre foram mortos por exigirem melhores salários. Casos semelhantes ocorreram em 1928, em Magdalena, na Colômbia, onde cerca de mil trabalhadores bananeiros foram massacrados pelo Estado — uma tragédia retratada no romance Cem Anos de Solidão, do Prêmio Nobel García Márquez.

O mesmo destino teve o quase um milhar de grevistas mortos em 1922 na Patagônia argentina, sob um governo constitucional. No mesmo ano, em Guayaquil, cerca de mil trabalhadores equatorianos foram massacrados pelo exército nacional, evento que inspiraria o romance Las cruces sobre el agua, de Joaquín Gallegos Lara. Os exemplos abundam e chocam até os mais indiferentes.

Mas, após os massacres, os trabalhadores latino-americanos continuaram lutando por seus direitos, eventualmente conquistando-os às custas das oligarquias e burguesias, que relutantemente concederam certas melhorias a seus empregados. Hoje, as oligarquias latino-americanas decidiram recuperar o pouco terreno que perderam, e o fazem por meio de reformas trabalhistas."

Mas nem todas as tentativas de reforma seguem a cartilha e austera do moralmente falido FMI – privatização, enfraquecimento do Estado e da rede de cuidados e destruição da organicidade do proletário. Claudia Sheinbaum está levando a cabo a redução de horas de trabalho semanais, Petro promoveu reforma com o mesmo objetivo e Lula encara a batalha legislativa para emplacar o fim da escala 6x1, junto com a deputada – e agora presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – Erika Hilton.

Falando em trabalhador, o sindicalismo do Reino Unido tomou a frente na defesa pelo direito à alimentação – ameaçado pelo aumento do custo de vida que está causando casos de desnutrição em crianças. A mobilização responde a informes sobre crescente insegurança alimentar entre trabalhadores. "Seis em cada dez trabalhadores do setor alimentício dizem que seus salários são insuficientes para cobrir necessidades básicas como comida e energia", disse Sarah Woolley, secretária-geral do Sindicato de Padeiros (BFAWU). "Quase um terço dos usuários de bancos de alimentos vêm de lares com pelo menos um trabalhador assalariado.

Fome é definitivamente uma questão sindical, na medida em que a pobreza é efeito de baixos salários, precarização, contratos zero-hora e falsa autonomia". Fran Heathcote, do Sindicato de Serviços Públicos (PCS), alertou que a situação pouco melhorou sob o governo trabalhista de Keir Starmer: "Temos dezenas de milhares de membros ganhando pouco acima do salário mínimo nacional – pessoas diretamente empregadas pelo governo que precisam solicitar crédito universal." Junto da ajuda direta, os sindicatos também se mobilizaram ao redor de demandas estruturais para sanar a crise da manutenção da vida: "riqueza deve ser taxada, salários aumentados, preços de comida e energia controlados, *utilities* nacionalizadas, mais moradias populares, mercados de propriedade pública e restaurantes públicos criados, e fim inequívoco da austeridade. Nada menos que isso".

Negociações fiscais da ONU

A quarta sessão de negociações para uma Convenção Fiscal da ONU concluiu com avanços técnicos, mas sem consenso pleno sobre os pontos mais sensíveis, com a segunda semana de negociações sendo dominada por debates técnicos que "revelaram diferenças contundentes entre os Estados sobre como redesenhar as regras do sistema tributário internacional".

No centro da discussão estiveram os dois primeiros protocolos: Protocolo 1 (tributação de serviços transfronteiriços) e Protocolo 2 (prevenção e resolução de disputas fiscais). Países do Sul Global defenderam uma abordagem ampla e multilateralmente vinculante, enquanto economias desenvolvidas mostraram cautela, defendendo flexibilidade e alinhamento com tratados existentes – zero novidades até aí, parece que estamos acompanhando o Acordo Pandêmico novamente.

O Grupo Africano, liderado pela Nigéria e apoiado por Índia, Gana, Senegal, Serra Leoa, Argélia e Egito, "defendeu alcance amplo incluindo impostos sobre renda e outros com efeito econômico equivalente, independentemente da denominação formal". Sustentaram que definição restrita permitiria elisão fiscal por multinacionais. Suíça e Reino Unido alertaram que "estender o alcance além do imposto de renda tradicional poderia gerar conflitos com tratados bilaterais vigentes".

Da sociedade civil, o Comitê de Estudos Fiscais apoiou definição substantiva que inclua serviços técnicos, de gestão e digitais automatizados, enfatizando que "regras baseadas em presença física, herdadas dos anos 1930, já não garantem resultados equitativos".

"Por fim, discutiu-se a ideia de criar um grupo de trabalho dentro da ONU para facilitar aos países o acesso a bases de dados sobre preços de transferência — ou seja, informações que ajudam as autoridades tributárias a verificar se as empresas multinacionais estão declarando corretamente seus lucros entre filiais em diferentes países.

O debate deixou evidente que nem todos os Estados têm acesso a esse tipo de informação, que costuma ser cara e concentrada em economias mais desenvolvidas. Brasil, Índia, Rússia e Alemanha apoiaram a proposta, por considerarem que melhoraria as capacidades de fiscalização. Em contrapartida, Gana, Libéria e Botsuana pediram prudência, sinalizando que poderia duplicar esforços já existentes e sobrecarregar administrações com recursos limitados. Noruega, por sua vez, alertou que compartilhar esse tipo de dados também apresenta riscos em matéria de confidencialidade.

Assim, com as posições já delineadas e os insumos técnicos avançados, a Convenção entra em uma etapa decisiva. A próxima sessão, prevista para agosto deste ano, será realizada com um borrador integral sobre a mesa, que colocará à prova até onde estão dispostos a avançar — ou a resistir — os Estados na construção do novo marco fiscal global."

Desigualdade e clima

Uma nova pesquisa do MADE intitulada "A desigualdade de renda afeta as emissões de gases de efeito estufa? Evidências dos estados brasileiros" investigou a relação entre desigualdade e emissões no Brasil. Utilizando modelo de dados em painel dinâmico de 27 estados entre 2012 e 2022, os resultados "indicam associação positiva e estatisticamente significativa entre aumento da desigualdade e emissões de GEE", alguns trechos para maior entendimento:

"As evidências sugerem que o consumo orientado por status e o enfraquecimento da ação coletiva em sociedades desiguais parecem contribuir para maiores emissões." O estudo oferece a primeira evidência subnacional dessa relação no Brasil, destacando a importância de enfrentar a desigualdade nas políticas climáticas durante o mês que marca o Dia Nacional da Conscientização sobre o Clima.

Os resultados "corroboram estudos anteriores que encontraram relação positiva entre desigualdade e emissões" e "reforçam que desigualdade não é apenas questão distributiva, mas também ambiental, já que maior desigualdade parece exacerbar padrões de consumo e governança que intensificam pressões climáticas".

"Esses resultados trazem implicações importantes para a literatura. Primeiro, corroboram estudos anteriores que encontraram uma relação positiva entre desigualdade e emissões. Segundo, ressaltam o papel dos contextos nacionais: a extrema concentração de renda no Brasil e a estrutura produtiva intensiva em carbono (como o agronegócio e o desmatamento) amplificam o nexo desigualdade-emissões. Terceiro, reforçam a ideia de que a desigualdade não é apenas uma questão distributiva, mas também ambiental, já que maior desigualdade parece exacerbar padrões de consumo e governança que intensificam as pressões climáticas.

A principal contribuição do estudo reside em sua abordagem subnacional, que captura o efeito médio da desigualdade nas unidades federativas brasileiras — uma granularidade inatingível em análises entre países. Ao testar explicitamente hipóteses teóricas concorrentes, o artigo avança na compreensão dos mecanismos que ligam desigualdade e emissões, particularmente em economias periféricas com alta concentração de renda e emissões setoriais atípicas, como o Brasil. O uso de métodos de painel dinâmico (system-GMM) fortalece ainda mais os resultados ao mitigar preocupações com endogeneidade."

***Water Bankruptcy* e a privatização hidrica**

Por décadas, cientistas e formuladores de política alertaram sobre uma "crise global da água", sugerindo choque temporário seguido de recuperação. No entanto, um novo relatório de Madani, diretor do *UN University Institute for Water, Environment and Health* mostra que o que emerge agora em muitas regiões, no entanto, é "uma escassez persistente na qual os sistemas hídricos não podem mais retornar realisticamente às suas linhas de base históricas". E essa nova realidade não é equitativa, afetando de maneira exponencial pequenos produtores, povos originários, residentes urbanos de rendas mais baixas, mulheres e jovens.

Water bankruptcy é apresentada, então, como uma condição definida por dois fatores: insolvência e irreversibilidade. A insolvência refere-se à retirada e poluição da água além dos fluxos renováveis e dos limites seguros de depleção. Irreversibilidade refere-se aos danos a partes-chave do capital natural relacionado à água, como charcos e lagos, que tornam a restauração do sistema às suas condições iniciais inviáveis. Madani, porém, reitera que o termo "falência" não deve reforçar uma lógica de fim, mas sim de urgência – da necessidade de reestruturação do uso da água.

Entra nisso nossa relação com nossos rios, lagos, aquíferos e reservas naturais e como são percebidos dentro de uma lógica de hiper extrativismo e privatização constantes.

O Tapajós escapou graças à mobilização social e à proteção dos povos originários, mas quase caiu nas mãos da *Cargill*, enorme empresa privada dos Estados Unidos. Ela fatura 154 bilhões de dólares por ano sem ter uma característica verdadeiramente produtiva – não produz alimento, não planta, apenas lucra transportando *commodities* através da estrutura do escoamento. Além do Tapajós, os rios Tocantins e Madeira estão em perigo devido a um decreto assinado em 2025 (de número 12.600) – perigando virar manobra na tentativa de barateamento e ampliação dos negócios do agro.

Ainda sobre água, vemos São Paulo em crise após a privatização da Sabesp em 2024, afetando desproporcionalmente as periferias de baixa renda, "enquanto protegem a receita corporativa".

"Especialistas argumentam que a gestão privada incentiva o consumo excessivo e desestimula a conservação, exacerbando a desigualdade. Em outubro, coletiva na Cetesb anunciou medidas de redução de pressão na água. Ausência de representantes da Sabesp evidenciou que, sem o controle da empresa, a administração estadual não terá as mesmas ferramentas que teve para enfrentar a crise hídrica de 2014-2015.

Sabesp é uma empresa que vende água. Sob gestão privada, quanto mais água vende, mais lucra. Essa lógica explica por que medidas de desestímulo ao consumo — bônus para quem economiza ou multas para quem consome mais — adotadas na crise de 2014 não aparecem como política central hoje", observa Edson Aparecido Silva, do Observatório Nacional pelo Direito à Água e Saneamento (ONDAS)."

A solução adotada é perversa: "A região metropolitana de São Paulo tem mais de 50 mil km de tubulações, e não há como garantir pressão equilibrada. Distritos inteiros ficam sem água, especialmente periferias como Brasilândia, Grajaú, zona leste", detalha Amauri Pollachi. "A norma brasileira indica pressão mínima de 10 metros de coluna d'água. Sabesp não está cumprindo, e a agência reguladora fecha os olhos."

O significado da decisão sobre Vanuatu

Há seis meses, a Corte Internacional de Justiça emitiu uma opinião consultiva histórica esclarecendo o que o direito internacional exige dos Estados em relação às mudanças climáticas. "Pela primeira vez, a mais alta corte mundial estabeleceu as responsabilidades legais que os países têm para prevenir danos climáticos, proteger comunidades vulneráveis e cooperar para enfrentar a crise global."

Na semana passada, o governo de Vanuatu começou a circular um projeto de resolução na Assembleia Geral da ONU que pode injetar nova energia nos esforços globais.

O projeto de resolução “formal e incondicionalmente acolhe a opinião consultiva da Corte e convoca os Estados a cumpri-la integralmente” oferece aos Estados a chance de concretizar a resolução. Também “convoca fortalecimento da ação climática alinhada com essas obrigações legais esclarecidas” e “avança na operacionalização da opinião”, incluindo a criação de um “Registro Internacional de Danos para documentar perdas e danos atribuíveis às mudanças climáticas”.

Embora iniciado por um Estado insular do Pacífico, “o grupo central por trás do projeto abrange África, Caribe, Ásia, Europa e Américas”. A amplitude “ressalta uma realidade simples: mudança climática é uma crise compartilhada que exige resposta compartilhada fundamentada no direito internacional”

Saúde

Em Saúde, abordamos a nova estratégia *Economics of Health for All* da que será votada em maio, a relação entre o 8 de março e a saúde, as discussões da CSW70, os bloqueios a Cuba e seus efeitos no sistema de saúde cubano, e a situação em Gaza – o genocídio que envolve práticas de *medicide* e *ecocide*.

***Economics of Health for All*: a saúde como investimento, não custo**

Na Assembleia Mundial da Saúde em maio, os Estados-membros poderão endossar uma estratégia sem precedentes que declara que a saúde não é um custo – mas o melhor investimento que uma economia pode fazer.

Durante décadas, ministros da Fazenda trataram os gastos com saúde como um incômodo necessário: um custo a ser minimizado. Quando as economias apertam, a saúde é frequentemente uma das primeiras pastas a receber um envelope menor – assim como todos os setores do sistema de seguridade social.

Porém, a 79ª Assembleia Mundial da Saúde apresenta uma possibilidade: os Estados-membros serão convidados a aprovar algo sem precedentes, uma estratégia formal declarando que a saúde não é um custo e que o seu orçamento deve ser imaginado para além de marcos financeiros.

A *“Economics of Health for All”* está sendo elaborada pelos últimos seis anos e parte de uma premissa contundente: “Por gerações, medimos o sucesso nacional pelo PIB. Por essa métrica, um país que vende cigarros e tratamento de câncer parece mais bem-sucedido do que um país onde ninguém adoece. Isso não é apenas errado. É perigoso.”

“No quadro econômico prevalecente, a saúde é tratada como residual. Primeiro crescemos a economia, e então, se sobrar algo, gastamos um pouco para manter as pessoas vivas e produtivas. Estivemos de cabeça para baixo.” A abordagem da OMS insiste que populações saudáveis não são subproduto da riqueza: são o motor que a produz.

De Alma-Ata a Genebra: um arco de 50 anos

Para entender por que este momento importa, é necessário olhar para trás. Em 1978, em Alma-Ata, no atual Cazaquistão, o mundo declarou que “Saúde para Todos” seria alcançada até o ano 2000. “Aquela declaração foi radical para sua época. Ela explicitamente vinculava saúde à justiça econômica, convocando uma 'Nova Ordem Econômica Internacional' que redistribuiria recursos de nações ricas para as pobres.”

Não aconteceu. Os anos 1980 trouxeram crises da dívida, programas de ajuste estrutural e a privatização crescente dos sistemas de saúde. Os anos 2000 trouxeram programas ambiciosos focados em doenças específicas que "salvaram milhões, mas negligenciaram diversas outras necessidades de saúde, deixando sistemas fragmentados, subfinanciados e mercantilizados".

Agora, meio século depois, uma visão holística está sendo ressuscitada.

O que a estratégia realmente faz

A estratégia é surpreendentemente concreta. Suas recomendações dividem-se em cinco categorias. A primeira orienta a política econômica para a saúde por meio da reforma de sistemas tributários, integração de avaliações de impacto à saúde em acordos comerciais, garantia de trabalho decente e proteção social, e reconhecimento do trabalho de cuidado não remunerado.

A segunda vai além do PIB, adotando painéis de progresso que monitoram equidade em saúde e vitalidade comunitária. A terceira aumenta o financiamento doméstico por meio de tributação progressiva, impostos específicos para saúde e orçamento focado em resultados.

A quarta constrói capacidade no setor público, incorporando expertise em economia da saúde em todo o governo. A quinta assegura implementação baseada em evidências por meio de agenda de pesquisa de longo prazo, proteções de transparência e engajamento da sociedade civil.

Em fevereiro, na 158ª reunião do Conselho Executivo da OMS, "países em desenvolvimento expressaram entusiasmo com a estratégia"

E o que falta? Conversar sobre como essa estratégia lida com a crise da dívida, os ataques da austeridade e p domínio crescente do mercado privado sobre serviços que deveriam ser inteiramente públicos.

"Apesar das limitações, a estratégia abre caminho para um novo tipo de economia, mais humana. "Por cinquenta anos, o menu da saúde global ofereceu variações sobre o mesmo tema: mais ajuda, entrega mais eficiente, melhores métricas. A estratégia Economics of Health for All oferece algo completamente diferente. Ela pede que os países redesenhem a ordem econômica.

A estratégia previsivelmente encontrará um muro de tensão política que nenhuma redação engenhosa de políticas pode desmantelar. Atores poderosos com participação confortável no status quo não vão simplesmente se render. A questão real não é se eles vão retaliar (já estão). É se os países e comunidades que têm a ganhar podem organizar peso suficiente para retaliar mais forte. Sem isso, as ideias mais ambiciosas desta estratégia correm o risco de se tornar letras miúdas que ninguém implementa."

8 de março: comemorar, resistir, recuperar e restaurar

Deixamos aqui trechos do manifesto do *The People' Health Movement* em comemoração ao Dia Internacional da Mulher:

"Este 8 de março comemoramos, resistimos, recuperamos e restauramos." Mais de 160 crianças — muitas delas jovens estudantes — foram mortas quando uma escola foi bombardeada. (...)

Mulheres estão morrendo em hospitais sem medicamentos, sem comida, sem segurança. Em lugares marcados por guerra, ocupação e conflito — Palestina, Congo, Sudão, Iêmen, Irã e muitas outras regiões — mulheres e jovens estão sendo bombardeadas, deslocadas e levadas aos limites da sobrevivência. Essas não são tragédias aleatórias. São consequências diretas e deliberadas do imperialismo — da extração, dominação e destruição de povos que ousam reivindicar soberania sobre suas terras e vidas. (...)

Através desses contextos, a violência de gênero está se intensificando — em lares, locais de trabalho, campos de refugiados, zonas de conflito e espaços digitais. Violência sexual continua sendo usada como arma de guerra. Violência doméstica, tráfico, casamento forçado e violência sancionada pelo Estado permanecem generalizados e sub abordados.

Ao mesmo tempo, mulheres migrantes e refugiadas são exploradas nas sombras da economia global – uma economia construída sobre lógicas imperiais que movem capital livremente enquanto enjaulam seres humanos.

Essas realidades se desenrolam enquanto movimentos antigênero – muitos deles financiados, organizados e encorajados por projetos políticos autoritários – ganham influência, remodelando políticas, desmantelando proteções e enfraquecendo compromissos com a justiça de gênero.

Cortes nos gastos públicos com saúde e na ajuda internacional estão agravando essas condições. Nomeamos isso claramente: o desfinanciamento dos direitos das mulheres e dos sistemas de saúde não é simplesmente austeridade — é política imperial em ação. Quando governos e potências globais retiram recursos, as consequências são imediatas e devastadoras.

Orçamentos não são neutros. Eles refletem prioridades. Governos devem reconhecer que acabar com a violência de gênero e garantir acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva — incluindo abortos seguros — exige investimento público sustentado."

A CSW70 – Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU terá suas resoluções – e interessantes atividades paralelas – comentadas no próximo informe.

Cuba: internacionalismo médico sob bloqueio

Cuba está enfrentando avanços extremos nas táticas de terrorismo dos Estados Unidos. A intensificação do embargo econômico fez, no dia 16, a ilha enfrentar um apagão total. Além disso, o sistema de saúde cubano está sofrendo consequências pesadas – uma realidade trágica para um país que desde 1960 vem exportando ajuda humanitária aos companheiros do Sul Global, seguindo os valores da Revolução.

"A primeira missão foi em 1960, quando Cuba enviou uma missão médica para ajudar o Chile após um terremoto, e desde então enviaram mais de 600 mil profissionais de saúde para mais de 160 países.

Castro também fundou a Escola Latino-Americana de Medicina, onde 25 mil médicos de países em desenvolvimento foram treinados gratuitamente. A Operação Milagre foi criada conjuntamente por Cuba e Venezuela e já forneceu cirurgia ocular gratuita a 3,9 milhões de pessoas de 34 países diferentes."

Cuba fornece mais pessoal médico ao mundo em desenvolvimento do que todos os países do G7 combinados e agora vê suas crianças morrendo em hospitais devido ao bloqueio a fármacos – sendo o câncer a principal causa de mortalidade em crianças menores de 5 anos.

Gaza: *medicide* e *ecocide*

A Palestina continua a também enfrentar ataques ao seu sistema de saúde – *medicide* – com 46% dos medicamentos na Faixa de Gaza esgotados e com novas entradas controladas e negadas.

"A devastação da saúde palestina pelas forças de ocupação significa que dezenas de milhares permanecem sem acesso adequado a procedimentos reconstrutivos, colocando-os em risco de deficiência vitalícia. A destruição das capacidades de saúde pública e laboratoriais também significa que a maioria dos mecanismos de Gaza para monitorar a resistência antimicrobiana foi apagada, representando uma ameaça não apenas para os palestinos — mas para todo o mundo.

Embora organizações internacionais tenham registrado melhorias modestas na entrega de alimentos desde o cessar-fogo, "profissionais de saúde em solo descrevem como a imprevisibilidade do fluxo, particularmente no caso de fórmula infantil, está causando complicações dolorosas". Oscilações na entrega de fórmula "estão prejudicando a nutrição adequada de lactentes: enquanto famílias normalmente dependeriam de uma fórmula específica, lacunas na entrega as forçam a usar o que estiver disponível, o que pode levar a diarreia e outros sintomas em crianças".

Se soma a isso a destruição do meio ambiente, o chamado *ecocide*, cujos impactos ainda não podem ser totalmente medidos e compreendidos.

"Além dos massacres diários, ainda é muito cedo para compreender o impacto ecológico total da guerra imperial em curso em nossa região. No entanto, mesmo em apenas uma semana, as consequências ambientais já são catastróficas." O conceito de ecocide emerge como dimensão central da destruição em Gaza — não apenas corpos e infraestrutura de saúde, mas o próprio ecossistema."

Movimentos de saúde denunciam ataques ao Irã

Movimentos de saúde e associações juntaram-se a apelos pela paz depois que Estados Unidos e Israel lançaram ataques ilegais contra o Irã no sábado, 28 de fevereiro. Alertaram que o ataque ao Irã certamente terá impactos devastadores na população, arriscando repetir a destruição de instalações de saúde vista na Faixa de Gaza durante o genocídio de Israel. Desde o início dos ataques, autoridades iranianas relataram várias instalações de saúde danificadas por bombas dos EUA e de Israel. Os relatos ecoam os ataques à infraestrutura de saúde em 2025 e a destruição sistemática da saúde palestina desde outubro de 2023. Vale lembrar sobre esse artigo aqui, sobre como Gaza e a destruição do seu sistema de saúde serviram de exemplo para futuras guerras imperialistas.

"O Movimento Popular pela Saúde (PHM) declarou que os ataques "constituem um ato de guerra que coloca em perigo a população civil que vive na região em busca de dominação sobre recursos naturais, rotas comerciais e toda a região".

A rede médica britânica Medact alertou que "os ataques em curso não podem ser isolados de intervenções ocidentais anteriores na região. No passado, 'guerra preventiva' e 'mudança de regime' consistentemente precederam atos de violência imperialista ocidental na Ásia Ocidental e Norte da África. No Irã especificamente, vimos intervenções militares históricas do império britânico e dos EUA para servir à derrubada de governos, promover controle ocidental e explorar recursos."

Novidades que merecem atenção:

Essa semana foi lançado o Dicionário de Alternativas Radicais – The Dictionary of Radical Alternatives – uma base de dados que reúne definições diversas sobre futuros utópicos (a distopia não pode ser a única versão de futuro possível) e métodos de chegar lá.

O *The Bretton Woods Project* publicou, no final de janeiro, esse banco de ferramentas úteis sobre o FMI e o BM – https://www.brettonwoodsproject.org/update/recommended-resources-on-the-world-bank-and-the-imf-2025/ – as *recommended resources* trazem textos muito interessantes sobre o funcionamento das instituições.

O despertar do Sul Global e o protagonismo brasileiro

El despertar del Sur Global y el protagonismo de Brasil

The Rise of the Global South and Brazil's Leadership

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard de Lima Monteiro

Resumo: O Sul Global vem consolidando uma ofensiva diplomática para reformar a governança global. Nesse cenário, o UNOSSC evolui de entidade administrativa para um centro de inteligência financeira, gerindo fundos estratégicos (PGTF, IBSA, Índia-ONU) e fomentando corredores digitais para assegurar a soberania de dados do Sul.

As declarações do G-77 e China no período reafirmam a centralidade do desenvolvimento e da erradicação da pobreza nas reformas da ONU. O Grupo defendeu processos liderados por Estados-membros, exigindo democratização tecnológica, justiça orçamentária e maior representação geográfica para garantir a implementação de mandatos essenciais.

O MNA consolida-se como promotor do multilateralismo, defendendo a segurança regional e a reforma da ONU80, enquanto lidera a resistência ao protecionismo na OMC. Paralelamente, a NAMYO reforça o protagonismo de 1,2 bilhão de jovens na Agenda 2030, defendendo o acesso à educação e ao trabalho digno.

O Brasil, através da ABC, vem liderando projetos de alto impacto, como a formação de recursos humanos em saúde com Angola, a capacitação em reanimação neonatal em Moçambique e a projeção, via Fiocruz, da expansão do ensino técnico em Luanda. Na agenda socioambiental, o novo acordo Brasil-FAO expande o modelo de alimentação escolar do FNDE, enquanto a parceria com o Peru foca no trabalho decente na Amazônia sob supervisão da OIT.

Complementarmente, o Centro Sul apresentou lições sobre Resistência Antimicrobiana e defendeu a transição da governança tributária global para a ONU. Juntos, esses atores transformam a soberania formal em capacidade operacional, consolidando o Sul Global como polo autônomo na ordem multipolar.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Resumen. *El Sur Global viene consolidando una ofensiva diplomática para reformar la gobernanza global. En este escenario, el UNOSSC evoluciona de una entidad administrativa a un centro de inteligencia financiera, gestionando fondos estratégicos (PGTF, IBSA, India-ONU) y fomentando corredores digitales para asegurar la soberanía de datos del Sur.*

Las declaraciones del G-77 y China en el periodo reafirmaron la centralidad del desarrollo y de la erradicación de la pobreza en las reformas de la ONU. El Grupo defendió procesos liderados por los Estados miembros, exigiendo la democratización tecnológica, la justicia presupuestaria y una mayor representación geográfica para garantizar la implementación de mandatos esenciales.

El MNA se consolida como promotor del multilateralismo, defendiendo la seguridad regional y la reforma de la ONU80, al tiempo que lidera la resistencia al proteccionismo en la OMC. Paralelamente, la NAMYO reforzó el protagonismo de 1.200 millones de jóvenes en la Agenda 2030, defendiendo el acceso a la educación y al trabajo digno.

Brasil, a través de la ABC, viene liderando proyectos de alto impacto, como la formación de recursos humanos en salud con Angola, la capacitación en reanimación neonatal en Mozambique y la proyección, vía Fiocruz, de la expansión de la enseñanza técnica en Luanda. En la agenda socioambiental, el nuevo acuerdo Brasil-FAO expande el modelo de alimentación escolar del FNDE, mientras que la alianza con Perú se centra en el trabajo decente en la Amazonía bajo la supervisión de la OIT.

Complementariamente, el Centro Sur presentó lecciones sobre la Resistencia Antimicrobiana y defendió la transición de la gobernanza tributaria global hacia la ONU. Juntos, estos actores transforman la soberanía formal en capacidad operativa, consolidando al Sur Global como un polo autónomo en el orden multipolar.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Abstract. *The Global South has been consolidating a diplomatic offensive to reform global governance. In this context, UNOSSC has evolved from an administrative entity into a financial intelligence hub, managing strategic funds (PGTF, IBSA, India-UN) and fostering digital corridors to ensure the South's data sovereignty.*

The declarations of the G-77 and China during this period reaffirm the centrality of development and poverty eradication in UN reforms. The Group advocated for member-state-led processes, demanding technological democratization, budgetary justice, and greater geographical representation to ensure the implementation of essential mandates.

The NAM has established itself as a promoter of multilateralism, defending regional security and the UN80 reform, while leading the resistance against protectionism at the WTO. Simultaneously, NAMYO reinforced the role of 1.2 billion young people in the 2030 Agenda, advocating for access to education and decent work.

Brazil, through the ABC, has been leading high-impact projects, such as human resources training in health with Angola, neonatal resuscitation capacity-building in Mozambique, and the expansion of technical education in Luanda via Fiocruz. In the socio-environmental agenda, the new Brazil-FAO agreement expands the FNDE school feeding model, while the partnership with Peru focuses on decent work in the Amazon under ILO supervision.

Additionally, the South Centre presented lessons on Antimicrobial Resistance and advocated for the transition of global tax governance to the UN. Together, these actors transform formal sovereignty into operational capacity, consolidating the Global South as an autonomous pole in the multipolar order.

Keywords. *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

BOLETIM UNOSSC de fevereiro de 2026 – Para acessar o Boletim, clique aqui

Após a publicação do Marco Estratégico 2026-2029 em fevereiro, o UNOSSC consolidou sua transição de uma entidade administrativa para um centro de inteligência e viabilização financeira. Os destaques desse período refletem uma tentativa de modernizar a cooperação entre os países do Sul Global para enfrentar a fragmentação geoeconômica.

Mecanismos de Financiamento Misto (*Blended Finance*)

O principal destaque foi a operacionalização de parcerias com bancos de desenvolvimento (como o NDB e o Banco Africano de Desenvolvimento). O UNOSSC passará a atuar como garantidor, utilizando seus fundos fiduciários para atrair capital privado para projetos de infraestrutura sustentável. Isso responde à demanda do G-77 por alternativas ao financiamento tradicional, que muitas vezes gera endividamento excessivo.

Os principais fundos geridos pelo UNOSSC são:

- **Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNFSSC):** Criado para promover e apoiar a cooperação técnica entre países em desenvolvimento.
- **Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero para a Cooperação Sul-Sul (PGTF):** Destinado especificamente ao G-77 para projetos de cooperação entre seus membros.
- **Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU:** Lançado para apoiar projetos que visam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em países parceiros.
- **Fundo IBSA (Índia, Brasil e África do Sul):** Oficialmente chamado de Mecanismo IBSA para o Alívio da Pobreza e da Fome, este fundo financia projetos de combate à pobreza e à fome em outros países em desenvolvimento.

Além desses, o UNOSSC também estabelece arranjos especiais de gestão de fundos com outras fundações e entidades para projetos temáticos específicos, como o ambiente e mudanças climáticas.

O UNOSSC lançou uma iniciativa de “Corredores Digitais Sul-Sul”, focada em infraestrutura pública digital. O objetivo é permitir que países em desenvolvimento compartilhem soluções de governo eletrônico e sistemas de pagamento sem depender exclusivamente de tecnologias do Norte Global, garantindo que a governança dos dados gerados permaneça sob controle nacional.

Além disso, o UNOSSC intensificou sua produção de inteligência comercial e técnica. Em colaboração com o Centro Sul e a UNCTAD, o escritório começou a fornecer diretrizes para que

países de baixa renda negociem termos mais equitativos em investimentos estrangeiros, especialmente em setores de minerais críticos e transição energética.

Alinhado à Agenda 2030, lançaram programas integrados que conectam saúde pública (como o combate à Resistência Antimicrobiana) com segurança alimentar. A estratégia é romper com projetos isolados (“silos”) e promover soluções transversais que possam ser replicadas entre regiões com desafios climáticos semelhantes, como o Sahel e o Corredor Seco na América Central.

BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL EM SAÚDE



10 de março de 2026 – Fortalecimento da Cooperação Estratégica Brasil-Angola em Saúde: Cooperação Brasil-Angola para a formação de Recursos Humanos em Saúde 2026

O cenário da Cooperação Sul-Sul brasileira no primeiro trimestre de 2026 foi marcado pelo lançamento do novo ciclo do Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil–Angola. Coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelos Ministérios da Saúde de ambos os países, o programa consolidou-se como um pilar central do apoio brasileiro ao Plano Nacional de Formação de Angola, que visa capacitar 38 mil profissionais até 2030.

O ciclo de 2026 foi inaugurado formalmente na Faculdade de Medicina da USP, em evento que reuniu os Ministros da Saúde Alexandre Padilha (Brasil) e Silvia Lutucuta (Angola). A iniciativa mobilizou 771 profissionais angolanos em 66 instituições públicas brasileiras, reafirmando o caráter horizontal da parceria, na qual ambos os países se beneficiaram do aprendizado conjunto em gestão de sistemas de saúde.

A Atuação da Fiocruz



A Fiocruz reiterou sua importância estratégica com o início de novos mestrados e a realização de uma missão técnica em Luanda nos dias 3 e 4 de março de 2026. Na ocasião, o grupo de coordenação da cooperação discutiu a viabilidade de cursos ministrados diretamente em território angolano. O Secretariado de Estado de Saúde Pública de Angola indicou alto interesse em programas de formação voltados para a saúde pública e entomologia médica, visando fortalecer a vigilância epidemiológica e a sustentabilidade técnica local.



6 de março de 2026 – Expansão da Parceria Brasil-FAO: Transformação de Sistemas Agroalimentares

Durante a 39ª Sessão da Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, o governo brasileiro, representado pela ABC/MRE, firmou um novo acordo estratégico com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O documento, assinado pelo Embaixador Ruy Pereira e pela Diretora-Geral Adjunta da FAO, Beth Bechdol, visa ampliar as iniciativas de Cooperação Sul-Sul voltadas ao combate à fome, à redução de desigualdades e à transformação sustentável dos sistemas agroalimentares.

Estiveram presente no evento, o Presidente Lula, a Primeira-dama, Rosângela "Janja" Lula da Silva, que é a Embaixadora da Alimentação Escolar Brasileira, reforçando o compromisso político do Brasil com a segurança alimentar global.

Histórico e Consolidação da Alimentação Escolar

A experiência brasileira em alimentação escolar, estruturada para a cooperação internacional desde 2006, serviu de base para as discussões. Com o apoio técnico e financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e em parceria trilateral com a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Brasil consolidou, nos últimos 18 anos, um dos modelos mais bem-sucedidos de compartilhamento de políticas públicas no Sul Global.

O novo acordo prevê o fortalecimento do Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-FAO, mobilizando uma rede robusta de instituições brasileiras (como MDA, MDS, FNDE, Embrapa e Conab, entre outras). O objetivo central é converter o conhecimento técnico nacional em ferramentas de capacitação para outros países, promovendo políticas inclusivas que acelerem a erradicação da pobreza e a resiliência agrícola em escala regional e global.

Para saber mais: FAO / ONU Brasil e ABC.



6 de março de 2026 – Redução da Mortalidade Neonatal: Cooperação Brasil-Moçambique

A Agência Brasileira de Cooperação consolidou os resultados da parceria estratégica entre o Ministério da Saúde de Moçambique e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), voltada à redução drástica da mortalidade infantil no país africano.

O projeto concentrou esforços na capacitação de profissionais de saúde em reanimação neonatal e transporte de alto risco, com atuação direta nos polos de Maputo, Nampula e Beira.

O foco central da iniciativa foi enfrentar a asfixia neonatal, historicamente identificada como uma das principais causas de óbitos neonatais em Moçambique. Mais do que um treinamento técnico, a cooperação priorizou a formação de multiplicadores, capacitando instrutores locais para que o conhecimento seja replicado de forma autônoma e escalonável em todo o território moçambicano.

Sustentabilidade e Integração Acadêmica

Garantindo a continuidade e a atualização científica da rede, instrutores moçambicanos participarão do X Simpósio Internacional de Reanimação Neonatal, em Foz do Iguaçu.

Esta integração em fóruns globais de alto nível assegura que a expertise desenvolvida durante o projeto seja sustentada por uma rede de apoio técnico permanente, transformando a cooperação pontual em uma política de saúde pública duradoura.

Para saber mais, clique aqui.



5 de março de 2026 – Combate ao Trabalho Infantil e Forçado: Cooperação Brasil-Peru na Amazônia

No âmbito da II Conferência Nacional do Trabalho, realizada em São Paulo entre 3 e 5 de março de 2026, o Brasil e o Peru formalizaram um projeto estratégico de cooperação para a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado na região amazônica de Ucayali.

A iniciativa é coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contando com o apoio técnico e operacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do PNUD.

Com duração inicial de 12 meses, o projeto foca no fortalecimento das capacidades institucionais e no desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas na Amazônia peruana. O objetivo central é o intercâmbio de experiências brasileiras bem-sucedidas para prevenir violações de direitos trabalhistas, beneficiando diretamente populações vulneráveis, com ênfase em mulheres, crianças e adolescentes do setor rural.

A parceria reafirma a importância da Cooperação Sul-Sul no enfrentamento de desafios transfronteiriços comuns. Ao engajar governos, empregadores e atores locais, o projeto busca consolidar o trabalho decente como pilar da justiça social na região amazônica, transformando a troca de conhecimentos técnicos em políticas públicas eficazes de proteção social e conformidade trabalhista.

Para saber mais, clique aqui.

GRUPO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Destaques do G-77

6 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a 2ª consulta informal sobre a revisão do ECOSOC/HLPF

O G-77 e a China enfatizaram que a revisão do ECOSOC e do HLPF deve ser um processo transparente, liderado pelos Estados-membros e baseado em negociações detalhadas, preservando a autoridade soberana das delegações.

O Grupo defendeu a manutenção da distinção entre os mandatos desses dois órgãos, alertando contra tentativas de fundir suas funções, o que poderia desequilibrar a arquitetura de desenvolvimento da ONU.

A prioridade absoluta deve ser o pilar do desenvolvimento e a erradicação da pobreza, reafirmando o papel do ECOSOC como o principal órgão para a cooperação econômica internacional. O Grupo apoiou fortemente o aumento da participação de especialistas do Sul Global e à transferência de recursos e parcerias para países em desenvolvimento, mas insistiu que qualquer mudança procedural, como na adoção da Declaração Ministerial, não deve enfraquecer o consenso político alcançado.

Em relação ao funcionamento do ECOSOC, o Grupo expressou preocupação com propostas que buscam "canalizar" resultados do Conselho para marcos nacionais de cooperação de cima para baixo, reiterando que esses marcos devem ser dirigidos pelas prioridades nacionais de cada país.

O G-77 e a China questionaram o aumento de poderes da Presidência do Conselho para alterar o calendário e manifestaram reservas sobre a integração excessiva de temas de ajuda humanitária, direitos humanos e segurança nas discussões de desenvolvimento, temendo que isso desvie o foco do mandato principal.

O grupo pediu maior engajamento com instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) e criticou o impacto negativo de medidas coercitivas unilaterais no desenvolvimento das nações do Sul.

Quanto ao HLPF, o Grupo reafirmou que o fórum deve ser a plataforma central para o acompanhamento da Agenda 2030, mantendo o caráter voluntário e liderado pelos países das Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs), sem a introdução de critérios de condicionalidade ou padronização.

Pediram mais clareza sobre a ausência de temas para os próximos anos e a inclusão de discussões específicas para países de renda média e em situações especiais.

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Por fim, solicitaram mais tempo para as apresentações das VNRs e maior apoio técnico da ONU para sua preparação, destacando que, restando poucos anos para 2030, a prioridade deve ser traduzir compromissos em implementação real, enfrentando desafios como o espaço fiscal limitado, a dívida insustentável e o acesso restrito à tecnologia.

4 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 136 da agenda: orçamento-programa para 2026 – combatendo o racismo e a discriminação racial, na 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China reconheceram os avanços no Plano de Ação Estratégico para enfrentar o racismo, destacando o papel do Escritório Antirracismo e a rede de defesa nas diversas sedes da organização.

O Grupo reafirmou sua oposição firme a todas as formas de discriminação racial e xenofobia, sublinhando que o combate a esses males é essencial para a credibilidade e eficácia das Nações Unidas. Embora acolha os esforços de conscientização e reforma institucional, o grupo enfatizou que as iniciativas devem ser implementadas de forma equilibrada e transparente, levando em conta as realidades dos funcionários vindos de países em desenvolvimento e priorizando o enfrentamento de vieses raciais sistêmicos no recrutamento e no acesso a oportunidades.

Acompanhando as observações da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), o Grupo solicitou maior clareza analítica sobre a estrutura e o posicionamento do Escritório Antirracismo para garantir que ele cumpra seu mandato de forma eficaz. Apoiaram a coleta de dados relacionados a raça, de forma voluntária, anonimizada e agregada, para embasar políticas de inclusão e exigiu estatísticas detalhadas sobre a participação e a eficácia dos treinamentos antirracistas.

Além disso, o Grupo urgiu ao Secretariado que acelere a definição jurídica de discriminação racial como conduta proibida e alertou que as restrições de liquidez e as reformas da Iniciativa ONU80 não devem prejudicar a entrega desse mandato ou a diversidade do quadro de funcionários, reiterando o compromisso com um ambiente de trabalho baseado na igualdade e no respeito mútuo.

4 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 134 da agenda: revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro das Nações Unidas – 15º relatório de progresso sobre responsabilidade: fortalecendo a responsabilidade no Secretariado da ONU, na 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China reafirmaram que a autoridade concedida aos gestores deve ser acompanhada por responsabilidade e transparência, exigindo que os altos funcionários entreguem resultados concretos de forma econômica e em conformidade com os padrões éticos.

O Grupo, em concordância com a Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), expressou preocupação com a fragmentação dos componentes do sistema de responsabilidade, defendendo que o quadro atual evolua para um sistema integrado

e coerente. Enfatizaram a necessidade de fortalecer a ligação entre a responsabilidade institucional e a pessoal, transformando os relatórios de meras descrições narrativas em análises estratégicas que identifiquem falhas e medidas corretivas, inclusive com o uso de indicadores quantificáveis para promover uma cultura de eficiência.

Quanto à gestão orçamentária, o grupo sublinhou a importância de vincular claramente os recursos aos mandatos existentes, criticando mudanças nos documentos orçamentários que não contaram com a participação prévia dos Estados-membros.

O Grupo reiterou sua preocupação com os desafios persistentes na distribuição geográfica equitativa, cobrando medidas de responsabilização para gestores que não cumpram as metas geográficas estabelecidas em seus acordos de gestão (*compacts*).

Por fim, destacaram que o fortalecimento dos controles internos e da gestão de riscos é vital no contexto da Iniciativa ONU80, exigindo a implementação integral e oportuna das recomendações dos órgãos de supervisão e a responsabilização dos gestores em caso de descumprimento, conforme as orientações da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias.

4 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião informativa para os Estados-membros e partes interessadas no 11º Fórum multisetorial sobre ciência, tecnologia e inovação para os ODS (Fórum STI)

O G-77 e a China reafirmaram que a ciência, a tecnologia e a inovação (CTI) são elementos centrais para enfrentar as crises multidimensionais da humanidade e impulsionar as prioridades de desenvolvimento do Sul Global.

Citando o compromisso da Cúpula de Havana de 2023, o Grupo destacou a CTI como um motor indispensável para a produtividade, a competitividade e a integração dos países em desenvolvimento na economia global, sendo essencial para acelerar a Agenda 2030.

O grupo enfatizou que o progresso rumo a um futuro próspero depende da solidariedade internacional e do intercâmbio de conhecimentos, alertando que, embora existam avanços, os países em desenvolvimento ainda enfrentam fossos digitais profundos e multifacetados diante da rápida evolução tecnológica.

Nesse contexto, o Grupo reiterou a urgência de apoiar o fortalecimento das capacidades digitais do Sul Global por meio de investimentos robustos em infraestrutura e educação.

A declaração fez um apelo direto pela transferência de tecnologia em termos preferenciais e concessionais, além de pedir o reforço da cooperação internacional em pesquisa e inovação.

Por fim, o G-77 manifestou sua expectativa de participação no Fórum STI em maio, defendendo que o evento sirva como uma plataforma aberta para garantir que o desenvolvimento tecnológico seja verdadeiramente transformador, equitativo e coordenado, atendendo aos interesses dos países em desenvolvimento.



3 de março de 2026 – Declaração realizada por SE embaixadora Laura Dupuy, Representante Permanente do Uruguai junto as Nações Unidas, e presidente pró-tempore do G-77, durante a reunião do grupo de trabalho informal, ad hoc, sobre a revisão da implementação do mandato (IAHWG), convocado para ouvir comentários gerais em resposta à revisão da proposta de resolução.

Contexto

IAHWG (*Informal Ad Hoc Working Group on the Mandate Implementation Review*) ou Grupo de Trabalho Informal e Temporário para a Revisão da Implementação de Mandatos.

Em termos práticos, é o órgão encarregado de fazer uma "limpeza burocrática" na ONU.

Sua missão é revisar os milhares de mandatos (tarefas, relatórios e funções) aprovados pela Assembleia Geral ao longo das décadas e identificar o que se tornou:

Obsoleto: Tarefas que não fazem mais sentido no mundo atual.

Duplicado: Atividades que duas ou mais agências estão fazendo ao mesmo tempo.

Concluído: Projetos que já terminaram, mas que ainda constam formalmente na lista de obrigações da Secretaria.

Nesta declaração, o G-77 e a China manifestaram seu apoio ao rascunho da resolução, elogiando a condução no processo de reforma de mandatos.

O Grupo enfatizou que qualquer decisão sobre a criação ou extinção de mandatos é prerrogativa exclusiva dos Estados-membros, defendendo a preservação da natureza intergovernamental da ONU e a soberania das delegações em apresentar propostas.

Reconheceram a diversidade dos mandatos e das estruturas de governança, mas insistiram que essa mesma lógica de "diversidade" deva ser aplicada aos arranjos financeiros e administrativos, rejeitando fórmulas únicas de (*one size fits all*) para todo o sistema.

Quanto à implementação, o Grupo apoiou a mudança de foco de meras "atividades" para resultados e impacto reais, concordando também com a revisão da frequência de certas resoluções para gerar eficiência. No entanto, o G-77 pediu cautela sobre a proposta de transformar o atual Grupo de Trabalho (IAHWG) em um Grupo de Trabalho sobre Reforma de Mandatos, informando que ainda realiza consultas internas sobre essa mudança institucional.

Por fim, o Grupo defendeu que melhorias técnicas e administrativas solicitadas ao Secretário-Geral devem ter impacto orçamentário mínimo e reiterou que o objetivo final da reforma deve ser fortalecer a entrega dos mandatos, garantindo transparência e coerência sem ferir as regras de procedimento dos órgãos intergovernamentais.

Pontos de Tensão Identificados

- Soberania vs. Eficiência: O Grupo aceita melhorar o "ciclo de vida" dos mandatos, desde que isso não limite o direito dos países de criar novos mandatos.
- Institucionalização: A dúvida sobre transformar o grupo *Ad Hoc* (temporário) em algo permanente sobre "Reforma de Mandatos".
- Diversidade Operacional: A insistência de que a ONU não pode ser gerida por uma única regra rígida, dada a diferença entre agências técnicas e missões políticas.

26 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no primeiro diálogo informal sobre a revitalização dos trabalhos do 2º Comitê da AGNU. O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras.

O **G-77 e a China** reafirmaram que o processo de revitalização do 2º Comitê deve ser liderado pelos Estados-membros e baseado no consenso intergovernamental, garantindo negociações transparentes e o direito de todas as delegações apresentarem propostas.

O Grupo enfatizou que o objetivo central desta revitalização deve ser o fortalecimento do desenvolvimento internacional e a aceleração da Agenda 2030, mantendo o foco absoluto na erradicação da pobreza em todas as suas formas. O Grupo alertou que, embora existam interligações com outros processos (como a revisão do ECOSOC e a iniciativa ONU80, a independência do mandato do 2º Comitê deve ser preservada para evitar o seu enfraquecimento.

Em relação ao roteiro de trabalho, o Grupo manifestou apoio às áreas de foco propostas pela Mesa, mas solicitou tempo suficiente para que as delegações apresentem documentos de posição antes da circulação do rascunho inicial (*Zero Draft*). Sobre os resultados esperados, o G-77 defendeu um cronograma de consultas e negociações detalhadas do texto, visando uma decisão consensual que reflita as prioridades dos países em desenvolvimento.

26 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 141 da agenda: gestão de recursos humanos, durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China destacaram que a gestão de recursos humanos enfrenta um momento crítico devido às restrições de liquidez e às mudanças estruturais impostas pela Iniciativa ONU80.

O Grupo apoiou o monitoramento do programa de demissões voluntárias (*early separation*) iniciado em 2025, que já resultou em mais de mil desligamentos, mas cobrou do Secretariado uma estratégia de longo prazo mais clara, com metas quantificáveis que vão além do atual quadro de resultados. Um ponto de grande preocupação é a redução do quadro de funcionários (queda de 4,2% em relação a 2023), o que não deve, segundo o G-77, comprometer o equilíbrio institucional ou a representação geográfica equitativa.

Sobre a composição do Secretariado, embora tenha havido uma leve melhora no número de países não representados ou sub-representados, o Grupo criticou o alto volume de postos geográficos vagos e a baixa adesão de candidatos dessas nações. Reiteraram a meta de ter, pelo menos, 50% de seleções vinda de países sub-representados e defenderam o rejuvenescimento da força de trabalho, alertando que o envelhecimento dos quadros (média de 47,6 anos) e as restrições de contratação podem impedir a renovação necessária diante das aposentadorias previstas.

Quanto à paridade de gênero, reconheceram progressos, mas notaram que o índice de 43,1% de mulheres ainda está abaixo da faixa ideal, especialmente em operações de campo.

Por fim, o G-77 e a China reafirmaram a política de tolerância zero contra má conduta e comportamentos criminosos, apoiando o fortalecimento do sistema *ClearCheck 2.0*[7] para evitar a recontratação de infratores.

O Grupo alertou que as mudanças da Iniciativa ONU80 podem fragilizar os controles internos e aumentar riscos de má conduta, exigindo uma gestão de riscos mais rigorosa. Cobraram também maior eficácia na recuperação de perdas financeiras causadas por má conduta e finalizaram reafirmando que uma função pública internacional eficaz deve ser, acima de tudo, equilibrada e geograficamente representativa.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 134 da agenda: Revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro da ONU – recuperação de custos durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU.

O G-77 e a China aplaudiram os esforços do Secretário-Geral para aumentar a transparência e a governança nos arranjos de recuperação de custos da ONU, destacando a atualização das diretrizes de políticas feita em abril de 2025 para reforçar a responsabilidade entre as entidades.

No entanto, o Grupo acompanhou as preocupações da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) sobre a necessidade de maior clareza metodológica e monitoramento. O bloco enfatizou que é preciso fortalecer o rastreamento de custos, garantindo uma ligação direta entre recursos, carga de trabalho e prestação de serviços, de modo a evitar o subsídio cruzado e assegurar um tratamento equitativo entre as diferentes fontes de financiamento (orçamentos regulares e contribuições voluntárias).

Um ponto central da declaração foi a cobrança por maior transparência nos saldos acumulados de fundos. O Grupo solicitou que o Secretário-Geral acelere a revisão e a limpeza desses saldos, exigindo a devolução imediata dos superávits elegíveis aos Estados-membros.

Além disso, o G-77 criticou a ausência de opções de políticas para o uso de receitas de juros geradas, conforme solicitado anteriormente pela AGNU.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 136 da agenda: Proposta de orçamento-programa para 2026 – progresso no funcionamento e desenvolvimento do sistema UMOJA, durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU.

O G-77 e a China reafirmaram o papel central do sistema UMOJA[8] como pilar da modernização administrativa da ONU, destacando sua contribuição para a transparência e gestão baseada em dados em áreas como finanças, recursos humanos e planejamento estratégico.

[7] O ClearCheck é uma base de dados centralizada e compartilhada por todo o sistema das Nações Unidas (incluindo agências, fundos e programas) criada para evitar que a organização recontrate pessoas com histórico de má conduta grave.

[8] Umoja é a espinha dorsal digital da ONU.

O Grupo reconheceu os avanços técnicos recentes, incluindo a atualização do SAP[9], melhorias na arquitetura de recuperação de desastres e o fortalecimento das plataformas de análise de dados (Umoja Analytic).

No entanto, o grupo expressou preocupação, alinhada à visão da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) pela ausência de uma visão estratégica de longo prazo no relatório atual, insistindo que é essencial definir claramente os investimentos futuros, os modelos de governança e os benefícios esperados para garantir a sustentabilidade da reforma administrativa.

Em relação à próxima fase do sistema, o "NextGen ERP", o Grupo solicitou informações mais detalhadas sobre custos, cronogramas e interoperabilidade, enfatizando que a modernização tecnológica deve estar alinhada às prioridades dos Estados-membros e à eficiência na entrega de mandatos.

Outros pontos críticos levantados foram a segurança cibernética, a proteção de dados organizacionais e a necessidade de treinamento adequado para que as ferramentas de análise sejam utilizadas de forma equitativa.

Por fim, o G-77 e China cobrou maior disciplina de custos e transparência financeira, alertando que o modelo de financiamento do Umoja deve ser escalonável e capaz de se adaptar às mudanças estruturais trazidas pela Iniciativa ONU80, além de exigir que relatórios futuros incluam todas as informações anteriormente solicitadas pela Assembleia Geral.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 135 da agenda: orçamento-programa para 2025: situação da implementação da estratégia de tecnologia da informação e comunicação das Nações Unidas, durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU.

O G-77 e China reafirmaram que a estratégia de TIC deve ser um motor essencial para a reforma administrativa e o cumprimento de mandatos, com transparência, eficiência e redução de custos para o Secretariado.

Embora o Grupo tenha reconhecido progressos em áreas como infraestrutura, governança de dados e inovação, expressou a mesma preocupação da Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) de que os relatórios atuais ainda não demonstram plenamente os resultados em relação aos indicadores de desempenho estabelecidos, dificultando a comparação de progresso ano a ano.

Além disso, o bloco notou que pedidos anteriores da Assembleia Geral sobre estimativas de recursos e resultados claros foram apenas parcialmente atendidos, exigindo maior clareza na correlação entre projetos, cronogramas e metas estratégicas.

Nas questões de governança, o Grupo destacou que a conclusão do quadro de responsabilidade (*accountability framework*) é uma prioridade pendente, defendendo definições claras de funções e linhas de reporte. A estratégia de TIC também foi apontada como peça-chave para que a Iniciativa ONU80 seja mais eficaz.

[9] SAP refere-se à empresa de software alemã (e ao sistema desenvolvido por ela) que fornece a base tecnológica para o Umoja

Quanto à gestão orçamentária, o G-77 e a China pediram mais transparência nos gastos para evitar a fragmentação de recursos e incentivaram a diversificação de fornecedores, visando incluir empresas de países em desenvolvimento.

Por fim, o Grupo cumprimentou os avanços em Inteligência Artificial e governança de dados, ressaltando a necessidade de marcos que equilibrem a inovação com a segurança cibernética, a proteção de dados e os valores fundamentais da Organização.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 146 da agenda: Unidade conjunta de inspeção, durante a 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU.

O G-77 e China reafirmou seu apoio histórico à Unidade Conjunta de Inspeção (JIU) como o único órgão de supervisão externa independente com mandato para todo o sistema das Nações Unidas.

O Grupo destacou a importância de que as recomendações da Unidade sejam práticas e voltadas para o fortalecimento da responsabilidade e eficácia gerencial. Embora tenha reconhecido uma taxa significativa de aceitação das recomendações pelas organizações, o grupo expressou preocupação com a demora na implementação, notando que uma parcela considerável de orientações permanece pendente há mais de 10 anos.

Para remediar isso, o Grupo celebrou a modernização do sistema de rastreamento de recomendações via SharePoint, com lançamento previsto para o início de 2026.

Quanto ao plano de trabalho para 2026, o G-77 e a China valorizaram a inclusão de temas como desafios de financiamento, transformação digital e a revisão do "Modelo de Três Linhas" (gestão de riscos), vinculando este último à iniciativa ONU80.

Mais uma vez, o G-77 e a China ressaltaram a necessidade de a JIU formular recomendações específicas para combater a sub-representação geográfica nos quadros da ONU.

Por fim, o Grupo instou os Estados-membros a facilitarem o trabalho dos inspetores, inclusive com apoio consular e de viagens, e reforçou a necessidade de coordenação entre a JIU, o Comitê de Auditores e o Escritório de Serviços de Supervisão Interna (OIOS) para evitar a duplicação de esforços e maximizar as sinergias de supervisão.

24 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre a organização dos trabalhos da 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU

O G-77 e China reafirmaram seu compromisso com uma condução transparente e inclusiva dos trabalhos da AGNU. O Grupo enfatizou que a eficiência dos trabalhos depende estritamente da entrega, em tempo hábil, de documentos pela Secretaria e pelo Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), exigindo que estes estejam disponíveis em todos os idiomas oficiais para garantir deliberações informadas.

No que diz respeito à Iniciativa ONU80, o bloco destacou que os cortes orçamentários aprovados devem ser acompanhados por um monitoramento transparente e baseado em evidências, garantindo que as medidas de eficiência não comprometam a continuidade operacional nem a gestão de riscos.

A agenda de trabalho priorizará a revisão da eficiência administrativa e financeira da ONU, abrangendo temas como prestação de contas (accountability), regras financeiras, compras e logística — além de tópicos orçamentários sensíveis, como a estratégia de TIC, padrões de viagens aéreas e a reforma do programa de estágios e da gestão de recursos humanos.

Por fim, o Grupo assegurou sua disposição para o diálogo construtivo, visando concluir a sessão de forma ordenada e dentro dos prazos estabelecidos.

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Atuações Estratégicas do Movimento dos Não Alinhados (MNA)

1. Resposta à Escalada no Oriente Médio: Soberania e Multilateralismo

Diante da crise militar no Golfo Pérsico envolvendo Irã e Israel, o Gabinete de Coordenação do MNA intensificou seus esforços diplomáticos para salvaguardar o Estreito de Ormuz. Em nota oficial, o Movimento exortou as partes à “máxima contenção”, reafirmando a segurança da navegação como um bem público global que não deve submeter-se a disputas bilaterais. Fundamentado na revitalização dos Princípios de Bandung, especificamente o Princípio 7, de abstenção de atos de agressão, o MNA rejeitou coalizões unilaterais e defendeu uma segurança regional coordenada sob a égide das Nações Unidas.

2. Fortalecimento do Multilateralismo (Iniciativa ONU80)

Na sede da ONU, a atuação do grupo tem se concentrado no desdobramento do Pacto para o Futuro. O objetivo é garantir que a reforma do Conselho de Segurança transcenda o debate teórico e avance para negociações reais. O MNA monitora ainda a implementação da “revitalização da AGNU”, compromisso central assumido no marco dos 80 anos da ONU em 2025, buscando assegurar que o Sul Global mantenha sua autonomia decisória.

3. Engajamentos em Direitos Humanos e Tecnologia

Durante a 70ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (março de 2026), o MNA coordenou posições para eliminar barreiras estruturais ao acesso à justiça, utilizando a cooperação Sul-Sul como motor de reforma legislativa. Paralelamente, o grupo vem se dedicando à governança da Inteligência Artificial, focando na proteção de direitos trabalhistas e na soberania tecnológica para evitar que a economia digital aprofunde as desigualdades entre as nações.

4. Agenda Econômica e Comercial na OMC (Yaoundé 2026)

Na 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), em Yaoundé, o MNA, em articulação com o G-77 e o Grupo Africano, assumiu uma postura de resistência ativa ao protecionismo dos países desenvolvidos. Alinhado à Declaração de Maputo, o MNA contestou o unilateralismo tarifário e as sanções econômicas, argumentando que tais medidas violam normas internacionais e sufocam investimentos no Sul Global.

A estratégia da Agenda Econômica e Comercial na OMC em três pilares:

- Restauração do órgão de apelação da OMC para neutralizar a "lei do mais forte" e garantir recursos legais contra barreiras injustas.
- Defesa inegociável do Tratamento Especial e Diferenciado (S&DT), essencial para subsídios à agricultura, pesca e segurança alimentar.
- Exigência de transferência de tecnologia real e marcos regulatórios que garantam que os dados gerados localmente beneficiem o desenvolvimento das próprias nações.

Como fiador do multilateralismo, o MNA sinaliza que, caso a OMC não se torne mais inclusiva, o bloco fortalecerá o comércio Sul-Sul como alternativa soberana ao sistema tradicional.

Análise Comparativa: MNA vs. G-77

Enquanto o MNA e o G-77 compartilham objetivos comuns, suas abordagens para março de 2026 apresentam nuances distintas:

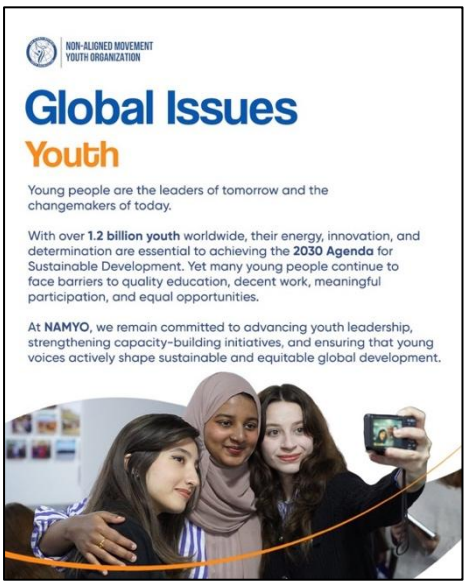
Organização	Foco Principal	Tom Diplomático
MNA	Segurança Marítima e Soberania Política	**Preservacionista:** Focado em evitar conflitos e interferência externa.
G-77	Inclusão Digital e Reforma Financeira	**Reivindicativo:** Focado em acesso técnico e justiça econômica.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

06 de março de 2026 – Nesta edição da série TEMAS GLOBAIS, o NAMYO destacou a importância de investir no empoderamento dos jovens, na expansão de oportunidades e no fortalecimento

da solidariedade global para garantir que as vozes jovens sejam ouvidas, valorizadas e que possam moldar o futuro de todos.



Os jovens são os líderes de amanhã e os agentes de mudança de hoje.

Com mais de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, sua energia, inovação e determinação são essenciais para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, muitos jovens continuam a enfrentar barreiras para ter acesso à educação de qualidade, trabalho digno, participação significativa e igualdade de oportunidades.

Na NAMYO, permanecemos comprometidos em promover a liderança jovem, fortalecer iniciativas de capacitação e garantir que as vozes jovens moldem ativamente o desenvolvimento global sustentável e equitativo.

23 de fevereiro de 2026 – durante a Cúpula da União Africana em Adis Abeba, o presidente da República do Burundi, **Évariste Ndayishimiye** assumiu formalmente a presidência da organização para o mandato de 2026.

Na ocasião, o Movimento Jovem dos não-alinhados felicitou a República do Burundi, desejando ao país todo o sucesso, guiando a agenda da UA e representando as aspirações das nações africanas nos palcos continental e global.

A NAMYO manifestou seu interesse em trabalhar em estreita colaboração com a União Africana, particularmente em iniciativas que promovam a liderança e o envolvimento dos jovens, fomentem a paz e apoiem o desenvolvimento sustentável.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Agenda Estratégica e Cooperação Internacional do Centro Sul no período

No início de março, o Diretor Executivo do Centro Sul cumpriu uma agenda diplomática de alto nível em Genebra, focada no fortalecimento da governança global equitativa e na consolidação de parcerias para o desenvolvimento sustentável.

Fortalecimento da Aliança com a Índia Em audiência com o **Embaixador Sibi George**, Secretário (Ocidente) do Ministério das Relações Exteriores da Índia, foram discutidas as prioridades compartilhadas para a próxima reunião do Conselho de Representantes do Centro Sul. O encontro reafirmou o papel da Índia como pilar da cooperação Sul-Sul e a função do Centro Sul como braço técnico para garantir que as perspectivas das nações em desenvolvimento influenciem efetivamente os processos de tomada de decisão global.

Sinergia com a Agenda 2030 e Comércio Global No dia 10 de março, no Palais des Nations, o Diretor Carlos Correa participou do simpósio preparatório para a 9ª China International Import Expo (CIIE) e o Hongqiao International Economic Forum (HQF). O evento reuniu embaixadores e chefes de organizações internacionais para alinhar as contribuições desses fóruns aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A missão incluiu ainda rodadas de negociação técnica com a OMC, a UNCTAD e o Centro de Comércio Internacional (ITC), visando aprofundar a colaboração futura em prol de um sistema de comércio multilateral mais inclusivo e do fomento à inovação tecnológica no Sul Global.

Relatórios publicados

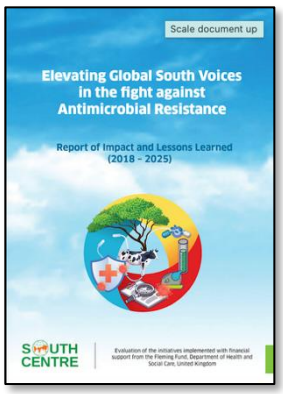


Relatório anual do Centro Sul de 2025

O Centro Sul realiza diversas atividades para apoiar os países em desenvolvimento com pesquisas orientadas para políticas públicas, contribuições e consultoria para negociações e capacitação.

Este relatório resume as atividades do Centro Sul em 2025 e destaca os contextos em que foram realizadas, bem como os objetivos buscados em sua implementação.

Para ler o relatório, clique aqui.



5 de março de 2026 – Relatório de Impacto e Lições Aprendidas (2018 – 2025) – Dando voz ao Sul Global na luta contra a Resistência Antimicrobiana –

Este relatório de impacto, mais recente do Centro Sul, consolida sete anos de trabalho (2018–2025) voltados para garantir que a luta contra a Resistência Antimicrobiana (AMR) não ignore as realidades e as limitações dos países em desenvolvimento.

O documento detalha o papel catalisador do South Centre em três frentes principais:

- **Governança Global:** Como o Centro Sul apoiou países de baixa e média renda (LMICs) a fortalecerem suas posições em processos de decisão, como na Declaração Política da ONU sobre AMR de 2024.
- **Discurso de Políticas:** A transição de uma visão puramente médica para uma abordagem que inclua o acesso e a equidade e enfatiza que, para o Sul, a resistência não é apenas uma questão de "uso excessivo" de antibióticos, mas também de falta de acesso a medicamentos de qualidade e saneamento básico.
- **Ação da Sociedade Civil:** O apoio a instituições de pesquisa e ONGs no Sul Global para criar campanhas de conscientização que façam sentido localmente, fugindo de fórmulas prontas desenvolvidas em países ricos.

Lições Aprendidas (2018–2025)

Uma das conclusões mais fortes do relatório é que a governança da AMR deve ser integrada à abordagem One Health (Uma só Saúde), mas com uma lente de justiça social.

Não basta criar novos antibióticos; é preciso garantir que eles sejam acessíveis e acessíveis para as populações mais pobres.

O fortalecimento da vigilância epidemiológica no Sul deve ser feito de forma que os países mantenham o controle sobre seus próprios dados de patógenos.

Este relatório complementa perfeitamente as críticas do South Centre à MC14 em Yaoundé. Enquanto na OMC o foco é a propriedade intelectual (TRIPS) e o comércio, este relatório de AMR mostra o impacto humano dessas políticas.

Ele serve como base técnica para o G-77 e o MNA argumentarem que a saúde pública e o desenvolvimento econômico são faces da mesma moeda.

Para ler o relatório, clique aqui.

Notas do Centro Sul

12 de março de 2026 – Contribuições do Centro Sul para o Comitê Intergovernamental de Negociação da Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional

A Reconfiguração da Governança Tributária Global: Da OCDE à Legitimidade da ONU

A transição da governança tributária da órbita da OCDE para o sistema das Nações Unidas, defendida pelo Centro Sul, sinaliza uma ruptura histórica com o chamado "multilateralismo de clube" em direção a uma arquitetura baseada na legitimidade universal. Esta movimentação expõe o persistente déficit democrático do quadro Inclusivo da OCDE, que operava como um mecanismo de "hegemonia suave", onde normas técnicas eram apresentadas como consensuais, mas invariavelmente preservavam os interesses fiscais das nações desenvolvidas e de suas empresas multinacionais.

Ao propor a institucionalização de uma Convenção-Quadro da ONU sobre Tributação e uma Conferência das Partes (COP) com sistema de votação democrático, o Sul Global busca converter sua soberania formal em soberania operacional.

Essa mudança estrutural é fundamental para transformar os países em desenvolvimento de meros "tomadores de regras" (*rule-takers*) em protagonistas "formuladores de regras" (*rule-makers*). Trata-se de uma tentativa deliberada de redefinir a arquitetura financeira internacional

para que ela, enfim, reflita a multipolaridade econômica contemporânea e a justiça fiscal distributiva.

No campo da cooperação técnica, essa estratégia de resistência manifesta-se na defesa da Presença Econômica Significativa (SEP) como critério de nexo tributário.

A posição do Centro Sul desafia o paradigma tradicional de soberania territorial — que exigia a presença física de ativos ou pessoal para permitir a tributação e sua adaptação à economia intangível da era digital. Ao capturar lucros que anteriormente evadiam para jurisdições de baixa tributação através da economia de plataformas, o Sul Global busca estancar a erosão de suas bases tributárias.

Finalmente, a rejeição à arbitragem obrigatória e vinculante por terceiros constitui um pilar central dessa nova doutrina. Para o Centro Sul, tais mecanismos representam uma transferência indevida de jurisdição que privilegia investidores estrangeiros em detrimento do Estado Nacional. Em contrapartida, prioriza-se a prevenção cooperativa de disputas e o fortalecimento das capacidades administrativas locais, assegurando que o regime tributário global atue como um instrumento de desenvolvimento sustentável, e não como uma restrição à autonomia das políticas públicas das nações emergentes.

9 de março de 2026 – Vinte Perguntas Essenciais nos Documentos Preparatórios para a MC14

Vahini Naidu

Em nota recente, lançada no dia 6 de março de 2026, o Centro Sul fez uma crítica contundente à arquitetura da 14.ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), evidenciando uma tensão profunda entre o rigor procedimental das regras da OMC e a pressão política por resultados.

Essa nota, é na verdade um documento de "alerta vermelho" para as delegações do Sul Global. Ela foca não apenas no conteúdo, mas na arquitetura do processo para a MC14.

O Centro Sul argumenta que a forma como a conferência está sendo organizada, pode marginalizar os países em desenvolvimento antes mesmo das negociações começarem.

Os eixos centrais dessas "20 perguntas" e o que esperar da reunião sob essa ótica crítica:

1. Violação do Princípio "Geneva First" – O Centro Sul South questiona se o processo para esta Conferência. A preocupação é que documentos deliberadamente "abertos" ou ambíguos sejam levados para esta Conferência e que sejam tomadas decisões precipitadas e sob pressão política, o que historicamente prejudica delegações menores.

2. A "Presidência Dirigida" vs. Processo Dirigido por Membros – O Centro Sul questiona se a "transmissão" de textos, sem reuniões formais dos órgãos de negociação viola as regras de procedimento da OMC e o caráter democrático da organização.

3. Exigência de "Consenso Prévio" – Crítica para a exigência de que os membros devem "pré-garantir consenso" antes que seus textos possam ser sequer considerados para a Declaração Ministerial. Para o Centro Sul, isso inverte a lógica da OMC: o consenso deveria ser o resultado da negociação, não um pré-requisito para que as prioridades do Sul Global entrem na pauta.

4. Omissões Estratégicas (TRIPS e Agricultura) – O Centro Sul levanta dúvidas sobre porque temas de enorme relevância, como a reforma agrícola e a flexibilização de patentes

(TRIPS), estão sendo deixados em segundo plano em favor de “novos temas” (comércio digital, sustentabilidade) que interessam mais aos países desenvolvidos.

5. Transparência e “Invisibilidade” das Negociações – O Centro Sul questiona a falta de acesso a documentos reais (os chamados *Room Documents*), e discute a pertinência de “reuniões de gabinete” (Green Rooms) exclusivas, impedindo que a maioria dos países em desenvolvimento acompanhe o que está sendo decidido sobre o futuro do sistema multilateral.

Em suma, os questionamentos centrais residem na precariedade jurídica de conceitos ambíguos como endosso, termo que carece de respaldo legal no Artigo IX do Acordo de Marrakesh[10] ou nas regras de procedimento formais, na invisibilidade institucional do documento de reforma (JOB/GC/491) nas modalidades oficiais da conferência e no papel ativista da Diretora-Geral na coordenação de instâncias informais sem base legal clara.

Ao restringir o tempo para objeções formais na sessão de encerramento e limitar o debate nas plenárias de transparência, a governança proposta arrisca institucionalizar uma circularidade de consenso, onde o ato de endossar um plano de trabalho para reformar o sistema de votação pode, por si só, ser utilizado para legitimar a flexibilização indevida de salvaguardas soberanas essenciais ao Sul Global.

Para acessar o documento, clique aqui

[10] O Artigo IX do Acordo de Marrakesh é o pilar jurídico que define como as decisões são tomadas na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele é o “coração procedimental” da organização

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio

O "Novo G20": a revelação de uma agenda ainda mais minimalista

El "Nuevo G20": la revelación de una agenda aún más reducida

The "New G20": the unveiling of an even more minimalist agenda

Resumo. O informe analisa a ativação do site oficial do G20 pela presidência dos Estados Unidos e detalha o cronograma de reuniões divulgado para 2026. O texto examina as prioridades estratégicas da gestão e a estrutura técnica, composta até então por apenas quatro grupos de trabalho, e manifesta preocupação com a exclusão de diversas pautas, como a saúde global, e com a omissão da África do Sul no novo portal.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Oriente Médio; Cooperação Internacional.

Resumen. *El informe analiza el lanzamiento de la página web oficial del G20 por parte de la presidencia estadounidense y detalla el calendario de reuniones publicado para 2026. El texto examina las prioridades estratégicas y el marco técnico de la administración, que hasta ahora solo cuenta con cuatro grupos de trabajo, y expresa su preocupación por la exclusión de diversos temas, como la salud global, y por la omisión de Sudáfrica en el nuevo portal.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU; Medio Oriente; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The report analyzes the launch of the official G20 website by the U.S. presidency and details the meeting schedule released for 2026. The text examines the administration's strategic priorities and technical framework, which until now consists of only four working groups, and expresses concern over the exclusion of various issues, such as global health, and the omission of South Africa from the new portal.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Middle East; International Cooperation.*

Após três meses de relativa ausência de informações oficiais, o site do G20 sob a presidência dos Estados Unidos foi finalmente colocado no ar, rompendo com o silêncio institucional que marcou o início desta gestão. No entanto, as atividades divulgadas ainda se mostram reduzidas e concentradas em cronogramas específicos, mantendo a percepção de um

ritmo atípico para o primeiro trimestre do ano. Em termos logísticos, o cronograma agora oficializado prevê que o primeiro encontro de ministros de finanças e governadores de bancos centrais ocorra em 16 de abril de 2026 em Washington, à margem das reuniões de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. A segunda reunião de *sherpas* está agendada para 29 e 30 de junho, também em Washington, seguida por encontros em Asheville, Carolina do Norte, onde ocorrem a reunião de vice-ministros de finanças em 29 e 30 de agosto e a ministerial de finanças entre 31 de agosto e 1 de setembro. Em outubro, a agenda prevê a terceira reunião de *sherpas* em Washington nos dias 1 e 2, além de uma nova ministerial de finanças em Bangkok no dia 15 de outubro. O ciclo será encerrado com a quarta reunião de *sherpas* nos dias 11 e 12 de dezembro e a Cúpula de Líderes em Miami nos dias 14 e 15 de dezembro de 2026.

A estrutura digital agora disponível confirma a intenção do governo norte-americano de restaurar o fórum à sua "missão original", com foco estrito na promoção do crescimento econômico e da prosperidade global por meio de resultados práticos e simplificados. Como se descreve no site oficial: "Esta presidência tem como foco soluções práticas, resultados concretos e uma liderança americana que promova prosperidade, segurança e força, tanto no país quanto em todo o mundo". Essa reorientação para uma ortodoxia macroeconômica busca distanciar o G20 das pautas transversais e sociais que foram o centro das atenções durante o ciclo de lideranças do Sul Global encerrado pela África do Sul no ano passado.

Como adiantamos em informes anteriores, a estratégia de Washington para 2026 está alicerçada em três eixos temáticos que orientam as reformas propostas para o grupo. O primeiro pilar foca na remoção de encargos regulatórios para alavancar o crescimento e promover uma governança eficiente e transparente, permitindo maior investimento e competição para as empresas. Nesse sentido, os Estados Unidos estabeleceram como pontos centrais a redução de barreiras regulatórias que limitam o investimento e a promoção de políticas que fortaleçam a competitividade nacional, a produtividade e a criação de empregos. O foco desta iniciativa é implementar reformas práticas que apoiem a expansão econômica respeitando sempre a soberania nacional e a independência das políticas de cada Estado-membro para garantir resultados que facilitem a inovação e o investimento global.

Adiante, o segundo eixo busca promover cadeias de suprimento de energia acessíveis e seguras como base indispensável à segurança nacional e ao desenvolvimento. A agenda norte-americana prioriza a independência energética e a resiliência das cadeias produtivas, visando expandir o acesso a fontes confiáveis e fortalecer a segurança dos Estados Unidos e de seus parceiros globais para garantir que essas fontes atendam à demanda mundial. Os resultados esperados para este eixo incluem a garantia de mercados estáveis e o fomento à resiliência econômica, com a intenção de assegurar a prosperidade a longo prazo por meio de princípios pragmáticos de abundância e de adição energética.

Por fim, a terceira prioridade concentra-se no pioneirismo em inovações de inteligência artificial e em tecnologias emergentes para desbloquear os benefícios do avanço digital e acelerar o desenvolvimento tecnológico. Os Estados Unidos buscam avançar com políticas pró-inovação para acelerar a adoção de novas tecnologias e fortalecer as cadeias de suprimentos. As ações coordenadas neste campo visam impulsionar o crescimento econômico e a capacitação de talentos tecnológicos, enquanto protegem simultaneamente a segurança e a privacidade, bem como os direitos de propriedade intelectual. O objetivo final é liberar o potencial tecnológico para oferecer benefícios tangíveis tanto para pessoas quanto para empresas, fortalecendo a segurança global. De certa forma, pode-se dizer que essas três prioridades

refletem uma visão de governança que privilegia a soberania nacional e a independência de políticas em oposição ao modelo de interdependência coletiva defendido através da filosofia Ubuntu na gestão sul-africana.

Para operacionalizar esses objetivos, a presidência anunciou a utilização, até então, de apenas quatro grupos de trabalho, o que representa um afunilamento drástico da agenda tradicional do bloco. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho de Comércio atuará para lidar com práticas desleais e barreiras que distorcem a economia global, buscando restaurar o equilíbrio nas relações comerciais através de uma ordem baseada na reciprocidade e na justiça, citando as ações adotadas pelo governo Trump como exemplo.

O Grupo de Trabalho de Crescimento e Desregulamentação priorizará a modernização regulatória e a transparência da dívida, além de fomentar um ecossistema seguro para ativos digitais e pagamentos transfronteiriços, incluindo o combate à fraude e a promoção da literacia financeira. A facilitação da reestruturação da dívida para os países é mencionada apenas quando e se necessário.

O Grupo de Trabalho de Inovação, por sua vez, buscará reunir parceiros para moldar o futuro do crescimento tecnológico e identificar princípios compartilhados que promovam marcos regulatórios soberanos para a inovação em padrões e cadeias de suprimento.

Por fim, o Grupo de Trabalho de Abundância Energética promoverá reformas de licenciamento e produção de mercado para reduzir custos aos consumidores e acelerar o desenvolvimento de infraestrutura, fortalecendo a resiliência global através de princípios pragmáticos de segurança e acessibilidade. É importante destacar que a presidência convida o G20 a adotar uma abordagem em que cada nação escolha seu próprio “mix energético”, desde que esteja comprometida com os princípios de segurança, abundância, adição e acessibilidade. Essa postura sinaliza um claro distanciamento das discussões sobre energias limpas e sustentáveis que protagonizaram as gestões anteriores, permitindo que cada país utilize as fontes que desejar em detrimento de uma transição energética coordenada globalmente.

Sendo assim, a redução do escopo temático para focar exclusivamente na produtividade financeira e tecnológica sinaliza que pautas como saúde global e mudanças climáticas podem ser definitivamente paralisadas. Essa transição para uma agenda restrita é acompanhada por sinais simbólicos de tensão diplomática, como a omissão da bandeira da África do Sul na seção de membros oficiais do novo site do G20. Esse detalhe reitera a postura punitiva de Washington em relação a Pretória e aprofunda o cenário de fragmentação que levou o governo sul-africano a anunciar uma pausa em suas atividades no fórum. Diante dessa conjuntura de exclusões e de uma agenda oficial que ainda não deixa claro se outros grupos de trabalho serão estabelecidos, os rumos da governança global permanecem incertos, dependendo da capacidade de resistência dos membros que ainda defendem os princípios de representatividade e decisão por consenso estabelecidos na fundação do grupo.

Os países convidados para a Cúpula de acordo com o site oficial do G20 agora são: Azerbaijão, Finlândia, Irlanda, Cazaquistão, Países Baixos, Noruega, Catar, Singapura, Espanha, Emirados Árabes e Uzbequistão.

Referências

G20. Official Website of the G20 Presidency of the United States. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://g20.org/. Acesso em: 16 mar. 2026.

LINDSAY, James; SIDIROPOULOS, Elizabeth. The US G20 Presidency: A narrow agenda in 2026. South African Institute of International Affairs, [S. l.], 19 dez. 2025. Disponível em: https://saiia.org.za/research/the-us-g20-presidency-a-narrow-agenda-in-2026/. Acesso em: 2 mar. 2026.

REUTERS. South Africa vows not to bend to US pressure after G20 snub. **Reuters**, [S. l.], 4 dez. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/south-africa-will-take-break-g20-under-trump-presidency-says-2025-12-04/. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. US to host G20 finance meeting in North Carolina in August-September, Treasury Dept says. Reuters, [S. l.], 19 fev. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/us/us-host-g20-finance-meeting-north-carolina-august-september-treasury-dept-says-2026-02-19/. Acesso em: 2 mar. 2026.

O G7 discute os impactos econômicos da guerra no Oriente Médio

El G7 discute los impactos económicos de la guerra en Medio Oriente

G7 discusses the economic impacts of the war in the Middle East.

Resumo. Os recentes encontros do G7 focaram nas consequências econômicas da guerra no Oriente Médio, incluindo segurança energética, estabilidade dos mercados e liberdade de navegação. Os líderes coordenaram ações como a liberação histórica de reservas estratégicas de petróleo pela AIE. Paralelamente, análises indicam possíveis convergências entre G7 e G20 em temas como desequilíbrios econômicos, ajuda ao desenvolvimento e minerais críticos.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Oriente Médio; Cooperação Internacional.

Resumen. *Las recientes reuniones del G7 se centraron en las consecuencias económicas de la guerra en Medio Oriente, incluyendo la seguridad energética, la estabilidad de los mercados y la libertad de navegación. Los líderes coordinaron acciones como la liberación histórica de reservas estratégicas de petróleo por parte de la AIE. Paralelamente, análisis indican posibles convergencias entre el G7 y el G20 en temas como desequilibrios económicos, ayuda al desarrollo y minerales críticos.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU; Medio Oriente; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The recent G7 meetings focused on the economic consequences of the war in the Middle East, including energy security, economic stability, and freedom of navigation. Leaders coordinated actions such as the historic release of strategic oil reserves by the IEA. At the same time, analyses point to possible convergence between the G7 and the G20 on issues such as global economic imbalances, development aid, and critical minerals.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Middle East; International Cooperation.*

Os Ministros das Finanças do G7 se reuniram virtualmente em 09 de março com os chefes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Grupo Banco Mundial (GBM), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Agência Internacional de Energia (AIE). Entre as prioridades do encontro estavam: discutir sobre o atual conflito no Oriente Médio, o impacto para a estabilidade regional, para as condições econômicas

globais e para os mercados financeiros, bem como a importância de rotas comerciais seguras (FRANCE, 2026a).

Os líderes declararam que vão continuar o monitoramento da situação e os desdobramentos nos mercados de energia. Enquanto grupo, afirmaram que vão se reunir quando necessário para trocar informações e coordenar ações. Essas ações, segundo o comunicado, se limitariam ao apoio ao abastecimento global de energia com a liberação de estoques estratégicos (FRANCE, 2026a). O Japão e a França impulsionaram o debate das liberações coordenadas de estoques com a AIE, com o Japão assumindo a liderança sem esperar uma decisão formal da agência posto que depende fortemente do petróleo advindo do Oriente Médio (RFI, 2026).

Essa reunião seguinte veio no dia 11 de março, quando as lideranças de maior escalão dos países que fazem parte do G7 se encontraram via videoconferência para discutir sobre as consequências econômicas da guerra no Oriente Médio. Os líderes concordaram em estabelecer uma coordenação para preparar a restauração da liberdade de navegação na região. Discutiram a possibilidade de escolta de embarcações em condições de mínima segurança para tal. Isso se daria via diálogo com as companhias de navegação, operadores de transporte e seguradoras (FRANCE, 2026b). Segundo Emmanuel Macron, o estreito de Hormuz onde hoje passa cerca de um quinto do abastecimento mundial de petróleo, estaria sendo feito de "teatro de guerra." (EURONEWS, 2026).

As lideranças deram boas-vindas ao tão esperado anúncio da AIE de liberar até 400 milhões de barris de reservas estratégicas em etapas, sendo 14,5 milhões de barris das reservas estratégicas francesas (REUTERS, 2026). Segundo *The Wall Street Journal* essa seria a maior liberação de reservas de petróleo da história da AIE para conter a forte alta dos preços do petróleo bruto provocada pela guerra. Antes disso, em 2022, a agência havia liberado 182 milhões de barris de petróleo durante a invasão de Putin à Ucrânia, informou o jornal. A AIE possui sede em Paris e foi criada para coordenar respostas a grandes interrupções no fornecimento após a crise de 1973. Para garantir a segurança energética, a AIE exige que seus membros mantenham estoques emergenciais equivalentes a pelo menos 90 dias de importações de petróleo (FRANCE 24, 2026).

Ainda, aproveitaram a oportunidade para incentivar o aumento da produção de energia em países capazes de substituir capacidades interrompidas e pedem que se evite qualquer restrição às exportações. De forma a estimular o multilateralismo, concordaram em estabelecer coordenação entre os países membros do G7 e as economias do Golfo em relação às consequências econômicas da guerra no Oriente Médio (FRANCE, 2026b).

Segundo a Reuters (2026), no encontro, Emmanuel Macron afirmou que "hoje é evidente para todos que objetivos militares e políticos desse conflito precisam ser definidos." Ainda, falou sobre ter havido uma subestimação das capacidades do Irã: "Já houve danos consideráveis às capacidades balísticas e militares do Irã, mas ele continua atacando vários países da região e, portanto, suas capacidades não foram reduzidas a zero". Na ocasião, Macron cobrou de Trump que esclareça os objetivos do conflito: "Assim, caberá ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, esclarecer tanto seus objetivos finais quanto o ritmo que deseja imprimir às operações", afirmou o presidente francês (tradução livre).

Pouco foi divulgado sobre a diversidade de tópicos desse encontro. Ao que tudo indica, as lideranças deram ênfase nos aspectos econômicos em detrimento ao fato de que cerca de 2.000 vidas foram perdidas e outras milhares estão sendo impactadas (G1, 2026).

Já no que tange ao conflito Rússia x Ucrânia, os líderes do G7 reafirmaram sua unidade na manutenção das sanções contra a Rússia. Declararam comprometimento no monitoramento e vigilância dos impactos e tensões que afetam a distribuição de combustíveis, gás e fertilizantes, visto que são uma preocupação central para os agricultores e para a segurança alimentar global, além de preocupar demais cidadãos com o aumento no preço dos combustíveis (FRANCE, 2026b). Também destacaram que a situação eleva a importância de uma agenda de interdependência energética e eletrificação a fim de reduzir a dependência dos choques geopolíticos (FRANCE, 2026b).

Saindo da esfera dos encontros do G7, vale trazer para este informe uma análise interessante sobre possíveis pontes entre o G7 e o G20 frente a presidências com personalidades tão distintas. Agathe Demarais, pesquisadora sênior de políticas públicas no Conselho Europeu sobre Relações Exteriores, destaca três áreas possíveis para convergência entre Paris e Washington, apesar das prioridades da presidência estadunidense serem desregulamentação, combustíveis fósseis e inteligência artificial. Esses três pontos seriam: o combate aos desequilíbrios econômicos globais, ajuda ao desenvolvimento e acesso a minerais críticos (DEMARAIS, 2026).

Quanto ao combate de desequilíbrios econômicos globais, Demarais (2026) traz a possível convergência no que tange a ambas as presidências objetivarem frear a crescente dominação chinesa sobre a manufatura dos bens de consumo. Além disso, segundo a analista, os Estados Unidos são a favor de incentivar que Europa, Austrália e Japão captem o público consumidor chinês. Portanto, enfrentar desequilíbrios globais se encaixaria na agenda estadunidense na ideia de promoção de segurança econômica e redução da dependência da China no fornecimento de bens críticos. No entanto, na prática, a pesquisadora reconhece os desafios. Primeiro, um eventual acordo comercial entre EUA e China poderia desfazer a prioridade francesa no G7, a depender dos setores internos afetados. Segundo, haveria dificuldade de Trump em aceitar uma redução de desequilíbrios que colocasse os EUA numa posição de redução do consumo ou investimento doméstico para diminuir o déficit comercial (DEMARAIS, 2026).

No entanto, Demarais (2026) oferece uma saída para manter o envolvimento dos EUA: focar em propostas que fortaleçam a segurança econômica estadunidense. Uma delas seria o mercado de semicondutores, o qual a China controla um terço da oferta global. Propostas do G7 para produção de chips poderia atrair o interesse dos EUA. A segunda proposta seria no âmbito do setor farmacêutico, onde empresas chinesas controlam metade da oferta mundial de alguns insumos essenciais. Iniciativas francesas para mapear gargalos nas cadeias de suprimento também poderiam interessar aos EUA e abrir espaço para cooperação com membros do G20, como a Índia (DEMARAIS, 2026).

Quanto à ajuda ao desenvolvimento, apesar de contraditório com os cortes de orçamento da USAID e outros programas de financiamento internacional, a pesquisadora encontra brechas para possíveis pontos de convergência. Demarais (2026) enxerga possibilidades quando a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA insinua que as economias ocidentais não têm um plano coerente para usar seus orçamentos robustos para ajuda em países em desenvolvimento onde a China avança rapidamente (América Latina, Sudeste Asiático e África). Para a pesquisadora, isso abre oportunidade para que a França crie a ponte com os EUA na criação de um mecanismo financeiro para contrabalançar investimentos chineses nessas regiões. Para atrair os EUA, a proposta poderia focar em setores prioritários para empresas americanas, como infraestrutura 5G, inteligência artificial e semicondutores, além de utilizar

instrumentos já existentes, como garantias de crédito à exportação ou empréstimos para desenvolvimento em vez de novos recursos financeiros (DEMARAIS, 2026). Para a pesquisadora, "em um contexto de competição geoeconômica global, apresentar a ajuda ao desenvolvimento como instrumento estratégico pode ter mais impacto em Washington do que apelos tradicionais de solidariedade" (DEMARAIS, 2026).

O terceiro e último possível ponto de convergência seria no acesso a minerais críticos. Apesar de parecer um grande alinhamento EUA-FRA, a abordagem de Trump é mais voltada para "*America First*" e a priorização de acordos exclusivos para empresas americanas, vis-à-vis recente acordos com Camboja e Tailândia. A sugestão da pesquisadora é o estabelecimento de padrões obrigatórios de produção para minerais críticos extraídos em território do G7 ou usados em cadeias de suprimento do grupo, inclusive por meio de compras públicas. Esse trabalho já vinha sendo proposto pela presidência canadense do G7, sem a característica da obrigatoriedade. Novas regras poderiam garantir a demanda por minerais produzidos no G7, incentivando investimentos privados. Um passo seguinte poderia ser criar estoques estratégicos de minerais críticos administrados pelo G7, inspirados em planos dos EUA de formar estoques nacionais (DEMARAIS, 2026).

Em suma, Demarais (2026) acredita que basta que os EUA não bloqueiem iniciativas para que tenha algum alinhamento possível entre G7 e G20. O desafio, para a pesquisadora, será apresentar as propostas do G7 não como restrições à liberdade estadunidense, mas como multiplicadores de força na competição geoeconômica global que os próprios EUA decidiram enfrentar.

A análise pragmática da pesquisadora é interessante para trazermos diferentes perspectivas. No entanto, enfatiza um certo paternalismo em manter as economias emergentes fora da órbita chinesa, perpetuando uma dependência estadunidense e europeia. A partir desse olhar norte-centrado, a coordenação entre Europa e Estados Unidos continua sendo o eixo organizador da governança econômica global mesmo em um contexto em que outros atores vêm desenhando suas próprias iniciativas, como formuladores centrais ao invés de meros parceiros. Isso fica evidenciado no tópico sobre ajuda ao desenvolvimento, em que a África, América Latina e Sudeste Asiático são vistos como espaços de disputa entre grandes potências, e não necessariamente como agentes autônomos com agendas próprias de desenvolvimento.

Referências

DEMARAIS, Agathe. Calling Paris and Washington: three areas for G7-G20 collaboration in 2026. European Council on Foreign Relations, 5 fev. 2026. Disponível em: https://ecfr.eu/article/calling-paris-and-washington-three-areas-for-g7-g20-collaboration-in-2026/ . Acesso em: 15 mar. 2026.

EURONEWS. France's Macron opposed to lifting sanctions against Russia. 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/03/11/frances-macron-opposed-to-lifting-sanctions-against-russia . Acesso em: 15 mar. 2026.

FRANCE. G7 Finance Ministers' Communiqué. Paris, 9 mar. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/03/09/g7-finance-ministers-communique . Acesso em: 15 mar. 2026.

FRANCE. Statement by the G7 Presidency. Paris, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/03/11/statement-by-the-g7-presidency-1 . Acesso em: 15 mar. 2026.

FRANCE 24. G7 energy ministers ‘ready’ to take ‘necessary measures’ on oil reserves. Paris, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.france24.com/en/live-news/20260311-g7-energy-ministers-ready-to-take-necessary-measures-on-oil-reserves . Acesso em: 15 mar. 2026.

G1. Quantas pessoas morreram na guerra entre EUA, Israel e Irã? G1, 14 mar. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/03/14/quantas-pessoas-morreram-guerra-eua-israel-ira.ghtml . Acesso em: 15 mar. 2026.

REUTERS. G7 agreed to maintain sanctions against Russia, says Emmanuel Macron. Reuters Connect, Paris, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.reutersconnect.com/item/g7-agreed-to-maintain-sanctions-against-russia-says-macron/dGFnOnJldXRlcnMuY29tLDIwMjY6bmV3c21sX1ZBMzA5MTExMDMyMDI2UlAx . Acesso em: 15 mar. 2026.

RFI. France backs emergency release of oil reserves as supply fears grow. Paris, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.rfi.fr/en/international/20260311-france-backs-emergency-release-of-oil-reserves-as-supply-fears-grow . Acesso em: 15 mar. 2026.

Dívida global e políticas públicas no panorama da OCDE

Global Debt and Public Policy in the OECD Outlook

La deuda mundial y las políticas públicas en el contexto de la OCDE

Resumo. Os destaques da OCDE se dividem entre a nova publicação derivada de sua pesquisa sobre dívida global, um estudo sobre parceria público-privada no Brasil e outro sobre proteção financeira contra riscos catastróficos e a atualização de dois dos seus índices estatísticos sobre economia mundial.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Oriente Médio; Cooperação Internacional.

Resumen*. Entre los aspectos más destacados de la OCDE se encuentran una nueva publicación derivada de su investigación sobre la deuda mundial, un estudio sobre las asociaciones público-privadas en Brasil y otro sobre la protección financiera frente a riesgos catastróficos, así como la actualización de dos de sus índices estadísticos sobre la economía mundial.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU; Medio Oriente; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The OECD's highlights include a new publication based on its research on global debt, a study on public-private partnerships in Brazil, a study on financial protection against catastrophic risks, and updates to two of its statistical indices on the global economy.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Middle East; International Cooperation.*

Durante o intervalo entre a segunda quinzena do mês de fevereiro e a primeira do mês de março de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou o documento intitulado *“Global Debt Report 2026: Sustaining Debt Market Resilience Under Growing Pressure”*, a terceira edição de publicação produzida a partir de sua pesquisa e monitoramento sobre a dívida mundial onde examina os mercados de títulos soberanos, corporativos e sustentáveis, além de fornecer percepções sobre as condições atuais

do mercado e considerações políticas associadas, incluindo possíveis riscos à estabilidade financeira.

De acordo com o novo relatório de 2026, os mercados globais de dívida mantiveram-se resilientes em 2025, em meio a tensões geopolíticas, disputas comerciais e riscos para as perspectivas de crescimento, com governos e empresas contraindo empréstimos no valor recorde histórico de 27 trilhões de dólares. Identificou-se também os baixos níveis de volatilidade, além de melhoria da liquidez e margens corporativas em níveis quase históricos de baixa em todo o mercado global de títulos de dívidas, que totaliza U$ 109 trilhões e representa atualmente 93% do produto interno bruto mundial, ante 81% registrado em 2015. No entanto, mudanças na base de investidores parecem estar transformando esse mercado.

Assim, o estudo projeta que os empréstimos aumentarão ainda mais ao longo de 2026, com uma estimativa de US$ 29 trilhões, impulsionados pelas crescentes necessidades de financiamento soberano e pelo aumento do uso dos mercados de dívida pelo setor corporativo. Além disso, indica que as mudanças significativas na base de investidores do mercado de títulos, notadamente o papel crescente de investidores mais sensíveis aos preços e alavancados, estão fornecendo a liquidez necessária, porém os mesmos podem tornar os mercados mais vulneráveis a choques. Observa também que governos e empresas têm direcionado suas emissões para prazos mais curtos a fim de mitigar o impacto do aumento das taxas de juros de longo prazo, o que aumenta também os riscos de refinanciamento – e tais ameaças, adverte, devem ser cuidadosamente gerenciadas para a garantia que os mercados de títulos soberanos e corporativos continuem a fornecer financiamento estável a governos e empresas. Esse ponto é especialmente relevante, pois eles devem desempenhar um papel cada vez maior no financiamento de investimentos em inteligência artificial e gastos em defesa, em um momento em que as decisões sobre política monetária, dívida pública e alocação de ativos dos fundos de pensão estão sob pressão crescente.

O relatório deste ano avalia ainda que empresas de tecnologia estão se preparando para se tornarem emissores cada vez maiores nos mercados de dívidas, à medida que mudam seu modelo de financiamento, passando de caixa gerado internamente para financiamento externo, visando financiar a expansão da inteligência artificial – que exige um alto investimento de capital, principalmente em *data centers*. A exemplo, em 2025, nove grandes empresas, conhecidas como “hiperescaladores”, captaram um total de US$ 122 bilhões nos mercados de títulos, representando quase metade de todas as emissões de empresas de tecnologia no mundo.

É interessante destacar que o estudo sugere que a transformação da inteligência artificial está prestes a se tornar um grande evento de financiamento nos mercados globais nos próximos anos, possivelmente direcionando os mercados de dívida para uma maior concentração, semelhante aos desenvolvimentos observados nos mercados de ações nos últimos anos. Somente as nove empresas de hiperescala projetaram um gasto de capital acumulado de US$ 4,1 trilhões para o período de 2026 a 2030, cerca de 35% a mais do que o gasto de capital total de todas as empresas não financeiras dos EUA em 2025. Se metade desses investimentos fosse financiada por meio do mercado de títulos, tais empresas irão representar 15% da emissão média histórica global anual de títulos emitidos por entidades não financeiras.

Em paralelo, a OCDE permaneceu a continuamente adicionar ao longo do período de análise deste informe diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu já robusto acervo

e biblioteca virtual, sendo, dentre tal mundo de recentes acréscimos, outras duas interessantes pesquisas, recursos e documentos de assuntos variados são aqui destacadas.

A primeira delas é o documento *"Promoting public-private collaboration through the SDGs in Paraná, Brazil"*. Publicado em inglês, o *policy paper* analisa e fornece orientações sobre como o estado brasileiro Paraná poderia aproveitar melhor e otimizar as parcerias público-privada para enfrentar seus desafios de desenvolvimento sustentável e alcance dos objetivos traçados a partir da agenda da ONU para 2023 em setores de saúde, mudanças climáticas, desigualdade e segurança, ao passo que também reduziria barreiras estruturais ao acesso ao financiamento e auxiliar a mitigar riscos dos investimentos sustentáveis.

O segundo destaque é o relatório *"Financial Protection Against Catastrophic Risks: Floods, Fires and Other Major Risks"*, que explora o papel dos governos, dos órgãos reguladores do setor de seguros e do próprio setor no fortalecimento da capacidade do mercado de seguros e na melhoria da resiliência financeira. O documento fornece então uma estrutura para avaliar a necessidade de proteção financeira apoiada pelo governo, identificando opções de políticas para tal avaliação, analisando também as repercussões do aumento das perdas causadas por incêndios florestais e como ampliar a cobertura desse risco, além de avaliar como a concepção de programas de seguro contra riscos de inundações pode promover uma ampla cobertura, mitigar riscos fiscais e contribuir para a redução de riscos.

Por fim, a OCDE ainda apresentou durante o período da quinzena atualizações de seus usuais mapeamentos de dados e estatísticas econômicas mundiais, atualizando dois dos seus principais índices de análise econômica internacional.

O primeiro deles é em relação ao estudo e acompanhamento da organização internacional do consumo e inflação mundial com o *Consumer Price Index* (Índice de Preços ao Consumidor, em tradução livre), com dados agora referentes ao mês de janeiro de 2026. O resultado das mensurações aponta que a taxa anual de inflação geral ao consumidor dos países que integram a OCDE diminuiu para 3,3% no início do ano ante os 3,6% observados ainda em dezembro de 2025. A inflação geral diminuiu em 22 dos 35 países da OCDE com dados disponíveis, permaneceu estável ou praticamente estável em 8 e aumentou em apenas 5. Em comparação com o cenário de dezembro de 2025, o número de países do grupo com inflação igual ou inferior a 2% subiu de 9 para 15. A organização também expõe que, apesar da recente desaceleração da inflação geral, os níveis médios de preços na OCDE foram 35,6% mais altos em janeiro de 2026 do que em dezembro de 2019, antes do início da pandemia de Covid-19.

A inflação relacionada aos preços da energia na OCDE recuou 2,1 pontos percentuais em janeiro de 2026, atingindo -0,6% – seu primeiro valor negativo desde maio de 2025. A inflação de alimentos também diminuiu em 0,2 pontos percentuais. Todavia, mesmo com tais quedas registradas em janeiro, os níveis dos preços de energia e de alimentos subiram 40,8% e 47,5%, respectivamente, desde dezembro de 2019. Já a inflação subjacente (ou seja, a inflação menos alimentos e energia) na OCDE permaneceu amplamente estável no período.

No que diz respeito à inflação anual na área do G7, foi observado que a mesma recuou para 2,1%, após o registro de 2,4% no mês anterior. Na zona do euro, a inflação anual medida pelo *Harmonised Index of Consumer Prices* (HICP, na sigla em inglês), recuou ainda mais para 1,7%, ante 2,0% em dezembro. No G20, a inflação geral anual diminuiu para 3,4% em janeiro, após os 3,6% de dezembro.

O outro índice econômico atualizado na primeira quinzena de março foi a pesquisa da organização sobre as taxas de emprego e desemprego mundial, que indicou que a taxa de desemprego dos países que compõem a OCDE se manteve estável em 5,0% em janeiro de 2026, confirmando a continuidade no padrão de permanecer em tal patamar ou ligeiramente abaixo do mesmo desde abril de 2022. Em comparação com dezembro de 2025, a taxa de desemprego continuou estável na maior parte dos países da OCDE para os quais havia dados disponíveis (18 dos 33), com registro de queda em 11 e alta em 4. Ademais, a Finlândia foi o único país da OCDE a apresentar uma taxa de desemprego de dois dígitos, enquanto a taxa espanhola caiu para menos de 10% pela primeira vez desde março de 2008.

Referências

OECD. With pressures rising in global debt markets, maintaining resilience will require sound public finances, strong institutions and policies that support growth and innovation. OECD [Internet]. 2026 Mar 04 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/03/with-pressures-rising-in-global-debt-markets-maintaining-resilience-will-require-sound-public-finances-strong-institutions-and-policies-that-support-growth-and-innovation.html.

OECD. Global Debt Report 2026: Sustaining Debt Market Resilience Under Growing Pressure. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://doi.org/10.1787/e9d80efd-en.

OECD. Promoting public-private collaboration through the SDGs in Paraná, Brazil. OECD Regional Development Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://doi.org/10.1787/b14a601c-en.

OCDE. Financial Protection Against Catastrophic Risks: Floods, Fires and Other Major Risks. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://doi.org/10.1787/32a3acd7-en.

OECD. OECD headline inflation slows in January 2026, yet prices are almost 36% above pre-COVID-19 levels. OECD [Internet]. 2026 Mar 11 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/03/consumer-prices-oecd-updated-11-march-2026.html.

OECD. OECD unemployment rate remains stable at 5.0% in January 2026. OECD [Internet]. 2026 Mar 12 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/03/unemployment-rates-updated-march-2026.html.

Liderança e resiliência no BRICS 2026: A Agenda de Saúde da Índia e a Parceria Brasil-África do Sul

Liderazgo y resiliencia en los BRICS 2026: la agenda de salud de India y la alianza Brasil-Sudáfrica

Leadership and Resilience in BRICS 2026: India's Health Agenda and the Brazil-South Africa Partnership

Claudia Hoirisch e Hiago Albuquerque

> *"A presidência indiana do BRICS buscará reunir o potencial dos países do BRICS para o bem-estar global"*.
>
> **MRE da Índia S. Jaishankar**

Resumo: Este artigo analisa a presidência da Índia no BRICS em 2026, destacando sua atuação como líder do Sul Global em um cenário de incertezas geopolíticas e fragmentação econômica. A gestão indiana estrutura-se nos pilares de Resiliência, Inovação, Cooperação e Sustentabilidade. Sob o lema "humanidade em primeiro lugar", almeja-se uma ordem mundial multipolar e centrada no bem-estar humano. Este artigo enfatiza a continuidade da agenda brasileira de 2025, especialmente na promoção da saúde e na governança ética de tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial. Outro ponto central do informe é a convergência política entre Brasil e África do Sul, reafirmada na visita do presidente Ramaphosa a Lula em março de 2026. Este encontro resultou em compromissos assumidos para fortalecer a atenção primária, C,T&I, incluindo P&D de medicamentos e vacinas; o enfrentamento de doenças socialmente determinadas, entre outros. Nesse contexto, destaca-se a cooperação técnica a Fiocruz e instituições sul-africanas, como a Afrigen e a BioVac, no desenvolvimento de vacinas de mRNA sob a égide da OMS e do *Medicines Patent Pool*. Esta parceria materializa a transferência de tecnologia e o compartilhamento de dados essenciais para a autonomia produtiva de países de baixa e média renda.

Palavras-chave. BRICS 2026; Health; Cooperação Sul-Sul; Cooperação Brasil e África do Sul em saúde.

Resumen: *Este informe analiza la presidencia de India en los BRICS en 2026, destacando su papel como líder del Sur Global en un contexto de incertidumbre geopolítica y fragmentación económica. El liderazgo de India se estructura en cuatro pilares – Resiliencia, Innovación, Cooperación y Sostenibilidad – dando continuidad a los esfuerzos brasileños de 2025 y priorizando la salud y la gobernanza ética de tecnologías emergentes como la Inteligencia Artificial. Un punto central del informe es la convergencia política entre Brasil y Sudáfrica, reafirmada durante la visita del presidente Ramaphosa al presidente Lula en marzo de 2026, que resultó en compromisos para fortalecer la atención primaria; la ciencia, tecnología e innovación, incluyendo I+D de medicamentos y vacunas; y el combate a enfermedades socialmente*

determinadas. En este contexto, la cooperación técnica entre Fiocruz e instituciones sudafricanas, como Afrigen y BioVac, materializa estos acuerdos mediante el desarrollo de vacunas de ARNm bajo la égida de la OMS y el Medicines Patent Pool. Esta alianza facilita la transferencia de tecnología y el intercambio de datos esenciales para la autonomía productiva del Sur Global.

Palabras clave. *BRICS 2026; Health; Cooperación Sur-Sur; Cooperación bilateral Brasil e Sudafrica en salud.*

Abstract: *This report analyzes India's BRICS presidency in 2026, highlighting its role as a leader of the Global South in a context of geopolitical uncertainty and economic fragmentation. The Indian leadership is structured around the pillars of Resilience, Innovation, Cooperation, and Sustainability. Under the motto "humanity first," it aims for a multipolar world order centered on human well-being. This article emphasizes the continuity of Brazil's 2025 agenda, especially in promoting health and the ethical governance of emerging technologies such as Artificial Intelligence. Another central point of the report is the political convergence between Brazil and South Africa, reaffirmed during President Ramaphosa's visit to Lula in March 2026. This meeting resulted in commitments to strengthen primary care, science, technology, and innovation, including R&D of medicines and vaccines; and the fight against socially determined diseases, among others. In this context, the technical cooperation between Fiocruz and South African institutions, such as Afrigen and BioVac, in the development of mRNA vaccines under the auspices of the WHO and the Medicines Patent Pool stands out. This partnership materializes the transfer of technology and the sharing of data essential for the productive autonomy of low- and middle-income countries.*

Keywords. *BRICS 2026; Health; South Bivouac Cooperation. Cooperation Brasil-South Africa in health.*

O BRICS tem se posicionado cada vez mais como um ator central e proativo na gestão das incertezas globais. Em meio à volatilidade geopolítica, à fragmentação econômica e à instrumentalização do sistema financeiro, exemplificada por sanções e ações comerciais unilaterais, vem pressionando por uma ordem mundial mais multipolar e uma cooperação Sul-Sul mais forte.

Em relação à saúde, a presidência brasileira em 2025 já havia colocado o tema como prioridade, agora a presidência da Índia, posiciona a resiliência em saúde como um componente central, visando promover uma abordagem que priorize a segurança da saúde pública[1], a equidade em saúde digital e a cooperação Sul-Sul.

A Índia articulou uma visão para o BRICS estruturada em torno de quatro pilares principais: ***Resiliência (desafios de saúde, riscos climáticos e cadeia de suprimentos), Inovação (infraestrutura pública digital, IA e compartilhamento de conhecimentos), Cooperação (aprofundamento de parcerias e multilateralismo reformado) e Sustentabilidade (ação climática, transição energética e finanças verdes).***

Ao colocar a **resiliência** no centro de sua presidência, a Índia reconhece que a gestão de crises se tornou uma característica estrutural da governança global e que, a cooperação entre os países em desenvolvimento é necessária. Nesse contexto, a crítica ao unilateralismo e à

[1] https://dakshin.org.in/newsletter/oct/IN-FOCUS.pdf

ilegalidade de ações e sanções unilaterais provavelmente continuará sendo um ponto central do BRICS, e possivelmente de suas ações.

A **inovação** é definida como o progresso tecnológico em geral, bem como a construção de infraestrutura digital pública, a governança de tecnologias emergentes e o estabelecimento de parâmetros normativos em áreas ainda em formação, como a inteligência artificial e o comércio digital. Os BRICS não precisam permanecer como receptores passivos de regras elaboradas alhures, mas podem e devem atuar como participantes na definição de novos regimes regulatórios.

A **cooperação** aprofunda a principal linha de continuidade com a presidência brasileira que se concretizou por meio de mecanismos de diálogo, intercâmbios técnicos e iniciativas conjuntas.

Por fim, a **sustentabilidade** é um princípio transversal que une desenvolvimento, proteção ambiental, transição energética e inclusão social. Embora a guinada ambiental dos BRICS não seja novidade, a presidência da Índia provavelmente reforçará a visão de que a proteção climática, transição energética e o desenvolvimento não podem ser tratados como agendas opostas, especialmente para países que enfrentam profundos déficits estruturais.

Essas quatro prioridades sugerem uma continuidade da presidência brasileira[2], que terminou 2025 com resultados bastante promissores. Ao mesmo tempo, a Índia parece ter formulado os objetivos do bloco em termos mais gerais, permitindo que funcionem como um guarda-chuva abrangente para áreas em que já existe cooperação efetiva entre os membros. A cooperação continua sendo o *tema* central da ação conjunta do BRICS. Progressos consideráveis foram alcançados nas áreas de saúde global (Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS; Centro de P&D de Vacinas dos BRICS e Rede de Pesquisa em TB do BRICS) e doenças socialmente determinadas; mudanças climáticas e sustentabilidade; inteligência artificial; e o debate sobre as instituições multilaterais e sua necessidade de reforma.

Durante a Cúpula do BRICS em julho de 2025, o PM Modi já havia adiantado que a presidência indiana teria uma abordagem centrada nas pessoas, traçando paralelos com a presidência indiana do G20, na qual o Sul Global foi priorizado. Ele afirmou que a Índia impulsionaria o BRICS com foco na "humanidade em primeiro lugar", ressaltando a necessidade de esforços globais coletivos para enfrentar desafios comuns, incluindo pandemias e mudanças climáticas.

Em setembro de 2025, durante a reunião virtual dos Líderes do BRICS, o chanceler indiano S. Jaishankar representando o PM Modi, pontuou que o estado do mundo atual é motivo de preocupação. Lembrou que os últimos anos testemunharam o impacto da pandemia da Covid-19, grandes conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio/Ásia Ocidental, eventos climáticos extremos e uma desaceleração perceptível da Agenda dos ODS e diante desses desafios, o sistema multilateral parece estar falhando com o mundo. O fato de tantas tensões graves

[2] O Brasil estruturou sua presidência em torno de seis áreas prioritárias: saúde global, mudanças climáticas, comércio e investimento, governança da IA, paz e segurança e desenvolvimento institucional. Essa estrutura permitiu que os BRICS ultrapassassem princípios abstratos, produzindo instrumentos com relevância normativa e prática tangível. Entre eles, destacam-se a Declaração dos Líderes sobre a Governança Global da Inteligência Artificial, a Declaração-Quadro sobre Financiamento Climático e a Parceria dos BRICS para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas. Essas iniciativas apontam para uma cooperação substancial em domínios tecnicamente complexos e politicamente relevantes, com implicações diretas para as políticas públicas nacionais.

estarem sendo ignoradas está tendo consequências para a própria ordem global, e é essa preocupação cumulativa que o BRICS está discutindo agora[3]. Para ele, o funcionamento das organizações internacionais vem testemunhando grandes deficiências em muitas áreas e em questões-chave, os impasses minaram a busca por um consenso. Essas experiências mostraram a necessidade de um multilateralismo reformado, especialmente as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. Para o MRE, os BRICS têm encarado positivamente essa necessidade de reforma[4].

Quadro 1. Iniciativas da Índia em saúde

O programa *Vaccine Maitri* durante a pandemia de COVID-19, distribuiu mais de 300 milhões de doses de vacinas para países em desenvolvimento, a maioria em regime de doação e forneceu medicamentos para mais de 150 países, o que fortaleceu o prestígio da Índia entre os países em desenvolvimento.

O princípio da política externa indiana, *Vasudhaiva Kutumbakam* (O Mundo é Uma Só Família), fundamentou o lema da Índia "Uma Terra, Uma Família, Um Futuro" durante sua presidência do G20 (2023) e ajudou a Índia a se consolidar como um *Vishwamitra* (Amigo do Mundo). Desde a presidência indiana do G20, os países desenvolvidos reconheceram a necessidade imperativa de se engajarem com o Sul Global de forma equiparada.

A Cúpula de Impacto da IA realizada na Índia em fevereiro de 2026[5], mudou o foco de "Risco da IA" para "Impacto da IA".

Guiadas pelo Sutra de "*Sarvajan Hitaya, Sarvajan Sukhaya"* (Bem-estar para todos, Felicidade para todos), mais de 90 países e organizações internacionais endossaram a Declaração de Nova Déli sobre o Impacto da IA[6]. EUA, países do BRICS (exceto África do Sul), Reino Unido, França e UE, mostraram um raro momento de alinhamento em relação à IA.

O objetivo da Declaração é claro: a IA deve ser inclusiva, centrada no ser humano e benéfica para o Sul Global, e não apenas voltada ao lucro.

[3] https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/40106/EAMs_remarks_during_virtual_Summit_of_BRICS_Leaders_September_08_2025

[4] https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/40106/EAMs_remarks_during_virtual_Summit_of_BRICS_Leaders_September_08_2025

[5] https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/40809

[6] https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/40857/Remarks_of_Minister_of_State_Shri_Kiri_Vardhan_Singh_at_the_11th_Raisina_Dialogue_2026_March_06_2026

Ramaphosa visitou o Brasil em março de 2026, a convite de Lula, emitiram Comunicado conjunto e concordaram em continuar trabalhando para avançar a agenda de desenvolvimento do Sul no âmbito do BRICS

Imagem 1. Lula recebeu Ramaphosa e a agenda centrou-se na cooperação em saúde



Fonte: https://brasiliainfoco.com/africa-do-sul-e-brasil-atuam-para-aproximar-nossos-continentes-diz-lula-ao-receber-presidente-cyril-ramaphosa/

Na ocasião, reafirmaram que a saúde é um fator fundamental para o desenvolvimento humano e o progresso socioeconômico e ressaltaram a importância de fortalecer a cooperação na área da saúde em benefício de seus respectivos cidadãos.

Concordaram em aprofundar a cooperação bilateral na área de saúde, em conformidade com o Acordo de Cooperação no Campo da Saúde[7]:

1) Atenção Primária à Saúde, incluindo Equipes de Saúde da Família, Alimentação e Nutrição;

2) Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas;

3) Bancos de leite humano;

4) Organização, governança e financiamento do Sistema de saúde;

5) C,T&I, incluindo P&D de medicamentos; vacinas. Pesquisas em genômicas e saúde de precisão; terapias avançadas e tecnologias em saúde;

6) Doenças transmissíveis, com foco em HIV e AIDS; TB; malária e hanseníase; doenças não transmissíveis; doenças imunopreveníveis; doenças socialmente determinadas e anemia falciforme;

7) Recursos humanos em saúde (RHS);

[7] https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-por-ocasiao-da-visita-do-presidente-da-republica-da-africa-do-sul-cyril-ramaphosa-a-republica-federativa-do-brasil-9-3-26

8) Participação social no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas; e

9) Outras áreas de cooperação que possam ser mutuamente acordadas.

Ao reconhecerem a importância de dar continuidade à Parceria Estratégica na promoção da cooperação Sul-Sul nas áreas de saúde e medicina, os dois países concordaram em continuar trabalhando estreitamente para avançar a agenda de desenvolvimento do Sul no âmbito do BRICS, do G20 e das Nações Unidas.

Nesse contexto de convergência política, a cooperação entre a Fiocruz, inclusive por meio de Bio-Manguinhos, e instituições sul-africanas materializa esses compromissos por meio de uma interface técnica voltada ao desenvolvimento e produção de vacinas de RNA mensageiro (mRNA). Essa atuação conjunta ocorre principalmente sob a égide do Programa de Transferência de Tecnologia de mRNA da Organização Mundial da Saúde junto ao Medicines Patent Pool (MPP). O foco desta iniciativa reside no aprimoramento de plataformas produtivas e no compartilhamento equitativo de dados, de modo a fortalecer a preparação contra epidemias em países de média e baixa renda. No Brasil, Bio-Manguinhos/Fiocruz sedia o hub da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), enquanto na África do Sul a Afrigen é a sede da iniciativa, consolidando um eixo de cooperação sul-sul fundamental para a soberania sanitária do bloco.

Considerações finais

O PM Narendra Modi destacou que a Índia pretende trabalhar com os parceiros do BRICS no pilar resiliência que aborda especificamente os sistemas de saúde, a redução do risco de desastres, tecnologia digital, a segurança da cadeia de suprimentos de saúde, e minerais críticos[8] por meio de estruturas de cooperação que aprimorem a preparação e a resposta coletivas[9]. Esse pilar está em linha com as prioridades da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

A Índia defende o lema “Uma Terra, Uma Saúde” como pedra angular da cooperação dos BRICS, concentrando-se em esforços colaborativos para combater pandemias e desafios de saúde comuns.

A Índia está incentivando a adoção de seus programas de saúde digital, como a plataforma Co-WIN com foco na gestão de vacinas, inteligência artificial para a saúde e sistemas de dados interoperáveis, por outros países do Sul Global. A presidência enfatiza a criação de uma estrutura ética para a governança de dados de saúde, a inteligência artificial na área da saúde e o fortalecimento da telemedicina.

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas dos BRICS configura-se como um mecanismo de grande potencial para a segurança sanitária e o desenvolvimento de capacidades conjuntas do bloco. A agenda indiana pode catalisar o fortalecimento da produção local e o

[8] https://www.newindianexpress.com/nation/2025/Jul/07/india-will-work-to-define-brics-in-new-form-under-its-presidency-says-pm-modi-at-rio-summit#:~:text=BRICS%20must%20work%20to%20secure%20critical%20minerals%20supply%20chain&text=%22We%20need%20to%20work%20together,prevent%20misuse%2C%22%20he%20said.

[9] https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/40586#:~:text=India%20remains%20committed%20to%20supporting,all%20for%20joining%20us%20today.

compartilhamento de conhecimentos técnicas de modo a transformar o Centro em um pilar da saúde global. Especialmente no que tange ao combate a doenças socialmente determinadas, a autonomia tecnológica em vacinas e medicamentos é essencial.

Pautado sob o conceito de *Vishwamitra (amigo do mundo ou amigo de todos),* o sucesso da Índia como presidente protempore do BRICS neste ano busca consolidar uma governança voltada para a "humanidade em primeiro lugar". O sucesso deste ano, contudo, dependerá de sua capacidade de converter o consenso político em cooperação funcional em saúde, financiamento climático, tecnologia, reforma multilateral e comércio. O seu desempenho durante a presidência do G20 pode ensejar um futuro promissor na presidência do BRICS nesse ano.

América Latina: entre a guerra Irã, as tensões políticas e o "Escudo das Américas"

América Latina: entre la guerra con Irán, las tensiones políticas y el escudo de las Américas

Latin America: between the Iran war, political tensions, and the Americas shield

Sebastián Tobar e Samia de Brito

Resumo: O relatório desta quinzena analisa como a América Latina é influenciada por três dinâmicas principais. Primeiro, as repercussões internacionais do conflito entre os Estados Unidos e o Irã estão gerando incerteza geopolítica e potenciais impactos econômicos e de segurança para a região. Segundo, persistem tensões políticas internas em diversos países latino-americanos, caracterizadas por polarização, crises institucionais e mudanças nas orientações ideológicas de seus governos. Por fim, o relatório menciona a iniciativa "Escudo das Américas", vinculada às estratégias de segurança e cooperação hemisféricas lideradas pelos Estados Unidos, que busca fortalecer a coordenação regional diante de ameaças estratégicas. Em conjunto, esses fatores delineiam um cenário de crescente complexidade geopolítica na América Latina, onde os desafios internos se combinam com as pressões do contexto internacional.

Palavras-chave. Latinoamerica. Geopolítica. Polarização Política. Segurança Hemisférica.

Resumen: *El informe de la quincena analiza cómo América Latina se encuentra influida por tres dinámicas principales. En primer lugar, las repercusiones internacionales del conflicto entre Estados Unidos e Irán, que generan incertidumbre geopolítica y posibles impactos económicos y de seguridad para la región. En segundo lugar, persisten tensiones políticas internas en varios países latinoamericanos, caracterizadas por polarización, crisis institucionales y cambios en las orientaciones ideológicas de los gobiernos. Finalmente, se menciona la iniciativa del "Escudo de las Américas", vinculada a estrategias de cooperación y seguridad hemisférica lideradas por Estados Unidos, que busca fortalecer la coordinación regional frente a amenazas estratégicas. En conjunto, estos factores muestran a América Latina en un escenario de creciente complejidad geopolítica, donde se combinan desafíos internos con presiones del contexto internacional.*

Palabras Claves*. America Latina.* Geopolítica. Polarización Política. Seguridad Hemisférica.

Summary. *This fortnight's report analyzes how Latin America is influenced by three main dynamics. First, the international repercussions of the conflict between the United States and Iran are generating geopolitical uncertainty and potential economic and security impacts for the region. Second, internal political tensions persist in several Latin American countries, characterized by polarization, institutional crises, and shifts in the ideological orientations of governments. Finally, the report mentions the "Shield of the Americas" initiative, linked to hemispheric cooperation and security strategies led by the United States, which seeks to strengthen regional coordination in the face of strategic threats*. Taken together, these factors

present Latin America in a scenario of increasing geopolitical complexity, where internal challenges are combined with pressures from the international context.

Keywords. *Latin America. Geopolitics. Political Polarization. Hemispheric Security.*

Um dos principais eventos das últimas duas semanas foi a "***Cúpula Escudo das Américas-Shield of the Americas Summit***", realizada em 7 de março, que reuniu governos latino-americanos para coordenar ações contra o narcotráfico, o crime organizado e a migração irregular.

O Escudo das Américas é uma iniciativa de cooperação militar e de segurança entre os Estados Unidos e diversos países da América Latina e do Caribe. Seu principal objetivo é coordenar ações contra ameaças regionais e a cooperação em inteligência, operações conjuntas e até mesmo apoio militar contra cartéis.

A cúpula de 2026 foi o evento em que esta iniciativa foi formalmente lançada, incluindo a criação da Coalizão das Américas de Combate aos Cartéis, uma coalizão para combater organizações criminosas transnacionais.

Três pilares principais desta iniciativa podem ser identificados:

i. Combate ao narcotráfico e aos cartéis de drogas, inclusive por meio da cooperação militar e de inteligência.
ii. Controle da migração irregular no hemisfério.
iii. Combate à influência geopolítica de potências externas, especialmente a China e, em menor grau, a Rússia e o Irã.

A Cúpula contou com a presença dos principais líderes ou representantes de 12 países da América Latina e do Caribe, incluindo: Javier Milei (Argentina); Nayib Bukele (El Salvador); Daniel Noboa (Equador); Santiago Peña (Paraguai); Rodrigo Chaves Robles (Costa Rica); e Luis Abinader (República Dominicana). É importante destacar a ausência de países importantes da região, como Brasil, México e Colômbia, o que gera debate político sobre a representatividade do encontro. Embora todavia não tinha tomado pose, também participo o Presidente eleito de Chie, José Antonio Kast.

O Secretário de Estado Marco Rubio[1] nomeou a Secretária da Segurança Interna dos Estados Unidos, Kristi Noem como enviada especial dedicada a essa relação, para dar continuidade a essa iniciativa[2].

[1] O Secretário de Estado Marco Rubio também se reuniu com o Presidente Bukele de El Salvador, o Presidente Chávez e o Presidente eleito Fernández da Costa Rica, o Presidente Mulino do Panamá, o Presidente Paz da Bolívia, o Presidente Asfura de Honduras e o Presidente eleito Kast do Chile à margem da Cúpula Escudo das Américas do Presidente Trump em Doral, Flórida. O Secretário elogiou nossos parceiros por se unirem a nós no compromisso compartilhado de desmantelar as redes de cartéis que operam além das fronteiras e seus efeitos desestabilizadores sobre os governos em todo o hemisfério. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/03/secretary-rubios-meeting-with-western-hemisphere-presidents/?utm_medium=email&utm_source=govdelivery

[2] https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/03/secretary-of-state-marco-rubio-and-secretary-of-homeland-security-kristi-noem-at-the-shield-of-the-americas-summit-working-lunch/?utm_medium=email&utm_source=govdelivery

A Secretária Noem realizou uma coletiva de imprensa onde, após agradecer a Trump por sua visão em reunir os presidentes latino-americanos mencionados anteriormente para manter um diálogo sobre a proteção de seus países e de seus vizinhos, e por tornar o Escudo das Américas uma realidade, ela enfatizou a importância de esse grupo trabalhar em conjunto para garantir que cada um de nós defenda sua própria soberania, segurança e prosperidade econômica, ao mesmo tempo em que fortalece esses laços para garantir que possamos fazê-lo de forma eficaz, derrotando os inimigos comuns nas organizações de cartéis, que os EUA designaram como organizações terroristas estrangeiras. Além disso, para além da segurança, o objetivo é alcançar a prosperidade econômica que beneficie todos os nossos povos.

A criação do Escudo das Américas, pode ser considerada como uma estratégia dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental. O Hemisfério Ocidental era tradicionalmente entendido desde Alaska a Tierra del Fuego, até que descobrimos que também abrangia Groenlândia. Mas nem tudo é igual para os Estados Unidos. Historicamente, eles consideravam um perímetro de segurança que se estendia até Venezuela e à Colômbia, abrangendo a América Central e o Caribe. Historicamente, ao sul desse perímetro de influência, os Estados Unidos não enviaram tropas terrestres, embora tenham apoiado golpes de Estado e financiado ditaduras. De fato, não se pode falar em uma invasão da Venezuela, mas sim na remoção de Maduro.

Os Estados Unidos priorizaram principalmente seus vizinhos mais próximos dentro de seu perímetro de segurança e, depois de declarar a ideia de anexar o Canadá[3], dizendo que Sheinbaum era uma boa pessoa, mas que o Estado mexicano era governado pelo narcotráfico[4], e a ideia de incorporar a Groenlândia, parece que ele está mirando em Cuba. Mas o Escudo das Américas e a recente aprovação pelo Senado paraguaio[5] de um Estatuto das Forças (SOFA) que regulamenta a presença de pessoal dos EUA no país vizinho da América do Sul parecem expandir o perímetro de segurança para a América do Sul.

Tendência regional em direção à polarização política e à alternância ideológica

A América Latina registra um padrão de frequente alternância ideológica entre esquerda e direita em um contexto de forte polarização social e política, o que produz instabilidade programática e dificuldade em sustentar políticas de longo prazo.

O ***Peru*** continua a vivenciar uma instabilidade política crônica enquanto o país se prepara para as eleições presidenciais de abril de 2026, em meio à extrema fragmentação partidária, crise institucional e desconfiança pública. Embora Tocqueville apontava que a fragmentação partida imunizava contra o totalitarismo, a dispersão em muitos pequenos partidos condiciona a governabilidade do futuro governo.

O processo eleitoral apresenta um número recorde de candidatos à presidência, com muita fragmentação eleitoral[6]. Mais de 30 a 36 candidatos disputam a presidência. Nenhum deles ultrapassa significativamente os 10-11% nas pesquisas, o que sugere um segundo turno. Quase 40% dos eleitores ainda estão indecisos. Entre os candidatos mais visíveis estão figuras

[3] https://www.elfinanciero.com.mx/mundo/2026/03/10/trump-insiste-en-que-canada-sera-el-estado-51-de-estados-unidos-mark-carney-es-el-futuro-gobernador/

[4] https://elpais.com/mexico/2026-03-07/trump-acusa-a-mexico-de-ser-el-epicentro-de-la-violencia-criminal-en-america-latina-y-dice-que-sheinbaum-es-muy-buena-persona.html

[5] Diputados de Paraguay dan luz verde a acuerdo militar con EE.UU. – SWI swissinfo.ch

[6] https://www.dpaminvestments.com/professional-intermediary/es/en/angle/perus-presidency-carousel

como Keiko Fujimori e Rafael López Aliaga[7]. No entanto, mesmo os principais candidatos têm níveis de apoio muito baixos, refletindo um eleitorado fragmentado e volátil. A eleição ocorre após anos de instabilidade institucional[8]. Um dos problemas estruturais é a fragilidade dos partidos políticos[9]. O processo eleitoral também ocorre num contexto de descontentamento social[10]. As eleições de 2026 podem resultar em um governo com uma base parlamentar frágil; prolongar a fragmentação política; ou abrir caminho para uma tentativa de reforma institucional (por exemplo, com o retorno a um sistema bicameral)[11].

Na ***Bolívia,*** as eleições subnacionais (governadores, prefeitos e autoridades departamentais) estão se aproximando e ocorrem em um contexto de alta fragmentação política e enfraquecimento do partido que dominou a política boliviana por quase duas décadas: o Movimento para o Socialismo (MAS), o que pode marcar o início de uma nova etapa, mais competitiva e menos hegemônica, na política boliviana. MAS, que governou o país por longos períodos sob a liderança de Evo Morales, enfrenta agora diversos fatores de declínio, incluindo significativas divisões internas dentro do movimento; conflitos entre setores do MAS ligados a Morales e aqueles próximos ao atual presidente, Luis Arce; uma perda de hegemonia territorial, com movimentos de oposição ou regionais ganhando terreno em diversas cidades e departamentos; e um significativo declínio político acumulado após mais de 15 anos de domínio político.

No ***Chile***, a ascensão ao poder de José Antonio Kast[12] nas eleições presidenciais de 2025 representa uma mudança política significativa em direção a posições mais conservadoras, o que abriu um debate sobre o futuro de diversos direitos sociais, especialmente os direitos reprodutivos e de gênero. Em sua campanha, Kast focou principalmente em ***segurança, migração e crescimento econômico***, temas que ganharam relevância entre os eleitores em meio à percepção de aumento da criminalidade e estagnação econômica. Kast mantém uma ***postura abertamente antiaborto[13] e critica a legislação vigente no Chile***, chegando a propor a revogação dos três fundamentos que permitem o aborto legal (risco à vida da mãe, inviabilidade

[7] https://www.reuters.com/world/americas/two-right-wing-politicians-lead-perus-presidential-race-most-are-undecided-poll-2026-03-09

[8] O Peru teve sete ou oito presidentes em menos de uma década. As mudanças de governo têm sido frequentes devido a impeachments, renúncias ou escândalos de corrupção. Mesmo em 2026, o Congresso substituiu novamente o presidente interino pouco antes das eleições, o que reflete a fragilidade do sistema político. tps://www.infobae.com/peru/2025/12/31/esta-el-peru-al-borde-de-otro-colapso-politico-en-2026-informe-internacional-revela-las-claves-detras-de-la-crisis; https://www.americasquarterly.org/article/perus-political-instability-enters-a-new-chapter-under-balcazar e https://www.reuters.com/world/americas/perus-markets-largely-unfazed-its-revolving-door-presidency-spins-again-2026-02-20

[9] Os partidos políticos tradicionais praticamente entraram em colapso nas últimas décadas. Muitos candidatos agora concorrem por meio de partidos criados exclusivamente para a campanha eleitoral. Isso leva à formação de micropartidos focados em personalidades e coalizões instáveis.

[10] Existem problemas de alta insegurança e expansão do crime organizado; numerosos protestos sociais e conflitos territoriais; e baixos níveis de confiança no Congresso e no governo. https://elpais.com/america/2026-03-10/que-los-presos-paguen-por-su-comida-y-crear-un-documento-de-identidad-para-fetos-la-falta-de-propuestas-de-fondo-marca-la-campana-electoral-en-peru.html ; https://idehpucp.pucp.edu.pe/revista-memoria/elecciones-2026-entre-la-conflictividad-social-y-desconfianza-institucional, e

[11] https://www.gisreportsonline.com/r/peru-presidency-congress

[12] https://www.reuters.com/world/americas/chiles-kast-take-office-biggest-right-wing-shift-decades-2026-03-11

[13] https://www.theguardian.com/global-development/2026/mar/10/fears-womens-rights-chile-anti-abortion-president-jose-antonio-kas

fetal e estupro). A ascensão de Kast ao poder representaria uma mudança para uma direita conservadora no Chile, com ênfase em segurança, economia de mercado e valores tradicionais, inserindo-se em uma dinâmica regional de maior polarização e alternância ideológica[14].

O Dia Internacional da Mulher (8 de março) de 2026 desencadeou mobilizações massivas em diversas cidades da América Latina

Organizações feministas, sindicatos e movimentos sociais se mobilizaram e protestaram contra a violência de gênero, os feminicídios e as desigualdades estruturais que afetam as mulheres na região[15]. Em países como Argentina, México[16], Chile, Colômbia e Brasil, as marchas reuniram dezenas ou centenas de milhares de pessoas, com slogans focados em:

- ✓ Erradicação da violência de gênero e dos feminicídios[17].
- ✓ Igualdade salarial e direitos trabalhistas.
- ✓ Acesso aos direitos sexuais e reprodutivos.
- ✓ Maior representação política e social para as mulheres.

Os protestos também expressaram críticas aos cortes em políticas públicas que promovem a igualdade em alguns países e à persistência das disparidades estruturais de renda, acesso ao emprego formal e participação política. Em diversas capitais — como Buenos Aires, Cidade do México, Santiago e São Paulo — as mobilizações incluíram greves, eventos culturais e manifestações em frente a prédios governamentais, reafirmando o dia 8 de março como um dos principais dias de mobilização social na América Latina. Esses protestos e mobilizações demonstram que a agenda de gênero continua sendo um dos principais eixos da mobilização social regional.

Economia e setor farmacêutico em saúde

A América Latina combina um elevado potencial de crescimento no mercado farmacêutico com desafios de acesso e sustentabilidade, tornando-se uma região fundamental tanto para a expansão comercial da indústria quanto para o debate sobre políticas de medicamentos.

A região enfrenta uma ***crescente incidência de doenças não transmissíveis[18]***, especialmente câncer e doenças cardiovasculares. Essas condições exigem tratamentos terapêuticos de alto valor, impulsionando a demanda por medicamentos inovadores. Entre eles anticoagulantes, medicamentos para redução de lipídios e terapias para insuficiência cardíaca[19].

[14] https://www.theguardian.com/world/2026/mar/11/jose-antonio-kast-pinochet-fan-chile-far-right

[15] https://efeminista.com/mujeres-marchan-america-latina-retroceso-derechos

[16] https://spectrumnoticias.com/us/noticias/noticias/2026/03/08/latinoam-rica-celebra-dia-de-la-mujer-entre-temores-de-retroceso-y-reclamos-contra-la-violencia

[17] https://elpais.com/america/2026-03-09/8m-las-mujeres-gritan-paren-de-matarnos-a-una-america-latina-en-pleno-giro-conservador.htm

[18] Doenças não transmissíveis (câncer, doenças cardiovasculares, diabetes) são responsáveis por mais de 70% das mortes na América Latina, impulsionando a demanda por tratamentos de longo prazo e medicamentos especializados. https://www.marketdataforecast.com/market-reports/latin-america-pharmaceutical-market

[19] O relatório IQVIA – Pharmaceutical Market Reports indica que o mercado farmacêutico da América Latina está avaliado em aproximadamente US$ 93 bilhões e apresenta crescimento sustentado. Entre as áreas terapêuticas com maior investimento e crescimento estão: Oncologia: aproximadamente US$ 11,4 bilhões (+16,6%) e Cardiovascular: cerca de US$ 7,7 bilhões (+8,8%). https://www.iqvia.com/-/media/iqvia/pdfs/events/presentation_global-meds-webinar_public.pdf

Observa-se uma ***expansão do mercado farmacêutico regional***, com países como Brasil, México, Argentina e Colômbia concentrando grande parte desse mercado e funcionando como polos de lançamento de novos produtos. Empresas globais como Pfizer, Roche, Novartis e AstraZeneca estão expandindo investimentos, ensaios clínicos e acordos de acesso na região.

Apesar do crescimento, existem ***obstáculos significativos***: desigualdade no acesso a medicamentos inovadores; pressão tributária sobre os sistemas de saúde; e processos heterogêneos de regulamentação e incorporação tecnológica entre os países. Embora os maiores obstáculos sejam os preços abusivos da indústria farmacêutica, que vendeu seus produtos até 10 mil vezes do seu custo de produção.

Recentemente, em uma coletiva de imprensa na Cidade do México, Adib Jacob, presidente da divisão farmacêutica da Bayer para o Brasil e América Latina, afirmou que a empresa reorientou sua estratégia nos últimos anos, focando em produtos com maior impacto clínico e potencial de crescimento[20]. Além disso, recentemente, a empresa de ***saúde SteinCares***, com sede na ***Costa Rica***, assinou um acordo de licenciamento com a ***Shilpa Biologicals***, parte da Shilpa Medicare (NSE: SHILPAMED), para comercializar um biossimilar em toda a América Latina[21].

O Secretário de Saúde do Governo do ***México***, Dr. David Kershenobich Stalnikowitz; Eduardo Clark García Dobarganes e o Diretor Geral dos Laboratórios de Produtos Biológicos e Reagentes do México, S.A. de C.V. (BIRMEX), juntamente com Juan Luis Morell, Diretor Geral da Pfizer no México, anunciaram a assinatura de um acordo de cooperação técnica ***para transferir parte da produção das vacinas de RNA mensageiro contra a COVID-19 da Pfizer para o país[22]***.

A expansão do setor farmacêutico na América Latina se expressa num aumento das vendas de medicamentos inovadores na região; na criação de novas alianças internacionais para biossimilares; em investimentos industriais e acordos com governos; e em reformas regulatórias para acelerar o acesso a medicamentos.

Crises setoriais com impacto social

As crises setoriais na América Latina refletem três problemas estruturais comuns: 1) fragilidade econômica e fiscal; 2) instituições políticas fragmentadas; e 3) desigualdade social persistente. Essas dinâmicas têm impactos diretos sobre o emprego, o acesso a serviços públicos e a estabilidade social, reforçando um contexto regional de intenso conflito e polarização política.

Crise energética e protestos sociais: Na **Bolívia[23],** a escassez de combustível e as tensões fiscais geraram protestos[24] de transportadores e setores produtivos, afetando o transporte, a distribuição de alimentos e a atividade econômica.

[20] https://www.revistaeyn.com/empresasymanagement/terapias-y-ensayos-clinicos-impulsan-el-crecimiento-de-bayer-en-latinoamerica-OK29676811

[21] https://www.thepharmaletter.com/biosimilars-news/steincares-shilpa-strike-latin-america-biosimilar-licensing-pact

[22] https://www.mundoejecutivo.com.mx/actualidad/pfizer-y-el-gobierno-de-mexico-firman-acuerdo-para-fortalecer-infraestructura-farmaceutica-nacional

[23] https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/bolivia-protestos-desafiam-governo-apos-aumento-de-combustiveis

[24] https://elpais.com/america/2026-01-05/campesinos-maestros-y-mineros-protestan-en-bolivia-contra-la-eliminacion-de-las-subvenciones-a-la-gasolina.html

Crise política e institucional: Já nos referimos em parágrafos anteriores à crise no ***Peru***[25], onde a instabilidade política, com alta fragmentação partidária e um clima de conflito social na preparação para as próximas eleições, está impactando a governança e a implementação de políticas públicas.

Crises no sistema de saúde, como na ***Colômbi***a, onde as tensões em torno da reforma do sistema e as dificuldades financeiras das seguradoras geraram riscos de interrupção dos serviços, com impacto direto no acesso dos pacientes.

Conflitos trabalhistas e ajustamento econômico: como os observados na ***Argentina***, onde o ajustamento fiscal e a inflação continuam a provocar conflitos sindicais, greves e mobilizações, especialmente nos setores público e de serviços.

Crise de segurança e governança: como se observa no Equador, onde a crise de segurança ligada ao crime organizado continua a afetar o cotidiano, a economia e o funcionamento dos serviços públicos.

O impacto econômico da guerra de Trump contra o Irã: a alta dos preços do petróleo

O conflito com o Irã tem efeitos indiretos, mas significativos, na América Latina, principalmente nas esferas econômica, geopolítica e social. A guerra causou tensões severas no mercado global de energia. O preço do petróleo ultrapassou os 100 dólares por barril devido às interrupções no fornecimento e ao risco de fechamento do Estreito de Ormuz, por onde passa grande parte do comércio mundial de petróleo bruto.

Na América Latina, temos países exportadores de petróleo como Brasil, Colômbia, México e Equador, que podem registrar aumento na arrecadação de impostos e receitas de exportação. Empresas de energia como a Petrobras se beneficiam da alta dos preços do petróleo bruto. Enquanto isso, os países importadores de energia (América Central e Caribe) enfrentarão aumento nos custos de combustível, transporte e eletricidade. A situação do petróleo também pode gerar inflação e pressão fiscal.

O aumento dos preços do petróleo elevará os custos de transporte, como observado na Argentina, onde a Aerolíneas Argentinas aumentou o preço das passagens aéreas. Também aumentará o custo de fertilizantes e da logística internacional. Países agrícolas como Argentina, Brasil e Uruguai podem enfrentar custos mais altos de fertilizantes e combustíveis, pressionando os preços dos alimentos no mercado interno.

Foi estimado que, a guerra poderá aumentar a inflação regional em 0,2 a 0,4 pontos percentuais[26]. As crises levam os investidores a retirar capital dos mercados emergentes, o que pode resultar em: desvalorização cambial; quedas nos mercados de ações regionais; e

[25] Ver Comisión Interamericana de Derechos Humanos (2023). *Situación de derechos humanos en Perú*; International Crisis Group (2023). *Managing Peru's Political Crisis;* Organización de los Estados Americanos (2023). Comunicados sobre la situación política en Perú; Reuters (2023–2024). Cobertura de la crisis política y protestas en Perú.

[26] https://www.capitaleconomics.com/publications/latin-america-economics-weekly/what-war-iran-means-latin-america

fortalecimento do dólar. Isso afeta particularmente as economias com baixas reservas internacionais ou alta vulnerabilidade financeira[27].

O Irã consolidou uma relação com a Venezuela, mas desde a queda de Maduro, o país tem mantido um perfil discreto. As licenças concedidas por Washington a empresas americanas incluem proibições explícitas de negociações com entidades e indivíduos de países sancionados, incluindo o Irã[28]. Donald Trump poderia pressionar governos latino-americanos a se alinharem diplomaticamente contra o Irã e até mesmo explorar a aliança entre presidentes de direita e extrema-direita que se reuniram recentemente com ele na Flórida.

Potências como a China e a Rússia poderiam ganhar influência na região se o conflito enfraquecer o foco estratégico dos EUA. Além disso, redes financeiras ligadas a grupos apoiados pelo Irã, como o Hezbollah, historicamente têm presença em alguns países da América Latina, aumentando as preocupações com a segurança. Teerã poderia considerar as embaixadas israelenses na América Latina como alvos para ataques[29]. No entanto, o risco permanece limitado e depende da intensidade do conflito global e das capacidades de segurança de cada país.

A ***guerra com o Irã afeta a cadeia de suprimentos farmacêuticos*** global por meio de cinco mecanismos principais:

- ✓ Interrupção das rotas marítimas e logísticas (especialmente o Estreito de Ormuz).
- ✓ Aumento dos preços de matérias-primas químicas e IFA (Ingredientes Farmacêuticos Ativos).
- ✓ Impacto na produção global de medicamentos genéricos, especialmente na Índia.
- ✓ Escassez ou aumento de preços de materiais de embalagem farmacêutica.
- ✓ Problemas com o transporte refrigerado de produtos biológicos e vacinas.

O Estreito de Ormuz representa muito mais do que uma rota marítima regional: é a principal artéria por onde flui a energia global. **Qualquer interrupção teria repercussões imediatas nas cadeias de suprimentos interconectadas, impactando as operações farmacêuticas em múltiplos canais[30].**

Impacto da guerra com o Irã nas cadeias de suprimento globais de medicamentos e insumos farmacêuticos

Custos de Energia e Fabricação: Os preços do petróleo podem subir para US$ 100-150 por barril, aumentando drasticamente:	✓ Custos de eletricidade e aquecimento em instalações de fabricação ✓ Combustível para transporte em redes logísticas ✓ Processos de síntese de IFA (Ingrediente Farmacêutico Ativo) que consomem muita energia

[27] https://english.elpais.com/international/2026-03-04/how-the-war-in-iran-is-affecting-the-main-economies-of-latin-america.html

[28] https://english.elpais.com/international/2026-03-04/how-the-war-in-iran-is-affecting-the-main-economies-of-latin-america.html

[29] https://share.google/dqamTaT7qV5nMbjXR

[30] https://pharmasource.global/content/expert-insight/iran-and-strait-of-hormuz-crisis-impact-on-pharmaceutical-supply-chain

Matérias-primas e IFAs	✓ As matérias-primas petroquímicas para a síntese farmacêutica sofrem interrupções imediatas ✓ Os fabricantes indianos de IFAs — que fornecem aproximadamente 40% dos genéricos globais — enfrentam pressões de custos ✓ A disponibilidade de solventes é limitada, impactando múltiplos processos de fabricação
Materiais de Embalagem	✓ A escassez de resina afeta a produção de recipientes plásticos ✓ Os custos de polímeros, vidro e alumínio aumentam rapidamente ✓ Atrasos na embalagem primária criam gargalos na disponibilidade do produto acabado
Logística e Distribuição	✓ Desvios de rotas via África adicionam de 10 a 14 dias aos prazos de entrega[31] ✓ Prêmios de Seguro O transporte marítimo aumenta substancialmente. ✓ A capacidade de transporte aéreo fica sobrecarregada, pois as empresas buscam alternativas.

Fonte: https://pharmasource.global/content/expert-insight/iran-and-strait-of-hormuz-crisis-impact-on-pharmaceutical-supply-chain

O fechamento do Estreito de Ormuz representa um risco sistêmico para as cadeias de suprimento farmacêutico globais e de Latinoamérica. Embora o próprio Irã não seja um fornecedor de produtos farmacêuticos para os mercados ocidentais, as interrupções no fornecimento de energia e petroquímica poderiam alterar em forma indireta as estruturas de custos e a confiabilidade do abastecimento em todo o setor.

A Índia depende fortemente da importação de energia e matérias-primas. Se os custos de energia aumentarem ou houver atrasos na entrega de insumos, a produção global de medicamentos genéricos poderá diminuir. Isso impacta diretamente os países que dependem desses medicamentos, incluindo muitos sistemas de saúde na América Latina.

Nenhum país da América Latina produz ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs) em quantidade e variedade suficiente e depende de importações para fabricar ou fornecer medicamentos. Nesse sentido, as cadeias de suprimento farmacêutico globais estão concentradas na Ásia (Índia e China) e, em menor escala, na Europa e nos Estados Unidos. A América Latina geralmente produz formulações acabadas ou genéricos, mas os insumos químicos e os IFAs são, em sua maioria, importados. Isso significa que qualquer interrupção nas rotas comerciais ou na produção asiática se propaga rapidamente para a região.

O aumento dos preços da energia e dos produtos petroquímicos está elevando o custo global da produção farmacêutica. Para a América Latina, isso pode se traduzir em medicamentos

[31] https://www.forbes.com/sites/briandelp/2026/03/04/iran-conflict-disrupts-supply-chains-as-dual-chokepoint-crisis-unfolds

mais caros, maior pressão sobre os orçamentos de saúde pública e renegociações de preços com as empresas farmacêuticas[32].

As exportações farmacêuticas da Índias para América Latina vão dos **US$1.8 aos 2.0 bilhões e equivalem a um 10% a 15% do consumo total da região**. As tensões no Oriente Médio já estão afetando o comércio farmacêutico indiano, aumentando os custos logísticos, interrompendo rotas comerciais e correndo o risco de perdas nas exportações de produtos farmacêuticos. Se a produção ou as exportações indianas forem atrasadas, os sistemas de saúde da América Latina poderão enfrentar escassez temporária de medicamentos genéricos. Embora a substituição de importações da Índia seja viável, isso não ocorrerá no curto prazo.

Em síntese, os impactos potenciais da guerra do irão para a América Latina, seriam:

- ✓ Risco de escassez temporária de medicamentos essenciais caso o conflito continue.
- ✓ Atrasos logísticos na importação de medicamentos e suprimentos.
- ✓ Aumento do custo de IFA (Ingredientes Farmacêuticos Ativos) e matérias-primas químicas.
- ✓ Preços mais altos para medicamentos genéricos importados.
- ✓ Pressão orçamentária sobre os sistemas públicos de saúde.

[32] https://www.linkedin.com/posts/qaiser-raza-1548a625_here-are-10-clear-points-on-the-global-effects-activity-7431337318923431937-SUSq

África: segurança e geopolítica no Sahel e na África Ocidental

África: Seguridad y geopolítica en el Sahel y África Occidental

Africa: Security and geopolitics in Sahel and West Africa

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg

Resumo. O documento analisa dinâmicas recentes de segurança e geopolítica no Sahel e na África Ocidental, com destaque para a expansão do Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), principal movimento jihadista da região. Fundado em 2017 no Mali, o grupo consolidou-se como força dominante no centro do Sahel e, desde 2019, passou a realizar ataques esporádicos em países costeiros do Golfo da Guiné, como Benim, Togo e Costa do Marfim. Embora essa expansão gere grande preocupação regional, o texto demonstra que ela não constitui prioridade estratégica absoluta para o JNIM, cujas lideranças temem a fragmentação interna e a perda de coesão organizacional. O informe descreve como o JNIM combina centralização estratégica com autonomia operacional local, desenvolvendo formas limitadas de governação em áreas sob sua influência. A expansão territorial oferece vantagens militares, financeiras e simbólicas, mas também acarreta riscos, como o enfraquecimento de bastiões no Sahel, tensões internas e recrutamento pouco confiável. Nesse contexto, os países costeiros são aconselhados a privilegiar ações de inteligência, policiamento comunitário e cooperação regional, evitando respostas exclusivamente militarizadas que podem agravar vulnerabilidades sociais. O texto também examina a reconfiguração geopolítica do Sahel, destacando o reposicionamento dos Estados Unidos após a retração europeia, a presença indireta de atores russos e o papel crescente do Marrocos como parceiro estratégico e mediador regional. A estratégia norte-americana caracteriza-se pelo pragmatismo, pelo diálogo com regimes militares e pela terceirização da segurança. Por fim, o informe amplia o debate ao tratar o extremismo violento como um problema de saúde pública. Defende-se uma abordagem preventiva, multissetorial e baseada em evidências, combinando segurança, saúde, educação e políticas sociais. Embora reconheça os limites e desafios dessa abordagem, o texto sustenta que ela pode contribuir para respostas mais sustentáveis à violência extremista.

Palavras-chave: Sahel. Jihadismo. Segurança regional. Geopolítica africana. Prevenção do extremismo.

Resumen. *El documento analiza las transformaciones recientes en materia de seguridad y geopolítica en el Sahel y África Occidental, centrándose en la expansión del Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), principal actor yihadista de la región. Fundado en Mali en 2017, el grupo se consolidó rápidamente en el Sahel central y, a partir de 2019, comenzó a realizar ataques en países costeros del Golfo de Guinea como Benín, Togo y Costa de Marfil. Aunque esta expansión genera una creciente alarma regional, el informe subraya que no constituye la prioridad estratégica central del movimiento, cuya dirigencia teme una pérdida de cohesión interna. El texto explica que el JNIM combina liderazgo estratégico centralizado con amplia autonomía operativa local, desarrollando formas limitadas de gobernanza en los territorios donde ejerce influencia. La expansión territorial aporta beneficios claros, como mayor capacidad de reclutamiento, ventajas financieras y profundidad estratégica frente a grupos rivales. Sin*

embargo, también implica riesgos significativos, entre ellos la dispersión de recursos, la fragilidad de los bastiones centrales y el aumento de tensiones internas. Ante este escenario, se recomienda que los Estados costeros privilegien estrategias basadas en el fortalecimiento de la inteligencia, el trabajo policial de proximidad y la cooperación regional. El informe destaca la importancia de comprender las dinámicas locales y evitar la estigmatización de comunidades vulnerables, factor que puede favorecer la radicalización. Asimismo, el documento aborda la reconfiguración geopolítica del Sahel, marcada por el repliegue europeo, la presencia indirecta de actores rusos y el regreso pragmático de Estados Unidos. En este contexto, Marruecos emerge como un actor clave, combinando diplomacia, seguridad y proyección económica. Finalmente, el informe propone considerar el extremismo violento como un problema de salud pública. Defiende un enfoque preventivo, multisectorial y basado en evidencias que integre salud, educación y cohesión social. Aunque reconoce sus limitaciones, sostiene que esta perspectiva ofrece respuestas más sostenibles a largo plazo.

Palabras clave: Sahel. Yihadismo. Seguridad regional. Geopolítica africana. Prevención del extremismo.

Abstract. *The document examines recent security and geopolitical dynamics in the Sahel and West Africa, focusing on the expansion of Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), the region's dominant jihadist group. Founded in Mali in 2017, JNIM has consolidated its influence across the central Sahel and, since 2019, has carried out attacks in coastal countries along the Gulf of Guinea, including Benin, Togo, and Côte d'Ivoire. While this expansion has raised serious regional security concerns, the text argues that territorial expansion is not the group's primary strategic objective, as its leadership fears internal fragmentation and loss of cohesion. The report explains how JNIM balances centralized strategic control with significant local operational autonomy, enabling it to establish limited forms of governance in areas under its influence. Expansion offers clear advantages, such as recruitment opportunities, financial gains, and strategic depth in competition with rival groups. However, it also carries substantial risks, including overstretch, weakened core strongholds, and internal divisions fueled by unreliable recruits. In response, the document recommends that coastal states prioritize intelligence gathering, community-based policing, and regional cooperation rather than relying solely on military deployment. Understanding local social dynamics and reducing stigmatization of vulnerable communities are presented as essential components of effective prevention strategies. The analysis further explores broader geopolitical shifts in the Sahel, marked by European disengagement, indirect Russian involvement, and a renewed but pragmatic U.S. approach. The United States is portrayed as favoring dialogue with de facto authorities, outsourcing security functions, and aligning with regional partners, particularly Morocco, which is emerging as a key diplomatic, security, and economic intermediary. Finally, the document frames violent extremism as a public health challenge. It advocates preventive, evidence-based and multisectoral involving health, education, social services and digital governance. Although such strategies face significant implementation challenges, they are presented as promising avenues for reducing long-term vulnerability to extremist violence.*

Keywords: Sahel. *Jihadist movements. Regional security. African geopolitics. Violent extremism prevention.*

International Crisis Group - Relatório Nº 321 sobre África

O Grupo de apoio ao islão e aos muçulmanos (JNIM) e o dilema da expansão no Sahel

Introdução

O *Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin* (JNIM), o principal movimento jihadista no centro do Sahel, iniciou uma expansão que colocou a África Ocidental em alerta. Embora a conquista territorial não seja a principal prioridade do grupo, os países ameaçados devem preparar-se, compreendendo melhor as vulnerabilidades e reativando a cooperação regional.

O que há de novo? Fundado no Mali em 2017, o Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM) é agora o principal grupo jihadista no centro do Sahel. Desde 2019, a filial da Al-Qaeda também tem realizado ataques em países ao longo do Golfo da Guiné, incluindo a Costa do Marfim, Benim e Togo.

Por que isso é importante? A expansão do JNIM para além do Sahel é uma grande preocupação de segurança para os países da África Ocidental, com Benim e Togo em maior perigo. No entanto, a expansão não é a principal prioridade do grupo, cujos líderes temem que uma expansão muito rápida possa fragmentar as fileiras do movimento.

O que deve ser feito? Diante do risco de expansão jihadista, os países ameaçados devem aprofundar a sua compreensão das dinâmicas locais e das suas próprias vulnerabilidades, reativar a cooperação com os países do Sahel e identificar possíveis entendimentos com os insurgentes que possam trazer uma redução duradoura da violência.

Resumo executivo

Fundado em 2017, o *Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin* (JNIM) é atualmente o grupo jihadista dominante na região central do Sahel. Formado no Mali, o movimento rapidamente se expandiu para o Burquina Faso e o Níger. A partir de 2019, também passou a realizar ataques em países ao longo da costa da África Ocidental, como Benim, Costa do Marfim e Togo. O avanço militante para além do Sahel, particularmente para o norte do Benim e do Togo, tornou-se uma grande preocupação de segurança para esses países. No entanto, para o JNIM, a expansão apresenta um dilema. Embora permita ao grupo recrutar e traga benefícios materiais — e, por isso, seja encorajada pelos membros —, os líderes do grupo temem que avançar demasiado rápido possa enfraquecer a coesão do movimento. Ainda assim, o risco é real. Para lidar com ele, os Estados ameaçados, particularmente aqueles ao longo do Golfo da Guiné, devem aprofundar a sua compreensão da dinâmica local e das suas próprias vulnerabilidades, reativar a cooperação com os países do Sahel e identificar possíveis entendimentos com os insurgentes que possam trazer uma redução duradoura da violência.

O JNIM – Grupo de Apoio ao Islão e aos Muçulmanos, em português – é o herdeiro dos grupos jihadistas que surgiram no Mali na década de 2000 e tomaram o controlo de partes do norte do país em 2012, antes de serem repelidos pelas forças armadas francesas. Formado em março de 2017, o movimento jurou lealdade à Al-Qaeda, estabelecendo o objetivo de unificar as várias insurreições islâmicas no Mali e confrontar a coligação internacional reunida pela França a partir de 2013. Ao contrário de outros grupos enraizados em agendas comunitárias ou nacionalistas, o JNIM não limita a sua luta a um único território delimitado. Pouco depois da sua fundação, expandiu-se para dois outros países no centro do Sahel — Burquina Faso e Níger — antes de montar ataques mortais no norte da Costa do Marfim, Benim e Togo a partir de 2019. Os dois últimos países são os que correm maior risco de novos ataques jihadistas.

A luta do JNIM na África Ocidental tem dois teatros. O Sahel é o mais importante. O movimento controla agora vastas áreas no norte, centro, sul e oeste do Mali; detém faixas do norte, centro-norte, oeste e leste do Burquina Faso; e realiza ataques regulares no sudoeste do Níger. Nestes territórios, que são os mais proeminentes nas suas mensagens, o JNIM desenvolveu uma forma de governação que lhe permite apresentar-se como uma alternativa ao Estado. Implementou uma estrutura administrativa leve, capaz de fazer justiça, de acordo com a sua versão da lei islâmica, cobrar impostos e exercer controlo social. Até agora, os líderes do JNIM têm considerado os países costeiros como secundários em relação ao seu domínio no Sahel. No entanto, o movimento está a fazer incursões nesses países, primeiro com proselitismo discreto e depois com ataques abertos às forças estatais e aos civis.

O avanço do JNIM tornou-se naturalmente uma grande ameaça na visão dos Estados da África Ocidental. No entanto, o quadro é complexo. Conquistar novos territórios não é necessariamente uma prioridade para o grupo; é até provável que os fundadores não tivessem previsto uma expansão tão grande e tão rápida. A expansão geográfica oferece vantagens inegáveis ao JNIM, particularmente na sua rivalidade com o Estado Islâmico no Sahel: permite ao grupo recrutar mais combatentes, ganhar dinheiro com o comércio transfronteiriço, abrir novas frentes para aliviar a pressão exercida pelos exércitos nacionais e recuar para um refúgio seguro em caso de derrota. Mas a expansão também traz grandes riscos. Por um lado, desvia a força de combate necessária para defender os bastiões do JNIM no Sahel. Os novos recrutas também podem ser pouco fiáveis, ao ponto de perseguirem os seus próprios objetivos, aumentando assim a ameaça de tensões internas ou mesmo de divisões.

O grau de expansão que o grupo deve procurar alcançar é, portanto, motivo de acalorado debate interno. O JNIM difere de outros movimentos jihadistas no equilíbrio que procura manter entre a tomada de decisões estratégicas centralizadas e a autonomia operacional das unidades no terreno. Embora a organização tenha preservado até agora a sua unidade, as decisões relacionadas com a conquista de novos territórios estão entre as que mais põem à prova a sua coesão. Os escalões inferiores do JNIM têm um interesse mais imediato na expansão e podem exercer forte pressão nesse sentido sobre os escalões superiores. A liderança, temerosa de uma expansão excessiva e, acima de tudo, da fragmentação, tende a valorizar a consolidação. Estes interesses divergentes podem explicar por que razão as incursões do JNIM na costa ocidental de África têm sido menos agressivas do que os observadores temiam no final da década de 2010.

Os países que ainda não enfrentam ataques do JNIM devem resistir à tentação de enviar soldados para as suas fronteiras, mantendo-se fiéis à polícia. O avanço dos jihadistas continuam, no entanto, a ser uma realidade. Para responder a isso, os Estados costeiros devem investir mais na recolha de informações para desenvolver uma compreensão mais detalhada das potenciais ameaças locais. Estes últimos estão mais bem treinados para interagir com as comunidades, reduzindo o risco de estigmatização de pessoas como os pastores nómadas, que são frequentemente acusados de conivência com os jihadistas e cujas queixas são exploradas pelos insurgentes para recrutar novos membros. As autoridades de toda a região devem também ter em mente que o combate aos grupos jihadistas requer uma cooperação interestatal eficaz, o que só é possível se os países costeiros e do Sahel reconstruírem a confiança que foi minada pela ascensão de regimes militares no Sahel nos últimos anos. Por fim, os Estados devem explorar as possibilidades de chegar a entendimentos com os jihadistas com o objetivo de reduzir os níveis de violência.

O JNIM iniciou uma expansão que colocou toda a África Ocidental em alerta, embora o seu futuro permaneça incerto, mesmo para os próprios líderes do movimento. No entanto, a propagação do jihadismo não é inevitável: para manter os militantes afastados, cada Estado deve identificar os fatores que o tornam vulnerável e desenvolver a sua própria estratégia, contribuindo simultaneamente para uma resposta regional, sem a qual não é possível uma solução duradoura.

Sahel: A nova estratégia de influência dos EUA e o papel central de Marrocos

O jornalista e analista de assuntos económicos, Mouhamet Ndiongue, assinou um artigo denso que consideramos de pura geopolítica do Sahel. A sua minuciosa análise nos permite começar a apreender os principais contornos de meandros da administração Trump com vastas implicações no só no Sahel como em todo continente africano.

Para aprofundar a sua análise sobre o tema, Ndiongue conversou em jeito de entrevista com o Presidente do Instituto de Prospecção e Segurança na Europa (IPSE, *l'Institut prospective et sécurité en Europe*), Emmanuel Dupuy.

Começam por revelar que a reconfiguração geopolítica do Sahel ocorre de forma silenciosa. Enquanto os dispositivos europeus se retiraram progressivamente do Mali, do Burkina Faso e do Níger, e a Rússia aumentou sua visibilidade através de estruturas paraestatais, os Estados Unidos transmitem uma sensação de um reaquecimento de atividades na região.

Para Emmanuel Dupuy, essa leitura merece ser matizada. Aos seus olhos, "não sendo um retorno em força, é antes a confirmação de que nunca estiveram muito longe e que esperavam ver o desmoronamento dos outros para poderem se posicionar".

Segundo Dupuy, Washington não abandonou o Sahel. Simplesmente adiou uma exposição direta, permitindo que os equilíbrios internos se recompusessem e que a influência de certos atores europeus se desgastasse. Esta abordagem insere-se numa tradição estratégica americana marcada pelo pragmatismo. "Os americanos são pragmáticos. Negociam com interlocutores cujas posições não partilham necessariamente". Nesta lógica transacional, a questão ideológica é secundária em relação aos interesses securitários e económicos. Ele acrescenta: "os Estados Unidos não consideram a Rússia como uma ameaça e, pelo contrário, são perfeitamente complementares com atores que, por outro lado, beneficiaram do vazio estratégico — do "vácuo" que expulsou os ocidentais, neste caso, os europeus". Longe de um confronto direto, a coexistência russo-americana estaria, portanto, inserida num jogo de ajustamentos mútuos, com cada potência capitalizando sobre o espaço deixado vago pela retirada ou pelo enfraquecimento de outros parceiros. Neste contexto, vários fatores contribuem, segundo ele, para criar uma janela de oportunidade para Washington. "Tudo se alinha para os americanos. A ONU está desacreditada, a Rússia não consegue lutar eficazmente contra os grupos armados terroristas". A erosão da credibilidade da ONU e os limites operacionais dos dispositivos russos abririam, assim, um espaço de reafirmação indireta.

A metodologia americana basear-se-ia num diálogo estruturado com as autoridades em vigor, independentemente das circunstâncias da sua chegada ao poder. Emmanuel Dupuy estabelece um paralelo explícito: "os americanos praticam exatamente a mesma metodologia de diálogo estruturado com as autoridades malianas que utilizaram com as autoridades afegãs, visando, em última análise, a perspectiva de negociar com os talibãs".

Este ponto constitui, segundo ele, um diferencial em relação aos europeus: “os americanos vão compor com os militares no Sahel, ao contrário dos europeus que não reconheceram os poderes militares, isto é, as “juntas”, como eles as chamam”. A análise não antecipa o desfecho de tal cenário, mas destaca uma lógica de aceitação do fato consumado político.

A estratégia americana não se limita a um “*tête-à-tête*” com os regimes saheliano. Ela se insere também em uma dinâmica de convergências cruzadas. “Os americanos estão perfeitamente alinhados com outros atores e parceiros, nomeadamente a Turquia”, observa Emmanuel Dupuy. A presença relativamente fraca da China em certos segmentos de segurança no Sahel constituiria, a seus olhos, uma oportunidade adicional para Washington.

No plano comercial, ele evoca a revitalização do AGOA[1] (*African Growth and Opportunity Act*), dispositivo que permite a vários países africanos beneficiar-se de isenções tarifárias no mercado americano. Este quadro, recorda ele, abrange trinta países e faz parte de uma estratégia de fixação económica complementar à dimensão de segurança.

Terceirização de segurança e coexistência russo-americana

A questão da coexistência entre Estados Unidos e Rússia em um mesmo espaço geográfico surge regularmente nos debates. Emmanuel Dupuy responde sem rodeios: “pode funcionar tanto mais que não sejam diretamente os Estados Unidos nem diretamente a Rússia. São empresas militares privadas, as ESSD (Empresas de Serviços de Segurança e Defesa), que intervirão. É exatamente o que os americanos farão”.

Esta terceirização constitui, segundo ele, o cerne do modelo. “A melhor prova é o acordo que facilitaram entre a República Democrática do Congo e o Ruanda: há americanos, mas não são forças armadas regulares. Chama-se *Blackwater”*. A menção a empresas militares privadas remete a uma prática já testada em outros teatros de operações. O precedente líbio ilustra essa coabitação indireta. “Foram empresas militares privadas americanas que apoiaram Haftar, quase colocalizadas com o Wagner, e depois com o *Africa Corps”*. Para Emmanuel Dupuy, esta proximidade operacional não impediu uma forma de entendimento tácito no terreno.

O Sudão constituiria outro laboratório deste método. “É exatamente o que se passa no Sudão, onde os americanos estariam dispostos a interferir numa forma de mediação entre o general al-Burhan e o general Daglo, defendendo a ideia de que subcontratados americanos façam o trabalho, tal como os russos.” A mediação política e a presença de segurança seriam, assim, dissociadas da projeção militar clássica.

Por trás desta recomposição desenham-se interesses económicos precisos. “Os americanos subcontratam a sua presença no continente africano em benefício de empresas extrativas de que necessitam: no Mali para o ouro, no Burkina Faso também para o ouro, e no Níger para o urânio”. A articulação entre segurança e acesso aos recursos aparece aqui como um ponto central.

Neste cenário mutável, o Marrocos ocupa uma posição singular. A cooperação bilateral entre Rabat e Washington intensificou-se nos planos militar, económico e diplomático. Emmanuel Dupuy considera que uma convergência mais ampla poderá desenhar-se em direção

[1] Lei de Crescimento e Oportunidades para a África, um pilar da política comercial dos EUA para o continente.

ao Sahel: “Provavelmente, sim. Marrocos é um pouco o parceiro ideal, o parceiro esperado, de que os americanos precisam”.

Esta formulação sublinha uma complementaridade de interesses. Os Estados Unidos, segundo ele, não podem “intervir oficialmente de forma frontal” e podem “utilizar a excelente imagem de que goza Marrocos, que ainda consegue dialogar com os governos saídos dos golpes de Estado militares no Mali, no Níger e no Burkina Faso”.

A evolução dos equilíbrios regionais reforça esta hipótese. Dupuy observa que “os marroquinos continuam a ser atores privilegiados, tanto mais que a Argélia perdeu a ligação quase orgânica que mantinha com o Mali”. Ele menciona, nomeadamente, o apoio de Argel a certos atores religiosos considerados inaceitáveis por Bamako, o que teria contribuído para o distanciamento das relações.

Marrocos, pivô discreto da projeção americana

Neste contexto, “o poder em Bamako vê com bons olhos o facto de Marrocos continuar a ser um ator privilegiado”, num momento em que as autoridades malianas denunciam regularmente ingerências externas. Rabat beneficiaria, assim, de um capital relacional distinto.

A perspectiva de um aprofundamento económico regional permanece, contudo, inscrita no longo prazo. “Sim, mas isso é para o muito longo prazo. Falamos de encerramento de isolamento, de corredores logísticos Burkina-Níger-Mali via Mauritânia, e depois de investimentos no sul de Marrocos. É uma perspectiva a dez anos, não antes”, precisa Emmanuel Dupuy.

Antes destas infraestruturas estruturantes, outros mecanismos podem ser mobilizados. Ele cita, em particular, a diplomacia espiritual: “Desde 2015, o Instituto Mohammed VI de formação de imãs forma quadros religiosos para toda a região, com a promoção de um islão moderado, *Maliquita*[2] e *sufi*[3]. É uma ferramenta de *soft power* extremamente eficaz”.

Paralelamente, Marrocos pode oferecer «perspectivas económicas de fim do isolamento que poucos atores são capazes de propor hoje”. Esta oferta insere-se numa estratégia mais vasta de projeção africana, já visível através dos investimentos bancários, de telecomunicações e industriais do reino.

A relação particular entre Rabat e Washington não se limita ao Sahel. Dupuy recorda que “o estatuto muito especial que os americanos concedem a Marrocos como parceiro exclusivo extra-OTAN desde 2016 está ligado a uma triangulação africano-atlântico-mediterrânica”. Esta fórmula resume a articulação entre a fachada atlântica, a profundidade africana e a ancoragem mediterrânica.

Argélia e Saara: um equilíbrio de forças reconfigurado

Resta a questão argelina. Emmanuel Dupuy mostra-se cético quanto à margem de manobra de Argel. “Honestamente, não vejo qual”, responde, sobre as cartas que o regime

[2] O Islão Maliquita (ou *Malikismo*) é uma das quatro grandes escolas jurídicas (*madhhabs*) do Islão Sunita, baseada nos ensinamentos do Imam Malik ibn Anas (século VIII). Essa vertente é fundamental para entender a estratégia de influência de Marrocos no Sahel.

[3] O Sufismo (ou *Tasawwuf* em árabe) não é uma “seita” ou uma escola jurídica separada, mas sim a dimensão mística, espiritual e interior do Islão. No contexto do Sahel e Marrocos, o Sufismo desempenha um papel político e social crucial.

argelino ainda poderia jogar. Ele considera que a dinâmica diplomática atual lhe é desfavorável, especialmente no dossier do Saara. Segundo ele, "os americanos recordaram que a única base de discussão continua a ser o plano de autonomia".

Ele sublinha também que certos projetos alternativos, nomeadamente energéticos, não avançaram como previsto. As margens de Argel parecem, assim, constrangidas pela evolução das alianças regionais e pelas prioridades das grandes potências.

Dupuy evoca a recente reunião de Madrid como um momento decisivo: "Já não se trata de debates ideológicos, mas de implementação prática". As discussões focariam agora na governação local, desenvolvimento económico, zonas marítimas e zonas económicas exclusivas.

Através desta lente de leitura, o Sahel já não aparece apenas como um teatro de rivalidades de segurança, mas como um espaço de recomposição estratégica onde se entrelaçam interesses extrativos, terceirização militar, diplomacia religiosa e corredores logísticos. Neste tabuleiro, Washington ajusta a sua postura e Rabat afirma-se como pivô regional, no cruzamento do Atlântico, do Mediterrâneo e do continente africano.

Extremismo violento – problema de saúde pública

Na sequência do que acima escrevemos neste informe dedicado ao Sahel, não poderíamos deixar de fora as preocupações relativas a consequências óbvias do extremismo violento sobre a saúde das populações, não apenas em África, mas em todas as partes do mundo onde é violentamente exercido sobre pessoas inocentes.

Não é por acaso que o assunto foi bem debatido e publicado na plataforma *Healthy Debate*[4] pela mão da Natalie Brender, Diretora de Políticas da Associação de Saúde Pública do Canadá.

Ela começa por estas indagações muito interessantes: e se os responsáveis de segurança pública optassem por enquadrar um problema de segurança como um problema de saúde pública, isso melhoraria as chances de sucesso? Tal mudança afetaria o mandato da saúde pública de promover a saúde e o bem-estar da população? Essas questões estão sendo testadas à medida que autoridades canadenses responsáveis pelo combate ao extremismo violento repensam tanto a natureza do problema quanto de quem deve ser a expertise convocada para enfrentá-lo.

Em 2022, quando a Segurança Pública do Canadá lançou sua Estratégia Nacional de Combate à Radicalização para a Violência, o problema era visto principalmente como a disseminação de ideologias – frequentemente dentro de grupos e redes definíveis – que levavam indivíduos a cometer atos violentos. Consistente com as abordagens internacionais predominantes, a estratégia enfatizava intervenções de segurança e de serviço social voltadas a indivíduos radicalizados ou em risco de radicalização, juntamente com mensagens destinadas a combater narrativas extremistas.

Mais recentemente, no entanto, a gama de extremismos expandiu-se para além das ideologias políticas, incluindo formas niilistas, misóginas, movidas pelo ódio e de exploração sexual. Seu crescimento tem sido associado a padrões mais amplos de polarização e alienação

[4] É uma plataforma de jornalismo e opinião focada no sistema de saúde canadense. Foi criada em 2011 pelo Dr. Andreas Laupacis e é mantida atualmente por uma parceria entre médicos, jornalistas e instituições acadêmicas.

social, ao agravamento da saúde mental e a ecossistemas o*n-line* tóxicos caracterizados pela desinformação e amplificação algorítmica. Esses desdobramentos enfraqueceram a confiança em uma abordagem centrada na ideologia e focada na intervenção com indivíduos e comunidades em risco, o que gera risco de estigmatização, intervém tarde demais no processo de radicalização e não consegue acompanhar um ambiente de ameaças em constante evolução.

Como resultado, os governos canadense e estrangeiros ampliaram seu foco para incluir a prevenção do extremismo antes que ele se instale, bem como o seu tratamento após criar raízes. O Centro Canadense de Engajamento Comunitário e Prevenção da Violência da Segurança Pública do Canadá agora apoia a prevenção precoce por meio da conscientização e capacitação nos setores de saúde, educação, serviço social e sem fins lucrativos. Em 2024, a Real Polícia Montada do Canadá (RCMP) convocou uma "resposta de toda a sociedade" envolvendo "agências governamentais, o setor de educação, serviços de saúde mental e bem-estar social, comunidades e empresas de tecnologia como parte de um esforço coletivo para identificar e combater a radicalização de menores para o extremismo violento".

Dentro dessa mudança, a saúde pública é identificada como um ator relevante na prevenção do extremismo violento. Sua inclusão pode parecer óbvia, dado que os defensores da prevenção multissetorial de base frequentemente descrevem o extremismo violento como um "problema de saúde pública" que exige uma "abordagem de saúde pública" seguindo a prática padrão da área: identificar fatores de risco e de proteção e determinantes estruturais; desenhar intervenções para reduzir vulnerabilidades e fortalecer fatores de proteção; e avaliar essas intervenções com o objetivo de escalar o que funciona.

Moldar ambientes sociais, recursos e atitudes antes que os danos aumentem alinha-se estreitamente com os compromissos centrais da saúde pública. Intervenções estruturadas em torno da saúde e do bem-estar também têm maior probabilidade de serem aceitáveis – e eficazes – do que aquelas que retratam indivíduos como ameaças à segurança. Uma abordagem que "vislumbra a construção de comunidades prósperas e indivíduos resilientes à violência – e, por extensão, ao extremismo violento" situa-se exatamente dentro do mandato de promoção da saúde. A saúde pública tem longa experiência em abordar os propulsores de violência em nível populacional que afetam uma ampla gama de grupos. Ela também tem um forte interesse em promover o letramento digital e confrontar os ecossistemas *on-line* sub-regulados que fomentam a desinformação em saúde, juntamente com culturas tóxicas de ódio.

A contribuição específica que a saúde pública pode dar nesta área, no entanto, merece uma avaliação ponderada. Sua expertise em fornecer evidências relevantes é, obviamente, um trunfo. Como observa um pesquisador dos EUA, "o uso de um sistema abrangente de vigilância em saúde pública poderia aumentar as evidências disponíveis no campo da violência direcionada sobre a natureza, o escopo e as circunstâncias dessa violência para informar os esforços de prevenção". A saúde pública também traz décadas de experiência no desenho de intervenções baseadas em evidências para influenciar atitudes e comportamentos relacionados ao uso de substâncias, saúde sexual e outros domínios.

No entanto, restam desafios íngremes. Medir e avaliar o impacto é particularmente difícil. Uma revisão sistemática de 2021 da Rede Canadense de Profissionais para a Prevenção da Radicalização e Violência Extremista adverte que, mesmo onde os programas de prevenção melhoram características pessoais, interpessoais ou psicossociais consideradas protetoras, não se pode presumir que esses resultados intermediários reduzam a radicalização violenta.

A escala de intervenções promissoras apresenta um obstáculo adicional. Um programa plenamente realizado de intervenções de base que aborde fatores de proteção econômicos, sociais e emocionais seria imensamente intensivo em recursos. Os sistemas de saúde pública já lutam para ampliar as intervenções de saúde mental e de conexão social para atender às necessidades populacionais existentes. Ao contrário de algumas expectativas otimistas, é improvável que o simples "agrupamento" de iniciativas atuais entregue estratégias eficazes de prevenção em toda a população adaptadas ao extremismo violento.

a própria história da saúde pública oferece mais motivos para cautela. Décadas de experiência mostram como é difícil garantir o compromisso governamental sustentado com esforços de prevenção em larga escala. Como pesquisadores de políticas demonstraram, a falha em sustentar iniciativas de prevenção é a regra e não a exceção: "revisões do progresso global em direção a estratégias de saúde preventiva destacam surtos de entusiasmo seguidos de desencanto". Mesmo quando o argumento econômico para a prevenção é convincente, essas falhas estão enraizadas em dinâmicas sistêmicas da administração pública que levam os esforços de prevenção a perder o foco e desaparecer em meio a agendas fiscais e políticas concorrentes e prioridades políticas.

Nada disso diminui o interesse da saúde pública em prevenir o extremismo violento ou sua responsabilidade de contribuir onde puder. Reforçar a base de evidências por meio da vigilância da saúde populacional, avaliação de riscos, design de programas e avaliação está bem dentro da expertise da saúde pública. Compromissos federais recentes, incluindo o plano de lançar uma estratégia sobre a saúde de meninos e homens, podem criar oportunidades para investimentos sustentados em saúde mental e fatores de risco sociais relevantes para o extremismo violento. A saúde pública também deve desempenhar um papel importante na defesa de causas, particularmente em coalizões que pedem iniciativas de letramento digital e uma regulamentação mais forte de ódio, extremismo e desinformação em redes sociais e plataformas de jogos.

Seria irrealista esperar que uma mudança em direção a uma abordagem de saúde pública centrada na prevenção de base produza reduções rápidas ou dramáticas na violência extremista. No entanto, essa mudança continua sendo valiosa. O desafio seria buscá-la com uma visão clara – fundamentada em evidências, realista.

A Europa diante da nova crise do Golfo: segurança energética, divisões políticas e reconfigurações geopolíticas

Europe in the Face of the New Gulf Crisis: Energy Security, Political Divisions, and Geopolitical Reconfigurations

Europa ante la nueva crisis del Golfo: seguridad energética, divisiones políticas y reconfiguraciones geopolíticas

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. Freire alerta que a nova guerra do Golfo atingiu um nível crítico com o fechamento do Estreito de Ormuz, pelo Irã, por onde passa 20% do petróleo mundial. Como consequência, o preço do barril disparou, gerando uma ameaça inflacionária global. Em resposta imediata, um grupo de países liberou reservas estratégicas para tentar estabilizar o mercado. A crise também impulsionou a União Europeia a retomar o investimento em energia nuclear, com foco em Pequenos Reatores Modulares (SMRs) até 2030, visando reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O conflito expôs rachaduras nas alianças tradicionais e mudanças táticas surpreendentes, como a suspensão temporária, por Donald Trump, das sanções ao petróleo russo para conter os preços internos, decisão duramente criticada por trazer fôlego financeiro para a invasão russa na Ucrânia. O mesmo Donald Trump que outrora criticava e impunha tarifaços à União Europeia, agora busca apoio dos Estados-membros para sua guerra sem coalizão. Na falta de apoio e adesão, o presidente estadunidense ameaça o futuro da Otan. O cenário revela uma vulnerabilidade estratégica dos EUA, que se viram forçados a beneficiar a economia russa para evitar um colapso energético doméstico. Ao mesmo tempo, a crise reforça a urgência da transição ecológica, evidenciando que a dependência de combustíveis fósseis é dos principais gargalos da segurança das nações.

Abstract: Freire warns that the new Gulf war has reached a critical level with Iran's closure of the Strait of Hormuz, through which 20% of the world's oil flows. As a consequence, the price of a barrel of oil has surged, creating a global inflationary threat. In an immediate response, a group of countries released strategic reserves in an attempt to stabilize the market. The crisis has also pushed the European Union to resume investment in nuclear energy, focusing on Small Modular Reactors (SMRs) by 2030 as a way to reduce dependence on fossil fuels. The conflict has exposed fractures within traditional alliances and produced surprising tactical shifts, such as Donald Trump's temporary suspension of sanctions on Russian oil in order to contain domestic prices, a decision widely criticized for providing financial relief to Russia's invasion of Ukraine. The same Donald Trump who once criticized and imposed tariffs on the European Union is now seeking support from EU member states for a war launched without a coalition. In the absence of support and adherence, the U.S. president has threatened the future of NATO. The situation reveals a strategic vulnerability of the United States, which found itself forced to indirectly benefit the Russian economy to avoid a domestic energy collapse. At the same time, the crisis reinforces the urgency of the ecological transition, highlighting that dependence on fossil fuels remains one of the main bottlenecks for national security.

Resumen. Freire advierte que la nueva guerra del Golfo ha alcanzado un nivel crítico con el cierre del Estrecho de Ormuz por parte de Irán, por donde transita el 20% del petróleo mundial. Como

consecuencia, el precio del barril se disparó, generando una amenaza inflacionaria global. En respuesta inmediata, un grupo de países liberó reservas estratégicas de petróleo para intentar estabilizar el mercado. La crisis también impulsó a la Unión Europea a retomar la inversión en energía nuclear, con foco en los Pequeños Reactores Modulares (SMR) hasta 2030, con el objetivo de reducir la dependencia de los combustibles fósiles. El conflicto expuso fisuras en las alianzas tradicionales y cambios tácticos sorprendentes, como la suspensión temporal, por parte de Donald Trump, de las sanciones al petróleo ruso para contener los precios internos, una decisión duramente criticada por otorgar un respiro financiero a la invasión rusa en Ucrania. El mismo Donald Trump que antes criticaba e imponía aranceles a la Unión Europea ahora busca el apoyo de los Estados miembros para su guerra sin coalición. Ante la falta de respaldo y adhesión, el presidente estadounidense amenaza el futuro de la OTAN. El escenario revela una vulnerabilidad estratégica de Estados Unidos, que se vio obligado a beneficiar indirectamente a la economía rusa para evitar un colapso energético interno. Al mismo tiempo, la crisis refuerza la urgencia de la transición ecológica, evidenciando que la dependencia de los combustibles fósiles sigue siendo uno de los principales cuellos de botella para la seguridad de las naciones.

Palavras-chave: União Europeia; segurança energética; guerra no Golfo; saúde reprodutiva.

O assunto do momento é a nova guerra do Golfo, que começou com o ataque de EUA e Israel ao Irã, que responde como uma metralhadora giratória, contra-atacando as bases militares estadunidenses vizinhas e estruturas petrolíferas de países vizinhos. O fechamento do estratégico Estreito de Ormuz, por onde 20% do petróleo mundial é escoado, elevou a guerra para um novo patamar. Esta ação do Irã está impactando todo o mundo, uma vez que o petróleo ainda está no centro do modelo capitalista. A Europa, que já enfrentava uma crise energética, acende o modo alerta. Alguns episódios desta guerra já respingaram na política europeia como os 2 mísseis iranianos abatidos em espaço aéreo turco e a recente morte de um militar francês, mas a mobilização se intensificou com a ameaça ao abastecimento de petróleo mundial. Os ataques iranianos aos países do Golfo, juntamente com o bloqueio do Estreito de Ormuz, agitaram os mercados energéticos mundiais, elevando os preços do petróleo acima dos 100 dólares por barril. Se o conflito se prolongar, com mais interrupções no transporte marítimo de petróleo e gás, a economia europeia pode ser fortemente impactada.

Como resposta imediata, ao fechamento do estreito, um grupo de 32 países, incluindo o G7, membros da Agência Internacional de Energia (AIE) acordou uma liberação de emergência de reservas estratégicas de petróleo no valor de 400 milhões de barris para estabilizar o que a Agência descreveu como desafios de “escala sem precedentes” para o mercado petrolífero mundial. A AIE é um organismo internacional que coordena a política energética e as reservas estratégicas de petróleo destes 32 países, em sua maioria economias avançadas da Europa, América do Norte e Ásia-Pacífico. As reservas estratégicas são mantidas como parte de um sistema coletivo de emergência criado para crises de preços do petróleo. Os 400 milhões de barris de petróleo equivalem a quatro dias de consumo mundial ou ao que, em circunstâncias normais, flui pelo Estreito de Ormuz em 20 dias.

A escalada do preço do petróleo ameaça desencadear um surto inflacionário que pode causar danos duradouros ao crescimento econômico global. Algo impensável para um combustível fóssil propagado como necessário para garantir a “segurança energética” das nações. A médio e longo prazo, a Europa pretende voltar a investir em energia nuclear, conforme declarou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciando um fundo de

200 milhões de euros para estimular o setor. Ela descreveu a redução da indústria nuclear como "erro estratégico" na Europa, agora exposto pela guerra no Irã, apesar do seu impacto ambiental e controversos riscos de segurança. Segundo ela, a Europa produzia cerca de um terço da sua eletricidade a partir da energia nuclear em 1990, mas essa porcentagem caiu para 15%, deixando o continente dependente das importações de petróleo e gás. A meta almejada é implantar pequenos reatores modulares (SMRs) em toda a UE até 2030, com o aceleramento na concessão de licenças e o alinhamento da regulamentação entre os Estados-membros. Segundo von der Leyen, os recursos do novo fundo virão do mercado de carbono. Reatores do tipo SMR têm em torno de 10% do tamanho de um reator convencional. Por serem pré-fabricados, esses tipos de reatores podem ser mais facilmente instalados do que grandes usinas convencionais. Eles produzem cerca de um quinto da energia de uma usina comum, mas têm em tese custo mais baixo e são capazes de entrar em operação mais rapidamente.

O comissário para energia da EU, Dan Jørgensen, sugere que mais pode ser feito para reduzir os preços da energia no bloco, apelando aos Estados-membros para que reduzam imediatamente os impostos sobre a eletricidade. Ele afirmou que "ainda há muito a fazer" para atenuar o aumento dos preços da eletricidade e do gás resultante da instabilidade no Médio Oriente, e que uma redução dos impostos "tornaria mais fácil para a indústria competir". Entretanto, os líderes da UE vão pedir à Comissão propostas específicas e concretas que possam ser implementadas rapidamente. Ele destacou ainda que em nenhum momento a União Europeia considerou a possibilidade de aliviar as sanções contra a energia russa. "Não queremos de forma alguma a energia russa", afirmou.

Postura radicalmente oposta foi adotada por Donald Trump, que suspendeu por 30 dias as sanções ao petróleo russo, emitindo uma licença que permite a venda de petróleo bruto e derivados russos embarcados até 11 de abril. Líderes do Canadá, Alemanha e Noruega pedem a Trump que repense a suspensão das sanções contra o petróleo russo. Membros da Otan, os países reiteram a posição da aliança de que ainda é necessário exercer pressão máxima sobre a Rússia em função da guerra na Ucrânia e da ameaça à segurança mundial. O chanceler alemão Friedrich Merz classificou como "equivocada" a decisão dos EUA de aliviar temporariamente algumas das sanções às exportações de petróleo russo. Merz e outros aliados europeus afirmam que essa medida envia um sinal errado. O ministro da Defesa alemão, Boris Pistorius, disse que está "muito preocupado" com o impacto da guerra na Ucrânia se a Rússia voltar a ter acesso às receitas do petróleo, o que lhe poderá dar uma vantagem significativa para manter a sua invasão dispendiosa. "A única coisa que pode realmente forçar Putin a sentar-se à mesa das negociações é deixar claro que as suas receitas provenientes da exportação de petróleo e gás vão acabar", disse. A Rússia, por sua vez, saudou a iniciativa da Casa Branca, afirmando que os interesses dos EUA e da Rússia estão alinhados nesta matéria: "Vemos as ações dos EUA como uma tentativa de estabilizar os mercados energéticos. A este respeito, os nossos interesses estão alinhados", afirmou o porta-voz da presidência russa, Dmitry Peskov.

Ainda sobre o Estreito de Ormuz, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Abbas Araghchi, disse que foi "abordado por uma série de países" que procuram uma passagem segura para os seus navios, "e que cabe aos militares iranianos decidir". O diplomata afirmou que um grupo de navios de "diferentes países" foi autorizado a passar, sem entrar em detalhes. Segundo ele, o estreito continua aberto a todos "exceto aos Estados Unidos e aos seus aliados".

Donald Trump agora, tenta exercer pressão sobre alinhados e não alinhados. Começou dizendo esperar que China, França, Japão, Coreia do Sul, Reino Unido e outros países enviem navios de guerra para manter o Estreito de Ormuz "aberto e seguro". Ele quer que os países

enviem navios de guerra e meios militares, formando uma coalizão para escoltar petroleiros e ajudar a “policiar” o estreito. Muitos dos países alegadamente envolvidos nos planos de Trump comentaram a proposta, mas não se comprometeram a apoiar a iniciativa. Diante da negativa, Trump dobrou a aposta e passou a chantagear e ameaçar os países membros da Otan, dizendo que a Aliança terá um “futuro negativo” caso os países membros falhem em apoiar os EUA nesta empreitada. Trump também diz que os ataques ao Irã podem durar mais algumas semanas, apesar do aumento dos custos da energia.

Acompanhando a tendência em diversos assuntos, a Europa está dividida em relação à esta guerra. Enquanto a Alemanha anunciou apoio total do país a Israel, a Espanha se posicionou afastando seu embaixador em Israel. O primeiro-ministro Pedro Sánchez disse que a Espanha não será “cúmplice” da guerra no Irã, apesar das ameaças comerciais feitas pelo presidente dos EUA, Donald Trump de cortar relações frente à negativa espanhola de uso de suas bases militares. Já o chanceler alemão Friederich Merz se colocou ao lado dos ataques israelenses e americanos contra o território iraniano e afirmou que a Alemanha oferece apoio inabalável ao governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. O país é atualmente o maior aliado de Israel dentro da Europa, apoiando praticamente todas as medidas que o atual governo israelense vem tomando, desde a guerra de Gaza até os ataques ao Irã na atualidade.

A guerra da Ucrânia perde espaço na mídia internacional, mas não nos debates europeus. A reunião de ministros de Relações Exteriores, teve as guerras da Ucrânia e Oriente Médio como pauta, além de uma discussão sobre as relações da UE com a Vizinhança Meridional, incluindo uma avaliação da implementação do Pacto para o Mediterrâneo, lançado em outubro de 2025. Na importante área energética, o Conselho de Transportes, Telecomunicações e Energia, se reuniram para um debate político sobre o pacote de redes europeias. Na mesma reunião, também trocaram pontos de vista sobre a implementação do plano de ação para energia acessível e discutiram a segurança energética e as lições aprendidas com a Ucrânia e a Moldávia. Os ministros do ambiente da UE realizaram um debate político sobre as normas de emissão de CO2 para carros e furgões e trocaram pontos de vista sobre os esforços de descarbonização no quadro climático pós-2030. O Conselho também aprovou conclusões sobre bioeconomia e explorou formas de reforçar a colaboração estratégica da UE na diplomacia ambiental global.

Na área da saúde, a UE abriu fundos para acesso ao aborto seguro: em uma decisão histórica, a Comissão Europeia passou a permitir que os Estados-Membros utilizem recursos de um fundo social já existente, o Fundo Social Europeu Plus (ESF+), para apoiar o acesso a abortos seguros. A medida representa um avanço na política europeia de saúde reprodutiva, mas ainda não garante financiamento estável de longo prazo. A decisão foi tomada após forte pressão da iniciativa cidadã “My Voice, My Choice”, que reuniu mais de 1 milhão de assinaturas pedindo apoio financeiro para mulheres que não conseguem realizar aborto em seus países de origem devido a restrições legais. Com essa mudança, os governos nacionais poderão usar parte dos recursos do fundo para custear procedimentos médicos, viagens e hospedagem de mulheres que precisem deslocar-se para realizar abortos em regiões ou países onde o serviço esteja disponível. O fundo possui cerca de €142,7 bilhões para o período 2021–2027, mas foi originalmente criado para programas sociais como combate à pobreza, educação e emprego. Por isso, o financiamento do acesso ao aborto dependerá de decisões políticas de cada país e competirá com outras prioridades sociais. A medida gerou forte divisão política na UE: grupos progressistas e organizações feministas consideram a decisão uma vitória para os direitos

reprodutivos, enquanto setores conservadores e religiosos criticam o uso do fundo para esse fim e afirmam que a política interfere em competências nacionais sobre saúde.

Ainda sobre o direito reprodutivo, apesar de o acesso à contracepção eficaz e a preços acessíveis continuar a ser desigual em toda a Europa, especialistas consideram que há uma melhoria global no continente. A recente publicação do **Atlas da Política de Contracepção 2026** do Fórum Parlamentar Europeu para os Direitos Sexuais e Reprodutivos (EPF) mostra que França (97,9%), Portugal (93,8%), Luxemburgo (93,3%) e Bélgica (89,8%) encabeçam, pelo segundo ano consecutivo, a lista dos países da UE com melhor acesso a contraceptivos. Por outro lado, a Eslováquia (32,2%), a Hungria (36,9%) e a Polónia (38,9%) são os países da UE que se encontram no extremo oposto da classificação, com a Turquia (37,6%) e a Rússia (37,8%) a completarem os 5 últimos lugares quando se considera todo o continente. De acordo com o estudo, na Polônia, as vasectomias estão se tornando um método contraceptivo permanente, cada vez mais popular entre os homens. Nos últimos 5 anos, o cenário da contracepção na Europa mudou significativamente, com o surgimento de agendas políticas pró-natalistas e alterações nos cuidados de saúde reprodutiva. Além disso, existe uma divisão persistente entre o Leste e o Oeste no que diz respeito ao acesso à contracepção na Europa. Os países da Europa de Leste tendem a situar-se no extremo inferior do espetro devido a políticas restritivas e à falta de apoio ao acesso aos contraceptivos. Já os países ocidentais no topo da classificação fornecem contracepção pós-parto, algo que falta aos países da Europa de Leste com classificações mais baixas. Os sistemas nacionais de saúde de 15 países da UE cobrem os contraceptivos, incluindo os reversíveis de longa duração, como os DIU (dispositivos intrauterinos) e os implantes.

De acordo com um novo relatório da Agência Europeia do Ambiente (AEA), 1 em cada 5 mortes por doenças cardiovasculares na UE poderia ser evitada através da melhoria ambiental. Para além dos custos humanos, as doenças cardiovasculares custam à UE mais de 282 bilhões de euros por ano devido à diminuição da produtividade e da produção econômica, de acordo com a Comissão Europeia. As doenças cardiovasculares são a causa de morte mais comum na UE, de acordo com a **Sociedade Europeia de Cardiologia**. Em 2022, mais de 1,7 milhão de pessoas morreram de causas cardíacas, o que representou um terço de todas as mortes no bloco nesse ano. Para além das caraterísticas pessoais, como idade e antecedentes familiares, fatores ambientais também desempenham um papel fundamental nas doenças cardiovasculares. Na UE, estima-se que fatores como a poluição atmosférica, as temperaturas extremas e os produtos químicos causem, pelo menos, 18% de todas as mortes por doenças cardiovasculares. A Polónia (23,69%) e a Bulgária (23,98%) são os países da UE com as percentagens mais elevadas de mortes por doenças cardiovasculares associadas a riscos ambientais. Em contrapartida, a Finlândia e a Suécia registaram a percentagem mais baixa, com 9,72% e 10,01%, respetivamente. A poluição atmosférica é responsável por cerca de 8% das mortes por doenças cardiovasculares na UE por ano, de acordo com a **Rede Europeia do Coração**. As partículas finas – provenientes de fontes como as emissões dos veículos, os processos industriais e a queima de combustíveis fósseis –, o dióxido de azoto e o ozono são os três principais poluentes associados às doenças cardiovasculares na Europa. A exposição prolongada a estes poluentes contribui significativamente para a mortalidade prematura e para as doenças cardiovasculares crónicas, incluindo ataques cardíacos, acidentes vasculares cerebrais e insuficiência cardíaca. Estima-se também que cerca de 66 mil mortes prematuras anuais na UE sejam atribuíveis à exposição ao ruído dos transportes, sendo mais de 30% devidas a causas cardiovasculares. No entanto, as políticas e os regulamentos da UE, que visam combater a poluição atmosférica, estão funcionando. A poluição atmosférica diminuiu em toda a UE, o que resultou num menor número

de mortes prematuras atribuíveis. No entanto, 95% dos residentes da UE, em especial os das zonas urbanas, continuam expostos a níveis de poluição pouco seguros.

Considerações Finais

A estratégia iraniana de bloquear o Estreito de Ormuz, na escalada militar no Oriente Médio, sacudiu o cenário internacional, forçando uma mudança abrupta de postura e prioridades do governo estadunidense, expondo uma certa vulnerabilidade estratégica dos EUA: para manter a ofensiva, Casa Branca se viu obrigada a financiar, indiretamente, a economia russa, que ora é aliada, ora é adversária. A interrupção do fluxo comercial na região tornou insustentável a manutenção do bloqueio total à Rússia. Esta flexibilização representa uma reversão tática profunda. A política de "pressão máxima", que visava asfixiar as exportações russas para drenar recursos da guerra na Ucrânia, foi atropelada pela necessidade de sobrevivência econômica. No cenário atual, a segurança energética e o custo de vida do eleitor norte-americano sobrepuseram-se aos objetivos geopolíticos de isolamento da Rússia, revelando fissuras na estratégia de hegemonia dos EUA.

Trump, que tanto atacou e reclamou da Europa, agora busca seu apoio ao perceber que, para projetar seu poder no Oriente Médio de maneira mais eficaz, precisa contar com a geografia de aliados: centros logísticos na Alemanha, bases aéreas no Reino Unido, instalações navais na Espanha e permissão de sobrevoo que permita que aeronaves se movimentem sem risco de choques aéreos. Países europeus estão resistindo, mesmo sob ameaças, chantagens e o temor de uma ruptura com os EUA. No entanto, Trump não se preocupou construir previamente uma coalizão para a campanha contra o Irã, e agora se dá conta de que sua guerra depende fortemente do território europeu — suas bases, portos e espaço aéreo. Este novo fenômeno descortina uma realidade que estava escondida: embora ainda dependente dos EUA militarmente, a Europa ainda e capaz de exercer certa influência.

A grande conclusão é que o caos geopolítico gerado por esta guerra, a partir interrupção do fluxo do escoamento de petróleo e a consequente disparada em seu preço, reforçam a percepção de insegurança energética baseada em combustíveis fósseis, reforçando a necessidade da transição ecológica.

ASEAN sob nova direção: segurança e paz, prosperidade e empoderamento

La ASEAN bajo una nueva dirección: seguridad y paz, prosperidad y empoderamiento

ASEAN Under New Leadership: Security and Peace, Prosperity and Empowerment

Lúcia Marques

O perigo é que os americanos queiram explodir a "mãe de todas as bombas" e acabem parindo milhares de homens-bomba[1]

Ao combater uma monstruosidade, temos de ter cuidado para não virarmos monstros.[2]

Resumo: A presidência rotativa da ASEAN em 2026 está com as Filipinas. E, ao que parece, Filipinas estão imprimindo a agilidade que esses tempos de esquentamento geopolítico e de várias guerras exigem. Para a ASEAN, resiliência não é mais uma aspiração, será o escudo principal. E é preciso agilidade. Segurança e paz, prosperidade e empoderamento são os motes da presidência filipina, no ideal e no papel. Para que saia do papel, a união desses 11 países diversos será fundamental. Terão que suplantar as divergências, rivalidades e animosidades entre países membros, como Camboja e Tailândia, que têm problemas/conflitos na fronteira, ou entre países parceiros, como Filipinas e China, que disputam áreas no Mar Meridional da China. Duas reuniões ministeriais já aconteceram e declarações foram emitidas, envolvendo questões preocupantes decorrentes da guerra no Oriente Médio, como energia e segurança alimentar. Também estão preocupados com as "investigações" americanas, subterfúgio para voltar a taxar países, inclusive aliados de peso. Sobre a guerra no Oriente Médio, o conflito já atingiu 14 países na região, mas os mais atingidos são o Irã e o Líbano, além de Gaza, claro. Desde 28 de fevereiro, já são centenas de mortes e milhares de feridos. OMS alerta que já é grande os impactos nos serviços de saúde e nas ajudas humanitárias. Já são milhares de deslocados. Bilhões gastos para matar pessoas, mulheres e crianças e insuflando ressentimentos. São inúteis as tentativas de bom senso contra a loucura.

[1] A frase faz parte de um texto clássico de **Arnaldo Jabor**, escrito logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, intitulado O Ódio ao Ocidente, também conhecido como O Ovo da Serpente. O autor analisa como o ressentimento e a desigualdade global podem alimentar o fundamentalismo, indicando que uma resposta baseada apenas em força bruta (a mãe de todas as bombas) seria contraproducente, pois radicalizaria ainda mais as futuras gerações. Al Qaeda, Estado Islâmico, Talibã são exemplos, assim como Hezbollah e Hamas. O texto integra a coletânea **Amor é Prosa, Sexo é Poesia** (Editora Objetiva). Ou pode ser acessado no Acervo O Globo, na data 18 set. 2001. Opinião, p. 7.

[2] Nietzsche, Friedrich. **Para Além do Bem e do Mal** (*Jenseits von Gut und Böse*), publicada originalmente em **1886**. A citação exata encontra-se no **Aforismo 146.**

Palavras-chave: ASEAN, Filipinas, Guerra no Oriente Médio, Segurança e Paz, Resiliência

Resumen. *La presidencia rotatoria de la ASEAN en 2026 recae en Filipinas. Y, al parecer, Filipinas está aportando la agilidad que exigen estos tiempos de tensión geopolítica y de múltiples conflictos bélicos. Para la ASEAN, la resiliencia ya no es una aspiración, sino que será su principal escudo. Y se necesita agilidad. Seguridad y paz, prosperidad y empoderamiento son los lemas de la presidencia filipina, en teoría y sobre el papel. Para que esto se haga realidad, la unión de estos 11 países tan diversos será fundamental. Tendrán que superar las divergencias, rivalidades y animosidades entre países miembros, como Camboya y Tailandia, que tienen problemas o conflictos fronterizos, o entre países socios, como Filipinas y China, que se disputan zonas en el Mar de China Meridional. Ya se han celebrado dos reuniones ministeriales y se han emitido declaraciones sobre cuestiones preocupantes derivadas de la guerra en Oriente Medio, como la energía y la seguridad alimentaria. También les preocupan las «investigaciones» estadounidenses, un pretexto para volver a imponer aranceles a países, incluso a aliados importantes. En cuanto a la guerra en Oriente Medio, el conflicto ya ha afectado a 14 países de la región, pero los más afectados son Irán y el Líbano, además de Gaza, por supuesto. Desde el 28 de febrero, ya hay cientos de muertos y miles de heridos. La OMS advierte que el impacto en los servicios de salud y la ayuda humanitaria ya es considerable. Ya hay miles de desplazados. Se gastan miles de millones para matar personas, mujeres y niños, y avivar el resentimiento. Son inútiles los intentos de aplicar el sentido común frente a la locura.*

Palabras clave. *ASEAN. Filipinas. Guerra en Oriente Medio. Seguridad y paz. Resiliencia.*

Abstract. *The Philippines will hold the rotating chairmanship of ASEAN in 2026. And it appears that the Philippines is demonstrating the agility required in these times of geopolitical tension and multiple conflicts. For ASEAN, resilience is no longer just an aspiration; it will be the primary shield. And agility is essential. Security and peace, prosperity, and empowerment are the guiding principles of the Philippine presidency, in theory and on paper. For these principles to move beyond the paper, the unity of these 11 diverse countries will be fundamental. They will have to overcome the differences, rivalries, and animosities between member countries, such as Cambodia and Thailand, which have border issues or conflicts, or between partner countries, such as the Philippines and China, which are disputing areas in the South China Sea. Two ministerial meetings have already taken place, and statements have been issued addressing concerning issues arising from the war in the Middle East, such as energy and food security. They are also concerned about U.S. "investigations," a pretext for reimposing tariffs on countries, including key allies. Regarding the war in the Middle East, the conflict has already affected 14 countries in the region, but the hardest-hit are Iran and Lebanon, in addition to Gaza, of course. Since February 28, there have already been hundreds of deaths and thousands of injuries. The WHO warns that the impacts on health services and humanitarian aid are already significant. There are already thousands of displaced people. Billions are being spent to kill people—women and children—and fuel resentment. Attempts to use common sense against madness are futile.*

Keywords. *ASEA., Philippines. War in the Middle East. Security and Peace. Resilience*

A presidência rotativa da ASEAN em 2026 está com as Filipinas. O que significa neste momento de esquentamento geopolítico e de várias guerras? Ao que parece, Filipinas estão imprimindo a agilidade que esses tempos exigem. "Para a ASEAN, resiliência não é mais uma

aspiração. É nosso escudo principal. Embora continuemos sendo os campeões globais do mercado aberto, o cenário atual exige que a abertura seja respaldada por coordenação e visão."[3]

As Filipinas assumem a Presidência da ASEAN em um momento decisivo para a região. Lar de quase 700 milhões de pessoas e a quinta maior economia do mundo, a ASEAN está na encruzilhada entre oportunidades sem precedentes e desafios globais em evolução.

Com o tema "Navegando Nosso Futuro, Juntos", a presidência filipina propõe como bússolas em 2026 a unidade, a clareza e o propósito, com foco em uma resiliência maior, uma conexão mais profunda e mudanças significativas para:

- Defender a paz e a estabilidade regional por meio do diálogo, adesão ao direito internacional e cooperação fortalecida contra ameaças emergentes e não tradicionais à segurança.
- Corredor da Prosperidade: Construindo conexões sistêmicas rumo à prosperidade compartilhada por meio da integração econômica, transformação digital e desenvolvimento inclusivo e sustentável que beneficie todos os povos da ASEAN.
- Empoderamento Humano: Empoderando as pessoas da ASEAN promovendo a inclusão social, protegendo grupos vulneráveis e promovendo um senso de identidade e comunidade compartilhadas.



Logo da presidência filipina da ASEAN 2026. Fonte: https://asean.org/wp-content/uploads/2026/01/Branding-guideline-philippines-2026.pdf

Esses são os motes da presidência filipina. No ideal e no papel. Para que saia do papel, a união desses 11 países diversos será fundamental. Terão que suplantar as divergências, rivalidades e animosidades entre países membros, como Camboja e Tailândia, que têm problemas com questões de fronteira, ou entre países parceiros, como Filipinas e China, que disputam áreas no Mar Meridional da China.

Neste início de presidência, algumas reuniões importantes já aconteceram e declarações foram emitidas. O bloco está acompanhando de perto os desenvolvimentos no Golfo, que abriga mais de um milhão de trabalhadores do Sudeste Asiático. A guerra trará repercussões energéticas e para a segurança alimentar para os países aseanos e seus parceiros.

Durante 32ª Reunião dos Ministros Econômicos da ASEAN, realizada em 13 de março, os ministros da economia discutiram sobre o Fortalecimento da Resiliência Econômica da ASEAN em Resposta aos Recentes Desenvolvimentos Econômicos e Geopolíticos Globais. Todos os Ministros e autoridades de alto nível concordaram em intensificar a coordenação para garantir a segurança alimentar e o fornecimento de energia na região, em meio à crescente incerteza sobre o conflito em andamento no Oriente Médio, que vem causando grandes interrupções nas cadeias globais de suprimentos e grandes aumentos nos preços do petróleo em toda a região.[4]

[3] Em discurso, na abertura da 32ª reunião de Ministros da Economia da ASEAN, a Secretária do Departamento de Comércio e Indústria (DTI), Cristina A. Roque. ASEAN 2026 Post

[4] A ASEAN atua para proteger a energia do Sudeste Asiático e a segurança alimentar da crise no Oriente Médio | Agência de Notícias das Filipinas

Na declaração conjunta, os ministros manifestaram preocupação com as prolongadas incertezas do comércio global, inclusive por meio do aumento do unilateralismo. Sobre a as tensões contínuas no Oriente Médio, os ministros destacaram que o conflito crescente gerou repercussões econômicas mais amplas, para além da região, especialmente por meio da maior volatilidade nos mercados globais de energia e da interrupção das principais rotas marítimas e da cadeia de suprimentos, trazendo incerteza e desafios significativos para a economia, os negócios e a dinâmica comercial global. Essas interrupções estão levando a custos mais altos de frete, seguros e logística, além de contribuir para pressões inflacionárias sobre energia, alimentos e outros bens essenciais e impactará a segurança e a estabilidade econômicas, os meios de subsistência de milhões de pessoas na região asiática e dificultará o progresso econômico na ASEAN.

Além disso, os ministros declararam que "Monitoraremos as investigações recentemente lançadas sob a Seção 301 pelos Estados Unidos, que afetam a maioria dos Estados-Membros da ASEAN, e nos engajaremos proativamente para garantir que a investigação esteja em conformidade com as regras de comércio internacional." Essas investigações, que visam apurar práticas comerciais estrangeiras que prejudicaram a economia e os trabalhadores americanos, são um "desvio", uma resposta direta à decisão da Suprema Corte americana, de 20 de fevereiro de 2026, que invalidou as tarifas anteriores. Agora, o governo trumpista utiliza a Seção 301 para restabelecer a pressão comercial de forma "legal". Chamando de prática comercial de desleal, 60 economias, incluindo Brasil, serão investigadas por Trabalho Forçado[5], e outras 16, por excesso de capacidade de produção.[6] Alguns países aparecem nas duas listas, como China, Índia, Japão, Coreia do Sul, Arábia Saudita e Catar. Entre eles, aliados de longa data da América.

Também em 13 de março, uma reunião especial de Ministros das Relações Exteriores da ASEAN aconteceu por videoconferência, para trocar opiniões sobre a situação em evolução no Oriente Médio e abordar suas implicações para a ASEAN.

A Reunião ressaltou a importância de manter a paz, estabilidade e prosperidade regionais, defender o direito internacional e promover o diálogo e a diplomacia como meios principais de enfrentar conflitos e tensões. A Secretária de Relações Exteriores filipina, Theresa Lazaro, presidente da reunião, clamou a todos que "exerçam a máxima autocontenção e resolvam as diferenças por meio da diplomacia e do diálogo."[7]

Na declaração final, os ministros expressaram séria preocupação com a escalada do conflito no Oriente Médio após os ataques iniciados por Israel e pelos EUA contra o Irã, em 28

[5] Argélia, Angola, Argentina, Austrália, Bahamas, Bahrein, Bangladesh, **Brasil** , Camboja, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Equador, União Europeia, Filipinas, Guatemala, Guiana, Honduras, Hong Kong, Índia, Indonésia, Iraque, Israel, Japão, Jordânia, Cazaquistão, Kuwait, Líbia, Malásia, México, Marrocos, Nova Zelândia, Nicarágua, Nigéria, Noruega, Omã, Paquistão, Peru, Catar, Reino Unido, Rússia, Arábia Saudita, Singapura, África do Sul, Sri Lanka, Suíça, Taiwan, Tailândia, Trinidad e Tobago, Turquia, Uruguai, Venezuela e Vietnã. https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/march/ustr-initiates-60-section-301-investigations-relating-failures-take-action-forced-labor

[6] China, União Europeia, Singapura, Suíça, Noruega, Indonésia, Malásia, Camboja, Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã, Taiwan, Bangladesh, México, Japão e Índia. https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/march/ustr-initiates-section-301-investigations-relating-structural-excess-capacity-and-production

[7] ASEAN renova o apelo pela cessação das hostilidades no Oriente Médio | Agência de Notícias das Filipinas

de fevereiro, o ataque israelense ao Líbano e os subsequentes ataques retaliatórios do Irã contra vários países da região, incluindo Bahrein, Jordânia, Iraque, Kuwait, Omã, o Qatar, Arábia Saudita, Síria e Emirados Árabes, "que continuam a aumentar as tensões no Oriente Médio e representam uma grave ameaça à vida e segurança dos civis, bem como à paz e estabilidade regionais e globais."[8] A Reunião ressaltou a importância de manter a paz, estabilidade e prosperidade regionais, defender o direito internacional, incluindo a Carta da ONU, e promover o diálogo e a diplomacia como meios principais de enfrentar conflitos e tensões.

Sobre os efeitos da guerra sobre as economias aseanas, os ministros enfatizaram a necessidade de manter "cadeias globais de suprimentos de energia estáveis, abertas e confiáveis e rotas comerciais marítimas, além de minimizar a interrupção no fluxo de energia e bens essenciais, incluindo alimentos." As Filipinas pediram aos Estados da ASEAN que agissem rapidamente na identificação e implementação de medidas de mitigação de curto prazo, incluindo o compartilhamento de melhores práticas, respostas políticas coordenadas para amortecer choques econômicos e medidas concretas para proteger tanto os nacionais da ASEAN no exterior quanto as cadeias regionais de suprimentos de energia.

Além disso, a Reunião pediu o uso pleno dos mecanismos e estruturas existentes da ASEAN para aprimorar a consulta, o compartilhamento de informações e a cooperação entre os Estados-Membros da ASEAN, enfatizando que a ASEAN já possui mecanismos e iniciativas práticas que podem ser ainda mais mobilizados e fortalecidos para fortalecer a resiliência regional, incluindo o Acordo-Quadro da ASEAN sobre Segurança do Petróleo (APSA), o Memorando de Entendimento Aprimorado da Rede Elétrica da ASEAN (APG), e o Gasoduto Trans-ASEAN (TAGP), além de cooperação com órgãos setoriais relevantes e partes interessadas do setor.[9]

A ASEAN

Com uma população em expansão de aproximadamente 683 milhões de habitantes, um PIB de cerca de US$ 3,8 trilhões e taxas de crescimento de cerca de 5,7% nas duas últimas décadas,[10] a ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático,[11] formada por Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Timor Leste – representa um mercado significativo. São países inovadores que estão em processo acelerado de desenvolvimento tecnológico e isso coloca o bloco como uma economia de relevância crescente no cenário global e um como um gigante asiático capaz de equilibrar as forças que buscam fragmentar o mundo em blocos antagônicos.

Fundada em 1967, a ASEAN reúne países com economias diferentes, que perseguiam seus próprios objetivos limitados, dissipando os recursos escassos e enfrentando dependência das nações industriais avançadas. Desde então, através da ASEAN, mobilizam potencial e trabalham em conjunto para ser o epicentro econômico, político e sociocultural, promovendo a paz e estabilidade na região do Sudeste Asiático. E se inserem como um ator global capaz de

[8] ASEAN 2026 Post
[9] ASEAN 2026 Post
[10] **ASEANstats:** Publicação oficial da Secretaria da ASEAN com dados-chave da região. E **Trading Economics:** Plataforma que fornece dados econômicos e estatísticos de diversos países, incluindo a ASEAN. – referência
[11] ASEAN e link – referência

enfrentar desafios globais e garantir neutralidade,[12] com soluções localizadas, enraizadas em normas e mecanismos compartilhados, oferecendo abordagens inovadoras por meio da diplomacia, inclusão e colaboração regional.[13] E nos últimos anos, a ASEAN tem sido um bloco coeso e resistente à competição e disputa geopolítica, principalmente resistindo às pressões americanas contra a China, que segundo a Estratégia de Segurança Nacional do Governo Joe Biden, de outubro de 2022, era "o único concorrente com intensão quanto com, cada vez mais, capacidade de remodelar a ordem internacional"[14]

Colaboração e parcerias são a força motriz do bloco. A ASEAN estabeleceu mecanismos e iniciativas para cooperação regional, sub regional e inter-regional, através dos parceiros de diálogo setorial[15]; dos tratados de amizade e cooperação[16]; das cúpulas bilaterais com países não aseanos; com grupos de países, como Leste Asiático, Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Fórum Indo-Pacífico; e das cúpulas trilaterais, sendo a mais antiga e mais importante a ASEAN Plus Three – APT)[17] formada por ASEAN, China, Japão e Coreia do Sul, e a mais nova, refletindo a realidade multipolar atual, a cúpula ASEAN-CCG e China. Além disso, a ASEAN é membro da Iniciativa Econômica Abrangente (RCEP).[18]

Um dos exemplos da força do bloco foi endurecer e repelir a vertente militar da estratégia americana, do presidente à época, Joe Biden, para a região, evitando o aumento da militarização e cobrando, e conseguindo dos EUA, uma vertente estratégica econômica, com foco em transição energética e transferência de tecnologia. Essa estratégia pode não ter avançado como o esperado, diante do cenário de competição e nacionalismos extremos que o mundo vive, mas o bloco conseguiu, por enquanto, conter a formação de uma espécie de OTAN regional, que era o que os EUA pretendiam.[19]

Durante a 1ª Cúpula ASEAN – Conselho de Cooperação do Golfo – China, em maio de 2025, em seu discurso de abertura[20], o presidente da Malásia, Anwar Ibrahim, destacou que a nova cúpula reflete a realidade multipolar atual, destacando que o novo espaço de diálogo "simboliza o poder da coesão dos blocos regionais, o que, sem dúvida, terá um impacto positivo no mundo todo". Na declaração final, o bloco sublinha a importância de um sistema multilateral

[12] Marques, L. (2023). O grande Mercado chamado ASEAN: cresce a importância do Sudeste asiático. In: Cadernos CRIS Fiocruz Informe 16-23. P. 225-235.

[13] https://www.researchgate.net/publication/394997630_Policy_Power_and_Peace_Analyzing_the_Intersection_of_Defense_Strategies_and_International_Relations

[14] Competição Estratégica EUA-China no Sul e Mares da China Oriental: Antecedentes e Questões para o Congresso, disponível em https://bidenwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf, atualizada em 2024, disponível em https://sgp.fas.org/crs/row/R42784.pdf

[15] São parceiros de diálogo: Austrália, Brasil (desde 2022), Canadá, China, Coreia do Sul, EUA, Índia, Japão, Nova Zelândia, Reino Unido, Rússia e União Europeia.

[16] Com países do Oriente Médio, Europa e América Latina.

[17] ASEAN Plus Three (APT) – referência

[18] RCEP – tratado de integração econômica entre os países da Ásia e Pacífico, que entrou em vigor em janeiro de 2022. Os países RCEP são: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã, Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul. maior acordo econômico do Indo-Pacífico, proposto pela China, do qual EUA não participa https://observatorio.repri.org/glossary/rcep-parceria-regional-economica-abrangente/

[19] A história mostra que coalizões militares criadas para defender uma região sem participação regional permanecem fracas ou desaparecem, como escreve Amitav Acharya, disponível em https://eastasiaforum.org/2021/12/29/asean-and-the-new-geopolitics-of-the-indo-pacific/

[20] https://www.brasildefato.com.br/2025/05/26/china-reforca-lacos-com-sudeste-asiatico-e-golfo-persico-como-resposta-a-pressao-de-trump

de comércio baseado em regras, com a Organização Mundial do Comércio (OMC) no seu cerne, para promover a prosperidade e a estabilidade global.[21]

Como afirmou, Amitav Acharya[22], as organizações regionais, como a ASEAN, desempenham um papel fundamental na promoção da estabilidade e na prevenção de conflitos, oferecendo abordagens inovadoras por meio da diplomacia, inclusão e colaboração regional, com reflexos extrarregionais.

A convergência multipolar do bloco não é etérea. Se materializa quando Estados aseanos aderem ao BRICS como membros plenos (Indonésia) ou como membros parceiros (Tailândia, Malásia, Vietnã e Singapura), representando mudanças na ordem internacional, com o Sul Global ganhando protagonismo no cenário mundial, podendo definir agendas nos debates internacionais e regras do jogo econômico internacional, livre de imposições unilaterais estadunidocêntricas.

Saúde na zona de guerra

A escalada dos ataques se expandiu para novas frentes ameaçando civis e infraestrutura energética do Golfo. Como informa a OMS regional EMRO, a atual escalada do conflito está afetando 21 países ao redor do mundo, incluindo 14 países da Região do Mediterrâneo Oriental, levantando preocupações humanitárias e de saúde pública significativas. Os impactos mais graves na saúde foram relatados no Irã e no Líbano, onde centenas de mortes e milhares de feridos exerceram uma enorme pressão sobre hospitais e serviços de atendimento ao trauma.[23]

Além do impacto imediato, o conflito está criando riscos mais amplos à saúde pública. Estimativas atuais indicam que mais de 100.000 pessoas no Irã se mudaram para outras áreas do país devido à insegurança, e até 700.000 pessoas foram deslocadas internamente no Líbano, muitas em abrigos coletivos lotados sob condições de saúde pública deterioradas, com acesso limitado a água potável, saneamento e higiene. Essas condições aumentam o risco de infecções respiratórias, doenças diarreicas e outras doenças transmissíveis, especialmente para as populações mais vulneráveis, como mulheres e crianças.[24]

O acesso aos serviços de saúde está se tornando cada vez mais restrito em vários países. No Líbano, 49 centros de atenção primária à saúde e cinco hospitais fecharam após ordens de evacuação emitidas pelo exército israelense, reduzindo a disponibilidade de serviços essenciais à medida que as necessidades médicas aumentam. Em entrevista, o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, disse que o conflito está provocando deslocamentos em larga escala, com cerca de 100 mil pessoas tendo deixado o Irã e mais de 60 mil deslocadas no Líbano. Estima-se que novas ordens de evacuação podem colocar até 1 milhão de pessoas em movimento. O Acnur lembra que os países afetados já abrigam quase 25 milhões de pessoas deslocadas à força e

[21] https://asean.org/wp-content/uploads/2025/05/Final-Joint-Statement-of-the-ASEAN-GCC-China-Summit-27-May-2025.pdf

[22] Acharya, Amitav. (2018). Constructing Global Order: Agency and Change in World Politics. 10.1017/9781316756768. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324083557_Constructing_Global_Order_Agency_and_Change_in_World_Politics/citation/download

[23] OMS EMRO – conflito no Oriente Médio

[24] https://www.emro.who.int/media/news/conflict-deepens-health-crisis-across-middle-east-who-says.html

muitas enfrentam riscos significativos de proteção e necessidades humanitárias, assim como as comunidades anfitriãs.[25]

No território palestino ocupado, o aumento das restrições de circulação e o fechamento de postos de controle estão atrasando o acesso de ambulâncias e clínicas móveis em vários governatoratos da Cisjordânia. Em Gaza, as evacuações médicas permanecem suspensas desde 28 de fevereiro, enquanto os hospitais continuam operando sob pressão devido à contínua escassez de medicamentos, suprimentos médicos e combustível, que está sendo racionado para priorizar serviços essenciais de saúde como atendimento de emergência e trauma, serviços maternos e neonatais, e manejo de doenças transmissíveis.

Riscos ambientais também são uma preocupação crescente. No Irã, incêndios de petróleo e fumaça proveniente de infraestrutura danificada expuseram comunidades próximas a poluentes tóxicos que podem causar problemas respiratórios, irritação nos olhos e na pele, além de contaminação de fontes de água e alimento. A Agência Internacional de Energia Atômica, IAEA, pede cautela para evitar incidente radiológico no Irã. O chefe da OMS também alertou que qualquer dano a instalações nucleares pode ter sérias consequências para a saúde pública

Em toda a região, as operações de emergência de saúde enfrentam restrições operacionais, incluindo interrupções no espaço aéreo e nas rotas marítimas que impactam o movimento de suprimentos humanitários e equipamentos médicos. A OMS ativou seu Sistema de Suporte à Gestão de Incidentes em três níveis e está trabalhando com ministérios da saúde e parceiros para apoiar a resposta a emergências, fortalecer o gerenciamento de vítimas em massa, manter a vigilância de doenças e garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde.

Considerações finais

Ao analisarmos as recentes investigações comerciais dos EUA sob a Seção 301, estas não podem ser lidas apenas como manobras tarifárias, mas como vetores de pressão em um tabuleiro onde a Ásia e o Oriente Médio ocupam posições centrais. Torna-se evidente que a pressão econômica pode atuar como uma preocupação de instabilidades regionais profundas. Resgatando as críticas de Arnaldo Jabor (2001) em sua análise sobre o “Ódio ao Ocidente”, respostas baseadas exclusivamente na força — seja ela bélica ou, neste caso, coercitiva comercial — correm o risco de ser “um remédio que alimenta a doença” ou de parir um ciclo de instabilidades sistêmicas.

No contexto da Saúde Global, não só a guerra no Oriente Médio, mas também essa 'mãe de todas as bombas' financeira e diplomática pode acabar “parindo” novas vulnerabilidades, comprometendo a segurança alimentar e energética e a ruptura das cadeias de suprimentos e do encarecimento de insumos básicos, que desestruturariam as redes de vigilância epidemiológica, uma vez que a cooperação técnica e a diplomacia da saúde costumam ser as primeiras vítimas de um cenário de fragmentação geopolítica e ressentimento institucional.

Em suma, a imposição de barreiras que encarecem o acesso aos insumos básicos e combustíveis desestrutura o cotidiano das populações e amplia o abismo social que, como pontuado por Jabor, serve de adubo para o radicalismo. Resgatando Nietzsche e sua frase sobre ética, *ao combater uma monstruosidade, temos de ter cuidado para não virarmos monstros*, chamamos a atenção para perigo de respostas desproporcionais na política internacional.

[25] Guerra no Oriente Médio já afeta 16 países e aprofunda crise de deslocamento | ONU News

Portanto, o fortalecimento das cooperações Sul-Sul e intrarregionais apresenta-se não apenas como uma escolha estratégica, mas como uma forma de resistência diplomática. ASEAN e BRICS podem ser bons exemplos desse caminho.

China: Diplomático, Civil e Ecológico

China: Diplomático, civil y ecológico

China: Diplomatic, civil and ecological

André Costa Lobato, Bruno Neves, Anabela Santiago e Alexandra Rodrigues Sanches

Resumo. Autoridades da China se reuniram para as Duas Sessões, as reuniões do Conselho Nacional e do Legislativo Nacional, e expôs um orçamento orientado para a diplomacia e para a ciência e tecnologia, com leve queda no aumento das rubricas militares. Foi aprovado ainda o novo Código Ecológico, que reúne inúmeras leis e visa criar uma jurisprudência reforçada para os mais variados temas ambientais, que incluem, por exemplo, poluição eletromagnética. É o segundo documento do tipo no país, tendo sido o primeiro o Código Civil de 2020. Em uma das reuniões da semana de atividades nacionais, o presidente Xi Jinping dedicou-se a falar do tema da saúde, e argumentou que metas de saúde estão intrinsecamente relacionadas com a modernização do país. Em coletiva de imprensa, o chanceler Wang Yi afirmou que o governo da China mantém "total confiança no futuro da humanidade" e fez críticas ao hegemonismo. O avanço dos serviços de saúde e do turismo de forma geral tem levado ao aumento do turismo médico da China, que une técnicas modernas, preços baixos e hotelaria de alto padrão.

Palavras-chave: Multilateralismo. Iniciativa China Saudável. Orçamento Anual

Resumen. *Las autoridades chinas se reunieron con motivo de las «Dos Sesiones», las reuniones del Consejo Nacional y de la Asamblea Popular Nacional, y presentaron un presupuesto orientado a la diplomacia y a la ciencia y la tecnología, con un ligero descenso en el aumento de las partidas militares. También se aprobó el nuevo Código Ecológico, que reúne numerosas leyes y tiene como objetivo crear una jurisprudencia reforzada para los más variados temas ambientales, que incluyen, por ejemplo, la contaminación electromagnética. Es el segundo documento de este tipo en el país, habiendo sido el primero el Código Civil de 2020. En una de las reuniones de la semana de actividades nacionales, el presidente Xi Jinping se dedicó a hablar del tema de la salud y argumentó que los objetivos de salud están intrínsecamente relacionados con la modernización del país. En una conferencia de prensa, el canciller Wang Yi afirmó que el gobierno de China mantiene «total confianza en el futuro de la humanidad» y criticó el hegemonismo. El avance de los servicios de salud y del turismo en general ha llevado al aumento del turismo médico de China, que combina técnicas modernas, precios bajos y hotelería de alto nivel.*

Palabras clave: *Multilateralismo. Iniciativa China Saludable. Presupuesto Anual*

Abstract. *Chinese authorities gathered for the Two Sessions, the annual meetings of the National Council and the National Legislature, and presented a budget oriented toward diplomacy and science and technology, with a slight decline in the growth rate of military allocations. The new Ecological Code was also approved; it consolidates numerous laws and aims to create a strengthened body of jurisprudence for a wide range of environmental issues, which include, for*

example, electromagnetic pollution. It is the second document of its kind in the country, the first being the Civil Code of 2020. During one of the meetings held in the week of national activities, President Xi Jinping addressed the topic of health and argued that health goals are intrinsically linked to the modernization of the country. In a press conference, Foreign Minister Wang Yi stated that the Chinese government maintains "complete confidence in the future of humanity" and made criticisms of hegemonism. The advancement of health services and tourism in general has led to an increase in China's medical tourism, which combines modern techniques, low costs, and high-standard hospitality.

Keywords: *Multilateralism, Healthy China Initiative, Year Budget*

DIPLOMACIA

Confiança no Futuro da Humanidade

Wang Yi, ministro das Relações Exteriores da China, disse em coletiva de imprensa na Quarta Sessão do 14º Congresso Nacional do Povo ter "total confiança no futuro da humanidade" e que "sem a ONU, o mundo apenas seria pior".

Wang iniciou a conferência parabenizando as mulheres, já que o evento ocorreu no Dia Internacional da Mulher, 8 de março. O chanceler, que preside o gabinete de Relações Exteriores do Comitê Central, tratou dos avanços da diplomacia chinesa sob a liderança do presidente Xi Jinping, mencionando especialmente a Iniciativa de Governança Global e seu intuito de fortalecer o sistema multilateral e a primazia das Nações Unidas.

Segundo ele, a diplomacia chinesa tem oferecido estabilidade e certeza num mundo marcado pela turbulência. "Como a força mais importante no mundo para paz, estabilidade e justiça, temos total confiança no futuro da humanidade. Estamos preparados para trabalhar com todos os países que buscam o objetivo nobre de construir uma comunidade de futuro compartilhado para toda a humanidade, construindo novos capítulos de paz e desenvolvimento", disse.

Wang posicionou a diplomacia de chefes de Estado como o principal mecanismo de coordenação internacional, e explicitou que as propostas de Xi Jinping têm ganho apoio na comunidade internacional por representarem uma visão comum da grande maioria dos países.

"No mundo de hoje, desafios de natureza global continuam surgindo. O déficit de governança torna-se mais evidente e o multilateralismo está sob forte pressão. A Iniciativa de Governança Global (GGI), apresentada pelo Presidente Xi Jinping, não poderia ter vindo em momento mais oportuno e rapidamente recebeu eco de mais de 150 países e organizações internacionais.

O Secretário-Geral da ONU comentou imediatamente que os conceitos centrais da GGI se alinham de perto com os valores defendidos pela ONU. A China então iniciou o 'Grupo de Amigos da Governança Global', que foi lançado sucessivamente na sede da ONU em Nova York e em seu escritório em Genebra. Muitos países, especialmente os do Sul Global, aderiram ao grupo com grande entusiasmo.

Por que a GGI conseguiu atrair uma resposta tão ampla? Acredito que a chave reside nos cinco princípios principais defendidos pela GGI: igualdade soberana, primazia do direito internacional, multilateralismo, abordagem centrada nas pessoas e ações concretas. Eles atendem às expectativas comuns da comunidade internacional e refletem as aspirações compartilhadas pelos povos de todos os países.

A mensagem mais clara da GGI é que o papel de liderança da ONU deve ser mantido, não desafiado. O papel central da ONU deve ser fortalecido, não enfraquecido.

A ONU não é perfeita. Mas sem a ONU, o mundo estaria apenas pior. Criar estruturas paralelas fora da ONU ou, pior ainda, formar blocos e círculos exclusivos é impopular e insustentável."

Wang afirmou que a ascensão do Sul Global marca a grande transformação pela qual o mundo passa hoje, saindo de 24% para 40% da economia global. O hegemonismo e as "políticas de poder" estão dando fortes golpes na ordem internacional. Como resposta, disse, os países do Sul Global precisam aumentar a coordenação e a comunicação e defender juntos seus interesses legítimos.

Respondendo perguntas dos repórteres, o diplomata disse ainda que a "situação em Gaza testa as próprias fundações da justiça internacional" e que "os velhos roteiros do século 19" não deveriam ser reeditados na América Latina e Caribe, cujos recursos pertencem aos povos de lá. Ele relembrou ainda do plano de cooperação China–América Latina e Caribe, lançado no ano passado no contexto do fórum China-Celac. Os programas de solidariedade, desenvolvimento, civilização, paz e desenvolvimento entre os povos representam uma "caminhada conjunta pela modernização". Wang também mencionou que este ano 100% dos produtos africanos terão isenção de impostos na China.

O diplomata também mencionou o aumento dos esforços diplomáticos para garantir a segurança de cidadãos e empresas da China no exterior, bem como da cooperação com outros países para punir cidadãos chineses atuando em atividades ilegais. Segundo ele, os diplomatas chineses atenderam mais de 100 emergências importantes envolvendo cidadãos e instituições chinesas no exterior. Processaram mais de 79.000 casos que exigiram proteção e assistência consular. E atenderam mais de 600.000 ligações por meio da linha direta consular 12308. Mais de 3.000 alertas de segurança no exterior foram emitidos e mais de 50 compatriotas chineses sequestrados na África foram resgatados e diversos trabalhos com países vizinhos foram feitos para reprimir o jogo online e fraudes de telecomunicações, trazendo de volta dezenas de milhares de indivíduos.

SANITÁRIO

China Saudável 2030 e 2035

A construção de uma "China Saudável" tem sido apresentada pela liderança chinesa como uma prioridade estratégica de longo prazo. Durante reunião com conselheiros políticos da área de saúde e bem-estar social na quarta sessão do 14º Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPCC), em março de 2026, o presidente Xi Jinping destacou a necessidade de seguir firmemente um caminho de desenvolvimento da saúde com

características chinesas e promover avanços decisivos na Iniciativa Healthy China durante o período do 15º Plano Quinquenal (2026–2030)[1]. Segundo Xi, a meta de construir uma "China Saudável" constitui uma decisão estratégica do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), sendo o próximo ciclo de planejamento fundamental para acelerar a implementação das políticas necessárias.

Durante o encontro, que reuniu representantes dos setores de medicina, saúde pública, bem-estar e seguridade social, Xi ressaltou a necessidade de fortalecer a coordenação entre políticas públicas, reformas institucionais e inovação científica no sistema de saúde. Conforme reportado por fontes oficiais[2], o líder chinês enfatizou que o país, como uma nação em desenvolvimento com grande população e significativas diferenças regionais e urbano-rurais, deve avançar na construção de um sistema de saúde eficiente a partir de suas próprias condições nacionais. Entre as prioridades destacadas estão o aprimoramento do sistema de saúde pública, o fortalecimento de serviços médicos de alta qualidade e a promoção de estilos de vida saudáveis em toda a sociedade

Outro ponto enfatizado durante as discussões foi a necessidade de reduzir desigualdades no acesso aos serviços de saúde, particularmente em regiões remotas e de difícil acesso. Ao comentar os avanços no tratamento e prevenção do mal de altitude no planalto Qinghai-Tibet, Xi destacou que ainda é necessário reforçar a infraestrutura médica nessas áreas e superar os chamados "elos fracos em regiões periféricas", como a limitada capacidade de atendimento médico local e as dificuldades associadas a condições geográficas extremas[3]. O presidente também ressaltou a importância de aprimorar os serviços médicos de base e ampliar o acesso a tecnologias de monitoramento e tratamento, além do valor da medicina tradicional chinesa e de outras tradições médicas étnicas, como tibetana e mongol, considerando-as recursos importantes para o desenvolvimento do sistema de saúde do país.

Além do fortalecimento da infraestrutura médica, o debate também incluiu o papel das novas tecnologias e da promoção de hábitos saudáveis na estratégia nacional de saúde. Conselheiros políticos apontaram que a expectativa média de vida na China atingiu 79,25 anos em 2025, com a meta de alcançar 80 anos até 2030 no âmbito do 15º Plano Quinquenal[4]. Nesse contexto, Xi destacou a importância de incentivar estilos de vida saudáveis, ampliar a participação em atividades esportivas e explorar gradualmente o uso de tecnologias como inteligência artificial na atenção primária à saúde, reforçando a base dos serviços médicos locais. De maneira mais ampla, a iniciativa Healthy China tem sido apresentada como parte da transição do país para um modelo de desenvolvimento de maior qualidade, no qual indicadores sociais passam a desempenhar papel mais central nas políticas públicas.

---

[1] Xinhua. *Xi Jinping: Follow a healthcare development path with Chinese characteristics, and achieve decisive progress in advancing the Healthy China Initiative during the 15th Five-Year Plan period* [Internet]. Beijing: Xinhua News Agency; 2026 Mar 7 [citado 2026 Mar 16]. Disponível em: https://english.news.cn/20260307/cca67d7ef39a45b0811ebe2e38fd7b48/c.html

[2] *Xi calls for decisive progress in Healthy China Initiative during 15th Five-Year Plan period* [Internet]. Beijing: The State Council of the People's Republic of China; 2026 Mar 6 [citado 2026 Mar 15]. Disponível em: Xi calls for decisive progress in Healthy China Initiative during 15th Five-Year Plan period

[3] Mo J. *Xi stresses pooling wisdom to build a healthy China* [Internet]. Beijing: China Daily; 2026 Mar 8 [citado 2026 Mar 16]. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202603/08/WS69ad930ba310d6866eb3c8f9.html

[4] Lopes A. *A healthy, thriving life ensures national prosperity and strength* [Internet]. Beijing: Global Times; 2026 Mar 8 [citado 2026 Mar 16]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202603/1356577.shtml

SOCIOECONÔMICO

A 4ª Sessão do 14º NPC

A agenda oficial da sessão de 2026 da Assembleia Popular Nacional (NPC) (a 4ª Sessão do 14º NPC) da China iniciou na manhã de 5 de março e encerrou na tarde de 12 de março. Os trabalhos legislativos ocorreram em torno de 11 (onze) pautas centrais[5]. O formato do evento intercala reuniões plenárias ("plenary meetings"), deliberações em delegações ou pequenos grupos e interações com a imprensa. Estas últimas englobam as coletivas de imprensa temáticas e breves sessões de perguntas e respostas denominadas "Delegates' Corridors" (realizadas imediatamente antes de cada plenária) e "Ministers' Corridors" (realizadas imediatamente após)[6].

Foram divulgados dois relatórios oficiais que haviam sido aprovados na quinta-feira anterior, durante a quarta sessão[7]. O primeiro texto divulgado consiste no documento de planejamento macroeconômico e social, que é formalmente intitulado "Relatório sobre a execução do plano de 2025 para o desenvolvimento econômico e social nacional e sobre o projeto do plano de 2026 para o desenvolvimento econômico e social nacional". Este relatório está estruturado em três seções. A sua primeira parte concentra-se estritamente na implementação do plano de 2025; a segunda seção estipula as diretrizes gerais para o ano corrente; e a terceira e última parte deste primeiro documento delineia as "principais tarefas para o desenvolvimento econômico e social". O segundo relatório aprovado e publicado diz respeito à governança financeira e fiscal do Estado. A primeira seção detalha a "Execução dos Orçamentos Central e Locais de 2025 "; a segunda parte apresenta os planos para 2026; e a terceira parte do relatório aborda os planos e diretrizes para a "Reforma Fiscal e Desenvolvimento em 2026".

Em 13 de março foi publicado na íntegra o "Relatório de Trabalho do Governo", aprovado no dia 12 de março durante a realização da quarta sessão[8]. O texto divide-se em quatro seções fundamentais que guiam a administração estatal. A primeira parte foca em uma

[5] Deliberar o Relatório de Trabalho do Governo; Revisar o projeto que delineia o 15º Plano Quinquenal ("15th FYP") para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional; Revisar os relatórios de execução dos Planos de Desenvolvimento Nacional de 2025 e aprovar os projetos de 2026; Revisar os relatórios de execução dos Orçamentos Centrais e Locais de 2025 e aprovar os projetos de 2026; Deliberar sobre o projeto do Código Ecológico e Ambiental ("Environmental Code"); Deliberar sobre o projeto da Lei de Promoção da Unidade e Progresso Étnico ("Ethnic Unity Law"); Deliberar sobre o projeto da Lei de Planos de Desenvolvimento Nacional ("Planning Law"); Deliberar o relatório de trabalho do Comitê Permanente da NPC (NPCSC); Deliberar o relatório de trabalho do Supremo Tribunal Popular (SPC); Deliberar o relatório de trabalho da Suprema Procuradoria Popular (SPP); Deliberar o Relatório do NPCSC sobre Esforços para Limpeza de Leis e Opiniões sobre o Tratamento de Leis e Decisões Relevantes ("Cleanup Report").

[6] Hu T, Wei C. NPC 2026: Agenda and Daily Schedule [Internet]. NPC Observer; 4 mar 2026 [citado em 15 mar 2026]. Disponível em: https://npcobserver.com/2026/03/04/china-npc-2026-agenda-daily-schedule/

[7] Xinhua. China releases reports on budgets, national economic and social development plans [Internet]. Beijing: The State Council of the People's Republic of China; 15 mar 2026 [citado 15 mar 2026]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/15/content_WS69b60790c6d00ca5f9a09e47.html

[8] The State Council of the People's Republic of China. China releases full text of government work report [Internet]. Beijing: The State Council; 2026 Mar 13 [cited 2026 Mar 15]. Available from: https://english.www.gov.cn/news/202603/13/content_WS69b4b144c6d00ca5f9a09dfd.html

retrospectiva analítica, intitulada como “Uma revisão de nosso trabalho em 2025”. A segunda seção estabelece os “Principais Objetivos e Principais Tarefas para o Período do 15º Plano Quinquenal”. Avançando para as diretrizes estritamente anuais, a terceira parte delineia os “Requisitos Gerais e Orientações de Políticas para o Desenvolvimento Econômico e Social em 2026”. O documento é concluído por uma quarta seção que especifica as “Principais Tarefas para 2026”.

O relatório governamental propõe as principais metas para o desenvolvimento socioeconômico no ano de 2026: Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 4,5% e 5%, empenhando-se para obter resultados ainda melhores na prática; Taxa de desemprego urbano pesquisada fixada na faixa de 5,5%; Criação de mais de 12 milhões de novos postos de trabalho urbanos; Aumento do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em torno de 2%; Crescimento da renda pessoal em compasso ou sintonia com o crescimento econômico; Manutenção de um equilíbrio básico na balança de pagamentos do país; Produção de grãos estimada em cerca de 700 milhões de toneladas métricas; Redução de aproximadamente 3,8% nas emissões de dióxido de carbono por unidade do Produto Interno Bruto.

Código Ecológico e Ambiental

Em 14 de março de 2026, a agência Xinhua publicou informações sobre a adoção do Código Ecológico e Ambiental (“Ecological and Environmental Code”) da China, o qual foi aprovado no encerramento da quarta sessão da 14ª Assembleia Popular Nacional. Este documento se consolida como o segundo código estatutário formal do país, seguindo a adoção do Código Civil em 2020, e tem como objetivo “proteger o meio ambiente ecológico e promover o desenvolvimento verde através dos sistemas mais rigorosos e do mais rigoroso Estado de Direito”[9]. O documento relata que especialistas e a mídia internacional têm acompanhado a aprovação da nova lei, classificando-a como um marco na evolução do sistema jurídico chinês e uma referência valiosa para a comunidade internacional.

Segundo a Xinhua, a legislação reflete o compromisso de longo prazo do país asiático com a transformação verde e com o enfrentamento das mudanças climáticas em um cenário global em rápida transformação. O código visa salvaguardar a coexistência harmoniosa entre a humanidade e a natureza, consolidando, assim, as conquistas teóricas, institucionais e práticas do país na área da conservação ecológica registradas desde o ano de 2012

As realizações de desenvolvimento verde da China têm chamado a atenção do mundo, como a expansão da vegetação no Deserto de Taklimakan, em Xinjiang, a recuperação ecológica do Rio Yangtzé e a presença cada vez maior de veículos de nova energia nas vias do país. A comunidade internacional projeta que o novo código fornecerá um referencial importante para a transição verde de outros Estados. Pavel Troshchinsky, da Academia Russa de Ciências, declarou que a China não apenas converteu os conceitos ecológicos em resultados práticos de desenvolvimento, mas também os “traduziu para a linguagem da lei, dando o exemplo para outras nações”. O impacto dessa política transcende as fronteiras chinesas, uma vez que o país tem exportado tecnologias ambientais. O jornal queniano The Star reportou que, à medida que a China fortalece sua governança ambiental, seus projetos no exterior, localizados na África e em outras regiões, beneficiarão as comunidades locais. Por exemplo, a fonte menciona que um comentário no site The News International, do Paquistão, avaliou que o código reflete a filosofia

[9] Xinhua. China's landmark legislation offers impetus to global green development [Internet]. Pequim: English.www.gov.cn; 14 mar. 2026 [citado 15 mar. 2026]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/14/content_WS69b50996c6d00ca5f9a09e37.html

da China de buscar o crescimento econômico e o bem-estar público ao mesmo tempo em que respeita o meio ambiente.

Em continuidade à filosofia chinesa de integração entre governança e meio ambiente, o novo Código Ecológico e Ambiental fundamenta-se no "Pensamento sobre a Civilização Ecológica" de Xi Jinping[10]. Este unifica os princípios marxistas com a "excelente cultura ecológica tradicional da China", resgatando a premissa filosófica ancestral de que o ser humano deve respeitar e se integrar ao meio ambiente. Essa base ideológica se orienta pelo estado natural de "a unidade da natureza e do homem", fundamentando-se na visão de que "a natureza é a mãe da vida, as pessoas nascem da natureza e o homem e a natureza são uma comunidade de vida". Para aplicar essa perspectiva na governança, o pensamento articula as chamadas "Dez Persistências" e guia-se pelo conceito central de que "águas limpas e montanhas verdes são montanhas de ouro e montanhas de prata", orientando um modelo de desenvolvimento sustentável que critica sacrifício do ecossistema em troca de um crescimento econômico temporário. Através desta diretriz, o Estado chinês visa também instruir uma agenda global, propondo que a comunidade internacional "explore o caminho da coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza, promova a coordenação e a unidade do desenvolvimento econômico e da proteção ecológica e construa conjuntamente um mundo próspero, limpo e belo".

O processo de institucionalização do "Pensamento de Xi Jinping sobre a Civilização Ecológica" tem sido estruturado por um conjunto de diretrizes e marcos legais, consolidando a mudança estratégica iniciada a partir do 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em 2012. O arcabouço normativo está presente nas "Opiniões sobre a Aceleração da Construção da Civilização Ecológica" e o "Plano Geral para a Reforma do Sistema de Civilização Ecológica", além da revisão da Lei de Proteção Ambiental de 2014, a qual "estabeleceu os conceitos básicos, princípios básicos e sistemas básicos que a construção da civilização ecológica deve seguir na forma de lei".

No combate específico à poluição, destacam-se a promulgação do "Plano de Ação para Prevenção e Controle da Poluição do Ar" em 2013, o "Plano de Ação de Três Anos para Vencer a Batalha em Defesa do Céu Azul" em 2018 e o "Plano de Ação para a Melhoria Contínua da Qualidade do Ar" em 2023, sustentados pelas "Opiniões" do Comitê Central e do Conselho de Estado sobre a batalha de prevenção e controle da poluição, emitidas sucessivamente nos anos de 2018 e 2021. No âmbito da transição econômica, após o anúncio da meta climática em setembro de 2020, o Estado emitiu em 2021 o "Plano de Ação para o Pico de Carbono antes de 2030" e diretrizes correlatas, documentos que, mais recentemente, o marco teórico foi atualizado na Conferência Nacional de Proteção Ecológica e Ambiental de 2023, ocasião na qual Xi Jinping apresentou as "quatro grandes transformações" da nova era, e ratificado na Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central, em 2024, cuja decisão exige formalmente "melhorar o sistema de instituições da civilização ecológica" e "acelerar a melhoria dos sistemas e mecanismos para implementar o conceito de que águas limpas e montanhas verdes são montanhas de ouro e de prata".

[10] Xinhua Institute. Let the world read the "green code" of beautiful China—the Chinese practice and world contribution of Xi Jinping's ecological civilization thought. Xinhuanet [Internet]. 2024 Nov 26 [citado 2026 Mar 15]. Disponível em: https://www.news.cn/politics/20241126/fbbddbaf344f4df1a4aed27153a88340/c.html

Já na Quarta Sessão, em 12 de março de 2026, a Assembleia Popular Nacional (NPC) da China adotou o Código Ecológico e Ambiental[11], configurando-se como o "segundo código legal formal da China, depois do Código Civil de 2020"[12]. A elaboração deste documento reflete a prioridade política conferida à proteção ambiental sob a liderança de Xi Jinping, cujo "Pensamento sobre a Civilização Ecológica" foi "criado em 2018 como um componente de seu pensamento político abrangente".

O projeto, que se consolidou como uma prioridade política sob o "Pensamento de Xi Jinping sobre a Civilização Ecológica", foi desenvolvido em ritmo acelerado desde o final de 2023, passando por revisões sucessivas em 2025 até sua ratificação final. Estruturado em 1.242 artigos e excedendo 15.000 caracteres chineses, o novo dispositivo é consideravelmente mais extenso que o Código Civil (com cerca de 10 mil) e adota a estratégia de "codificação moderada". O código incorpora integralmente dez estatutos ambientais preexistentes, que serão revogados ou substituídos pelas novas disposições[13]

O Código é composto por cinco partes. A Parte I (Disposições Gerais), que compreende os artigos 1 a 147, exerce a função de "comandar" as demais seções, estabelecendo definições, regimes de governança e mecanismos como a avaliação de impacto ambiental e a compensação pela proteção ecológica. A Parte II (Prevenção e Controle da Poluição), abrangendo os artigos 148 a 673, consolida as normas substantivas das leis antipoluição vigentes, introduzindo regimes regulatórios inéditos para "substâncias químicas, radiação eletromagnética e poluição luminosa". A Parte III (Conservação Ecológica), disposta entre os artigos 674 e 937, não codifica leis integrais, mas absorve o "cerne" de cerca de duas dezenas de normativas sobre recursos naturais, dividindo-se em seções específicas para "Florestas", "Pastagens", "Zonas Úmidas", "Oceanos e Ilhas Offshore", "Rios e Lagos", "Desertos", além de proteção de vida selvagem e controle de espécies invasoras.

No âmbito da transição energética, a Parte IV (Desenvolvimento Verde e de Baixo Carbono), artigos 938 a 1051, concentra-se em economia circular, transição energética e, primordialmente, no enfrentamento às mudanças climáticas, elevando esquemas regulatórios de documentos políticos e legislações de nível inferior ao status de regras estatutárias, com destaque para o "Enfrentamento às Mudanças Climáticas" no Capítulo IV. Por fim, a Parte V (Responsabilidade Legal e Disposições Complementares), que se estende até o artigo 1242, unifica as consequências jurídicas para violações do Código. Esta seção estabelece regras gerais de responsabilidade, mecanismos de execução como o "litígio de interesse público" e detalha punições administrativas em 14 seções específicas. Embora o processo legislativo tenha mobilizado consulta pública que gerou 21.919 comentários, o nível de participação foi

[11] China. 中华人民共和国生态环境法典 [Código Ecológico e Ambiental da República Popular da China]. Pequim: Assembleia Popular Nacional; 12 mar 2026 [citado 16 mar 2026]. Disponível em: https://zh.wikisource.org/wiki/%E4%B8%AD%E5%8D%8E%E4%BA%BA%E6%B0%91%E5%85%B1%E5%92%8C%E5%9B%BD%E7%94%9F%E6%80%81%E7%8E%AF%E5%A2%83%E6%B3%95%E5%85%B8

[12] Wei C. NPC 2026: A First Look at China's New Environmental Code [Internet]. NPC Observer; 2026 Mar 11 [citado 2026 Mar 15]. Disponível em: https://npcobserver.com/2026/03/11/china-npc-2026-eco-environmental-code-analysis/

[13] Lei de Proteção Ambiental (1989, 2014); Lei de Avaliação de Impacto Ambiental (2002); Lei de Proteção do Meio Ambiente Marinho (1982, 2023); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Atmosférica (1987, 2015); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Hídrica (1984, 2017); Lei de Prevenção e Controle da Poluição do Solo (2018); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Ambiental por Resíduos Sólidos (1995, 2020); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Sonora (1996, 2021); Lei de Prevenção e Controle da Poluição Radioativa (2003); e Lei de Promoção da Produção Mais Limpa (2002, 2012).

considerado baixo por pesquisadores, seguindo a tendência histórica de legislações ambientais no país (Feng apud Wei, 2026).

No âmbito do controle da poluição, a Parte II, Capítulo IX do Código aborda três novas categorias. A Seção I regula "substâncias químicas" sob uma abordagem baseada em risco, abrangendo todo o ciclo de vida e incorporando esquemas de "designação de novos poluentes químicos para controle prioritário" e "exigência de registro pré-comercialização para novas substâncias químicas". A Seção II estabelece o marco regulatório para a "radiação não ionizante" (ondas de rádio e micro-ondas), proibindo a comercialização de produtos que excedam os limites de emissão e criando um regime escalonado para operadores de instalações emissoras. A Seção III trata da "poluição luminosa", definida como o uso excessivo de iluminação artificial que interfere na percepção visual humana, exigindo que o planejamento espacial considere tais impactos e estabeleça limites de intensidade para "produtos de iluminação, displays externos, iluminação de tráfego e materiais de construção".

Por fim, a Parte IV estabelece o fundamento estatutário para a governança climática, servindo de base para uma futura lei dedicada ao clima. Para a mitigação, o Código exige a integração de "metas de pico de carbono e neutralidade de carbono" nos planos nacionais e institui o controle da intensidade de emissões. São formalizados mecanismos como "contabilidade de carbono", "gestão da pegada de carbono de produtos" e o monitoramento de "sumidouros de carbono" (florestas e solos), elevando o "sistema de comércio de emissões de carbono" chinês ao status de esquema estatutário. No que tange à adaptação, o texto demanda a formulação de "planos de adaptação nacionais e locais", a integração de riscos climáticos no planejamento espacial e a melhoria dos sistemas de alerta precoce para eventos climáticos extremos e doenças sensíveis ao clima, concluindo com a codificação da posição da China na cooperação climática internacional.

Turismo saudável

O turismo emissor e receptor tem aumentado na China nas últimas décadas, sobretudo o primeiro. O aumento do turismo emissor tem sido sobejamente discutido na imprensa, na literatura científica e em diversos outros suportes e meios de comunicação. O foco deste texto será no turismo receptor da China que, por diversas razões, tem aumentado bastante recentemente, devido ao crescente interesse que a China desperta e aos esforços do governo chinês (mas não só) para aumentar as ligações aéreas de e para a China.

Nos últimos anos, o turismo doméstico tem registrado níveis historicamente elevados, impulsionado pelo aumento do rendimento disponível, pela expansão das infraestruturas de transporte e por políticas públicas orientadas para o estímulo do consumo interno. Um inquérito por amostragem sobre os hábitos de viagem dos chineses continentais revelou que estes realizaram 6,522 mil milhões de viagens domésticas em 2025, o que representa um aumento de 907 milhões de viagens, ou seja, um aumento de cerca de 16%, em comparação com o ano anterior, informou o Ministério da Cultura e do Turismo[14].

Este dinamismo manifesta-se não apenas no aumento do número de deslocações, mas também na diversificação dos destinos e das motivações de viagem, com uma procura crescente por experiências culturais, patrimoniais e identitárias.

[14] Global Times. *Domestic residents' trips rise to 6.522b in 2025, exceeding pre-pandemic level.* https://www.globaltimes.cn/page/202601/1354189

Regiões anteriormente periféricas, muitas vezes marcadas pela diversidade étnica e cultural, passaram a integrar de forma mais ativa os circuitos turísticos nacionais. O interesse por patrimónios locais — como o artesanato tradicional, festividades regionais ou paisagens culturais — reflete uma mudança nos padrões de consumo, em que os visitantes procuram experiências consideradas autênticas e diferenciadas. Esta tendência acompanha o desenvolvimento de estratégias locais de valorização cultural e de dinamização económica, contribuindo para reduzir assimetrias regionais e promover novas formas de desenvolvimento territorial. Por exemplo, em Xiangxi (Hunan), especialmente localidades como Fenghuang e Jishou, onde o turismo tem sido estruturado em torno da cultura Miao e Tujia, iniciativas locais incluem a promoção da joalharia tradicional em prata, programas de revitalização de aldeias históricas e festivais culturais encenados para visitantes, como celebrações do Ano Novo Miao e eventos de música e dança étnica[15]. Estes projetos combinam conservação patrimonial com comercialização cultural e criaram novas oportunidades económicas em zonas antes marginalizadas. Mais a oeste, Guizhou tem investido fortemente em turismo étnico e rural. Locais como Kaili e aldeias Miao e Dong circundantes foram integrados em rotas turísticas nacionais com base em festivais tradicionais (como o Festival Lusheng), arquitetura em madeira e práticas artesanais. Programas estatais de "revitalização rural" combinaram infraestruturas turísticas, incentivos à preservação cultural e plataformas digitais de promoção.

Ao mesmo tempo, o crescimento do turismo na China não se limita ao plano doméstico. A recuperação dos fluxos internacionais, tanto de entrada como de saída, tem sido favorecida por políticas de facilitação de vistos, pela melhoria dos serviços turísticos e pela reabertura progressiva do país após o período pandêmico[16]. Este processo reforça a integração da China nos circuitos turísticos globais e contribui para a projeção internacional da sua imagem cultural. A valorização do património e das identidades locais desempenha, neste sentido, um papel estratégico, funcionando simultaneamente como fator de atração turística e instrumento de diplomacia cultural.

Associado ao turismo de lazer, está também o turismo de saúde. Vejamos por exemplo o caso da Região Administrativa e Especial de Macau (RAEM), que lançou um documento intitulado "Linhas de Ação Governativa para 2026", o qual compreende uma secção especialmente dedicada ao desenvolvimento e promoção do turismo de saúde e da Medicina Tradicional Chinesa[17].

O desenvolvimento do turismo de saúde em Macau deve ser entendido no contexto mais amplo da estratégia de diversificação económica e de afirmação regional do território, particularmente no quadro da Grande Baía (Guangdong- Hong Kong- Macau). Nos últimos anos, as autoridades têm promovido uma abordagem integrada que articula serviços médicos, indústria farmacêutica, turismo e inovação tecnológica, enquadrando estas áreas no conceito mais abrangente de *big health*. Esta orientação revela a intenção de posicionar Macau como um

[15] ChinaDaily. *Hunan welcomes tourists lured by allure of miao silver*. https://www.chinadaily.com.cn/a/202603/13/WS69b34cd5a310d6866eb3d8e7.html

[16] CGTN. *Isenção de visto impulsiona turismo receptivo e estimula consumo na China*. https://portuguese.cgtn.com/2026/03/11/ARTI1773214011942725

[17] Governo da RAEM. *Linhas de Acção Governativa para o Ano de 2026.* https://www.gov.mo/pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/11/4_2026SASC_p.pdf

polo regional de serviços de saúde diferenciados, com capacidade para atrair utentes internacionais e complementar a forte especialização do território no turismo e lazer [18].

Um dos eixos centrais desta estratégia tem sido a expansão dos serviços de saúde internacionais, sustentada por ajustamentos legislativos e institucionais. A promoção do regime jurídico aplicável às instituições privadas prestadoras de cuidados de saúde visa criar condições para o desenvolvimento de novos modelos de prestação, incluindo hospitais de dia, telemedicina e terapias avançadas. Estas medidas procuram ampliar a capacidade de resposta do sistema e adaptá-lo a uma procura cada vez mais diversificada, marcada por fluxos transfronteiriços e por expectativas elevadas em termos de qualidade, conveniência e inovação clínica[19].

A estratégia "Turismo + Saúde" reforça a integração com o setor turístico, através de produtos centrados no bem-estar, conferências médicas e cooperação intersetorial, ao mesmo tempo que o investimento na medicina tradicional chinesa – desde a investigação e regulação até internacionalização – consolida Macau como plataforma regional de serviços de saúde diferenciados e destino competitivo no segmento global em crescimento.

Em síntese, a evolução recente do turismo na China evidencia uma articulação crescente entre expansão dos fluxos, valorização cultural e estratégias de desenvolvimento territorial e internacionalização, nas quais segmentos emergentes como o turismo de saúde reforçam o papel do setor na diversificação económica e na projeção global do país.

Orçamento 2026

No **primeiro dia da sessão anual da Assembleia Popular Nacional (APN)**, em **5 de março de 2026**, o primeiro-ministro **Li Qiang,** apresentou o **Relatório de Trabalho do Governo** e traçou as metas e tarefas centrais para 2026. O relatório para 2026 fixou a **meta de crescimento do PIB entre 4,5% e 5%**. A meta foi acompanhada por outros compromissos econômicos: manter o desemprego urbano em torno de 5,5%, criar mais de 12 milhões de novos empregos urbanos, limitar a inflação (CPI) a cerca de 2% e assegurar um equilíbrio básico no balanço de pagamentos. O destaque ficou para o crescimento dos investimentos em diplomacia (+ 9,3%) e ciência e tecnologia (+10%), com uma queda no aumento do orçamento militar (de +7,2% nos últimos três para +7% este ano). O investimento em ciência básica também aumentará em 16,3%, segundo o relatório traduzido pelo NPC Observer[20].

[18] Governo da RAEM. *Linhas de Acção Governativa para o Ano de 2026.* https://www.gov.mo/pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/11/4_2026SASC_p.pdf

[19] Governo da RAEM. *Linhas de Acção Governativa para o Ano de 2026.* https://www.gov.mo/pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/11/4_2026SASC_p.pdf

20 Kewalramani M. Breakdown of Li Qiang's Work Report & 2026 Budgets Report. Tracking People's Daily. 2026.https://trackingpeoplesdaily.substack.com/p/breakdown-of-li-qiangs-work-report?publication_id=264786&utm_campaign=email-post-title&r=t1lz&utm_medium=email (accessed 16 Mar2026).

Principais Rúbricas de Despesa – 2026

	Área	Valor	Variação
	Ciência e tecnologia	426,42 bilhões de yuan	10%
	Diplomacia e relações exteriores	70,975 bilhões de yuan	9,30%
	Estoque de grãos, óleos comestíveis e outros materiais	110,684 bilhões de yuan	8,10%
	Defesa nacional	1,909561 trilhão de yuan	7%
	Pagamento de juros da dívida	873,99 bilhões de yuan	6,70%
	Segurança pública	258,269 bilhões de yuan	5,90%
	Educação	192,476 bilhões de yuan	5%
	Transferências para governos locais	10,415 trilhões de yuan	2,20%

Política de saúde global dos Estados Unidos

Política de Salud Global de los EE.UU.

U.S. Global Health Policy

Luiz Augusto Galvão

Resumo. Este texto descreve os principais desenvolvimentos registrados na política de saúde global dos Estados Unidos entre o final de fevereiro e 15 de março de 2026. São apresentados: o andamento dos acordos bilaterais de saúde (Memorandos de Entendimento — MoUs) firmados no âmbito da Estratégia *America First Global Health Strategy*; os dados sobre compromissos de cofinanciamento por país; o status dos recursos científicos aprovados pelo Congresso para o NIH e agências correlatas; as mudanças na política de financiamento de pesquisas sobre vacinas; a contribuição de universidades norte-americanas — em particular a Escola de Saúde Pública da Universidade de Boston (BUSPH) e a Universidade Washington em St. Louis (WashU) — para o debate sobre adaptação da saúde global; e as dimensões jurídicas e institucionais da retirada formal dos EUA da Organização Mundial da Saúde (OMS). O texto baseia-se em publicações de referência como KFF, *Health Affairs*, *Think Global Health* (Saúde Global JH), *Health Policy Watch* (Golden Fish), *The Lancet Global Health*, BUSPH, WashU e outras fontes especializadas.

Palavras-chave: saúde global; política externa de saúde; NIH; vacinas; acordos bilaterais; PEPFAR; OMS; universidades e saúde pública; financiamento em saúde

Resumen. *Este texto describe los principales acontecimientos registrados en la política de salud global de los Estados Unidos entre finales de febrero y el 15 de marzo de 2026. Se presentan: el avance de los acuerdos bilaterales de salud (Memorandos de Entendimiento — MoUs) firmados en el marco de la Estrategia de Salud Global «America First»; los datos sobre compromisos de cofinanciamiento por país; el estado de los recursos científicos aprobados por el Congreso para los NIH y agencias relacionadas; los cambios en la política de financiación de la investigación sobre vacunas; la contribución de las universidades estadounidenses —en particular la Escuela de Salud Pública de la Universidad de Boston (BUSPH) y la Universidad de Washington en St. Louis (WashU)— al debate sobre la adaptación de la salud global; y las dimensiones jurídicas e institucionales de la retirada formal de EE. UU. de la Organización Mundial de la Salud (OMS). El texto se basa en publicaciones de referencia como KFF, Health Affairs, Think Global Health (Saúde Global JH), Health Policy Watch (Golden Fish), The Lancet Global Health, BUSPH, WashU y otras fuentes especializadas.*

Palabras clave: *salud global; política exterior de salud; NIH; vacunas; acuerdos bilaterales; PEPFAR; OMS; universidades y salud pública; financiamiento en salud*

Abstract. *This text describes key developments in United States global health policy between late February and March 15, 2026. It covers: the progress of bilateral health agreements (Memoranda of Understanding — MoUs) under the America First Global Health Strategy; country-level cofinancing data; the status of congressional science appropriations for NIH and related agencies; changes in vaccine research funding policy; contributions by U.S. universities*

— particularly Boston University School of Public Health (BUSPH) and Washington University in St. Louis (WashU) — to the global health adaptation debate; and the legal and institutional dimensions of the formal U.S. withdrawal from the World Health Organization (WHO). The text draws on KFF, Health Affairs, Think Global Health (Global Health JH), Health Policy Watch (Golden Fish), The Lancet Global Health, BUSPH, WashU, and other specialized sources.

Keywords: *global health; health foreign policy; NIH; vaccines; bilateral agreements; PEPFAR; WHO; universities and public health; health financing*

1. Introdução

O período de final de fevereiro a meados de março de 2026 é marcado pela maturação de processos iniciados ao longo de 2025: a formalização dos acordos bilaterais de saúde, a consolidação orçamentária do ano fiscal 2026, o encerramento do vínculo institucional dos EUA com a OMS e novas publicações acadêmicas sobre os impactos dessas mudanças. Este texto descreve esses processos com base em dados e conclusões produzidas pelas publicações e instituições de referência indicadas.

A Estratégia *America First Global Health Strategy*, lançada em setembro de 2025, estabeleceu as bases para uma reorientação da assistência externa norte-americana em saúde: de um modelo multilateral para um conjunto de acordos bilaterais plurianuais, nos quais os países receptores assumem responsabilidades financeiras crescentes ao longo de cinco anos. Segundo o Departamento de Estado dos EUA, a estratégia se organiza em torno de três pilares — segurança, fortalecimento e prosperidade — e projeta uma transição gradual da dependência de ajuda externa para a autossuficiência em saúde dos países parceiros.

2. Acordos Bilaterais de Saúde: Dados e Perspectivas

2.1 Panorama dos acordos firmados

De acordo com o rastreador mantido pelo *Think Global Health* (Council on Foreign Relations), denominado neste texto como Saúde Global JH, em 3 de março de 2026 havia 24 países com MoUs assinados sob a Estratégia *America First*. Os acordos firmados até então totalizam aproximadamente 20 bilhões de dólares para o período 2026–2030, dos quais cerca de 37% serão de responsabilidade dos governos receptores ao longo dos próximos três a cinco anos. O rastreador do KFF, atualizado em 9 de março de 2026, documenta os países signatários e as áreas programáticas cobertas em cada acordo.

Na primeira semana de março de 2026, quatro países da América Latina assinaram seus respectivos MoUs. Até então, a maior parte dos acordos havia sido firmada com países africanos. O prazo estabelecido pela estratégia para a conclusão dos planos detalhados de implementação é 31 de março de 2026, conforme registra o KFF em seu documento sobre a reorganização dos programas de saúde global norte-americanos.

2.2 Distribuição dos compromissos de cofinanciamento

A análise do *Think Global Health* de 12 de março de 2026 descreve variações expressivas nos compromissos de cofinanciamento entre os países signatários. Botsuana e Nigéria assumiram as maiores proporções de responsabilidade financeira — 78% e 59% dos valores totais acordados, respectivamente. Quênia, por sua vez, tem previsão de aumentar sua contribuição anual em 135 milhões de dólares entre 2026 e o término do acordo em 2030.

O mesmo documento descreve que Rwanda e Uganda apresentam crescimento modesto de cofinanciamento até 2030, enquanto Ruanda registra flutuações anuais mais acentuadas — mais que dobrando de 2026 para 2027 e declinando nos anos seguintes. Libéria e Moçambique, segundo a mesma análise, apresentam redução nos gastos totais em saúde ao longo do período, ainda que ambos aumentem suas contribuições domésticas. O *Think Global Health* nota que a justificativa para essas oscilações anuais não está explicitada nos documentos dos acordos disponíveis ao público.

Dois países — Zâmbia e Zimbábue — recusaram os acordos propostos em fevereiro de 2026, segundo o *Think Global Health*. Conforme relatado, ambos citaram preocupações com os termos de compartilhamento de dados como justificativa para a recusa. O mesmo rastreador observa que a maioria dos MoUs disponíveis publicamente envolve processos de implementação de gestão governamental, com exceções como Uganda, que prevê a participação de organizações religiosas na prestação de serviços de saúde, e Moçambique, que mantém o papel de ONGs nas respostas ao HIV.

2.3 Supervisão parlamentar e transparência

Em análise publicada no *Think Global Health*, o ex-chefe de gabinete do PEPFAR e pesquisador sênior do Instituto de Saúde Global da Universidade Duke descreve três aspectos estruturais da Lei de Dotações Consolidadas de 2026, assinada em 3 de fevereiro: primeiro, a consolidação de autoridade operacional no Departamento de Estado, em substituição à estrutura anteriormente centrada na USAID; segundo, a criação do Fundo de Oportunidades América First, instrumento de discrição do Secretário de Estado para responder a prioridades emergentes; e terceiro, o reconhecimento explícito da Estratégia *America First* no texto legal — o que o autor descreve como o primeiro reconhecimento formal de uma estratégia de saúde global por via de legislação orçamentária. A lei passou a exigir relatórios periódicos sobre a implementação dos MoUs, incluindo planos de transição, metas de desempenho e projeções de financiamento.

3. Recursos Científicos Aprovados pelo Congresso: Situação em março de 2026

A AVAC, em seu boletim de saúde global de 6 de março de 2026, registra que um mês após a aprovação da lei de assistência externa de 50 bilhões de dólares, os recursos destinados a várias agências de pesquisa científica ainda não haviam chegado às instituições. Segundo a AVAC, o Escritório de Gestão e Orçamento (OMB) não havia autorizado a liberação de todos os fundos aprovados pelo Congresso, e os Institutos Nacionais de Saúde (NIH) ainda aguardavam aprovação para utilizar os recursos destinados à pesquisa.

A AVAC contextualiza essa situação como um indicador da expansão do poder discricionário do Poder Executivo no atual ambiente político, em contraste com a decisão do Congresso de rejeitar os cortes mais profundos propostos pela administração e aprovar o pacote em bases bipartidárias. A publicação cita a revista *Nature* como fonte da informação sobre os NIH, ressaltando que essa condição de incerteza prolonga os efeitos sobre pesquisadores e instituições que aguardam o início ou a continuidade de projetos financiados por dotações federais.

O KFF documenta, em seu resumo orçamentário do ano fiscal 2026, que o financiamento dos NIH para atividades de pesquisa em saúde global por meio do Centro Fogarty Internacional permaneceu no mesmo patamar do ano anterior — 95 milhões de dólares. A seção da lei destinada ao Departamento de Trabalho, Saúde e Serviços Humanos e Educação especifica que

os valores devem corresponder aos montantes detalhados nas tabelas explicativas do texto legal.

4. Política de Financiamento de Pesquisas sobre Vacinas

4.1 Cancelamento de bolsas de pesquisa no NIH

O *Health Affairs Forefront*, em artigo publicado em 3 de março de 2026 pela professora da Escola de Direito da Universidade de Boston e colaboradores, descreve o processo pelo qual o NIH notificou pesquisadores com bolsas ativas sobre o encerramento do financiamento para projetos relacionados à hesitação vacinal e à promoção de vacinas. A comunicação enviada aos pesquisadores indicava que o NIH havia decidido "não priorizar" esse tipo de pesquisa com o objetivo de "garantir que o dinheiro dos contribuintes seja utilizado de formas que beneficiem o povo americano e melhorem sua qualidade de vida".

O artigo do *Health Affairs Forefront* detalha que, além do cancelamento de bolsas, foram adotadas outras medidas que afetam essa linha de pesquisa: redução dos limiares de financiamento (paylines) e substituição de membros de comissões de revisão de projetos. Os autores registram que ações judiciais foram propostas contra o cancelamento das bolsas, incluindo uma pela Associação Americana de Saúde Pública (APHA) e outra por procuradores-gerais estaduais. A Suprema Corte dos EUA emitiu decisão no caso *NIH v. American Public Health Association*, que o artigo descreve como breve e complexa em seus desdobramentos práticos.

4.2 Pesquisa sobre hesitação vacinal: contexto e função

O mesmo artigo do *Health Affairs Forefront* descreve a pesquisa sobre hesitação e promoção de vacinas como parte integrante da política de acesso a vacinas. Segundo os autores, compreender as razões pelas quais grupos populacionais recusam ou adiam a vacinação é condição necessária para o desenho de intervenções que aumentem a cobertura. O artigo é parte da série temática "Health Policy at a Crossroads", produzida com apoio da Fundação Commonwealth e da Fundação Robert Wood Johnson, que documenta desenvolvimentos regulatórios, legislativos e judiciais em política de saúde.

A BUSPH, em publicação de 3 de março de 2026 com repercussão no *Health Affairs Forefront*, situa o cancelamento das bolsas de pesquisa sobre vacinas no contexto mais amplo das mudanças na política de saúde pública norte-americana. A análise, de autoria do reitor da escola, descreve que reduções nos programas de saúde pública doméstica — incluindo no CDC — ocorrem simultaneamente às mudanças na assistência externa, alterando a capacidade institucional disponível tanto para a saúde global quanto para a resposta a ameaças sanitárias internas.

5. O Papel das Universidades Norte-Americanas na Saúde Global

5.1 Perspectiva da Escola de Saúde Pública da Universidade de Boston

Em artigo publicado em 27 de fevereiro de 2026, o reitor da BUSPH descreve o ano de 2025 como um período de forte instabilidade para a saúde pública global. O texto, disponível no site da escola (bu.edu/sph), registra que as reduções no financiamento global à saúde — decorrentes de mudanças na ajuda externa dos EUA, retiradas de organizações multilaterais e cortes na infraestrutura doméstica — afetaram não apenas países de baixa e média renda (LMICs), mas também centros universitários norte-americanos que atuam como hubs de pesquisa, formação e implementação em saúde global.

O autor descreve que, em muitos LMICs, a redução da assistência externa norte-americana alterou a operação dos sistemas de saúde, incluindo o acesso a serviços de HIV e tuberculose. A pergunta central proposta no artigo para o setor universitário em 2026 é de natureza adaptativa: como as universidades norte-americanas podem contribuir para uma realidade de saúde global mais complexa, na qual os modelos anteriores de parceria e financiamento estão sendo reformulados. O texto menciona, como exemplo positivo de resiliência, a evolução do tratamento do HIV — em que menos de 10% das pessoas vivendo com o vírus tinham supressão viral em 2004, percentual que chegou a dois terços em anos recentes, em parte graças a estratégias de implementação construídas ao longo de décadas.

5.2 Ciência da disseminação e implementação: a contribuição da WashU

A Universidade Washington em St. Louis (WashU) publicou, em 9 de março de 2026, reportagem sobre o papel da *ciência da disseminação e implementação* (D&I science) no cenário atual. O texto, publicado na revista da universidade (The Source — WashU), descreve essa área como o campo acadêmico que estuda como levar práticas e intervenções baseadas em evidências para sistemas de saúde reais — considerando os contextos, as barreiras institucionais e as necessidades das populações atendidas.

O pesquisador sênior do Instituto de Saúde Global da WashU citado na reportagem afirma que, para profissionais da área, o atual período representa um dos momentos mais difíceis da carreira: programas construídos ao longo de décadas foram desmantelados, e milhares de pessoas em todo o mundo tiveram o tratamento de HIV interrompido. O mesmo pesquisador descreve a ciência da implementação como especialmente necessária neste momento, por oferecer ferramentas para adaptar intervenções eficazes a contextos em transformação.

A reportagem da WashU descreve que os EUA investem mais de 40 bilhões de dólares anuais em pesquisa em saúde, mas que um estudo de referência publicado em 2011 estimou que apenas 14% dos achados científicos chegam à prática clínica rotineira — e que esse processo pode levar até 17 anos. A ciência da disseminação e implementação é descrita como o campo que busca reduzir essa lacuna, identificando o que facilita ou dificulta a adoção de intervenções em sistemas de saúde, escolas e organizações comunitárias.

6. Retirada dos EUA da OMS: Dimensões Jurídicas e Institucionais

Em 22 de janeiro de 2026, os EUA completaram formalmente sua retirada da Organização Mundial da Saúde (OMS). O *Health Affairs Forefront*, em artigo publicado em 17 de fevereiro de 2026 pela professora da Faculdade de Direito da Universidade de Georgetown e colaboradora, apresenta uma análise jurídica detalhada do processo. Segundo os autores, a resolução conjunta do Congresso que autorizou o ingresso dos EUA na OMS estabeleceu duas condições para a retirada legal: notificação com antecedência de um ano — cumprida — e pagamento das contribuições financeiras obrigatórias ao término do ano fiscal da OMS — o que, segundo o artigo, não ocorreu. Os autores também levantam a questão de se o processo de saída, tendo sido iniciado em 2025 e concluído em 2026, geraria ambiguidade sobre as obrigações financeiras do ano de transição.

O mesmo artigo do *Health Affairs Forefront* registra que a Assembleia Mundial da Saúde tem autoridade para determinar sua própria posição quanto à validade jurídica da retirada, e que essa determinação está prevista para ser feita na reunião de maio de 2026. Os autores descrevem que os EUA representavam cerca de 14,5% do orçamento total da OMS, e que esse

financiamento sustentava programas de erradicação da poliomielite, resposta a emergências de saúde e fortalecimento de sistemas de saúde em países de baixa e média renda.

A Fundação das Nações Unidas, em análise publicada sobre a reforma da governança global em saúde em 2026, descreve que a reunião do Conselho Executivo da OMS em fevereiro de 2026 foi o primeiro fórum em que os países membros puderam registrar publicamente suas visões sobre uma nova ordem de saúde global. A mesma análise observa que, mesmo em um contexto de crescente ênfase em parcerias bilaterais e cooperação regional, a função de convocação global da OMS — entendida como a capacidade de reunir todos os países em torno de padrões normativos e respostas coordenadas — permanece relevante para lidar com ameaças sanitárias de natureza transfronteiriça.

7. Orçamento Federal para Saúde Global: Dados do Ano Fiscal 2026

O KFF documenta que o financiamento de saúde global pelo Departamento de Estado dos EUA, por meio da conta de Programas de Saúde Global (GHP), totaliza 9,4 bilhões de dólares no ano fiscal 2026 — redução de 615 milhões (6%) em relação ao nível de 2025. Desse montante, aproximadamente 5,9 bilhões são destinados a programas de HIV/AIDS: 4,6 bilhões ao PEPFAR, 1,3 bilhão ao Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, e 45 milhões ao Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

A *Health Policy Watch* (Golden Fish) registra que o pacote total de assistência externa para o ano fiscal 2026 é de 51,4 bilhões de dólares — 16% abaixo do nível de 2024, mas quase 20 bilhões acima do que a administração havia solicitado. A publicação documenta que o Congresso preservou programas como o PEPFAR e o Fundo Global no processo de aprovação, enquanto excluiu contribuições à OMS — da qual os EUA se retiraram formalmente.

O KFF descreve ainda que a lei inclui provisões que direcionam a administração a seguir os valores especificados nas tabelas explicativas do texto legal, proibindo desvios em relação às dotações em saúde global aprovadas. O financiamento para o PEPFAR foi disponibilizado com prazo de utilização de cinco anos — uma previsão que o KFF identifica como relevante para a continuidade dos programas ao longo do período de transição previsto pelos MoUs.

Estudo publicado em 2026 na revista *Tropical Medicine and Health* (Springer Nature), de autoria de pesquisadores japoneses, estima os impactos potenciais das reduções na ajuda externa norte-americana à saúde: até 18 milhões de casos adicionais de malária e 166 mil mortes anuais; aumento de 200 mil casos de poliomielite paralítica por ano; 10,7 milhões de novos casos de tuberculose até 2030; e entre 770 mil e 2,93 milhões de mortes relacionadas ao HIV entre 2025 e 2030. Os autores fundamentam as projeções em dados da própria USAID e em modelos epidemiológicos de referência.

8. Articulação entre Pesquisa Acadêmica e Política de Saúde Global

O *The Lancet Global Health*, em artigo publicado em fevereiro e março de 2026, descreve a Estratégia *America First* como uma transição de um modelo de assistência aberta e multilateral para um conjunto de acordos bilaterais com prazo definido, com ênfase em financiamento doméstico, apropriação nacional e autossuficiência. O artigo registra que esses objetivos — financiamento doméstico e autossuficiência — são amplamente endossados na literatura de política de saúde global, tendo sido articulados em documentos como a Agenda de Lusaca, lançada em 2023, que buscou sensibilizar atores do setor para as mudanças estruturais que viriam.

O mesmo artigo do *Lancet* descreve que a África tem sido o principal campo de aplicação desse modelo, ao mesmo tempo em que instituições continentais africanas buscam consolidar estruturas de governança em saúde, vigilância regional e soberania sanitária. O texto cita o caso da Zâmbia como ilustração de um processo de negociação em que questões de saúde foram articuladas com temas de mineração, dívida e cooperação econômica mais ampla.

A Fundação das Nações Unidas, em sua análise sobre reforma da saúde global em 2026, descreve que países já adotaram em maio de 2025 uma resolução sobre fortalecimento do financiamento global em saúde na Assembleia Mundial da Saúde, e que as reuniões de governança da OMS em 2026 oferecem oportunidades adicionais para articulação de princípios comuns em torno de uma agenda de reforma. A análise descreve a função normativa da OMS — definição de padrões, criação de referências técnicas, mediação de acordos entre países — como complementar aos acordos bilaterais, na medida em que estes últimos operam dentro de um ambiente regulatório e epidemiológico que pressupõe algum nível de governança global coordenada.

Referências

1. KFF — KFF Tracker: America First MOU Bilateral Global Health Agreements. Atualizado em 9 de março de 2026.
2. KFF — FY 2026 NSRP Global Health Funding in the Consolidated Appropriations Act. Atualizado em fevereiro de 2026.
3. KFF — FY 2026 Labor HHS Global Health Funding in the Consolidated Appropriations Act. Janeiro de 2026.
4. KFF — The Trump Administration's Foreign Aid Review: Reorganization of U.S. Global Health Programs.
5. Health Affairs Forefront — Without The US, The World Health Organization Cannot Fulfill Its Mission. 17 de fevereiro de 2026.
6. Health Affairs Forefront — Attacks On Vaccine Hesitancy And Promotion Research Undermine Public Health. 3 de março de 2026.
7. Health Affairs — Forefront (índice de artigos, março de 2026): https://www.healthaffairs.org/forefront. [Newsletter: email.healthaffairs.org]
8. Think Global Health / Saúde Global JH (Council on Foreign Relations) — Tracking the "America First" Bilateral Health Agreements. 12 de março de 2026.
9. Think Global Health — What $50 Billion for U.S. Foreign Affairs Changes for Global Health.
10. Health Policy Watch (Golden Fish) — $9.42 Billion For Global Health As US Foreign Aid Bill Passes. Fevereiro de 2026.
11. AVAC — Global Health Watch — US Appropriated Science Funds Remain Frozen, Lenacapavir Rollout Advances + South Africa Pursues Local Production. 6 de março de 2026.
12. Boston University School of Public Health (BUSPH) — A Major Turning Point in the Global Public Health Landscape. 27 de fevereiro de 2026. [Newsletter BUSPH: https://bostonuniversity-schoolofpublichealth.cmail19.com/t/t-l-wtlthjl-jyjyluhjs-x/]
13. Washington University in St. Louis — WashU Magazine / The Source — Built to Meet the Moment. 9 de março de 2026. [Link de acesso: https://t.e2ma.net/click/zko18k/f5267f0d/jk9sq3]
14. The Lancet Global Health — Protecting global health in the era of the America First Strategy. Fevereiro/março de 2026.
15. Tezuka T., Ito N., Takahashi K. — The impact of U.S. foreign aid reduction on global health. Tropical Medicine and Health, 54:33 (2026). Springer Nature.
16. United Nations Foundation — Aligning Global Health Reforms in 2026.
17. Departamento de Estado dos EUA — Divulgação da Estratégia de Saúde Global Estados Unidos em Primeiro Lugar.
18. UnB Notícias — A retirada dos EUA da OMS: impactos na saúde global.

Brasil comemora 40 anos da histórica 8ª. Conferência Nacional de Saúde[1]

Brasil celebra 40 años de la histórica VIII Conferencia Nacional de Salud

Brazil celebrates 40 years of the historic 8th National Conference of Health

Nesta semana o Brasil comemora os 40 anos da histórica ***8ª. Conferência Nacional de Saúde*** (Brasília, 17 a 21 de março de 2026). A Oitava, como é afetuosamente chamada pelos brasileiros, produziu as bases do que viria a se constituir no capítulo sobre **saúde** da Constituição Federal de 1988.



A 8ª CNS não foi apenas um evento técnico, mas uma afirmação da soberania popular e um ponto de ruptura na história política do Brasil. Ocorrendo no efervescente período de transição da ditadura militar para a democracia, a Conferência rompeu com o perfil das sete edições anteriores, que se limitavam a encontros de especialistas do campo médico.

O processo convocou uma grande participação da sociedade brasileira, congregando uma pluralidade inédita de vozes: movimento negro, povos originários, movimentos feministas, associações de moradores e sindicatos. Foi uma mobilização popular impulsionada por sanitaristas como Sérgio Arouca, que teve papel crucial ao propor o tema que se tornaria o marco do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB): saúde é democracia.

A Conferência firmou o fundamento essencial da participação social, que se tornaria a base de sustentação do futuro Sistema Único de Saúde (SUS). A última plenária da 8ª CNS se estendeu por mais de 24 horas, pavimentando a construção de um Brasil de direitos. Apesar de posicionamentos contrários, que questionavam a capacidade em aprovar diretrizes tão plurais, todas as resoluções da Conferência se provaram fundamentais para a redação do capítulo da Saúde na Constituição Federal (CF) de 1988. Mais do que um sistema de cuidado, o movimento

[1] Este texto é um resumo da nota sobre a 8ª. CNS, publicada pelo Conselho Nacional de Saúde em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/marco/8a-cns-40-anos-da-conferencia-do-futuro

inaugurou, pós-ditadura, a compreensão de uma democracia participativa que extrapola a formalidade.

Nesse sentido, o CNS celebra os 40 anos desse marco histórico que respalda, até os dias atuais, a movimentação para a democracia deliberativa no Brasil. A série “A importância do SUS na minha vida” ganha uma edição especial com depoimento de importantes personalidades que participaram ativamente da luta pela construção do SUS, como Filomena Barros e Nísia Trindade.



Neoliberalismo x Saúde Universal

A relevância da 8ª CNS se intensifica ao se observar o contexto global da época. O mundo vivenciava a ascensão forte do neoliberalismo, que redefiniu o papel do Estado e dos direitos sociais. No Reino Unido, a então primeira-ministra Margaret Thatcher liderava uma guerra forte em prol de uma ideologia que anunciava o “fim da sociedade e a era dos indivíduos”.

Agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), corroboravam essa visão, disseminando o grande mantra de que saúde não era um direito universal, mas sim uma cobertura universal para grupos vulneráveis, como destaca Lúcia Souto, médica sanitarista, durante o Seminário de Celebração de 35 anos da Lei n.º 8.142/1990, realizado pelo CNS em dezembro de 2025.

Segundo Lúcia, esta era a tônica global que buscava desmantelar a ideia de um direito irrestrito e estatal à saúde. O Brasil, contudo, protagonizou uma ousadia intelectual e política ao ser pioneiro na criação do campo de conhecimento da Saúde Coletiva. Um conceito original brasileiro que, em oposição ao modelo biomédico tradicional, defendia o conceito dos determinantes sociais em saúde e doença, abrindo o campo para uma pluralidade de dimensões do cuidado.

A luta pela efetivação do direito

Apesar da vitória constitucional, a resistência à implantação foi imediata, quando muitos atores do Executivo e Legislativo acreditavam que não havia recursos para financiar os direitos sociais aprovados na constituição, revelando o histórico conflito distributivo de renda no país.

Mas essa resistência oligárquica levou a novas mobilizações. Após a aprovação da Lei 8.080/1990, que regulamentava parte da CF 1988, a eleição do ex-presidente Fernando Collor

resultou na retirada de um trecho essencial sobre a participação social. A resposta foi a grande mobilização nacional que culminou na Lei 8.142/1990, que finalmente regulamentou a participação social (Conselhos e Conferências de Saúde) no sistema de saúde brasileiro.

O legado da 8ª CNS, materializado no SUS, é, portanto, a prova de que a construção de um sistema de direitos não é apenas um ato de governo, mas um contínuo exercício da democracia popular. Em 1986, 4 mil participantes, dentre as quais mil pessoas delegadas, distribuídas entre 135 grupos de trabalho, discutiram pautas como: saúde como direito, reformulação do Sistema Nacional de Saúde e Financiamento Setorial.

Após 40 anos da 8ª CNS, a 18ª Conferência Nacional de Saúde entra em curso com o tema: “Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil”, reafirmando o compromisso inegociável entre o controle social do SUS e a democracia.



Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor dos Cadernos paulo.buss@fiocruz.br*



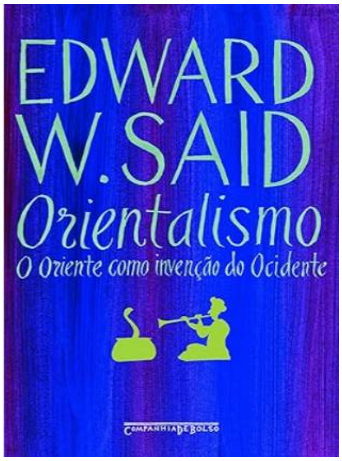
UNICEF – Situação Mundial da Infância 2025 – ***Acabar com a pobreza infantil: Nosso imperativo compartilhado***. Em um mundo de abundância, muitas crianças sofrem porque a pobreza lhes tira seus direitos e coloca seus futuros em risco. Pobreza é comumente entendida como a falta de acesso a recursos financeiros, mas é muito mais do que isso. A pobreza também precisa ser compreendida em termos das privações que as crianças enfrentam em seu dia a dia – em áreas como moradia, nutrição, água potável, saneamento, educação e saúde. Este clássico trabalho anual do UNICEF oferece uma vez mais aos interessados uma impressionante massa de dados sobre pobreza infantil e políticas capazes de enfrentar esta verdadeira chaga mundial. Acesso: SOWC-2025-full-report-EN.pdf



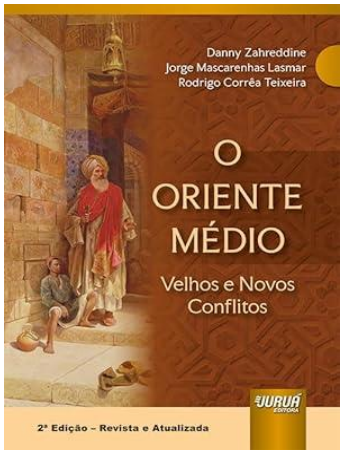
PNUD BRASIL. **Futuros do Brasil: Sinais de Transformação.** Este documento, fruto da colaboração entre o Governo do Brasil e o PNUD, oferece uma abordagem prospectiva sobre tendências e sinais que moldam o panorama do desenvolvimento no país**.** Explorar as possibilidades de futuro do Brasil é um desafio de grande escala. Há inúmeras áreas — ou domínios — que poderiam ser analisadas. Para tornar o processo mais manejável, o informe concentra-se em *16 temas*, agrupados em *três clusters*. O relatório aprofunda cada tema e apresenta quatro cenários de futuro a partir dessa análise. Os clusters e temas são: *Esperança para Futuros Justos*, que se concentra em justiça social: 1) Equidade, Igualdade e Pobreza; 2) Educação; 3) Saúde; 4) Juventude; 5) Diversidade; 6) Valores; *Coragem para Futuros Responsáveis*, que foca estruturas e sistemas: 7) Emprego; 8) Empresas/Setor Privado; 9) Finanças Sustentáveis; 10) Infraestrutura; 11) Energia; *Agência para Futuros Adaptáveis*, abordando o tecido que conecta comunidades, estados e o Governo Federal: 12) Governança; 13) Segurança Pública; 14) Urbanização; 15) Clima; 16) Biodiversidade. Acesso: Futuros do Brasil: Sinais de Transformação | United Nations Development Programme



Humanitarismo e cooperação regional: uma experiência da América Latina e Caribe, de *Hiago André Duarte de Albuquerque*. Editora Telha, 288 pp., 2026. O que acontece quando o Sul Global assume as rédeas da resposta humanitária? Hiago Albuquerque, pesquisador em política internacional e cooperação na Fiocruz, revela como os países da América Latina e Caribe (ALC) estão redefinindo o cenário humanitário. Desde os anos 2000 essas nações vêm estruturando as suas próprias soluções para emergências, sobretudo na gestão de riscos de desastres, por meio de instituições regionais e políticas públicas singulares. Combinando dados e uma análise aprofundada, a obra demonstra a conexão entre a institucionalização do humanitarismo regional e as preocupações de segurança, autonomia e solidariedade.



Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente, de Edward W. Said, Companhia das Letras. Publicado em 1978 é um clássico dos estudos culturais usado como fonte de referências de muitos autores da atualidade. Investiga os vínculos profundos entre a expansão colonial europeia e norte-americana e a construção de um imenso corpo de saberes sobre o Oriente. Segundo o autor, mais do que um nome geográfico, o Oriente é uma invenção ocidental, um selo que marca as civilizações a leste da Europa sob o signo do exotismo e da inferioridade. Leitura interessante diante dos eventos atuais. O Oriente "exótico" deixou de ser inferior; é sinônimo de modernidade tecnológica e defende sua própria voz. E o criador tem dificuldade de aceitar a independência da criatura. Por lucia.marques@fiocruz.br



O Oriente Médio: Velhos e Novos Conflitos, Danny Zahreddine; Jorge Mascarenhas Lasmar e Rodrigo Corrêa Teixeira. Juruá Editora. Na primeira parte, a partir de uma abordagem geo-histórica, acompanhada de análise dos aspectos sociais, políticos e culturais da região, os autores buscam apresentar a região de maneira ampla e sob as várias matizes. O papel das civilizações, da influência do judaísmo, cristianismo e islamismo para os atuais povos da região e das interferências de potencias estrangeiras. Na segunda parte, os principais conflitos, aspectos históricos e geopolíticos. Mapas ajudam a entender a dinâmica geopolítica da região, a partir de um olhar cartográfico. Por lucia.marques@fiocruz.br



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice- coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós- graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Federico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Heliton Barros – Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Hiago André Duarte de Albuquerque – Assessor de Relações Institucionais em Bio-Manguinhos. Doutorando em Relações Internacionais (PUC-RIO). Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (UFF). Cientista Político (UNIRIO).

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Publicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina.

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais, possui MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização do Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira aposentado. Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

Valéry Martinez Jean – Farmacêutico, mestre em Ciência e Tecnologia Farmacêutica (UFRJ), com especialização em Sustentabilidade (UFRJ). Atua como pesquisador bolsista no INCQS/Fiocruz, sendo representante suplente na CTCI.

PRODUTOS DO

OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** Informes quinzenais. Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram realizados 140 Seminários e, em 2026, estão programados 23 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 25 de março – *Direitos humanos e saúde*

Dia 8 de abril – *Movimentos sociais e saúde*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 03/2026
Período de 4 a 17 de março de 2026

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e FABIANE GASPAR

Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 19 de março de 2026
265 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou da Presidência da Fiocruz.